

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
VICE-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA



Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia

**ACERVO DO MUSEU DE VALORES: OS ÍCONES DO POVO
BRASILEIRO NA MOEDA NACIONAL, DE 1961 A 2000.**

Raimundo Bezerra de Sousa

Orientador: Prof. Dr. Roque de Barros Laraia

Dissertação de
Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural
Área de Concentração: Antropologia

Goiânia, 2006

RAIMUNDO BEZERRA DE SOUSA

**ACERVO DO MUSEU DE VALORES: OS ÍCONES DO POVO
BRASILEIRO NA MOEDA NACIONAL, DE 1961 A 2000.**

**Dissertação elaborada para
avaliação no Programa de
Mestrado Profissional em
Gestão do Patrimônio Cultural.
Área de concentração:
Antropologia. Instituto Goiano
de Pré-História e Antropologia
da Universidade Católica de
Goiás (UCG).**

**Orientador: Prof. Dr. Roque de
Barros Laraia.**

Goiânia, 2006.

S725a Sousa, Raimundo Bezerra de.
 Acervo do Museu de Valores : os ícones do povo brasileiro
 na moeda nacional, de 1961 a 2000 / Raimundo Bezerra de
 Sousa. – 2006.
 193 f. : il.

 Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Goiás,
 Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, 2006.
 “Orientador: Prof. Dr. Roque de Barros Laraia, 2006”.

 1. Dinheiro – representação simbólica. 2. Identidade
 nacional. 3. Museu de Valores do Banco Central do Brasil. 4.
 Patrimônio Cultural. 5. Moeda – história – Brasil.

 CDU: 336.74:316
 316.75
 008
 39

RAIMUNDO BEZERRA DE SOUSA

**ACERVO DO MUSEU DE VALORES: OS ÍCONES DO POVO
BRASILEIRO NA MOEDA NACIONAL, DE 1961 A 2000.**

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada em 30 de junho de 2006 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Orientador: Prof. Dr. Roque de Barros Laraia

Prof^ª. Dr^ª. Márcia Bezerra de Almeida - UCG

Prof^ª. Dr^ª. Heliane Prudente Nunes - UCG

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, porque foram os meus primeiros mestres.

À minha mulher pelo apoio.

Aos meus filhos Rodolpho e André.

Agradecimentos

Ao grande e soberano Mestre a quem devo tudo.

Ao Professor Dr. Roque de Barros Laraia pela competência, experiência acadêmica e no zelo e responsabilidade pela orientação a este mestrando.

Aos colegas Gerson Bonani, Telma Ceolin e Hélio Celidônio, pelo decidido apoio desde a primeira hora para a realização deste Mestrado e, na etapa final, pelo sincero apoio dos colegas gestores da Divisão de Documentação-Didoc, Antenor Galvão Filho e Leonardo Coitinho de Sá.

Agradecimentos maiores aos entrevistados: F. dos Santos Trigueiros (criador do MV), José dos Santos *Barbosa* (Chefe do Mecir), Luiz Gonzaga Teixeira *Borba* (numismata), *Newton* Ferreira da Silva Marques (economista). Suas falas foram essenciais para este trabalho.

Sinceros agradecimentos à Professora Doutora Cláudia Costa pelos conselhos e preciosas dicas para a elaboração deste trabalho.

Sinceros agradecimentos aos colegas da monitoria do Museu de Valores pelo apoio: Aline, Ildefonso, Mazzaro, Misael e, em especial, ao Paulo Amauri pelo empréstimo de livros e de valiosas informações.

Agradecimentos aos colegas do Demap/Didoc: Carlos A. M.Silva, Eliana D.Santos Melo, Flávio Nunes, Marcos A. D.Pereira e Sebastião M. Borges.

Agradecimentos pelo apoio de Rosana Aparecida Campos sempre pronta a ajudar e, sobretudo, pelo domínio e conhecimento no tocante à formatação dos dados referentes a gráficos, figuras e dicas de informática.

Sinceros agradecimentos a uma pessoa muito especial pela atenção e conselhos. Refiro-me ao museólogo e amigo F. dos Santos Trigueiros, a quem aprendi admirar e respeitar.

À museóloga Vera Siqueira pela inestimável ajuda.

Agradecimentos especiais ao Coordenador do Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural, prof^o.Dr. Manoel Ferreira Lima Filho, ao indicar-me o caminho desta pesquisa.

Agradeço imensamente aos professores do Mestrado com quem tive a felicidade de aprender e crescer em sala de aula. Em especial ao professor Dr. Roque Laraia, à prof^a. Dr^a. Márcia Bezerra, prof. Dr. Benedito Santos, prof. Dr. Klaas Woortmann, prof^a. Célia Corsino, mestres com os quais tive aconselhamento e mantive ricas discussões.

Aos colegas e amigos da DICEC, Geraldo Roberto, Heitor, Gilberto Garrido, Rosane Rangel, Geferson Xavier, José N. Polegatch, Washington Castro, Washington L. Botelho, Adalberto, Alessandro todos sem exceção ajudaram-me de alguma forma.

Agradecimentos afetuosos aos colegas e amigos da Turma de 2004, em especial, Antonia C. Pedreira (Neta), Antonia Simiema, Eliane Castro, Harley Anderson, Larissa Rezende, Manoel Oliveira (Izú), Maria Francinete, Nina Dolzan, Priscila Madureira, Roberta C. Balestra, Ronaldo Rosa Jr., Rosângela T. Perotti e Tattiussa C. Martins pelos momentos bons e as dificuldades que enfrentamos e vencemos juntos.

À Luciana Maya Ricardo, Edenise de Sousa (Depha) e Gisel Carriconde pela preciosa ajuda. Sinceros agradecimentos pela carinhosa atenção da colega Rosângela Barbosa Silva para a elaboração do projeto de exposição e a Maurí Luiz Bessegatto pela colaboração sobre Educação Patrimonial.

Agradecimentos às dedicadas profissionais do Mestrado: Letícia de Sousa Moreira e Rejane Michele S. Souza. Aos colaboradores Jackson Ângelo, Luiz Eduardo C. Araújo, Maria Beatriz R. e Álvares, Patrícia Weiss, Francisco Vitalino, Haroldo de Castro Conceição, Eduardo Daniel, José Elman, Rodrigo V. Boas, Watson Brasil e Amadeu Bispo (TV/Bacen-Brasília), Marcelo S. Barreto e Carlos José Ribeiro da Silva (TV/Bacen-RJ), Deusmanil M. Faria, Aldo Justo, Alexandre Marcelo B. de M. Queiroz e Valéria Clemente.

Aos meus irmãos e irmãs especiais: Jaqueline, Vanda e Maria Cláudia divido esta conquista. Um carinhoso obrigado às colegas de Serviços Gerais, em especial, a Neuzina Eva da Silva.

Resumo

SOUSA, Raimundo Bezerra de. *Acervo do museu de valores: os ícones do povo brasileiro na moeda nacional, de 1961 a 2000*. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural. Área de concentração: Antropologia). Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006.

Este estudo foi realizado nas dependências do Museu de Valores, em Brasília, com o intuito de fazer uma leitura da construção da identidade nacional a partir dos ícones relacionados à formação da diversidade étnica brasileira, exibidos na moeda nacional, no período de 1961 a 2000. Com base nos dados obtidos nas entrevistas e no questionário aplicado a visitantes do Museu de Valores, no período de 2 a 18 de junho de 2005, foram destacados os pontos de maior relevância que evidenciaram situações que justificam as práticas sociais em relação à falta de cuidado com o dinheiro pela população: práticas culturais que explicam a falta de cuidado com os bens públicos, ausência de campanhas educativas freqüentes, cuja responsabilidade compete ao Banco Central, de acordo com a opinião de 82% dos entrevistados. Diante do suporte metodológico da Antropologia, elegeu-se as categorias Patrimônio Cultural e Identidade Cultural para que seja entendido o uso das representações simbólicas contidas no dinheiro. Destacar-se-á que o dinheiro, que tem ampla circulação nacional, é considerado por uma parte expressiva da população apenas mercadoria de troca.

Palavras-chave: Museu de Valores, dinheiro, representações simbólicas, patrimônio cultural, identidade cultural.

Abstract

This work took place at the dependences the Museum of Money in Brasilia, with the objective of making a reading of the national construction identity based on the icons related to the formation of the Brazilian ethnic diversity, shown at the national currency, from the period of 1961 to 2000. Based on the data obtained at the interviews and questionnaires made to the Museums visitors, from June 2 to June 18, 2005, the most relevant points will be shown. The following situations justify the social practices related to the lack of care with the money by the population: cultural practices which explain the lack of care with public welfare, absence of frequent educational campaigns, whose responsibility is due to 'Banco Central', according to the opinion of 82% of the interviewed. Facing the methodological support of Anthropology, the categories Cultural Patrimony and Cultural Identity were elected so the use of the symbolic representations on the money can be understood. It's worth mentioning that the money, with a wide national circulation, is considered as an exchange good by an important part of the population.

Key words: Museum of Money, money, symbolic representations, cultural patrimony, cultural identity.

Sumário

Introdução.....	13
Capítulo I - O Dinheiro e o Museu	
O que é dinheiro?.....	26
O que é o meio circulante brasileiro?.....	31
Dinheiro no Brasil.....	39
O que é Museu?.....	49
Museu de Valores do Banco Central – das origens à afirmação.....	54
Identidade Cultural e suas representações simbólicas no dinheiro.....	57
A construção dos ícones no Brasil.....	66
Patrimônio: permanência e transformações da moeda nacional.....	74
Capítulo II - O lócus da pesquisa: Museu de Valores	
A fala do fundador do Museu de Valores	83
“Dinheiro custa dinheiro”.....	95
“O Recado dos numismatas”.....	105
A opinião dos diferentes públicos.....	114
Capítulo III – Projeto de exposição itinerante	
1. Proposta de exposição.....	128
1.1 Cédulas e moedas: os objetos museológicos.....	129
1.1.1 O acervo da exposição.....	130
1.1.2 O detalhamento do espaço expositivo.....	137
1.1.3 Planta baixa do Espaço Cultural do BC.....	140
1.1.4 Design da exposição no Espaço Cultural do BC.....	141
1.2 Ação educativa: a Educação Patrimonial.....	142
1.2.1 Uma didática como contribuição.....	145
1.3 A opção pela itinerância.....	149
1.4 Cronograma	150
1.4.1 Primeira etapa.....	150

1.4.2	Cronograma de implantação do projeto de exposição.....	150
1.4.3	Cronograma de atividades.....	151
1.5	Plano de Gestão Administrativa e Recursos Financeiros.....	151
1.5.1	Recursos humanos (internos).....	151
1.5.2	Recursos humanos (externos).....	152
1.5.3	Encargos sociais.....	152
1.5.4	Indicação de Serviços terceirizados.....	152
1.5.5	Recursos materiais.....	153
1.5.6	Custo Aproximado do Projeto.....	153
1.5.7	Divulgação em veículos de comunicação.....	153
1.6	Orçamento.....	154
1.7	Avaliação e Controle.....	154
	Considerações Finais.....	156
	Referências.....	161
Anexo A	Questionário para os visitantes do MV.....	164
Anexo B	Entrevista com F. dos Santos Trigueiros.....	166
Anexo C	Entrevista com José dos Santos Barbosa (Chefe do Mecir)	179
Anexo D	Entrevista com Luiz Gonzaga T. Borba.....	185
Anexo E	Entrevista com Newton Ferreira da Silva Marques.....	188

Lista de Abreviaturas e Siglas

Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)	37
Associação Filatélica e Numismática de Brasília (AFNB)	24
Banco Central do Brasil (BCB ou BC)	16
Casa da Moeda do Brasil (CMB)	33
Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC)	76
Conselho Internacional de Museus (ICOM)	49
Departamento do Meio Circulante (Mecir)	15
Divisão de Comunicação Educativa e Cultural (SECRE/DICEC)	151
Divisão de Documentação (DEMAP/DIDOC)	18
Divisão de Mídias, Editoração, Marketing e Publicidade (SECRE/DIMEP)	152
Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)	121
Instituto Brasileiro de Arte e Cultura (IBAC)	128
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)	55
Manual de Serviço de Pessoal (MSP)	18
Museu Histórico Nacional (MHN)	75
Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)	49
Política Nacional de Museus (PNM)	17
Programa de Educação Financeira (PEF)	39
Secretaria de Relações Institucionais (SECRE)	18
Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN)	75
Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)	58
Sistema Financeiro Nacional (SFN)	148
Unidade Real de Valor (URV)	37

Lista de Ilustrações

Figura 1 - Conjunto de cédulas extraviadas.....	19
Figura 2 - Anverso da “Cédula das Etnias”.....	62 e 130
Figura 3 - Reverso da cédula de Mil Cruzeiros: “Casal de índios Karajá”.....	62 e 131
Figura 4 - Cena do “Bumba-meu-boi”.....	63 e 132
Figura 5 - Anverso da cédula de Cinco Mil Cruzeiros Reais: “O Gaúcho”.....	63 e 132
Figura 6 - Anverso da cédula de Cincoenta Mil Cruzeiros Reais: “Baiana”.....	63 e 133
Figura 7 - Reverso da cédula de Dez Reais (plástico): “Imagens de Brasileiros”.....	63 e 134
Figura 8 - Moeda do Centenário da Abolição: “Homem Negro”.....	63 e 135
Figura 9 - Moeda do Centenário da Abolição: “Mulher Negra”.....	63 e 135
Figura 10 - Moeda do Centenário da Abolição: “Criança Negra”.....	63 e 135
Figura 11 - Moeda de Um Centavo de Cruzado Novo: “Boiadeiro”.....	64 e 136
Figura 12 - Moeda de Cinco Centavos de Cruzado Novo: “Jangadeiro”.....	64 e 136
Figura 13 - Moeda de Dez Centavos de Cruzado Novo: “Garimpeiro”.....	64 e 136
Figura 14 - Moeda de Cinquenta Centavos de Cruzado Novo: “Rendeira”.....	64 e 136
Figura 15 - Moeda de Cinco Cruzeiros: “Salineiro”.....	64 e 137
Figura 16 - Moeda de Dez Cruzeiros: “Seringueiro”.....	64 e 137
Figura 17 - Moeda de Cinquenta Cruzeiros: “Baiana”.....	64 e 137
Figura 18 - “Alegoria da República” ou “Figura da República”.....	70
Figura 19 - Qual o tipo de cuidado que as pessoas têm com o manuseio do dinheiro.....	114
Figura 20 - O brasileiro se vê representado nas cédulas?.....	116
Figura 21 - Você lembra de alguma campanha voltada para a conservação do dinheiro?...	116
Figura 22 - Por que as pessoas escrevem, desenham, rabiscam o dinheiro?.....	117
Figura 23 - Qual a razão para justificar essa falta de cuidado com o dinheiro?.....	119
Figura 24 - Como inibir a destruição e má preservação das cédulas?.....	120
Figura 25 - Quem paga para a produção do dinheiro?.....	122
Figura 26 - Quais as significações que o dinheiro têm para a sociedade:.....	123
Figura 27 - Você concorda com os ícones colocados na cédula.....	124
Figura 28 - As instalações físicas do MV e do BC podem ser qualificadas como?.....	126
Figura 29 - Como você classifica a Instituição Responsável pelo nosso dinheiro.....	126

Introdução

“É mais fácil escrever sobre dinheiro do que ganhá-lo, e aqueles que o ganham zombam bastante daqueles que só sabem escrever sobre ele”. (Voltaire)

Este trabalho tem como objeto de estudo elaborar algumas reflexões sobre o Museu de Valores do Banco Central do Brasil, localizado na capital federal. Considerar-se-á tanto a variedade e a diversidade do público que o visita como as representações simbólicas a partir de um conjunto de peças relacionadas com a identidade do povo brasileiro no dinheiro. Especificamente, analisar-se-á o perfil dessa identidade no dinheiro projetado entre o período de 1961 a 2000. É importante observar, desde já, que os elementos reais desta discussão estão objetivamente presentes e há uma preocupação de dar ao trabalho, de cunho dialógico, uma rica significação à exposição do Museu de Valores.

Atualmente, a forma como está montada a exposição fixa do Museu de Valores parece conduzir o visitante/observador a um estado de simples contemplação, tal qual um bazar de peças numismáticas. Não resta dúvida de que, sob o ponto de vista da arquitetura e do leiaute museográfico (vitrinas, iluminação, disposição das salas etc.), a exposição tem um caráter monumental. É essa forma de leitura que nos incomoda em demasia.

Assim, há um interesse de os elementos, que são deliberadamente escolhidos no conjunto da exposição de longa duração do Museu de Valores, venham a ser reexibidos em outro espaço, como por exemplo, o do Espaço Cultural do Banco Central¹ (como se cogita), acompanhados de uma adequada linguagem de comunicação que lhes dê ou torne possível diferentes leituras, para somente depois itinerar.

O Museu de Valores do Banco Central do Brasil, em Brasília, está localizado no próprio edifício sede do Banco Central e tem uma área de cerca de 1.300m². Hoje, o Museu de

¹ Esse espaço até parece mais adequado, em um primeiro momento, pois embora se trate de uma exposição itinerante a idéia é de que a mesma fora das dependências do Museu de Valores permitiria a visitação de um público infinitamente maior. Pois, não haveria choques de agendamento com a programação regular do projeto Museu-Escola, tendo em vista que esse impõe limitações às turmas agendadas, em razão do espaço limitado de algumas salas.

Valores tem sua exposição de longa duração e curta duração distribuída em 9 salas. Sua inauguração, em Brasília, deu-se como parte das comemorações da Semana da Pátria, em setembro de 1981, logo após a transferência de todo o acervo existente para as novas dependências. Anteriormente, o Museu funcionava na cidade do Rio de Janeiro. Nessa cidade fora, então, inaugurado e abriu-se o Museu ao público em 31 de agosto de 1972, como parte dos eventos comemorativos do sesquicentenário da Independência do Brasil.

Para bem entendermos este estudo, cumpre delinear as partes que o compõem. O primeiro capítulo, intitulado "O Dinheiro e o Museu", dedica-se a uma breve revisão bibliográfica em que se privilegia a literatura que narra, especificamente, as categorias Dinheiro e Museu. Finaliza-se com três tópicos que vão permear toda a questão que motivou o interesse desse estudo.

Obviamente, serão privilegiados o lócus desta pesquisa e o seu objeto de estudo: o dinheiro nacional. Isto em vista, emergirão tópicos de real significância para a compreensão e valoração tanto do lócus, assim como do objeto. Nesse espaço de pesquisa, estarão anotadas as diferentes fontes de consulta que poderão permitir a construção de diferentes idéias e olhares para tornar ainda mais rica essa fundamentação teórica. Será, pois, o diálogo interdisciplinar, que se faz entre História, Museologia, Numismática, Antropologia, Sociologia etc. e com profissionais dessas áreas, o canal que oportunizará ao visitante, à população, em futuro próximo, via montagem de uma exposição itinerante, a importância de categorias como: identidade cultural, patrimônio cultural. Essas categorias acham-se latentes no interior desses objetos sacralizados em vitrines. Já que a nova museologia exige um novo comportamento do visitante nos museus, a mera observação do visitante não mais cabe. Ele deve participar de “um estado de engajamento ativo com as coleções, as exposições, bem como com seus guias e monitores”. Isso é defendido por Denise Hamú de la Penha.² (1994, p. 29).

O segundo capítulo – “O lócus da pesquisa: Museu de Valores” - foi reservado para registrar a análise das entrevistas e do questionário aplicado no qual consta a fala de diferentes profissionais. Cada fala é importante por revelar os aspectos específicos com os quais cada profissional teve maior envolvimento. Assim, foi possível conhecer o pensamento do

² Coordenadora do Museu Goeldi/CNPq. Palestra proferida na Universidade de São Paulo (USP), de 4 a 8 de outubro de 1993. No Simpósio Internacional: “O Processo de Comunicação nos Museus de Arqueologia e Etnologia”.

idealizador e criador do Museu de Valores: F. dos Santos Trigueiros³. Trigueiros revelou toda a trajetória, desde a escolha do nome para o museu, a fase de planejamento, a forma de aquisição do acervo. Discorreu sobre seu envolvimento e suas expectativas para o futuro do Museu.

Em uma parte subsequente, registra-se a fala do gestor responsável pelo Departamento do Meio Circulante (Mecir) que relatando ações desde as mais simples até decisões as mais complexas como, por exemplo: a escolha das representações simbólicas para o dinheiro (como isso é feito, por quê e quando), a elaboração de campanhas educativas e outras importantes revelações.

O dinheiro (cédula e moeda) é o combustível da Numismática⁴. Daí a pertinente fala de um numismata, pois erroneamente julga-se tratar apenas de um hobby e não de uma ciência. É por meio dessa ciência que esses objetos não se perdem com o simples uso, mas se tornam registros vivos de memória, de identidade, de história.

A última etapa desse segundo capítulo revelou-se extremamente importante para esse estudo. Elaborou-se um questionário no qual foi possível se conhecer o ponto de vista do visitante em relação ao Museu de Valores, ao dinheiro nacional e à imagem que se tem do próprio Banco Central.

O terceiro capítulo propõe um projeto de exposição itinerante. Tal projeto vem como a realização e coroação de um trabalho perfeitamente afinado com a conclusão do próprio Mestrado Profissional. É a boa novidade que se oferece ao Museu de Valores e à sociedade, especialmente por ser itinerante e, assim, possibilitar que a exposição seja vista por diferentes pessoas e atinja um maior público. Atentou-se para que, além da itinerância, houvesse a adoção de uma ação educativa consubstanciada pela elaboração e edição de uma cartilha específica para os professores e a formulação de uma atividade interativa (jogo “quebra-cabeça”) para os alunos e demais visitantes. Em nosso ponto de vista, isso motivaria o interesse por uma discussão com base em uma Educação Patrimonial. Nesse âmbito, houve especial cuidado para que as informações básicas imprescindíveis para o planejamento do projeto não fossem esquecidas, como a questão dos recursos humanos, materiais, monetários (cf. tópico 1.5). Também não foram esquecidos a questão de um cronograma de implantação

³ Manteve-se a forma de grafar o nome, em respeito à solicitação do entrevistado.

⁴ Ciência que se ocupa do estudo das moedas e medalhas. Mais informações estão no tópico “O Recado dos numismatas”, p. 105.

do projeto, cronograma de atividades, o tipo de instrumento de avaliação e controle a ser usado, os resultados esperados, entre outros.

Nas considerações finais aponta-se para a importância e contribuição desse estudo para o Museu de Valores, para o Mecir e para a própria instituição Banco Central do Brasil (BC). Com destaque para o aspecto essencial que se pôde confirmar, qual seja: as práticas sociais inadequadas com o dinheiro e outros bens públicos são reflexos de um processo de socialização e, portanto, se nutrem de práticas culturais enraizadas. Outros aspectos como a avaliação que o visitante fez da Instituição e a própria fala dos numismatas ensejam mudanças na forma de relacionamento do BC com a sociedade. A proposição de uma exposição itinerante e, em especial, a ação educativa que a acompanha são os pontos fortes e complementares desse estudo.

Assim sendo, o que se deseja efetivamente é que os gestores do Museu de Valores atentem para essa nova relação que está em curso e diz respeito a exposições comunicativas, reveladoras, carregadas de sentimentos. Dessa forma, deve-se atentar para uma programação que vise à formação de um visitante ativo, interessado, com um olhar crítico, como objetiva alcançar a nova Política Nacional de Museus. Um museu operando como instrumento de inclusão social.

O que se pretende é estabelecer as múltiplas conexões que podem emergir a partir dos ícones realçados em cédulas e moedas, em especial, os que retratam as identidades nacionais representadas por tipos humanos regionais e perfis étnicos. Isso tem grande importância na medida em que as pessoas envolvidas com as atividades pertinentes à questão cultural, no Banco Central, percebem e decidem levar a um bom termo o espaço museológico, sobretudo para estabelecer um diálogo convincente e afirmativo com o público visitante. O objetivo é, pois, avançar no sentido de construir uma relação de aceitação e respeito acerca deste fantástico painel humano que é a formação da sociedade brasileira.

Busca-se assim uma relação de reciprocidade para que possa fazer sentido falar de preservação, de valorização, ou mesmo cobrar atitudes cidadãs. Para isso, é necessário que se ofereça à população ações e programas, de tal sorte que ela se descubra personagem e, representada nesse conjunto de atividades, possa compreender fazeres e saberes. Essas

relações coletivas expressam os modos de agir e de viver, que são produtos e realizações dessa mesma sociedade. Não é isso o cerne da cultura? Em *O Patrimônio em Processo*, Maria Cecília Londres Fonseca chama a atenção para esse tipo de formação, quando diz:

No caso do patrimônio cultural não basta, portanto, selecionar e proteger criteriosamente um conjunto de bens. É preciso que haja sujeitos dispostos e capazes de funcionarem como interlocutores dessa forma de comunicação social, seja para aceitá-la tal como é proposta, seja para contestá-la, seja para transformá-la. (2005, p. 43)

Há um incômodo quadro de desinformação e da falta de interesse de uma boa parcela da população em relação ao conjunto de bens culturais - tangíveis e intangíveis. É claro que isso não é reflexo de atitudes voluntárias, mas resultante de uma prática cultural marcada pelo desconhecimento, pelo descaso e até pelo preconceito de uns contra manifestações legítimas que, não só precisam de continuidade, como também fazem parte de uma memória histórica e de uma identidade que pode ser local, regional ou nacional.

A alusão a um contexto marcado pelo alheamento e desinformação não é privilégio, apenas, como se imagina, da população. Alheamento e desinformação são mais amplas do que se pensa normalmente e atingem setores sociais privilegiados. Por conseguinte, verifica-se esse elevado grau de condutas inadequadas em relação à maioria dos bens públicos. Logo, urge a necessidade de formação e qualificação de pessoas para atuarem no e com o patrimônio cultural - um campo da maior importância para o desenvolvimento equilibrado da nação, como se verá mais adiante nas colocações de Aloísio Magalhães. Tornar essa descoberta exequível é responsabilidade de dirigentes e profissionais que atuam em museus, centros culturais, secretarias de cultura e área afins.

Falar em patrimônio cultural, no Brasil é sentir-se imbricado em meio a uma fantástica ambientação cultural, tal a diversidade de formas existentes, mas que necessitam ser conhecidas, fruídas, valorizadas pela população, até mesmo como forma de se contrapor ao contexto acima referido.

Um expressivo exemplo desse patrimônio cultural brasileiro está nas dependências do Banco Central do Brasil. Afinal, além do Museu de Valores com um acervo de aproximadamente 130 mil peças, essa Instituição tem, hoje, em sua “reserva técnica” uma das mais expressivas coleções de artes plásticas do país. Destaca-se, sobretudo, o conjunto de peças do modernismo brasileiro.

Assim, o tema assume importância tanto para a Secretaria de Relações Institucionais (SECRE/SUREL) como para a Divisão de Documentação (DEMAP/DIDOC). Estes componentes administram respectivamente o Museu de Valores, o acervo de Obras de Arte e o Arquivo Histórico do BC. Ambos setores têm a responsabilidade de gerir todo esse patrimônio cultural. Tal assunto tem igualmente importância para o mestrando, em razão do envolvimento profissional nos referidos espaços (monitoria no Museu de Valores, montagem de exposições no Espaço Cultural do BC, acompanhamento e retirada de obras de arte, na Reserva Técnica, e, mais recente, no Arquivo Histórico do BC), nesses últimos dez anos.

O próprio Banco Central enfatiza sua política de educação permanente quando indica no Manual de Serviço de Pessoal (MSP), título: 5-11 - Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu*, nos itens I e II, os seguintes objetivos:

I criar estímulos à qualificação e à elevação do nível de motivação pessoal, de forma que a organização cumpra suas funções com elevados níveis de eficiência, eficácia e efetividade, pressupostos básicos estabelecidos pela Política de Recursos Humanos do Banco Central;

II criar ambiente que favoreça a crítica, possibilitando a transformação da própria Organização; (MSP/BC, 2004, s/p).

A necessidade de buscar novos conhecimentos e, sobretudo, em adquirir formação profissional adequada para servir a instituição Banco Central e, por extensão, à própria sociedade brasileira - da melhor forma possível -, motivou o pesquisador a pleitear este Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural.

Um dos primeiros problemas que envolvem a relação da sociedade com o dinheiro é como ele é conservado ou manuseado no dia-a-dia. Ao se observar essa questão, verifica-se que há, de fato, uma memória histórica que aponta para uma prática descuidada em relação ao uso do dinheiro, característica que atinge toda a sociedade. Isso acontece mesmo atualmente, quando se têm todos os motivos para se ter um dinheiro bem conservado, em razão da existência de um sofisticado aparato tecnológico - com terminais eletrônicos e máquinas coletoras -, cuja exigência básica para o seu bom funcionamento é o de um papel-moeda (cédula), no mínimo, bem conservado. Isso exige certos cuidados da população, mas, infelizmente, o que se vê no cotidiano é o dinheiro nacional receber uma série de maus tratos, como mostra o conjunto abaixo:

Conjunto de cédulas extraviadas



Figuras 1

Tem sido um hábito encontrar cédulas com desenhos, escritas e com manchas. Cédulas são encontradas picotadas, rabiscadas, remendadas... Tal prática ocorre desde a época do Brasil colonial, porém com as moedas. Nunca se teve cuidado com esse bem público. Ora, se é essa a maneira que a população trata o dinheiro, então, se pode inferir que se trata de um verdadeiro costume desenvolvido (inconscientemente) e passado de geração a geração.

O que fazer para mudar essa situação? Com certeza as campanhas educativas esporádicas não resolvem. Em contraposição, desenvolveu-se no âmbito do setor financeiro nacional, nos últimos anos, uma verdadeira revolução de modernidade, tornando-o um dos mais adiantados do mundo, no entanto, a maneira da população manusear o dinheiro continuava (e continua!) a mesma de 30, 40, 50 anos atrás, ou seja, com pouco ou nenhum cuidado (cf. figura 19, no tópico “A opinião dos diferentes públicos”).

Na verdade, o Banco Central do Brasil não só deixou de atuar regularmente com ações educativas, mas também as poucas peças publicitárias veiculadas não convenceram a sociedade a cuidar melhor do dinheiro. O velho hábito de lidar com a cédula de qualquer jeito

continua. Em consequência, o prejuízo aos cofres públicos foi de aproximadamente cem milhões de reais em 2005.⁵

Nesse aspecto, chama-se a atenção dos gestores do Departamento do Meio Circulante para o fato de que qualquer tentativa em mudar hábitos enraizados não se realiza por meio de campanhas veiculadas esporadicamente. Os gestores não têm idéia da dimensão de uma prática cultural. Para ratificar essa incongruência, a última peça publicitária⁶, com a finalidade de convencer a população a conservar o dinheiro, foi feita em 1997. Isso confirma o resultado de pesquisa (cf. cap. II, no tópico “A opinião dos diferentes públicos”), pois pouquíssimas pessoas lembram de alguma campanha nesse sentido. Ações dessa natureza costumam produzir efeitos de pouca ou quase nenhuma visibilidade. E, por isso, a população continua ainda com uma prática oposta à modernidade referida acima. Aliás, aprendeu-se desde pequeno que dinheiro é sujo, no sentido higiênico mesmo, isso explica muita coisa.

Verifica-se que o dinheiro, para a maioria da população, é apenas mercadoria de troca. Como ficam então as representações simbólicas exibidas em cédulas e moedas? Excetuando-se o trabalho artístico, parecem completamente sem sentido. Seja qual for o ícone representado no dinheiro, se não for feito um amplo trabalho de conscientização (que não se consegue em única campanha), está fadado a cair no vazio. A respeito disso Lilia Moritz Schwarcz (1998, p. 20) chama a atenção para o uso dessas representações e duvida de sua finalidade quando usados aleatoriamente.

Nesse contexto de ressignificação das representações simbólicas, que importância tem esse projeto de exposição itinerante? Sem dúvida, a idéia de o Museu retomar essa forma de exposição⁷ passa a ser uma novidade. Explica-se. Primeiro porque vem permitir o uso de recortes temáticos de dentro da exposição atual, como é o caso desse projeto de exposição, aqui sugerido (cf. capítulo III). Segundo, porque tem a vantagem, por ser uma exposição menor, de se poder oferecer uma contextualização em harmonia com a ação educativa que se quer propor. Terceiro, pode influenciar os gestores diretamente envolvidos com o lançamento

⁵ Fonte: BC – Departamento do Meio Circulante. Trata-se de dinheiro novo para repor o quantitativo que a população estragou.

⁶ Este foi o texto da última campanha: “*Dinheiro custa dinheiro. Não amasse e não rabisque. Preserve estas espécies brasileiras*”.

⁷ Cabe esclarecer que as mostras temporárias realizadas nos últimos sete anos não tinham ligação alguma com a exposição de longa duração do Museu de Valores. Na verdade, a maioria dessas mostras tinha como acervo museográfico as obras da “coleção de arte” do Banco Central.

e emissão da moeda nacional, no sentido de aproveitarem bem mais as múltiplas possibilidades do dinheiro, inclusive até mesmo como “objeto de comunicação”, característica observada por Aloísio Magalhães. Magalhães utilizou para projetar no desenho da cédula a formação étnica da sociedade brasileira (2003, p. 210).

Enfim, este estudo desenvolve reflexões sobre algumas peças do acervo do Museu de Valores do Banco Central do Brasil, situado na Capital Federal, Brasília. As práticas sociais com o dinheiro, o uso, o manuseio, sua preservação, sua circulação, bem como a troca do mesmo por mercadoria ou pelo próprio dinheiro constituem o foco central desta dissertação de mestrado, cujo título é: *"Acervo do Museu de Valores: Os ícones do povo brasileiro na moeda nacional, de 1961 a 2000"*.

Essa dissertação envereda para certa aceitação consciente do uso da moeda nacional na vida cotidiana do cidadão. Ela tenta inferir que o povo se vê representado na moeda (ou não). Muitos estudiosos⁸ asseveram que a identidade nacional está expressa nos ícones exibidos nas cédulas e nas moedas que circulam nos quatro cantos da nação.

Nesse contexto, é interesse desta dissertação de Mestrado discorrer sobre as articulações existentes entre o Museu de Valores do Banco Central do Brasil, lócus desta investigação, as práticas sociais com o dinheiro e as representações simbólicas que a sociedade constrói sobre o dinheiro, o Museu, o BC e a elaboração de projeto de exposição itinerante que possa ser visto por vários setores da sociedade.

Dessa forma, o objetivo geral dessa pesquisa é fazer uma leitura da construção da identidade nacional a partir dos ícones relacionados à formação da diversidade étnica brasileira. Os ícones foram exibidos em cédulas e moedas com o intuito de dar ao visitante, enquanto povo, uma dupla imagem: o dinheiro representando a identidade nacional e a do povo ali representado. Deve-se esclarecer que o período considerado no trabalho abarca os anos 1961 a 2000.

Como objetivos específicos têm-se:

⁸ Entre esses estudiosos destacam-se os trabalhos, por exemplo, de Aloísio Magalhães que foi o arquiteto maior dessa idéia. Ele próprio ao defender e apontar o Brasil como se colocando na vanguarda pelo uso de ícones tão especiais, afirma: “[...] Que outra nação usou com naturalidade sua formação étnica em objeto de comunicação tão amplo como o seu próprio papel-moeda?”. (2003, p. 210). Uma outra referência é Trigueiros, autor de entre outros livros: *Museu e Educação e Dinheiro Brasileiro*.

- Observar e analisar o desenvolvimento da História do Museu de Valores e que percursos o seu idealizador e fundador utilizou para montar esta Instituição;
- Observar e analisar a identidade do povo brasileiro através das representações iconográficas contidas na moeda nacional. Assim como o entendimento que o visitante do Museu de Valores elabora em relação ao dinheiro;
- Propor e desenvolver ações educativas voltadas a outros públicos de forma a tornar o Museu de Valores um espaço da dinâmica cultural da cidade (oferecendo programação que incluam vídeos, palestras, oficinas em uma perspectiva de Educação Patrimonial para alunos de Ensino Fundamental, Médio e Ensino Superior)⁹;
- Observar e analisar como os principais estudiosos do dinheiro brasileiro entendem a questão do Museu de Valores e a utilização do dinheiro pelo brasileiro;
- Propor a realização de um projeto de exposição itinerante, visando incentivar e promover a utilização desses ícones em ações educativas freqüentes.

Este trabalho iniciou-se por um levantamento bibliográfico. Ressalte-se que essa abordagem metodológica valorizou, por um lado, a parte qualitativa (as entrevistas) e, por outro lado, a averiguação quantitativa, relacionada ao questionário aplicado com o intuito de conhecer não apenas as percepções que a população tem ou faz do dinheiro, mas também como percebe a atuação do Banco Central. O primeiro momento, de fato, foi direcionado para o contato com o referencial teórico. A escolha ou mesmo o recorte realizado em relação a alguns autores deu-se no sentido explícito de que os mesmos têm um vínculo maior com o objeto de estudo deste trabalho: o museu, o dinheiro (e suas representações simbólicas), patrimônio cultural, identidade cultural, além do olhar da antropologia. É, também, verdade

⁹ Oferecer uma agenda alternativa às segundas-feiras, por exemplo: “O Museu vai à Escola”. Tendo em vista que nesse dia o MV não é aberto ao público.

que os trabalhos já existentes dos autores F. dos Santos Trigueiros¹⁰, Eugênio Vergara Caffareli e do professor Cleber Baptista Gonçalves, os quais se teve maior acesso, são do mais alto gabarito, mas carecem de novas atualizações, especialmente em face de um contexto mundial globalizado, onde o dinheiro tem hoje até mesmo diferentes finalidades ou nem diz mais respeito a um Estado-Nação, porém a um bloco econômico, como é o caso da moeda da União Européia¹¹. É verdadeira a existência de uma extensa editoração de livros, nos quais a iconografia e o caráter descritivo estão mais presentes, faltando-lhes, do ponto de vista explicativo, maior aprofundamento. Como ilustração, citam-se os compêndios do Livro Safra, editado em 1988 e reeditado em 2000 e o Dinheiro Brasileiro (desde a criação do Banco Central do Brasil, 1964-1999), editado em 1999. Ambos são referências iconográficas e, como já se disse antes, acompanha uma descrição das peças constitutivas. Verifica-se, portanto, a existência de uma rica iconografia do dinheiro brasileiro, algo que ajuda, sem dúvida, o interesse de colecionadores e contribui para o enriquecimento de exposições. Todavia, esses livros (acima) são incompletos, pois não se aprofundam em uma pesquisa mais abrangente, aproximando-se, assim, de um livro técnico. Os principais livros/textos usados para essa pesquisa, do Trigueiros (Dinheiro no Brasil) e do Gonçalves (Casa da Moeda do Brasil), são publicações de 1987 e 1989 (2ª edição), respectivamente.

Optou-se, como já dito, pela noção antropológica que dá o direcionamento da seleção de autores e textos que vão privilegiar a estreita correlação do referencial teórico, especialmente, no estudo das categorias: museu, patrimônio cultural e identidade cultural. Desse modo, entre outros autores e textos, citam-se (o do historiador) José Murilo de Carvalho (A Formação das Almas) e de Lilia Moritz Schwarcz (As Barbas do Imperador), os dois, respectivamente, vão, por assim dizer, justificar, validar e relacionar-se profundamente com a escolha da temática para o projeto de exposição itinerante. Tratam exatamente da questão do uso das representações simbólicas e sua influência no imaginário da população.

A relação a seguir, feita por área de estudo, vem valorizar este trabalho. Cita-se na numismática: F. dos Santos Trigueiros, Dinheiro no Brasil e Dinheiro no Museu; Cleber Baptista Gonçalves, com Casa da Moeda do Brasil. Na área de patrimônio cultural destacam-

¹⁰ A respeito do livro: Dinheiro no Brasil, de F. dos Santos Trigueiros, segundo informação do próprio autor, está muito próximo do lançamento de uma nova reedição atualizada.

¹¹ Trata-se de acordo havido entre 12 Estados-membros da União Européia: Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo e Portugal que permitiu a substituição de suas moedas nacionais por uma única moeda – o EURO, em 1º de janeiro de 2002. Dinamarca, Suécia e o Reino Unido fazem parte da União Européia, mas mantiveram suas moedas nacionais.

se nomes como Aloísio Magalhães e os títulos A Herança do Olhar e E Triunfo?; Maria Cecília Londres Fonseca, com o livro O Patrimônio em Processo. No campo da museologia, Lygia Martins Costa, autora De Museologia Arte e Políticas de Patrimônio; MUSAS (Revista Brasileira de Museus e Museologia). E, na área de Educação Patrimonial, Maria de Lourdes Parreiras Horta et al., Guia Básico de Educação Patrimonial; Prof. Dr. Saul Eduardo Seiguer Milder (org.), Educação Patrimonial: Perspectivas; Maurí Luiz Bessegato, O patrimônio em sala de aula: fragmentos de ações educativas. Especificamente relacionado ao Museu de Valores já foi objeto de citação O Dinheiro Brasileiro (desde a criação do Banco Central, de 1964-1999). Obviamente, que os textos da teoria antropológica e de outras áreas vão compor uma espécie de arquitetura para a solidez deste trabalho. Assim sendo, os textos de Franz Boas (Antropologia Cultural); Roque de Barros Laraia (Cultura-um conceito antropológico); Émile Durkheim (As Regras do Método Sociológico); Néstor García Canclini (Culturas Híbridas), entre outros, vão possibilitar a construção de um permanente diálogo.

Em outra etapa, ou seja, no que se reconhece como ida ao empírico, realizou-se uma série de três entrevistas (na modalidade semidirigida), com pessoas que abordaram o assunto de maneira relevante. São a seguir citadas. F.dos Santos Trigueiros, museólogo e criador do Museu de Valores, que bem soube ter uma importante e decisiva presença na e para a construção do Museu de Valores e na própria história moderna do dinheiro brasileiro. É figura ímpar por ser um estudioso e pesquisador brilhante. A segunda entrevista foi realizada com José dos Santos Barbosa, Chefe do Departamento do Meio Circulante. Também proferiu uma opinião muito importante porque revelou informações e dados que comumente não se acham registrados em um único livro, revista, ou um outro tipo de leitura informativa. A terceira foi feita com Luiz Gonzaga Teixeira Borba, membro da Associação Filatélica e Numismática de Brasília (AFNB). Este entrevistado revelou uma fala valiosa pela objetividade e deu a conhecer o grau de dificuldade no relacionamento de instituições¹² que se integradas, fariam, sem dúvida, um trabalho de cunho pedagógico excepcional. Aliás, essa entrevista revela o quadro desconexo que impera na maioria das instituições públicas nacionais. Ponto que o Aloísio Magalhães entendia como atraso para o desenvolvimento nacional. Para ele é preciso conectar a percepção cultural com a vertente econômica. Fato esse que será verificado nos

¹² As instituições as quais se refere são as Associações numismáticas e o Banco Central. Observar-se-á ao longo da entrevista da posição adotada pelo Banco Central de completa indiferença em relação àquelas associações.

depoimentos dos diversos interlocutores, bem como no livro *E Triunfo?*¹³ Ressalte-se ainda, na linha de entrevistas, a entrefala (Anexo E) do economista e membro do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal, Newton Ferreira da Silva Marques. Uma fala enriquecedora, sobretudo, quando se pensa no aprofundamento do tema, conectando-o à questão econômica.

Deve-se dizer que várias outras conversas informais dentro e fora do Museu de Valores com professores, jornalistas, escritores, comerciantes e trabalhadores em geral, cujas opiniões não devem ser subestimadas e deverão ser referenciadas no tópico seguinte. E como última etapa ainda desse processo de ida ao empírico, faz-se menção a um momento relevante deste estudo. Refere-se à aplicação de um questionário (do tipo fechado) para um total de 120 pessoas entrevistadas nas dependências do Museu de Valores, entre os dias 2 e 18 de junho de 2005.

¹³ Livro que reúne uma coletânea de entrevistas, palestras e discursos proferidos por Aloísio Magalhães, quando esteve à frente de instituições ligadas à cultura.

Capítulo I

O dinheiro e o Museu

O que é dinheiro?

"No princípio era o escambo; o homem dava o que tinha e recebia o que necessitava. Mas essa troca absoluta - o supérfluo pelo fundamental, sem noção de outros valores - começou a ficar difícil quando a Ambição perguntou: 'Esperaí, quantos macacos vale uma canoa?'" (Millôr Fernandes)

Dinheiro é elemento indispensável na vida das pessoas. Não importa o lugar, não importa o tamanho da atividade comercial ou econômica que se pratique, o dinheiro está presente em todos os lugares do mundo. E faz parte de uma história construída ao longo de tantos séculos e que envolve muitos episódios que resultaram na diversidade de aspectos econômicos e culturais de que se cercou esse elemento.

Entre as muitas formulações existentes para explicar a origem desta palavra, escolheu-se, até por adequação aos novos tempos (leitura dirigida a todos os públicos), a que consta na série "Cadernos do BC - Série Educativa". E especificamente no caderno "O que é dinheiro?" pode-se ler o que se segue: "A palavra 'dinheiro' vem do latim denarius, nome dado a uma antiga moeda romana. Essa palavra foi usada para denominar uma moeda de prata e cobre que circulava em Castilha, na Espanha; depois foi utilizada para todas as moedas e todo o tipo de dinheiro." (2002, p. 24)

Evitar-se-á a aposição de uma longa história para justificar a origem e a evolução da moeda. Todavia, apenas como curiosidade cita-se que "as primeiras formas de dinheiro conhecidas são os lingotes (ou barras de metal), que eram usados na Babilônia há uns 5.000

anos". (Idem, *ibid.*, p. 25). Como é sabido, há muitas outras fontes de consulta que discorreram amplamente sobre este assunto. Na medida do possível, com base nas novas leituras relacionadas ou adaptadas a este assunto, procurar-se-á atender, em parte, essa curiosidade em relação à questão: O que é dinheiro?

No sentido popular e, portanto, na rica literatura que se faz diálogo nos salões, nos bares, nas feiras, nas filas...Dinheiro é salário, é “grana” para se apostar, pagar as contas... Dinheiro é o que se tem no bolso, no caixa, mas, segundo Trigueiros, dinheiro na gíria é também: "bago, barão, bolada, bronze, bufunfa, cacau, conto, dim-dim, divisa, gaita, grana, erva, jabaculê, mango, monei, níquel, nota, pacote, pataca, pila, prata, teco, tostão, tutu...". (Trigueiros, p.281, 1987; Novo Dicionário Aurélio, 2ª edição, p. 591). É importante considerar que muitas dessas alcunhas dadas ao dinheiro, muitas vezes ficam restritas ao domínio de uma região ou localidade. Este é o caso, por exemplo, do termo "pila", comum entre os gaúchos e cariocas.

É curioso notar que, além de tantos apelidos dados ao dinheiro, chama-se a atenção para a ocorrência das muitas trocas de padrão monetário na história do dinheiro brasileiro. Do Real (unidade monetária de Portugal, à época do início da (nossa) colonização, porém contado em **réis** - plural popular de real -) ao Real foram nove mudanças, e, mesmo assim, o dinheiro continuou a ser dinheiro, tivesse ou não um apelido, como descrito acima. Essa história em passos cronológicos está bem detalhada nas Salas Brasil e de Emissões do Banco Central, no Museu de Valores, em Brasília.

Em sentido amplo, dinheiro significa a moeda de um país. E por isso se diz: o dinheiro brasileiro é o Real, como também pode ser dito: a moeda brasileira (atual) é o Real. O dinheiro americano, ou a moeda americana, é o dólar. Observa-se que o conceito de dinheiro e moeda atualmente tem o mesmo sentido. Já em um aspecto mais restrito, dinheiro é o mesmo que moeda metálica, cédula, moeda corrente, numerário, verba, riqueza, pecúnia, meio de pagamento; e na gíria ou no popular é aquela variedade de nomes enumerada acima.

É natural que haja todo um interesse acerca desta questão: O que é dinheiro? Mas, ao invés de repetir essa mesma questão, colocada como premissa de abertura por Oscar Pilagallo, em seu livro *A Aventura do Dinheiro*, por que não colocar a questão da seguinte forma: Para que serve o dinheiro? Parece que a escolha a seguir é suficiente como resposta, assim

comentada: são "as moedas e as notas usadas para comprar quase tudo aquilo de que você precisa ou que você quer (comida, roupas, brinquedos) são uma invenção recente na história da humanidade". (Cadernos BC, 2002, p. 3).

Na verdade, o dinheiro (ou a moeda) surgiu para facilitar a aquisição de alguma coisa (mercadoria) desejada. Obviamente que ao chamar essa conquista de "invenção recente", o texto quer implicitamente chamar a atenção para o período excessivamente longo e marcado pela prática do escambo - forma de comércio dominante no início da civilização -, quando não havia moeda e, simplesmente, trocava-se mercadoria por mercadoria. Mesmo no espaço urbano atual se pratica escambo. Um exemplo comum é a troca do automóvel. É claro, que há toda uma sofisticação que é própria dessa época, porém, é possível acompanhar casos como o de uma criança que troca com uma outra um brinquedo de maior valor por outro de menor valor, simplesmente porque o deseja muito. Esse exemplo assemelha-se àquela forma de comércio e que também vai existir no gesto dessas crianças.

É sabido que a moeda (ou dinheiro) ao longo de sua trajetória recebeu além de sua principal vantagem - de instrumento de troca - outras significações. Significações que atingem o plano místico, como se pode ler na publicação: A moeda, ontem & hoje, cujo texto aponta que: "[...] Nos primórdios da civilização, os sacerdotes da Babilônia, estudiosos de astronomia, ensinavam ao povo a existência de estreita ligação entre o ouro e o Sol, a prata e a Lua. Isto levou à crença no poder mágico destes metais e no dos objetos com eles confeccionados. (BCB, 1986, p. 11).

O dinheiro atinge significações por meio de provérbios, rimas, versos ou canções. A respeito, a produção de um LP - "O Dinheiro na Música Popular Brasileira" - contendo 19 faixas que se reportam ao presente tema, mostra a importância do assunto no imaginário brasileiro, que segundo seu produtor, Ricardo Cravo Albin, retrata a sensibilidade dessas composições musicais "bem ao nível da grande massa brasileira. [...] A maioria dos compositores populares quase sempre abordou o tema 'dinheiro' no sentido de reivindicá-lo e nunca por considerá-lo farto e excessivo".¹⁴ São exemplos de algumas faixas e de provérbios:

- Dinheiro Vem Dinheiro Vai (Noca – Vovó Ziza). Intérprete: Jorginho do Império
- Pra que Dinheiro (Martinho da Vila). Intérprete: Paulo Marquês

¹⁴ Produção: Ricardo Cravo Albin. Arranjos e Regência: Altamiro Carrilho. Edição fonográfica: V-Som. Gravado nos Estúdios da SOMIL (RJ), nos dias 9, 12 e 14 de julho de 1976.

- Pecado Capital (Dinheiro na mão é vendaval) (Paulinho da Viola). Intérprete: Cauby Peixoto
- Dezesete e Setecentos (Luiz Gonzaga – Miguel Lima). Intérprete: Jackson do Pandeiro
- Nem tudo o que se conta é dinheiro. (provérbio)
- Mais vale um amigo na praça do que dinheiro no bolso. (ditado, provérbio).

Outras formas fora do costume ou da crença religiosa verificaram-se e, nesse aspecto, chama-se a atenção para a analogia apontada por Pilagallo, citando Edward Gibbon. É pertinente observação de Gibbon ao comparar os campos literário e numismático:

que as moedas, criadas para indicar valor, e as letras, criadas para expressar idéias, acabaram contribuindo para multiplicar, cada uma a seu modo, os objetos que foram designadas para representar. Cunhe-se uma boa frase, e ela enriquecerá a língua; cunhe-se uma boa moeda, e ela enriquecerá a sociedade. (Edward Gibbon apud Pilagallo, 2000, p. 16-17)

Certamente essa visão romântica afina-se com um cenário no qual esteja presente a identidade de cada Estado nacional, quando o dinheiro, seguindo uma prática tradicional, insere elementos e aspectos da cultura particular de cada país, revelando-se um dos mais importantes símbolos de qualquer nacionalidade. Entretanto, essa visão tem mudado muito ultimamente devido à formação de blocos econômicos que instituíram outras regras - uma moeda única - e não mais o dinheiro próprio e característico de um país, como no caso da União Européia que tem um bloco de 12 Estados-membros. Este fato determina, tal qual um rolo compressor, a destruição de práticas e formas até bem pouco usuais e que agora sucumbem frente a esse 'poder demolidor' que é comentado da seguinte forma por Carlos Díaz:¹⁵ “O Império não é ocidental, nem oriental mas, multinacional. Hoje, só o dinheiro 'pensa', e 'pensa' do mesmo modo em todos os lugares do mundo. O imperialismo acabou com a velha noção de soberania culminando na monetarização do pensamento e na dolarização da vida e da cultura”.

Essa visão vem sendo construída com certa intensidade desde a década de 80 quando os meios de comunicação chamavam a isso de "aldeia global". Esse quadro, longe de parecer uma possível facilidade na distribuição e circulação do dinheiro (riqueza), representa, sem dúvida, uma avassaladora dominação dos impérios econômicos sobre as demais nacionalidades que, inevitavelmente, ficam marcadas pelas enormes desigualdades sociais, mantendo-se, assim, as velhas formas de categorização, como se conheceu anteriormente: civilização, barbárie e selvageria. Tempos depois surgem as designações de primeiro mundo,

¹⁵ Disponível em <<http://www.agrorede.org.br/ceca/500/Culturas.html>>. Acesso em: 27 junho 2005. Entrevista concedida pelo filósofo espanhol Carlos Díaz, durante a realização de Simpósio Internacional Brasil: 500 Anos, pela Universidade Federal de SC e Universidade Regional de Blumenau, em julho/1999.

segundo mundo, terceiro mundo. E, agora, países ricos, países emergentes e países pobres. Denominações que não alteram significativamente e positivamente os contextos econômicos e sociais da maioria das nações de todo o mundo porque a novidade está apenas na troca de terminologia.

O curioso mesmo é verificar que bem antes de se vivenciar essa fase de uniformização econômica (e mesmo cultural como querem os impérios econômicos), há mais de um século, um estudioso já tecia considerações bem inquietantes acerca de como o dinheiro se impunha e afetava as relações socioeconômicas e culturais na sociedade. De acordo com Simmel, o dinheiro possui forte apelo psicológico, pois "Acredita-se muito facilmente, que se possui no dinheiro o equivalente exato e total do objeto" (Souza e Oëlze, 2005, p. 31). Em razão disso, o autor, ao observar uma perspectiva cultural, já de sua época (moderna), baseada no dinheiro que tudo pode comprar e alcançar por meio dele (isso nos dias atuais ainda é mais visível), chamava a atenção para outros aspectos que não podem ser expressos em dinheiro. Por isso argumentava contundentemente: "Encontra-se nisso, certamente, um motivo profundo para o caráter problemático, a inquietação e a insatisfação da nossa época". (Idem, p. 31).

É nesse ritmo alucinante de negociações e de trocas, sem a necessidade de uma base fixa, pois em qualquer lugar do planeta é possível fechar algum tipo de negócio, que Jack McIver Weatherford (2005, p.11) afirma: "O dinheiro é o idioma do comércio no mundo moderno". Esse mesmo autor, no prefácio de seu trabalho - *A História do Dinheiro* -, já vê surgir o que ele chama de a terceira revolução monetária, cuja etapa será marcada pela "era do dinheiro eletrônico e da economia virtual". Weatherford concebe a seguinte divisão para a história do dinheiro: a primeira geração teria se iniciado com as moedas na Lídia há aproximadamente 3 mil anos atrás e teve como resultado o aparecimento de mercados livres e abertos. A segunda geração do dinheiro teve seu início na Renascença e vai até a Revolução Industrial que resultou na criação do sistema capitalista mundial. (cf. prefácio, s/p.).

Vislumbra-se um cenário onde o dinheiro tem um caráter nitidamente especulativo e muitas vezes nem mesmo está atrelado à riqueza do país, pois está suscetível a boatos, a manipulações estatísticas, com uma tendência a acompanhar 'mercados financeiros' que passam a ditar um sobe e desce das divisas nacionais. O dinheiro está longe, como já referido, de representar uma estabilidade para a economia mundial. O próprio Weatherford prognostica que "O novo dinheiro fará mudanças radicais nos sistemas políticos, na organização das empresas e na natureza da organização de classes". (2005, idem, ibid.).

É em meio a essa "ciranda de interesses", em relação ao dinheiro (outrora apenas um facilitador das trocas e hoje cada vez mais representativo da "munição" de impérios econômicos e de gigantes no comércio) que este trabalho quer apresentar uma outra faceta do dinheiro que, no caso brasileiro, foi uma constante forma de retratar ícones representativos da identidade cultural nacional, exibindo figuras étnicas e tipos formadores da sociedade brasileira, especialmente, no período selecionado.

É este o ponto marcante e, por isso, tornou-se o objetivo deste trabalho que se define não apenas no discurso escrito, mas também na forma de um instrumento vigoroso, de forte apelo visual - uma exposição itinerante. Os ícones representativos da nossa memória e da nossa identidade permitem que muitas leituras sejam ainda construídas. Uma delas, por exemplo, é a importância dos outros significados que o dinheiro brasileiro ricamente explorou. É esse mesmo elemento, prodigiosamente percebido por Aloísio Magalhães quando apontou as múltiplas possibilidades que o dinheiro pode (e podia) oferecer como, por exemplo, mostrar o perfil humano brasileiro como uma das formas expressivas de retratar a identidade brasileira, que esse trabalho quer resgatar além de outras temáticas de respeitável valor.

O que é Meio Circulante Brasileiro?

O Meio Circulante brasileiro, a contar do início da colonização do Brasil, foi marcado por uma miscelânea de moedas de diferentes nacionalidades. Circularam por aqui moedas portuguesas, reales espanhóis, florins holandeses e cruzados franceses (demi-henri d'or). Só para se ter uma idéia desse pluralismo de moedas, Trigueiros revela a dimensão dessa realidade quando escreve que "Em princípios do século XVII, a maior parte do meio circulante no nosso país era constituído de reales hispano-americanos". (1987, p. 47). Certamente, como observar-se-á mais adiante, a escassez de numerário na própria Coroa levava, às vezes, a aposição de carimbos sobre alguns valores existentes com o fito de dar-lhes novos valores. Ora, isso é curioso pelo fato de nossa colonização ter sido domínio

português e não espanhol. A predominância de tais moedas era proveniente do Peru graças ao intenso comércio que se desenvolveu pelo Rio da Prata.

Um fato é merecedor de comentário. Por volta de 1645, os holandeses foram os primeiros a cunhar exemplares de moedas no Brasil - os florins de III, VI e XII, conforme descreve Trigueiros

Foram as primeiras moedas a apresentar o nome do Brasil e tinham as seguintes características: forma retangular [...], o valor em algarismos romanos e abaixo entrelaçadas as iniciais G.W.C. (Geotroyerde Westindische Compagnie) Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais. No reverso as palavras ANNO--BRASIL, logo abaixo, 1645 ou 1646. (1987, p. 47-48)

Ainda em relação à presença holandesa, no Nordeste brasileiro, é Cleber Baptista Gonçalves (1989) quem nos surpreende ao revelar a ocorrência de algo semelhante ao papel-moeda, quando os registros até então apontam apenas para a circulação de moedas. Em todo caso e como elemento a compor essa multimistura de valores, eis o seu testemunho:

[...] as cédulas eram de circulação muito restrita, sendo que as primeiras manifestações de valor impresso - o qual assumiu funções equivalentes às do papel-moeda - ocorreram no século XVII, durante o domínio holandês, no Recife. Foram as ordens de pagamento e as ordenanças obsidionais emitidas, como visto, pela primeira vez, em 1640, sob a ameaça de um ataque da Espanha às forças holandesas. (1989, p. 319).

A diversidade de origens das moedas podia indicar um meio circulante sem problemas de divisas, todavia, não foi isso o que ocorreu nesse período, como nos confirma na citação abaixo aquele mesmo estudioso, acerca das moedas em circulação: “[...] eram elas grandemente insuficientes para o mais rudimentar atendimento das necessidades da Colônia. A tal ponto, que o governador-geral Mem de Sá informava ao rei, em 1556, que “tinha de receber os seus ordenados, pagos em mercadorias, perecíveis ou não...”. (Gonçalves, 1989, p. 63).

Mesmo anos depois do registro de quadro tão problemático, ainda persistia um meio circulante desorganizado. A marca dessa escassez monetária é atestada em novo depoimento de Trigueiros: "No Maranhão, o dinheiro praticamente não existia, desempenhando papel de moeda nas trocas o açúcar, o cacau e o algodão em fio e em tecido [...]". (1987, p. 48). Outro aspecto que de certa forma marcou esse período e contribuiu para a desorganização desse setor, não obstante às grandes distâncias, foi a prática do cerceio, cuja ação consistia em raspar pelas bordas o ouro e a prata das moedas. Foi este fato que levou D. Pedro II (1667-1706) a instituir determinadas medidas como forma de resguardar a integridade das peças como, por exemplo, o decreto de 26 de maio de 1686. De acordo com Trigueiros, as moedas de ouro e prata

deviam ser separadas das de cunho antigo, pois estas só podiam ser recebidas com o devido peso aplicando-se-lhes o cordão e a marca, para que pudessem voltar à circulação. [...]. Se fossem encontradas com falta de peso, seus possuidores incorreriam nas penas determinadas pela Lei de 8 de julho de 1686. (1987, p. 48)

Efetivamente, o meio circulante à época do Brasil colônia, sob a vigência portuguesa, não reunia condições favoráveis a um crescimento adequado devido ao quadro de isolamento a que estava submetido o nosso comércio, conforme escreve Gonçalves: "Enquanto o Brasil foi colônia portuguesa, o meio circulante era reduzido, uma vez que o comércio só se estabelecia com Portugal, fechados que eram os portos às trocas mundiais [...]". (1989, p. 319). Essa situação diminuiu a partir do ato que declarou, em 1808, a abertura dos portos às nações amigas, após a chegada da família Real ao Brasil.

No entanto, o primeiro ato instituído no país que trata do uso de cédulas de papel-moeda foi o Alvará de 1º de setembro de 1808. Como medida de maior impacto, o objetivo era disciplinar a atividade comercial em toda a Colônia, excluindo, por sua vez, a circulação do ouro em pó e com isso evitar o contrabando. Uma outra medida, muito mais do que disciplinadora, porque foi, sobretudo, reguladora, vem com a criação do primeiro Banco do Brasil, em 12 de outubro de 1808. Este foi um ato promulgado pelo Príncipe Regente, D. João VI, que ratificou a idéia de criar uma instituição, segundo aponta o mesmo autor acima citado: "já era familiar aos meios administrativos portugueses, em projetos de fins do século XVIII, como entidade centralizadora e pública, capaz de regularizar a escassez de moeda circulante [...]". (1989, p. 322).

Somente em março de 1694 foi criada no Brasil, especificamente na Bahia, a primeira Casa da Moeda. Seria essa a razão para justificar um meio circulante marcado pela escassez de moedas? Com certeza não. Alguns fatores são preponderantes e vão caracterizar essa situação como, a título de exemplo, uma atividade comercial insipiente, ausência de uma mão-de-obra assalariada e, talvez, o maior entrave, como consta na publicação o "Dinheiro no Brasil", do Museu de Valores: "as dificuldades e os riscos do transporte fizeram com que a Casa da Moeda fosse transferida de uma região para outra". (2004, p. 10). É com esse caráter de itinerância que tivemos a Casa da Moeda da Bahia (1695), a Casa da Moeda do Rio de Janeiro (1699), a Casa da Moeda de Pernambuco (1792) e outras, até a fixação em 1834, da Casa da Moeda, na cidade do Rio de Janeiro, hoje, Casa da Moeda do Brasil (CMB).

Até aqui, pareceu-nos importante destacar esses pontos, pois se configuram como indicadores das dificuldades pelas quais o Meio Circulante brasileiro conviveu desde o início da colonização até os anos posteriores. No entanto, para este trabalho, julga-se pertinente analisar o Meio Circulante atual e verificar como ele está definido, como vem operando, o que concorreu para que se tornasse um dos mais avançados de todo o mundo, quais as dificuldades enfrentadas pelos gerentes no momento presente e quais as perspectivas, sejam elas de modernização ou de qualquer outro tipo de mudança como a alteração do design nas cédulas do Real. Em outro sentido, no caso de um interesse em aprofundar uma investigação mais detalhada, indica-se entre outras obras, os trabalhos produzidos por F. dos Santos Trigueiros (Dinheiro no Brasil, Dinheiro no Museu, Museu e Educação, Iconografia do Meio Circulante e Moedas e Cédulas); os textos de Cleber Baptista Gonçalves (Iconografia de Valores Impressos do Brasil e Casa da Moeda do Brasil) e os de Eugenio Vergara Caffarelli (As Moedas do Brasil - desde o Reino Unido: 1818 - 1992).

Antes, porém, convém acompanhar o raciocínio de Gonçalves no que tange à divisão do Meio Circulante, ou à história do dinheiro, no Brasil, assim dividida:

- O período colonial - terminando em 1822, com a Independência;
- Da Independência - até nossos dias. Ressalte-se, todavia, que o período pós-Independência será, segundo o mesmo autor, compreendido pela Série Imperial: com as moedas do Primeiro e do Segundo Reinado; e pela Série da República na qual se incluem as moedas e cédulas fabricadas até hoje.

No entanto, a aceitação desse raciocínio concorreu para que a criação do Banco Central da República do Brasil, em 31 de dezembro de 1964, *tivesse representado um acontecimento inexpressivo ou mesmo nulo?* Isso nos impõe uma condição impossível de aceitação, visto que se tem presente a dimensão que representa um Banco Central para a economia de qualquer país. Aliás, o próprio Gonçalves confirma essa importância ao declarar que "A multiplicação dos Bancos de Depósitos e Descontos foi-se intensificando [...], com evidentes prejuízos para o Sistema, em razão do que começou a tomar corpo a idéia da criação de um Banco Central". (1989, p. 489)

Ora, justo no momento da concretização de uma idéia, quase centenária, por que então o eminente professor não enxergou a criação do Banco Central da República do Brasil

(alterado em 28 de fevereiro de 1967 para a atual denominação: Banco Central do Brasil) como - *o divisor de novo período na história do Meio Circulante?* É verdade que seu texto não versava especificamente sobre o Banco Central do Brasil, nem tampouco apenas sobre a Casa da Moeda do Brasil (embora tenha esse título); mas, quiçá, da formação e da história do meio circulante brasileiro que é muito maior. Não reconhecer a criação do Banco Central brasileiro como um fato marcante na história do Meio Circulante, é como colocar uma venda nos olhos do leitor, especialmente, quando se sabia que a criação de tal Banco viria para assumir as funções pertinentes a de um Banco Central e, assim, promover o ordenamento do meio circulante nacional na sua totalidade. Gradativamente outras funções clássicas inerentes aos bancos centrais como, por exemplo, o monopólio da emissão, o executor das políticas monetária e cambial etc. foram assumidas. E, assim, entre outras razões, abolir paulatinamente a dispersão de funções, como o próprio Gonçalves testemunha. No quadro de divisão das tarefas, no período anterior à criação do Banco Central, ele diz que “Na realidade, as funções executivas do Banco Central eram praticadas pelo Banco do Brasil, cabendo à Superintendência da Moeda e do Crédito tão-somente, as de fiscalização do complexo bancário”. (1989, p. 489)

Somam-se aos argumentos acima, pelo menos mais duas razões, uma delas (a segunda) emitida pelo próprio autor, ao reforçar explicitamente a importância do BC:

- 1) O texto produzido por Gonçalves não é anterior à criação do BC, cuja 2ª edição (revisada) foi publicada em 1989 e, portanto, posterior ao fato que se quer evidenciar;
- 2) O próprio autor reconheceu a importância da criação do 'banco dos bancos', ao fazer esta afirmação: "A criação do Banco Central (...) fixou importante marco na história do desenvolvimento econômico-financeiro do país e alterou profundamente a concepção anterior". (1989, p. 489)

A crítica que se faz não quer diminuir esse importante título, pois se reconhece o seu valor didático-histórico de toda a pesquisa ali contida; mas quer evidenciar a aposição de um novo período denominado por: da criação do Banco Central aos nossos dias. Isto cabe pelo fato de ser plenamente justificável a importância da criação do Banco Central do Brasil para fazer funcionar um Meio Circulante que hoje é um dos mais avançados do mundo, mas que trocou de dinheiro, em menos de uma década (de 1986 a 1994), por cinco vezes. Tal monta

não significa apenas trocar o nome do dinheiro, porque há uma série de tarefas e processos envolvidos na sua execução. Tarefa impossível de realização caso vigorasse a estrutura anterior.

Como se vê, falar do Meio Circulante brasileiro é tarefa para no mínimo um livro e, por isso, se fez referência (antes) a uma bibliografia respeitável que traz valiosa literatura que abarca ampla gama de registros históricos acerca do Meio Circulante, desde o início da colonização aos anos finais da década de 1980.

Assim, dos Réis ao Real (atual) foram muitas as alterações pelas quais a sociedade brasileira passou e conviveu durante mais de cinco séculos de história do dinheiro no Brasil, como no quadro abaixo:

- Réis (Rs) e (\$) - do início da colonização (começo do século XVI), até 30.10.1942;
- Cruzeiro (Cr\$) - de 1º.11. 1942 a 12.02.1967;
- Cruzeiro Novo (NCr\$) - de 13.02.1967 a 14.05.1970;
- Cruzeiro (Cr\$) - de 15.05.1970 a 27.02.1986;
- **Cruzado (Cz\$)** - de 28.02.1986 a 15.01.1989;
- **Cruzado Novo (NCz\$)** - de 16.01.1989 a 15.03.1990;
- **Cruzeiro (Cr\$)** - de 16.03.1990 a 31.07.1993;
- **Cruzeiro Real (CR\$)** - de 1º.08.1993 a 30.06.1994; e
- **Real (R\$)** -, em vigor desde 1º.07.1994.

A questão que se pretende focar para o restante deste tópico é: o Meio Circulante na sua história mais recente. Delineou-se, então, um recorte que abarca o período que vai situar-se de fevereiro de 1986 à adoção do Plano Real, em julho de 1994 (itens em negrito). Nesse período, um fenômeno marcante - a inflação - e a categoria dinheiro vão estar no centro das preocupações tanto do governo Federal (Chefe do Executivo e ministro da Fazenda), como de autoridades (presidência e diretorias) do Banco Central do Brasil. Os reflexos dessa trajetória conflituosa geraram impactos negativos para o conjunto da sociedade, sobretudo, até à implantação do Real (1994). No cruzamento das falas, espera-se encontrar sinais que conduzam à descoberta de algum outro entendimento ou, se for o caso, ao menos de uma tênue luz para compreensão da problemática que motivou esse conjunto de mudanças monetárias.

Como se sabe, os economistas apontaram a inflação como a causa determinante para as alterações destes padrões monetários: Cruzado (fev/86), Cruzado Novo (jan/89), Cruzeiro (mar/90), Cruzeiro Real (ago/93) e a transição com a aplicação da Unidade Real de Valor (URV), culminando com a implantação do Real (jul/94). Em relação a esse fenômeno, não seria a visão sectária dos economistas, ao enxergar sempre as mesmas causas para o mesmo problema, um ponto contraditório e ao mesmo tempo uma evidência de quem não se dispõe a reavaliar sob outra ótica a dimensão do problema? Sem dúvida, trata-se de um tema amplo e polêmico cujo entendimento e possível solução não se resolverá sem um amplo processo de conscientização e participação da população. Pois, a troca de padrão monetário por cinco vezes, em menos de uma década, parece ser a prova cabal. Aliás, mais adiante observar-se-á a defesa de uma ampla conscientização, idéia tão defendida por Aloísio Magalhães, em “E Triunfo?”¹⁶ Pois, no caso dos planos econômicos – “salvadores” -, a população só teve ciência após o pacote pronto e a receita “redentora” implantadas. Não houve nenhuma preparação prévia.

Ora, não é objetivo deste trabalho dar resposta para essas indagações, mas, ao mesmo tempo, não deixa de ser oportuna a citação de trecho de entrevista realizada, em 1º.08.2005, com o economista Newton Marques.¹⁷ Onde é possível perceber que questões complexas não são debatidas e conhecidas pela sociedade. Tudo é feito para não ofuscar vaidades pessoais que aqui afloram com intensidade, entre os seus pares, como se pode observar abaixo:

"Cada um quer mostrar que ele domina...É o sentido corporativista. Infelizmente, o sentido corporativista tem prevalecido, principalmente, onde estão as chamadas economias emergentes. Em economias desenvolvidas o sistema corporativista não é tão forte, por incrível que pareça [...]. Então, você vê o caso dos economistas... Os economistas não aceitam, por exemplo, eles não aceitam o que não seja o diagnóstico de inflação de demanda, mesmo que não seja inflação de demanda; eles não aceitam. E se o cara não for economista, pior ainda....Quem é você para falar de economia? É assim que eles falam". (Entrevista em 1º.08.2005, cf. Anexo E)

É possível inferir, não como o único parâmetro, que decisões tão importantes e decididas sem um intenso debate entre os diferentes setores da sociedade, o que vale dizer sem a participação da maioria da população, alcancem resultados favoráveis. Haja vista, o fracasso dos planos econômicos anteriores à implantação do Plano Real. E não poderia ser de forma diferente como foi.

¹⁶ Trata-se de coletânea de entrevistas, conferências, seminários, discursos proferidos em solenidades por Aloísio Magalhães e reunidos em E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil.

¹⁷ Trecho de entrevista com o Doutor e mestre em Economia, Newton Ferreira da Silva Marques. Economista e membro do Conselho Regional de Economia, do DF, em 1º de agosto de 2005, na Gerência Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), em Brasília.

De volta à abordagem central deste tópico, indaga-se: como está o Meio Circulante brasileiro atualmente? Sob o signo do padrão monetário atual, onde já são onze anos de existência do Real, este vai se consolidando não obstante a ausência da população como, por exemplo, no acompanhamento da política de preços. Felizmente, alcançou-se mais de uma década sem uma nova mudança de padrão monetário. Entende-se que uma postura participativa da população, no que se refere ao acompanhamento dos preços de mercadorias e de serviços, contribuiria para a conquista de importantes aspectos, como por exemplo: 1) desenvolvimento de uma consciência cidadã coletiva; 2) valorização da moeda nacional; 3) construção (coletiva) da idéia de que a inflação é inaceitável. É bom lembrar que o alcance de uma consciência assim qualificada, implica na adoção de ações educativas e que, para tanto, necessitam da efetiva participação do Banco Central. Até mesmo para afastar de vez o temor e risco de retorno da inflação.

Afinal, o que é Meio Circulante? Compreende-se por Meio Circulante *a soma do dinheiro em poder dos bancos e em poder do público - é este o conceito de Meio Circulante*. É possível acessar via internet e saber pelo sítio: www.bcb.gov.br, o quantitativo de numerário em circulação diariamente. Tal montante tem oscilações e é alterado, especialmente se o Banco Central faz uso de algum dos instrumentos de política monetária, por exemplo: a elevação da taxa do compulsório.¹⁸ Nesse caso, haveria uma retração da oferta de dinheiro em circulação.

O atual padrão monetário foi lançado com os valores representados pelas cédulas de R\$ 1,00; 5,00; 10,00; 50,00 e 100,00; depois acrescentaram-se as cédulas de R\$ 2,00 e 20,00; e de duas famílias de moedas: 0,01; 0,05; 0,10; 0,25; 0,50 centavos e R\$1,00(conhecida como a primeira família e foi cunhada com o mesmo material e cor; para a segunda família, essa foi marcada pelo diferencial de materiais e cores, mantendo-se os mesmo valores).

¹⁸ Trata-se da cobrança de imposto sobre os depósitos a vista que as instituições financeiras mantêm no Banco Central.

Dinheiro no Brasil

O dinheiro, da forma como se conhece, só começa a chegar ao Brasil 30 anos depois da chegada de Pedro Álvares Cabral, em 22 de abril de 1500. Conforme assinalam Sônia Irene do Carmo e Eliane Couto, os relatos levados ao conhecimento do Rei de Portugal pelos navegantes portugueses que aqui chegaram pela primeira vez e nos anos posteriores, até 1530, descreviam a terra e seus habitantes assim: “[...] as comunidades indígenas apenas produziam para sua sobrevivência, não possuindo mercadorias de interesse para o comércio português”. (2003, p. 52).

Para esse período, a maioria dos historiadores dá o nome de fase Pré-Colonial e vale como ilustração apontar dois instantes marcantes desse período. O primeiro deles refere-se às ambições da Coroa portuguesa que, segundo afirmação das historiadoras Carmo e Couto: “[...] após a chegada de Cabral, o rei de Portugal não se interessou em conquistar a terra do Brasil, porque o comércio com o Oriente era muito mais lucrativo”.(2003, p. 53). O segundo momento refere-se à concorrência que os portugueses passaram a ter dos franceses na região, pois estes, segundo as mesmas historiadoras “...não aceitavam a pretensão de Portugal de ser dono exclusivo do Brasil. Eles diziam que Portugal só teria direito àquelas terras se conseguisse povoá-las, isto é, colonizá-las”. (Idem, p. 53).

Esse fato se confirma em publicação do Museu de Valores, História do Dinheiro no Brasil.¹⁹ Neste livro consta que "o pau-brasil foi a principal mercadoria utilizada no Brasil como elemento de troca entre os nativos e os europeus" (2004, p. 6), aqueles recebiam bugigangas (espelhos, miçangas), armas (facas) e ferramentas (machados). Essa prática é conhecida por escambo e marcou as primeiras décadas do século XVI no Brasil.

A abordagem deste tópico já foi nos principais aspectos históricos, referenciados anteriormente no título: O que é Meio Circulante brasileiro? Agora, tratar-se-á de privilegiar uma questão muito incômoda para as autoridades gestoras do Meio Circulante brasileiro - o uso do dinheiro. Como é que a população, em geral, manuseia o dinheiro? Por que o dinheiro é tão mau cuidado mesmo em um cenário de relativa estabilidade da economia, dado pelo Plano Real (1994), e conseqüente manutenção do poder de compra da moeda?

¹⁹ Publicação relacionada com o Programa de Educação Financeira (PEF) do BCB. 2004.

É com base nos dados e nas informações abordadas ao longo desse texto, que virão à tona muitos dos desacertos comuns no dia-a-dia acerca deste tema. Pretende-se, mediante a abertura de um espaço para o olhar da Antropologia, fazer uma interpretação de tais dados, levando em conta as diferentes vozes aqui ouvidas (entrevistas e questionários) e, concomitantemente, fazer algumas proposições, além da idéia-piloto desta dissertação de mestrado: a exposição itinerante.

A questão do mau uso é fato inegável na história do nosso dinheiro (talvez fosse melhor dizer: dos diferentes dinheiros). Surpreendentemente, já sob a égide do novo padrão monetário, o Real (1994), o problema da perda de dinheiro público – pelo mau uso – continuava (e continua). E é em tom de surpresa que o jornalista Alexandre Garcia trouxe esta questão em reportagem exibida em 1997, no Jornal Nacional (da Rede Globo de Televisão):²⁰

“Quando a inflação estragava o valor do dinheiro pouco se notavam os maus tratos aos cabraís e barões da época. Agora, sem o estrago da inflação dá pra perceber que o nosso dinheiro, o dinheiro público, está sendo gasto para renovar cédulas de papel-moeda. Só no ano passado foram embora 56 milhões de reais dos nossos impostos para substituir dinheiro que a gente estragou. [...]”. (reportagem em VHS, de 1997, s/d)

Chama-se a atenção para a riqueza das imagens exibidas nesse vídeo produzido no segundo semestre de 1997 e, naturalmente, os dados da destruição do dinheiro referem-se ao ano de 1996. Observa-se o valor gasto (em milhões) só para repor o dinheiro que a população estragou. Mais adiante, serão dadas a conhecer algumas opiniões, especialmente sob o enfoque da Antropologia, na busca de uma explicação plausível para tanto extravio de dinheiro e, por conseguinte, o seu mau uso. Supõe-se que a exibição dessa reportagem esteja relacionada com a divulgação, na mesma época, de campanha publicitária (1997) - “*Dinheiro custa dinheiro. Não amasse e não rabisque. Preserve estas espécies brasileiras*” - realizada pelo Banco Central com o objetivo de conscientizar a população a conservar o dinheiro.

Outro raciocínio análogo foi formulado e como tal afina-se com a mesma lógica. Trigueiros, um dos idealizadores do Museu de Valores do Banco Central, em época bem anterior aos planos de estabilização da economia (implantados a partir da 2ª metade dos anos 80), assim justificava essa questão: “Só nos países que sofrem violenta inflação, o papel-moeda circula deteriorado como se fora prova material evidente de que a inflação tanto influi

²⁰ Reportagem gravada em vídeo e usada pela equipe de monitoria do Museu de Valores, nas atividades do Programa Museu-Escola. Outrossim, não há nesse vídeo a indicação de data da gravação.

no aspecto econômico como na forma física do papel-moeda, pela velocidade de circulação.”²¹

É inegável que o dinheiro brasileiro tem um histórico marcado pelo fenômeno avassalador da inflação cuja face mais perversa está no arrebatamento do poder de compra da moeda. Isto atingiu severamente os segmentos menos favorecidos da população (cf. nota de rodapé).²² Embora não possa ter uma importância maior no quadro que se tenta delinear, é prudente lembrar do ponto de vista já explicitado pelo estudioso em Numismática, Alain Jean Costilhes (1985). Ele culpou, também, a inflação pelo desinteresse que ela provoca junto àqueles que se interessam pelo colecionismo. Vê-se que esse fenômeno, quando presente, provoca profundas perturbações sociais, políticas e desajustes os mais diversos, sobretudo, no quadro econômico, tornando-o confuso.

A intenção aqui não é desenvolver um estudo apontando as causas e as conseqüências da inflação, mas é imprescindível essas informações para que se possa retornar à questão em foco: - o dinheiro no Brasil – e suas várias alternâncias (planos econômicos a partir de 1986 até o Real) e como a população manuseia o dinheiro. Por que houve tanta experiência monetária em tempo tão curto? Essa é a questão que se coloca e, paralelamente, junta-se à falta de cuidado com o dinheiro.

Isso posto, resta-nos o caminho de procurar explicações convincentes para tal prática. Uma avaliação preliminar que se fez foi tomar de empréstimo o ponto de vista de Émile Durkheim. Em *As Regras do Método Sociológico*, Durkheim (2002), ao centrar-se na teoria do fato social, aponta algumas passagens nas quais a não observância de condições comuns à investigação científica, particularmente pelos economistas, leva o processo a distanciar-se da verdadeira análise científica e, conseqüentemente, de conhecer as suas reais causas. Assim, estes (em sua maioria) movidos por simples evidências se arvoram em produzir teorias. Nesse sentido, Durkheim chama a atenção para a facilidade em guiar-se pelas pré-noções. Ele mesmo sentencia: "Em qualquer ordem de pesquisas, com efeito, é apenas quando a explicação dos fatos está suficientemente avançada que se pode assentar que têm um fim e qual é ele". (Durkheim, 2002, p. 49). Isso não ocorre com a maioria dos estudos realizados por economistas que abarcam, apenas aspectos pertinentes ao campo da economia como:

²¹ Estudo apresentado ao III Congresso Nacional de Museus, na cidade de Salvador, em dezembro de 1962. Tal referência é feita para corroborar com afirmação que se fez mais acima quando se disse que esse tema é recorrente na história econômica nacional.

²² O Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) estipula que o salário mínimo atual deveria ser 5,3 vezes maior, do que os atuais R\$ 300,00, ou seja: R\$ 1.588,80. (Agosto/2005)

produção, preços, demanda etc. São esses os pontos observados. Parece não ter nenhuma importância as práticas culturais da sociedade para a qual elaboram suas ações político e sócio-econômicas.

Mas qual a vinculação que sequer fazer entre essas mudanças de padrão monetário e o ponto de vista de Durkheim? Certamente, há episódios que se interpõem e merecem, alternativamente, um olhar diferente para essa mesma questão. Pode ter sido mesmo a inflação o fator determinante; mas, uma vez que é possível trazer à tona novos elementos que podem contribuir para a análise, este trabalho deve, então, procurar encontrá-los.

E esta busca se fará fora do âmbito da economia. Se este trabalho considera a Antropologia, os fatores culturais e comportamentais serão avaliados. Outras ciências também ajudarão na elaboração da análise de forma multifocal. Cita-se a Sociologia de Durkheim, o pai dessa ciência. Esse sociólogo estudou os fenômenos sociais e concluiu em que condições pode ocorrer certo fato social. São exemplos incontestes de fenômenos sociais as regras jurídicas, dogmas religiosos, sistemas financeiros entre outros. É sob o abrigo desse último que se localizaram os padrões monetários, aqui tomados como ilustração: O Cruzado (Cz\$), de 28.02.1986; o Cruzado Novo (NCz\$), de 16.01.1989; o Cruzeiro (Cr\$), de 16.03.1990; o Cruzeiro Real (CR\$), de 1º.08.1993; e, finalmente o Real (R\$), de 1º.07.1994.

Será mesmo que as condições distintivas de tal fenômeno estariam presentes nesses episódios que implicaram a troca da moeda com proporções político-econômicas gigantescas? De antemão, nada mais correto do que apontar para o que Durkheim descreve como sendo um fato social:

é toda a maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou então, que é geral no âmbito de uma dada sociedade tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente das suas manifestações individuais. (2002, p. 40).

Mais correto ainda deve ser a intenção deste texto em mostrar o grau de evidência dessa relação que há entre a troca da moeda e sua caracterização como fato social. Isto é: Durkheim justifica a ocorrência se possuir estas três condições: a) o caráter da coerção social; b) de exterioridade; e c) de generalidade. Posto dessa forma, bem se delinea a questão que aqui se faz por partes, a saber:

- a) **O caráter da coerção social.** É determinante nessa condição o aspecto da imposição, o caráter forçado de aceitação. E os elementos que marcam essa posição são

inquestionáveis, tais como: a escolha do nome do dinheiro, os valores, o novo poder de compra dessa moeda, a temática, o leiaute, o tempo de lançamento do novo dinheiro etc. O exemplo mais recente veio com o padrão REAL. Dada a magnitude dessa decisão, faz-se necessário observar o conteúdo da revelação proferida pelo Chefe do Departamento do Meio Circulante (Mecir), Barbosa, em 14.06.2005:

"[...] a equipe econômica chama o BC e [...] fala: precisamos fazer um novo padrão monetário para estar na rua em cinco meses, essa foi a mensagem. E aí naquele momento o que se buscou foi: quais os ferramentais que nós temos já disponíveis pra poder fazer uma família de emergência?" (cf. anexo C)

Nota-se que em menos de seis meses, antes de seu lançamento, o Banco Central teve de preparar, em tempo recorde, toda a programação de substituição do dinheiro brasileiro, para que em 1º de julho de 1994 a nova moeda já pudesse circular em todo o território nacional.

- b) **A exterioridade.** É independente da vontade dos indivíduos.
- c) **A generalidade.** Mudar o nome do dinheiro e colocá-lo em circulação, principalmente em um país continental, como o Brasil, fica mais nítido o caráter dessa extensão para o conjunto de toda a sociedade. Isso mostra que as diferentes trocas do nome do dinheiro nacional se encaixaram plenamente na teoria do fato social, como quer Durkheim.

Um outro olhar que precisa vir à tona e assumir assento nessa discussão vem da Antropologia. E aqui a observação respeita a posição da sociologia considerando aquele olhar multifocal acima dito. Sob o olhar antropológico, entende-se que o papel de cada personagem ganha importância e precisa ser considerado. Daí o viés que se volta para a questão cultural. É nesse campo que os diferentes personagens (economista, governo e sociedade) passam a ser observados, analisados e interpretados com base em práticas culturais e não técnicas, privilegiando-se os dados colhidos em entrevista e na aplicação do questionário.

Mas antes de qualquer outra referência busca-se conhecer, em um tempo mais remoto, qual o grau de envolvimento da população e, preferencialmente, como ela se portou (ou se portava) em momentos solenes? É fundamental conhecer a prática coletiva, o hábito da população e como ela própria influenciou gerações posteriores, para que se possa fazer ilações mais seguras. A população brasileira, tradicionalmente, esteve (e ainda está) ausente das

discussões e omissa nas questões coletivas. Esse aspecto é a nós revelado no texto de José Murilo de Carvalho - *A Formação das Almas*. Na conquista da República, em vez de uma destacada participação da população, o autor descreve:

Entre nós, se o povo masculino esteve ausente da proclamação, que dizer do povo feminino? Se não havia povo político masculino, como pensar em povo político feminino? Havia uma elite política de homens, que eram chamados públicos. A mulher, se pública, era prostituta. (2003, p. 92).

Quando se faz referência aos estados - de ausência e omissão - é preciso lembrar de que não se incorre no erro fácil de achar que o brasileiro não é social, não é participativo, pois se conhece, até muito bem, o grau de interesse do brasileiro e mesmo do esforço pessoal que cada cidadão tem em participar de determinadas manifestações (festivas, religiosas, esportivas). No entanto, em relação a outros eventos sociais, em especial o político, há uma apatia geral.

Parece existir no imaginário nacional uma espécie de aprendizado que se supõe ter sua origem, no interior dos limites da família patriarcal brasileira, algo que a elite dominante herdou e pratica com muita desenvoltura e sem cerimônia. Observa-se como a elite política apropriou-se à época getulista (no Estado Novo), de um velho e conhecido jargão que, geralmente muda de forma conforme o momento. Referimo-nos aos termos nazista ou fascista - qualquer um que tivesse opinião discordante daquela demandada pelo Estado Novo era disso taxado. Analogamente, o Regime Militar de 1964, usou de estratégia para intimidar, prender e torturar seus adversários. Desse modo, manteve o povo afastado das questões não só políticas, mas também das principais questões sociais. Rotulava-se freqüentemente de 'comunista' o sujeito ou o grupo que se opusesse ao discurso oficial. Assim, no imaginário da população, deliberadamente, procurou-se construir a figura do alheamento e da omissão.

Em um outro exemplo, igualmente significativo, Carvalho compara quadros nacionais nos quais a presença popular foi destacada, diferentemente do caso brasileiro, caracterizado pela ausência da população no início da deflagração de movimentos para os quais era fundamental a participação popular, como se pode ler neste trecho: "A República brasileira, à diferença de seu modelo francês, e também do modelo americano, não possuía suficiente densidade popular para refazer o imaginário nacional". (Idem, *ibid.*, p. 128).

O que chama a atenção, nesse caso, não é somente a falta do envolvimento da população nas questões políticas, fato indiscutível; mas para a ausência dessa mesma população nas discussões de temas e questões sociais de interesse geral, como: uma educação

pública de qualidade, a violência urbana, a degradação do meio-ambiente, entre outras questões. Nada parece envolver e motivar a população a se organizar coletivamente nesse sentido. Agora, fale-se em uma festa, em um grande evento esportivo e a atitude (simpática) em estar presente, em participar é pontual. Atenuam-se todas as dificuldades.

Carvalho (2003), ao observar diferentes episódios como a Inconfidência Mineira, a Independência e a Proclamação da República entende que esses eventos deveriam ter sido os grandes momentos de participação e mesmo de apropriação da construção do nosso imaginário. Talvez, tenham sido mesmo, na medida em que o primeiro incutiu no povo o medo, o pavor nos momentos de enfrentamento no campo político; o segundo e o terceiro momentos foram exemplos claros da celebração de acordos sem a participação popular. Será que isso ajuda a entender o porquê de o brasileiro revelar-se sempre interessado, quando se trata do "festivo" e, ao contrário, desinteressado e alheio quando as questões tomam um ar de seriedade?

Se o quadro que se tenta compreender parece ter linhas e tonalidade de uma marcante prática cultural, então, a visão da Antropologia se oferece como campo de estudo mais adequado para se entender esse quadro. São os profissionais e observadores da área econômica que vêem a inflação como causa das mudanças monetárias e da conseqüente falta de cuidado no manuseio da cédula. Dessa forma, há mesmo de se confrontar tal entendimento com opiniões de quem observou, vivenciou e interpreta os movimentos internos de uma sociedade, ou um processo maior chamado cultura. Um desses estudiosos, Edward Tylor, em 1871, definiu "cultura como sendo todo o comportamento aprendido [...]". (apud Laraia, 2003, p. 28) Ora, com base nas observações aludidas anteriormente, essa formulação se encaixa perfeitamente no contexto sociocultural brasileiro, bem ao gosto dos grupos dominantes, onde as práticas modernas e antigas, vistas de fora do dinamismo da cultura, podem acertar-se conforme a necessidade.

Um outro ponto de vista é formulado por Laraia. Ei-lo: "o homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado". (2003, p. 28) No caso brasileiro, o meio é o elemento marcante e - é diverso - em todos os aspectos observáveis: a mistura das etnias, de línguas, de costumes, de crenças. Daí que toda a discussão acerca da nossa diversidade cultural (temática bem atual) não somente vem com o fito de permitir uma compreensão, mas acima de tudo, chamar a atenção para uma visão ampliada de nossa construção identitária.

Ambas as formulações guardam inteira harmonia com a prática na qual a população acostumou-se desde criança: a *reconhecer no dinheiro um objeto sujo*. O que denota a profundidade de um hábito arraigado e se confirma em torno do cuidado que a maioria dos pais relutava em não aceitar suas crianças pegando em dinheiro, principalmente moeda. Haveria motivação mais influente do que essa? É possível que não, afinal, não é surpresa para ninguém o que significa, nos primeiros anos de idade, a formação dos hábitos.

Presume-se como suficiente a apresentação tão-somente do conceito acima devido ao caráter relacional que ele tem com o contexto em discussão. No entendimento de Aloísio Magalhães, a ação mais reformadora e eficaz viria na adoção de uma profunda campanha de conscientização coletiva, “a mais ampla possível, dos nossos bens e nossos valores culturais” (1997, p. 48), cuja efetiva realização, segundo ele, deva começar por entre aqueles que são os responsáveis pela condução das próprias políticas e de programas econômicos, sociais e culturais. São esses, pois, que menos sabem da realidade nacional. Isso ajuda a explicar a sua oposição em relação aos pacotes e às receitas que “gestores de gabinetes” articulam em dissimulados planos afastados do contexto sociocultural brasileiro.

Como então se define esta questão? Ela é definida pelas posições conhecidas e afirmadas no campo da Antropologia. Tem-se a nítida certeza de que o problema das mudanças monetárias e o mau uso do dinheiro não têm essa total influência admitida, particularmente, pelos economistas. Logo, não levam em conta o contexto cultural quando, de fato, deveria ser esse campo o primeiro a suscitar importância, pois admite-se que as relações humanas devam estar em primeiro plano. Como já referido anteriormente, os economistas, tomados por uma “cega vaidade”, guiam-se apenas pelas evidências relacionadas ao campo da economia.

Ainda para corroborar com os pontos de vista dos antropólogos e para marcar o descompasso de ações do Banco Central em relação a peças publicitárias, lembra-se de que esta Instituição dirigiu sua última campanha educativa em 1997. É por isso que o leitor, ao ler o capítulo II, mais especificamente o tópico: “A opinião dos diferentes públicos”, vai constatar e concordar que o Banco Central é uma instituição ausente. Até mesmo quem viu tal campanha, em razão do tempo decorrido, já esqueceu seu conteúdo. Pensar que uma peça publicitária veiculada esporadicamente possa reverter uma prática cultural construída ao longo de gerações, é desconhecer ou fazer pouco caso de um processo cultural engendrado no imaginário social. Novamente, Aloísio Magalhães (1997, p. 48) vem afirmar: “A nossa

realidade é riquíssima [...]. E é essa realidade que precisa ser conhecida. É essa realidade que precisa ser levantada. [...]. É dessa realidade que nós devemos nos aproximar, entendendo, tendo sobre ela uma certa noção”. É bom ressaltar que a fala acima é dirigida a interlocutores que ocupam posições especiais nos cenários político, econômico e mesmo cultural.

Diante do quadro acima, é possível inferir que essa problemática tem suas origens e que sua permanência está ligada diretamente a um processo de socialização (cf. Laraia, 2003), com o qual a população convive há gerações, sendo, portanto, *o fator determinante da nossa falta de cuidado com o dinheiro*. (grifo meu) O dinheiro é um bem público. E, coincidentemente, essa prática vai mostrar sua face viva e atuante quando se reproduz na destruição de orelhões, na depredação de luminárias públicas, nos atos de vandalismo contra as escolas públicas, bibliotecas públicas, banheiros públicos etc. Observa-se, que o bem público torna-se caso de descuido, muitas vezes até de abandono.

Um outro aspecto de grande negatividade refere-se ao entendimento, a nosso ver, quando profissionais da área econômica, da política e até gestores públicos se aventuram equivocadamente em ações ou projetos sem ter o mínimo de participação e envolvimento do cidadão como sujeito de sua própria história. Como nos lembra Carvalho (2003, p. 92) ao falar da ausência popular em acontecimentos de caráter que não fosse festivo. Isso permite-nos admitir que ao lidar com um fato social (a troca de dinheiro) de tamanha repercussão, jamais se pode prescindir do envolvimento da população, pois não basta pensar que a participação coletiva dar-se-á por ato contínuo, é preciso motivar e ensinar a população que, como se sabe, não está habituada a uma prática cidadã. Na esteira desse pensamento, é preciso admitir que o quadro de excessivas trocas de padrão monetário não foi devido à influência única da inflação, como entendem alguns, mas, muito mais em razão de uma ausente participação da sociedade.

Para além da falta de cuidado com o dinheiro está um outro problema: o custo da reposição de “dinheiro novo” em substituição àquele que a população estragou. Os números são impressionantes. Talvez muito mais impressionante seja o descaso das autoridades que não vêem nos hábitos da população a repetição constante de uma prática. Que resulta no desperdício de uma elevada soma de dinheiro público a cada ano. O que permite reafirmar-se: *não há nessa inadequada forma de tratar o dinheiro, uma relação direta com a inflação*. O mesmo pode ser dito com referência a esta ou aquela representação simbólica exibida na cédula. Segundo Lilia Moritz Schwarcz (1998, p. 20), é preciso que o uso de representações

simbólicas tenha significado para a população receptora, do contrário, o uso aleatório de tais ícones tende a cair no vazio.

Para ilustrar a questão da falta de cuidado versus inflação e que ratifica o ponto de vista explicitado no parágrafo acima (item em itálico), toma-se como referência o período de circulação do dinheiro atual: o Real. Se antes o fenômeno da inflação, presente por décadas, contribuía para uma prática descuidada das cédulas e o desprezo das moedas,²³ A referência à valoração e uso das moedas é uma questão típica de uma prática cultural, aspecto que precisa ser mais trabalhado, e já vem sendo abordado pelo BC, como a campanha “Moeda foi feita para circular”, em 2000. Como se sabe, nos padrões monetários anteriores ao atual, as moedas indistintamente eram desprezadas, não apenas porque tinham o valor corroído pela inflação, mas, também, porque a população resistia à sua utilização. agora, mesmo em um quadro de estabilidade e com um “Real” forte e valorizado, o velho hábito de maltratar o dinheiro continua. Daí a surpresa revelada pelo jornalista Alexandre Garcia na reportagem atrás mencionada.

A alusão aos fatos acima ilustra de forma inequívoca de que a prática que a sociedade brasileira tem de maltratar o dinheiro é resultado de um velho costume e, portanto, pouco ou nada tem a ver com a presença ou não da inflação, embora essa contribua para o desgaste prematuro do dinheiro, devido à velocidade com que o mesmo passa a circular na economia.

Espera-se que para as próximas campanhas os dirigentes do Banco Central compreendam que não basta simplesmente elaborar uma campanha e colocá-la na praça. É imprescindível que a população tenha informações claras e objetivas como, por exemplo: por que é importante conservar o dinheiro? O que representa um dinheiro valorizado e bem cuidado? Qual a economia que isso gera e quem é o beneficiário? Assim, aconselha-se o BC a não gastar preciosos recursos na mídia massiva, mas, apenas, elaborar uma intensa campanha publicitária (de milhões de cartazes, talvez) e que tenha como parceria o maior número possível de instituições – públicas e privadas. Assim, ministérios, autarquias, fundações, escolas, universidades, sindicatos, igrejas, associações, cooperativas, bancos, comércio e

²³ A referência à valoração e uso das moedas é uma questão típica de uma prática cultural, aspecto que precisa ser mais trabalhado e já vem sendo abordado pelo BC, como a campanha “Moeda foi feita para circular”, em 2000. Como se sabe, nos padrões monetários anteriores ao atual, as moedas indistintamente eram desprezadas, não apenas porque tinham o valor corroído pela inflação, mas, também, porque a população resistia à sua utilização. Agora, as moedas estão cada vez mais sendo usadas. Já atendem à função precípua que é facilitar o troco. É óbvio que a “moedinha” de 0,01 centavo, isoladamente, não compra nada. Mas, aí faz sentido falar-se de uma prática de Educação Patrimonial que leve a um processo de conscientização. Cabe ressaltar que o custo unitário para fabricação de uma moeda de um centavo é de R\$ 0,10 centavos (cf. planilha de despesas do Mecir para 2006). Portanto, não faz sentido desprezar ou jogar fora tais “moedinhas”.

indústria estejam juntos e presentes e não somente o sistema bancário, como tem sido até aqui. Uma outra louvável parceria deve ser negociada com a empresa de Correios. Isso significa que cada lugarejo deste Brasil afora receberá e conhecerá os sinais de uma ação desse porte.

O que é museu?

Muitas pessoas ainda conservam dos museus aquela imagem tradicional: um espaço escuro e silencioso que exhibe seus tesouros em vitrines empoeiradas, sob os olhares de um vigilante sonolento.²⁴

Talvez se tenha a mesma necessidade e respeito ao conceituar essa instituição como fizeram tantos outros trabalhos ao abordarem este tema. Todavia, para este trabalho fez-se deliberadamente um recorte, por entender-se que já há uma expressiva literatura retratando tal assunto, motivo ao qual, indica-se não somente a consulta em enciclopédias, bem como a leitura de textos específicos, como por exemplo: O que é Museu, de Marlene Suano; O Museu e a Vida, de Danièle Giraudy e Henri Bouilhet, Museu e Educação, de F. dos Santos Trigueiros, entre outros. Dessa forma, entende-se como satisfatória a apresentação de conceito emanado pela instituição que congrega a maioria dos museus, em todo mundo, e, para os quais, traça as diretrizes de uma política museológica. Trata-se do Conselho Internacional de Museus (ICOM), órgão da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que em seu artigo 2º, parágrafo 1º, de seu Estatuto, adota a seguinte definição:

Museu como uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. Aberto ao público, que coleciona, conserva, pesquisa, comunica e exhibe, para o estudo, a educação e o entretenimento, as evidências materiais e do ambiente de um povo e seu desenvolvimento. (cf. Silva, 2004, p. 29-30).

Entende-se como pertinente partir desse ponto, pois, como veremos logo a seguir, o conceito dado a museu, em tempos atrás, ainda conserva, a estrutura 'mater' pensada para esse ambiente, qual seja, de *recolher, classificar, colecionar, conservar e expor*. Enfim, formar coleções. Naturalmente, que o diferencial em voga nos museus, pelo menos é o que advogam

²⁴ Folder: Vamos ao Museu? Secretaria de Cultura e Esporte. Coordenadoria do Programa de Museus. FCDF (s/d).

as novas metodologias, especialmente no campo da Educação Patrimonial, é de que esses acervos museológicos tornem-se fontes de um discurso enriquecedor, no qual o sujeito observador possa, frente a esse ou aquele artefato, ou porque não dizer diante de tanta disponibilidade de informação, fazer a devida associação com as suas próprias experiências e daí relacioná-lo a outros contextos: históricos, econômicos, políticos e socioculturais, próprios de cada época e, portanto, portadores de múltiplos significados. Giraudy e Bouilhet, autores de “O museu e a vida”, ajudam-nos a fazer essa distinção, quando comentam:

Ao longo dessa série de progressos, o museu não é mais unicamente um centro de documentação e de pesquisa que reúne coleções "propostas ao olhar". Integrando o destinatário de sua ação, o público, passa-lhe enfim a palavra, tornando-se também o local que lhe possibilita expressar-se. (1990, p. 39)

Tem-se, assim, que modernamente a instituição - museu – tem-se pautado para ser um organismo vivo e interagente e, portanto, preocupado em desfazer a idéia que reinou por longos anos, quando os museus eram vistos como "gabinetes de curiosidades". Nesse particular, os Museus modernos passaram a ser vistos como poderosos instrumentos de promoção do conhecimento, dado o caráter multidisciplinar que os seus acervos passam a representar dentro do contexto sociocultural de todos os povos.

Um dado importante e bem lembrado por Suano (1986, p. 74), refere-se ao interesse que os objetos da coleção passaram a representar para a pesquisa científica, acompanhando o desenvolvimento da ciência no século XIX e que se estende até hoje. A respeito, ela escreveu: “[...] o museu batalhou arduamente para deixar de ser um armazém de objetos e transformar-se em gerenciador de cultura”. Ao invés da simples seleção de objetos, estes passavam a ser as referências da produção humana, agora selecionados e estudados, assumindo uma significação.

No texto “Culturas Híbridas, de Néstor García Canclini, ele comenta que é a partir dos anos 60 que passou a existir um intenso debate em torno da estrutura e função do museu que parece não ter parado desde então. É ele quem afirma: “Os museus, como meios de comunicação de massa, podem desempenhar um papel significativo na democratização da cultura e na mudança do conceito de cultura”. (2000, p. 171) Sem dúvida, na medida em que a maioria dos museus, entre outros procedimentos, procurou inclusive adequar seu horário de funcionamento para o atendimento de diferentes públicos, por exemplo, estender o horário de fechamento, abrir à visitação aos finais de semana. E como espaço de visitação, especialmente os museus públicos, tornou-se o mais acessível lugar de visitação para segmentos sociais excluídos, quando comparado a outras formas de lazer e entretenimento. Em muitos casos

veio substituir a praça pública, quando Canclini cita os dizeres de Marta Traba, ao opinar: “porque são lugares de encontro onde podemos passar o dia, comer e nos divertir” (apud Canclini, 2000, p. 170). É claro que ela se referia aos grandes museus que oferecem algumas alternativas, muitas vezes só disponíveis nos shopping centers, como café, lanchonete, livraria etc.

Uma outra referência vista por Canclini trata-se das mudanças ocorridas na concepção do museu. Agora, sua criação pode estar vinculada diretamente a um contexto específico, por exemplo, museus comunitários, escolares, ecomuseus, museus de sítio etc., sem falar das inovações cênicas, tecnológicas, comunicacionais que não mais admitem falar dessas instituições como simples depósitos de coisas velhas. (2000, p. 170). E ao perceber mais elementos dessa mudança, o mesmo autor observa uma positividade em alguns museus que, segundo ele, “retomam o papel que lhes foi atribuído desde o século XIX, quando foram abertos ao público [...]” (loc.cit.). E entre algumas das características mencionadas, particularmente, uma chama a atenção pela forte ligação com o objetivo do projeto de exposição que integra este estudo, o qual toma-se de empréstimo: “[...] vincular as expressões simbólicas capazes de unificar as regiões e as classes de uma nação [...]”. (Idem, *ibid.*) Ao selecionar os ícones mais diretamente vinculados à expressão da identidade nacional, revelados por rostos, caras, tipos regionais, acredita-se estar fazendo a contextualização mais adequada e contributiva que o dinheiro, como bem público e patrimônio cultural foi (e é) capaz de expressar.

Ao falar de "museus e educação no século XXI", Denise Coelho Studart (2004, p. 35) realça que os museus além das funções que lhe são próprias de preservar, conservar, expor e pesquisar "são fundamentalmente instituições a serviço da sociedade, buscam por meio de ações educativas tornar-se elementos vivos dentro da dinâmica cultural das cidades" Essa visão tem sido estimulada e defendida em todos os debates patrocinados pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), pois valoriza a interação entre o contexto social e o patrimônio cultural. O que na prática vem formar cidadãos conscientes.

Nessa mesma linha, Magaly Cabral (2004) cita o pensamento do filósofo e crítico cultural Andréas Huyssen para referir-se ao atual momento em que "o novo museu e as novas práticas de exposição adaptaram-se à mudança de perfil dos frequentadores [...]". E acrescenta: "No atual cenário do museu, a idéia de um templo com musas foi enterrada, surgindo no lugar um espaço híbrido, entre a diversão pública e uma loja de departamento" (Revista Musas, 2004, vol. 1, p. 30). Observa-se que os vários pontos de vista formulados de

um e de outro autor, trazem elementos análogos para referirem-se à atitudes que não contemplam mais o observador passivo. Pois, definitivamente, esses espaços se tornaram lugares de indagação, de compreensão, de criação, de descoberta, de procura. Pelo menos é isso que se denota de olhares tão otimistas...

Todavia, no dia-a-dia a contemplação ainda é a cena principal na maioria dos museus e Suano ao falar dessa situação parece se sentir muito a vontade quando diz

que a maioria dos museus continua a privilegiar o “ver” em detrimento do “incorporar, digerir, criar” e é esta linha diretiva, no nosso entender, mais que qualquer questão de verba e de pessoal, a principal carência dos museus hoje. (1986, p. 87)

A estudiosa tem esse entendimento em razão de que o visitante é levado a “ver” um objeto que supostamente incorporou a condição de ‘verdadeiro’, ‘raro’, ‘precioso’, ‘histórico’ etc., valores, portanto, conferidos arbitrariamente por profissionais de museus, pois seja uma ‘moeda’, uma ‘cadeira’, uma ‘cédula’ quando misturadas a objetos de mesma espécie, observar-se-á que são iguais. É onde ela conclui que “o visitante é induzido a ‘ver’ esta aura e a maioria acaba – felizmente – por ver exatamente o que ali está” (idem, *ibid.*), ou seja, uma simples ‘moeda’, uma simples ‘cadeira’, uma simples ‘cédula’. Parece não haver dúvidas quanto à permanência desse juízo de valor, não é verdade? Mesmo porque ainda tem-se uma maioria que sequer visitou um museu e as razões são muitas e nem precisam ser lembradas.

A autora lembra que o objeto fora de seu contexto original, ao incorporar características outras a ele totalmente alheias, por um processo de museificação, esse mesmo “objeto deixa de ser objeto e passa a ser ‘documento’ e aquilo que ele tem de mais intrínseco, que é ser produto e vetor de ação humana [...], não é levado em consideração”. (Suano, 1986, p. 88). Pois o que parece essencial no estudo do objeto (agora museológico) seria conhecer ou mesmo destacar toda a ação humana realizada não apenas para produzir tal objeto, mas para se saber das funções que ele tinha nessa sociedade. O que acaba ocorrendo, segundo a autora, é que ao mostrar “o velho”, fora do seu contexto de produção e consumo, o museu deixa de estimular determinados questionamentos por vezes pertinentes ao nosso próprio tempo. Ela vê nessa forma de apresentação dos objetos uma certa nostalgia onde se nega o processo histórico, privilegiando apenas o nascimento, as origens de tal objeto, sem levar em conta a trajetória posterior do mesmo (1986, p. 88). Suano, usa para ilustrar essa situação o caso das exposições das românticas liteiras que nos remete imediatamente aos incríveis automóveis de hoje - símbolos de conforto e rapidez. (*loc.cit.*). No entanto, aí reside o “x” da questão, porque não se questiona a poluição, os engarrafamentos, o uso abusivo de combustíveis

fósseis, o número de acidentes fatais. Enfim, uma série de conseqüências relacionadas à história desse objeto e que, infelizmente, deixam de ser lembradas. (Idem, ibidem).

Suano termina por fazer uma sugestão que é ao mesmo tempo uma provocação, qual seja, de o museu abandonar o tradicional estilo de culto ao objeto como ‘único’, ‘raro’, ‘exótico’, ‘incomum’, e passar a focar também o comum, o banal, não se mirar apenas na minoria, mas falar também da maioria, e atentando para que o objeto não esteja fora do seu contexto. Ao agir assim, ela faz ressalvas aos que trabalham em museus, quando diz:

Não é trocando o grandioso pelo humilde ou os mitos oficiais pelo "pitoresco e singelo" de aventuras nunca narradas que conseguiremos ver o que se passou e se passa ao nosso redor. Devemos mostrar indistintamente os dois lados da moeda (afinal, é uma moeda só!) e discutir o equilíbrio e o conflito que os permeiam. (1986, p. 90)

Observa-se que as falas atrás referenciadas nem são idéias redundantes, nem apresentam pontos conflitantes entre si, mas se apresentam ora como linhas diretivas, ora como aspectos a serem observados por gestores e profissionais envolvidos na área de museus.

Nesse aspecto, chama-se a atenção para essa verdadeira guinada que os museus ou a maioria precisou acompanhar em razão das rápidas transformações que ocorreram e continuam a ocorrer no seio da sociedade contemporânea. Embora, tenha parecido em alguns momentos que os museus se livraram de todas as dificuldades e aproveitando o desenvolvimento tecnológico avançaram em direção ao século XXI, há, na verdade, uma série de carências ao observar-se a situação atual da maioria dos museus.

E ao discorrer sobre a questão/tema que finaliza o parágrafo acima, Suano (1986) se antecipa e já expõe o que provavelmente elegerá como empecilho a maioria dos dirigentes de museus, para o enfrentamento das carências e desafios: a falta de recursos financeiros e humanos. O que no entendimento de Suano (1986, p. 87), o problema está muito mais na forma de como os museus continuam a “privilegiar o ‘ver’ em detrimento do ‘incorporar’, ‘digerir’, ‘criar’ [...], a principal carência dos museus hoje”, embora, existam mesmo as dificuldades de verba e de pessoal.

Relativamente ao Museu de Valores que diálogo esta Instituição mantém com a sociedade, por exemplo, sobre as várias crises econômicas e que levaram por extensão à troca de padrão monetário. Que impactos provocaram e qual o nível de envolvimento da sociedade nesses acontecimentos? Por que não se discute a questão da perda do poder aquisitivo? E em relação à questão da formação dos preços? Interessa ou não diretamente a população conhecer

esse mecanismo de ajuste e como atuar? Ou ainda o que as representações simbólicas exibidas no dinheiro querem dizer? Como elas podem ser trabalhadas para cultivar um sentimento de auto-estima do brasileiro? Ou como instrumento de afirmação das nossas identidades?

Enfim, constata-se que alguns eixos fundamentais estão esquecidos, o que de certa forma impede a construção de um produtivo diálogo deste Museu com a sociedade, como por exemplo, a importância em conscientizar a população sobre a valorização do poder de compra da moeda, a conservação do dinheiro, dar informação acessível à população sobre a formação dos preços e como a sociedade pode interferir nesse segmento e assim beneficiar-se, o que indiretamente estaria ajudando o BC no controle da inflação (a qualquer época). Por não atuar nessa direção, o Museu de Valores privilegia muito o mais o “ver”, forma que, segundo Suano (1986, p. 92), deve ser revista e substituída para que o Museu efetivamente conquiste a sociedade e com ela passe a interagir.

Esse é um dos grandes desafios de um museu, reelaborar um discurso museográfico no qual se possa estabelecer uma profunda vinculação do sujeito (ou da sociedade) com a exposição. De tal forma que o público visitante seja estimulado na maneira de olhar, de compreender e de recriar vínculos com a experiência em questão. No bom sentido, que o sujeito se veja compelido a contemplação passiva para tornar-se ativo e participante. E assim colocar o museu como “lugar do presente” e não mais “lugar do passado”, como sugere Suano. (Idem, *ibid.*, p. 93).

Museu de Valores do Banco Central - das origens à afirmação.

Com o objetivo de preservar e difundir a história dos Valores e dessa forma tornar-se um instrumento efetivo da memória nacional, no campo da numismática, eis o que ensejou a Diretoria do Banco do Central, em sessão realizada, em 17 de agosto de 1966, aprovar a criação de um museu. Foram seis anos, após essa decisão, de dedicados serviços à organização e aquisição de acervo, mas igualmente de trabalho na composição e preparação de pessoal, no planejamento e organização do espaço físico e das atividades próprias do futuro museu.

À frente desse projeto de criação do museu estava F. dos Santos Trigueiros, inicialmente, funcionário do Banco do Brasil e responsável pela organização do Museu

Arquivo, Histórico e Biblioteca do Banco do Brasil, no Rio de Janeiro, que, a convite do então diretor do Banco Central, Dênio Nogueira, assumiu a tarefa de organizar e implantar um museu no recém criado Banco Central do Brasil.

Obviamente, que da idéia de criação do museu à efetiva realização, houve uma série de etapas para se completar esse processo de criação, e uma delas refere-se ao próprio nome a ser escolhido para a instituição. Nesse caso, parece pertinente trazer à tona, idêntica preocupação que ocorreu 30 anos depois da inauguração desse Museu. Foi durante uma oficina de treinamento para a Equipe do Museu de Valores, no segundo semestre de 2002, quando uma integrante da Equipe recolocou curiosidade de uma visitante em relação ao porquê desse nome. Na ocasião, ninguém ali presente, do gestor chefe do MV ao funcionário com mais tempo de serviço, nenhum tinha essa informação.

Felizmente, três anos depois, por necessidade desse Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural, entrevistava-se a pessoa que, provavelmente, desde os primeiros meses de trabalho já tivesse com o nome guardado para o momento oportuno. Uma entrevista realmente reveladora, não apenas nesse importante aspecto, mas também de outros como se verá no tópico 4.1. Para essa finalidade é o próprio idealizador e criador do Museu de Valores, Trigueiros, quem comenta:

“[...] o Museu de Valores é uma idéia que nasceu quando eu trabalhava no Museu Arquivo, Histórico e Biblioteca do Banco do Brasil que eu ajudei com o Fernando Monteiro a criar. Numa reunião que tivemos aqui, com a UNESCO, da qual eu participei, um dos diretores da UNESCO, Georges Henry Rivière, vendo aquele Museu com esse nome muito comprido, cheio de coisa, ele achou aquilo esquisito [...] e me disse: “*isso devia ser um ‘museu de valores’, devia mudar*”. E eu na ocasião respondi a ele: “se mudar, acabou!”, porque é assim, quando a gente cria uma coisa é preciso muito cuidado, no Brasil, aqui nós não estamos na França... E acaba! Agora eu lhe prometo: no dia que eu puder criar um *Museu de Valores*, eu crio. [...]” (Trecho de entrevista, anexa)

Promessa ou não, Trigueiros cumpriu seu compromisso. Assim, em 31 de agosto de 1972, como parte das atividades relacionadas às comemorações do sesquicentenário da Independência do Brasil, foram inauguradas as salas de exposição do Museu de Valores, no prédio onde funcionou as Caixas de Conversão, de Estabilização e Amortização, órgão antecessor do Banco Central. Importante lembrar que esse edifício é uma construção do início século passado e que foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, em 1973. Este ano, a Secretaria de Relações Institucionais vem ultimando os preparativos para uma grande festa para celebração dos cem anos desse patrimônio histórico, com a inauguração de uma exposição. Atualmente, em suas dependências funciona o Departamento do Meio Circulante do Banco Central – (Mecir).

Com a construção do edifício-sede do Banco Central, em Brasília, suas atividades foram transferidas para um novo espaço amplo e moderno. Foi quando ocorreu, ainda no âmbito das comemorações da Semana da Pátria, em 08 de setembro de 1981, uma nova (re)inauguração do Museu de Valores,²⁵ na Capital Federal.

Com uma área de 1.300m², ele está situado no 1º. Subsolo do Edifício-Sede do Banco Central e tem em seu acervo aproximadamente 130 mil peças, composto de cédulas, moedas, condecorações, medalhas, vales, ouro (em barra) e em pepitas, documentos históricos, entre outros, formando uma rica coleção de peças nacionais e estrangeiras que são verdadeiros testemunhos da origem e evolução do dinheiro, estabelecendo a devida conexão entre o passado e o presente de uma “história que mostra a evolução dos meios de pagamento. Esse acervo é constantemente enriquecido com a entrada de novos exemplares do dinheiro (cédulas e moedas) em circulação em outros países, resultado de convênio/intercâmbio existente entre diferentes bancos centrais.

Em relação à mostra de longa duração do Museu de Valores, ela pode ser vista pelo público visitante em sete salas: Sala Brasil, Sala Curiosidades Monetárias, Sala Emissões do Banco Central, Sala Mundo, Sala Outros Valores, Sala Fabricação do Dinheiro e Sala Ouro, cada uma delas com um recorte expográfico próprio de um momento histórico. Há ainda um ambiente anterior à Sala Ouro destinado à exposições de curta duração e de mais dois outros espaços nos quais se realizam as atividades interativas e palestras, em um desses espaços está a “Máquina de Cunhar” uma medalha brinde, oferecida a cada visitante.

Com um acervo tão numeroso assim, o Museu de Valores tem procurado diversificar suas atividades. Assim, é que na área de divulgação desse acervo tem havido, ultimamente, uma efetiva atuação com a edição e distribuição de publicações para os diferentes públicos que acorrem à visitação. O destaque para o seu programa educativo é o Projeto Museu-Escola (voltado para o Ensino Fundamental e Médio), que para este ano introduziu uma novidade: a remessa de material didático-pedagógico para a coordenação da escola agendada, bem anterior à data do agendamento, no sentido de motivar e criar um ambiente de mútuo interesse (entre professores e alunos) para que a visita resulte produtiva. Há ainda o Programa de

²⁵ Ao falar em (re)inauguração do Museu de Valores, cabe o registro de um momento lamentável: a ausência do nome, daquele que foi o seu idealizador e criador, na lista de convidados. A respeito, ele próprio comenta: “Quando reinauguraram o Museu em 1980 (*o correto é 1981*, grifo meu), ninguém me convidou. E teve um ‘Lord’ que me disse: Ah! Você devia ter ido, não é? *Ninguém me convidou!*? [...]”. (Trecho de entrevista, Anexo – B).

Educação Financeira do Banco Central, sem dúvida, um instrumento tecnicamente bem proposto, mas falta-lhe a vinculação do conteúdo didático com uma prática voltada para uma Educação Patrimonial. Feito esse ajuste, tal programa pode se converter em uma ação educativa muito construtiva. Especialmente, se ocorrer com maior frequência a ida de profissionais palestrantes da própria Equipe do Museu de Valores, às escolas, faculdades, shoppings, etc.

Ademais, como já consta da agenda de instrumentos que o Museu de Valores utiliza para sua promoção, espera-se que a realização dessa exposição itinerante inaugure uma nova etapa, especialmente quando se pensa na promoção de ações “extramuros”, uma vez que essa modalidade de exposição, nos últimos anos, não tem recebido a devida atenção dos administradores do Museu de Valores. No entanto, para corroborar com essa idéia, faz-se alusão ao texto “O Despertar das Musas – uma proposta para o Museu de Valores” de Tânia Rodrigues de Freitas (ex-gestora), no qual ela faz referência a uma série de instrumentos, entre os quais se indicam abaixo pela pertinência com essa proposição:

- “Divulgar, sistemática e programadamente, por meio de exposições permanentes, temporárias ou itinerantes – no país ou no exterior, o acervo do Museu”;
- Efetuar pesquisas a fim de otimizar o desempenho das atividades de guarda, manuseio, classificação e conservação de peças, bem como para aprimorar o planejamento e realização das exposições”. (1993, p. 23)

Como se vê a exposição que se propõe não foge à programação de planejamento do Museu, ao contrário, ela é resultado de uma opção consciente e, portanto, se coloca como instrumento, além do caráter didático pedagógico, de valorização da Escola, na medida em que o museu vai à escola.

Identidade Cultural e suas representações simbólicas no dinheiro

Historicamente, tem sido responsabilidade do Estado assumir o papel de único ente a formular ações que visam a salvaguardar os bens culturais do esquecimento ou de sua destruição. Procurou-se observar como a literatura, a partir dos modernistas, empregou as categorias identidade cultural e patrimônio cultural. E um dos primeiros usos que parece espelhar com nitidez a categoria “identidade cultural” surgiu durante a década de 1960, quando a cultura passou a ser dimensionada como instrumento de integração nacional, com a

criação, no governo de Castelo Branco, do Conselho Federal de Cultura. Marly Rodrigues (1998, p. 91) para referir-se à ampliação do papel do Estado, cita Ortiz (1985), quando este afirma que esse Conselho “passou a discutir o patrimônio, abordando-o segundo duas dimensões: como fator de definição de uma **identidade brasileira** e como legado material do passado”.

Ao lidar com essa questão, muito mais do que relatar os fatos em si, é importante estar atento para a percepção que a equipe do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, órgão responsável pela prática de preservação tinha em relação à população. Do contrário, como falar de Identidade Cultural em um contexto no qual a sociedade não estava incluída na prática de preservação? Sobre esse fato, Rodrigues refere-se aos relatos de Mariza Santos que, ao analisar a formação e o ideário da prática preservacionista desse órgão, também chama a atenção para um aspecto importante: a forma como a sociedade era vista pelo grupo. Assim, “a sociedade em geral aparece como a destruidora e não a construtora/herdeira natural dos bens de valor cultural; ela os ameaçava constantemente com sua ignorância que o patrimônio, segundo a visão das elites intelectuais do país, ajudaria a superar”. (1998, p. 90)

Nesse concerto de opiniões, é essencial o conhecimento dessa visão, para possibilitar a compreensão de muitas de nossas práticas hoje em dia, pois, mesmo não sendo atual, ainda se mostra, em muitos aspectos, com certo vigor. Ou alguém tem dúvida de que a maioria dos cidadãos não está excluída do processo de apropriação e de preservação de seus diversos patrimônios? Um exemplo incontestante está na maneira do povo manusear o dinheiro. Este fato exige uma explicação em face de sua permanência no tempo. Acredita-se que pelo olhar da Antropologia se chegue à compreensão dessas práticas sociais uma vez que os costumes, os hábitos, as crenças são construídos e vividos no campo da cultura, como dão a entender os pontos de vista a seguir. A primeira formulação foi de Edward Tylor (apud Laraia, 2003, p. 28) que sintetizou o conceito de “cultura como sendo todo o comportamento aprendido...”.

Uma outra formulação para o conceito de cultura foi expressa por Laraia nestes termos:

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. (2003, p. 45)

Ambos os autores reproduzem pontos de vista que identificam a profunda relação daquilo que a população faz habitualmente no seu ambiente cultural. Isso nada mais é, ou vem revelar, uma sociedade que não faz de outra forma, porque aprendeu da forma que faz.

A menção aos conceitos de identidade cultural e de cultura fez-se necessária em razão do contexto atual, muito embora diverso da época dos modernistas, ainda se vê e convive com práticas irreconciliáveis diante da modernidade atual. Por exemplo, o aparato tecnológico bancário existente hoje em dia versus a prática de uso do dinheiro pela população. E por que essas práticas contraditórias ainda resistem no tempo? Elas resistem devido à força e à autenticidade dos costumes e instruções do povo, cujos traços engendrados pela cultura não desaparecem de uma hora para outra, como pensam e querem alguns formuladores de políticas públicas. É irrefutável tal suposição, a não ser que se queira desconhecer, por exemplo, a herança estabelecida em nossa sociedade, cujas origens remontam aos tempos da família patriarcal brasileira.²⁶ As influências da família patriarcal ainda se estendem aos nossos dias e, portanto, não devem ser vistas como privilégio de uma época ou de outra qualquer. Assim, Carvalho refere-se ao cotidiano da sociedade brasileira à época republicana: “a sociedade caracterizava-se por desigualdades profundas e pela concentração de poder”. (2003, p. 25) Característica que nunca deixou de ser uma marca de nossa perseverante elite social e política.

Para este trabalho deliberou-se por um recorte que privilegiou alguns ícones que estão diretamente relacionados a este tópico, cujas cédulas e moedas estão em exposição na Sala de Emissões do Museu de Valores (Brasília). Por isso, ao falar de Identidade Cultural não se quis eleger referências apanhadas aleatoriamente no contexto cultural, mas de mostrar como esses ícones tinham a clara intenção de revelar nossa identidade, conforme o desejo de seu idealizador - Aloísio Magalhães.

Sobre a escolha dos ícones definidores da identidade cultural a ser estudada, parece oportuno fazer referência ao evento que desencadeou toda uma formulação voltada para exibir tal identidade. Os antecedentes estão ligados à decisão do governo brasileiro, em 1966, de nacionalizar a produção do dinheiro, pois até então, o país não detinha a produção de seu papel-moeda. (Magalhães, 2003, p. 192). Para a realização dessa mudança, organizou-se um concurso para a escolha de projeto para sugerir os novos desenhos das cédulas e o vencedor

²⁶ No texto de Mariza Corrêa – *Repensando a Família Patriarcal Brasileira* – essa autora faz pertinente crítica sobre as formas de organização familiar no Brasil. Segundo ela, tais formas não estiveram restritas ao engenho ou às fazendas de café.

foi Aloísio Magalhães. O estudo completo desse autor está no Museu de Valores do Banco Central. A primeira fase compreendeu o período que vai de 1966 a 1970, ocasião em que ocorreu o relançamento do padrão Cruzeiro, em 15.05.1970.²⁷

Ainda sobre o contexto histórico, em meados da década de 1970, Rodrigues aponta que “outros temas também foram retomados como, o que era o povo, a relação entre as culturas erudita e popular” (1998, p. 91). Ou seja, enriquecia-se com novos elementos o anteprojeto de Mário de Andrade, de 1936, para a criação do Sphan. Essas discussões, na verdade, favoreceram o pensamento crítico de Aloísio Magalhães e é por interferência dele que se lançam as bases para modernizar a estrutura administrativa federal da área cultural. Segundo Rodrigues, “Esta mudança se fez envolvendo uma concepção [...], uma idéia de cultura como resistência ao avanço da massificação e da dominação econômica imposta pelo capital internacional ao país. Garantir uma *identidade cultural* relacionava-se, portanto, à garantia da independência nacional” (1998, p. 91). (Grifo meu). É Magalhães que em um encontro para conselheiros estaduais de cultura, ao proferir seu discurso²⁸ para os participantes do evento, indaga: “Quais os componentes fundamentais da cultura brasileira?” (1997, p. 45). Na verdade, era uma provocação para chamar a atenção dos presentes para um processo de desenvolvimento que, na prática, esquece os componentes fundamentais ligados à cultura e à identidade e que, segundo ele, bem que poderiam estar misturados e considerados nesses processos de aferição, manipulados pelos dirigentes da área econômica. Para em seguida indagar: “Ou, ao contrário, o verdadeiro processo, o verdadeiro desenvolvimento de uma nação baseia-se em, harmonicamente, dar continuidade àqueles componentes que lhe são próprios, aos indicadores de seu perfil ou da sua fisionomia e, portanto, de sua identidade?” (1997, p. 46). Percebe-se na ação crítica desse intelectual um discurso firme na defesa dos elementos que identificam a nação brasileira.

Retornemos ao ícone que nos prende a atenção. Sem dúvida, o elemento temporal parece ter favorecido a Aloísio Magalhães. Pensa-se assim, porque desde a escolha como vencedor do concurso até a data de lançamento da cédula das “etnias”, ele dispôs de tempo para absorver o tom das idéias e discussões que ecoavam no meio político, acadêmico e, em especial, na esfera cultural. Sem esquecer que no campo da economia operava-se “o milagre

²⁷ Até o relançamento do Cruzeiro (1970), circulou transitoriamente o “Cruzeiro Novo”.

²⁸ Discurso de instalação do I Encontro dos Conselhos Estaduais de Cultura das regiões Centro-Oeste e Norte, em Goiânia, em 26 de maio de 1982.

brasileiro”. É nesse ínterim que “o governo brasileiro autorizou a feitura de uma cédula de quinhentos cruzeiros, em caráter comemorativo” (Magalhães, p. 210), como parte das celebrações do sesquicentenário da Independência.

Coincidência ou não, o momento não poderia ter sido o mais oportuno para Magalhães expressar um discurso que certamente precisava ser dito, não por meio de palavras (talvez não tivessem a mesma força), mas projetado em um veículo de circulação nacional: a cédula. É nesse objeto que Aloísio Magalhães vai estampar a própria “cara brasileira”²⁹ no dinheiro, representada pela 1ª cédula comemorativa nacional em cujo design traz “figuras representativas da formação étnica brasileira, mostrando as diversas raças, por ordem de precedência histórica”. (BCB, 1999, p. 80).

Esse desenho revelava a luta de Magalhães pela afirmação da identidade brasileira no seu aspecto mais elevado: a identidade étnica. No entanto, o “brasilianista” americano Thomas Skidmore fez uma leitura negativa da cédula ao considerá-la portadora de todos os preconceitos existentes no país. Aloísio Magalhães fez uma defesa intransigente, rebatendo a crítica dessa forma:

Recentemente, um eminente ‘brasilianista’ apontou, como exemplo da presença atávica de preconceito racial, a posição do negro no painel de representação das etnias brasileiras, na cédula de quinhentos cruzeiros. Por que o professor americano não foi capaz de ler o que todos nós lemos? O painel observa um critério de precedência histórica, no sentido natural da leitura, ou seja, da esquerda para a direita. A partir do índio brasileiro as etnias se superpõem no tempo, numa seqüência em aberto. Não estaria o eminente professor transpondo, para análise do nosso contexto cultural, modelos e estruturas preconceituais de onde o problema se apresenta de maneira diversa? Que outra nação usou com naturalidade sua formação étnica em objeto de comunicação tão amplo como o seu próprio papel-moeda?” (2003, p. 210).

Há um outro aspecto que chama a atenção e está vinculado à mesma cédula. Trata-se não apenas da ruptura de um design tradicional, conhecido pelo nome de “estilo medalhão”, que identificava o espaço reservado tradicionalmente a figuras importantes da história brasileira. Agora, inusitadamente, ocupado por uma representação simbólica incomum. Para Aloísio Magalhães, certamente, tratava-se de uma representação simbólica especial, a afirmação da identidade étnica nacional, como ele sustentou na defesa acima. Há de se registrar aqui a pronta oposição do Trigueiros à sugestão retirada da “cartola” (ver entrevista, Anexo B) por um dos representantes do governo Médici, presente à reunião para escolha do valor e do design dessa cédula comemorativa. De acordo com Trigueiros, a primeira idéia

²⁹ No tópico “A fala do fundador”: Trigueiros dá mais detalhes da decisão que originou a criação dessa cédula.

sugerida pelo representante do governo era fazer o lançamento de uma nova cédula homenageando o general Médici e D. Pedro I na mesma cédula.

A partir desse ícone precursor e dada a especificidade do Museu de Valores, escolheu-se para representar os ícones que exibem o povo brasileiro na moeda nacional as peças a seguir relacionadas: "cédula da etnia" (padrão Cruzeiro de 1970); moedas do centenário da abolição: "homem negro", "mulher negra" e "criança negra" (padrão Cruzado de 1986); moedas relacionadas a atividades profissionais: "boiadeiro", "jangadeiro", "garimpeiro" e "rendeira" (padrão Cruzado Novo);³⁰ "salineiro", "seringueiro" e "baiana" (padrão Cruzeiro de 1990);³¹ Casal de "índios Karajá" (reverso da cédula de Cr\$ 1.000,00, padrão Cruzeiro de 1990); "Bumba-meu-boi", (reverso da cédula de Cr\$ 50.000,00, padrão Cruzeiro de 1990); o "Gaúcho" (na cédula de CR\$ 5.000,00, padrão Cruzeiro Real); a "Baiana" (na cédula de CR\$ 50.000,00, padrão Cruzeiro Real). Esses ícones estão em total harmonia com este tópico e, certamente, estabelecem um grau de afirmação e valorização para esse projeto de exposição itinerante que será indicado no capítulo III. Na prática, a reexposição desses ícones permite a materialização (desejo de Aloísio Magalhães) de uma identidade nacional construída afirmativamente a partir da representação simbólica de várias outras auto-identidades exibidas na moeda nacional, conforme as figuras a seguir, em cédulas e moedas.³²



Fig. 2 "Cédula das etnias"



Fig. 3 "Casal de índios Karajá"

³⁰ Moedas que buscam destacar tipos humanos relacionados à atividades profissionais com características regionais, por ocasião da vigência do Cruzado Novo (boiadeiro, jangadeiro, garimpeiro e rendeira).

³¹ O BC dá continuidade ao projeto de retratar tipos humanos regionais brasileiros, desta feita no padrão Cruzeiro de 1990.

³² Decidiu-se apresentar apenas o lado da cédula ou moeda que mantém relação com este estudo. No tocante às informações pertinentes a cada peça, as mesmas encontram-se no capítulo III, item 1.1.



Fig. 4 “Bumba-meu-boi”



Fig. 5 “O Gaúcho”



Fig. 6 “A Baiana”

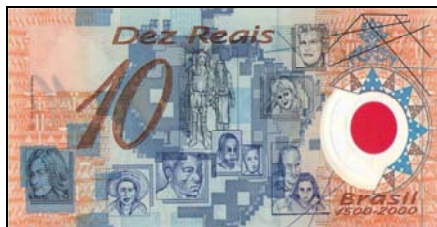


Fig. 7 “Imagens de Brasileiros”



“Homem Negro”
(fig. 8)



“Mulher Negra”
(fig. 9)



“Criança Negra”
(fig. 10)



“Boiadeiro”
(fig. 11)



“Jangadeiro”
(fig. 12)



“Garimpeiro”
(fig. 13)



“Rendeira”
(fig. 14)



“Salineiro”
(fig. 15)



“Seringueiro”
(fig. 16)



“Baiana”
(fig. 17)

É importante realçar, ainda, que mesmo tratando-se da reexposição desses ícones, é essencial a atenção de toda a Equipe do Museu de Valores no que diz respeito ao grau de envolvimento com as novas ações educativas (ver capítulo III) que estão sendo propostas. Deve-se considerar, também, a vinculação a ser feita entre esses ícones e a alegoria da República. Em que medida isso se justifica? Na medida em que segundo Schwarcz “[...] os símbolos e representações não se impõem apenas por sua pura emissão [...]”. (1998, p. 446). Há justificada razão em chamar atenção para esse ponto, porque, como justificar o uso de símbolos que representam a própria identidade do povo (como se fossem diferentes retratos 3x4 da sociedade, como no caso da cédula da etnia) e que, no entanto, não apenas caíram no esquecimento da população, mas parecem não ter suscitado significado algum no imaginário da sociedade. Seriam esses símbolos alheios a nossa realidade? De forma alguma. Na verdade, a origem e a circulação desses ícones retratam imagens identitárias da mais genuína expressão nacional, nada comparável à representação simbólica da República. Esta, sim, um símbolo importado e o seu uso não levou em consideração o contexto cultural no qual a mulher brasileira estava inserida à época da Proclamação da República.

Com efeito, não deixa de ser também um aviso aos gestores responsáveis pela comunicação visual no BC e à equipe gestora do Departamento do Meio Circulante - Mecir, de que símbolos quando usados aleatoriamente podem não dizer absolutamente nada, como insinuou Schwarcz, anteriormente. Portanto, de nada adianta o uso de um arrojado design, como tem ocorrido com o dinheiro nacional, pois, pouco ou nada resultará de positivo, se a população não for despertada a ter uma outra atitude: a de lidar com esses signos. Daí o imenso valor que tem a leitura proposta por Schwarcz a esse respeito: “[...] devemos atentar não só para a emissão como também para a recepção e divulgação, ou seja, para o consumo desses mesmos símbolos [...]” (1998, p. 20).

Desse modo, se o Banco Central planeja tirar maior benefício com a circulação do dinheiro, ou seja, além da função de troca, é necessário que estabeleçam outros códigos de conhecimento e comunicação; e que ainda produzam uma “integração social”, como pensa Bourdieu (2004, p. 10). Então, resta acompanhar o sentimento de Schwarcz (1998) acima e repensar suas estratégias.

Mas, afinal, qual a vinculação que existe entre essa categoria e o projeto de exposição itinerante? É inequívoca, como se pode ver nas referências acima, a relação dos ícones como meio de representação da identidade cultural brasileira. Elas se configuram tal qual um retrato 3 x 4 que ganha ampliação pela força da dimensão dos “rostos”, “tipos regionais”, “danças”. Enfim, lá estão os elementos mais representativos que a moeda nacional pôde retratar como identidade cultural. Talvez, por isso mesmo, o próprio Aloísio Magalhães tenha visto no “auto-retrato” das etnias a maior expressão simbólica da identidade cultural nacional. Possivelmente, ainda seja uma crítica velada àqueles que viam na mistura dessas etnias um resultado desastroso.

A construção dos ícones no Brasil

O estudo de alguns símbolos representativos de nossa identidade tem como lócus de pesquisa o Museu de Valores do Banco Central do Brasil, em Brasília. É a partir dos ícones que retrataram a formação étnica da sociedade brasileira, que se busca compreender o uso dessas imagens pelo BC, exibidas em cédulas e moedas, portanto, em peças cujo significado parece ter sido unicamente o de mercadoria de troca. Mas, o que dizer dos outros significados, das representações simbólicas ali inseridas? Como se sabe, em tempos imemoriais, a efígie de um soberano, de um monarca, gravada em uma moeda ou impressa em uma cédula representava inúmeros significados para a sociedade onde tal peça circulava como objeto, às vezes de veneração, como na Babilônia, ou senão como objeto de valor de troca. O certo é que essas imagens correram por diferentes reinos e deixaram registros memoriais que interessam à numismática. É com esse objetivo, de quase desvendamento, que se busca compreender o uso desses ícones pelo Banco Central do Brasil. Aqui, obviamente, várias interrogações vêm à tona como, por exemplo, quem faz a escolha desses ícones? Quais as reais intenções de uso dos mesmos? É realizado algum tipo de pesquisa para a definição de um ou de outro tipo de ícone a ser exibido? Há alguma forma de avaliação para mensurar o nível de aceitação pela população? O que esses símbolos dizem ou deixam de dizer, quando se sabe que o dinheiro, de uns tempos para cá, parece muito mais estar associado à idéia de um produto meramente financeiro-especulativo? Estão aí as cotações diárias de valorização ou desvalorização da moeda frente a uma outra moeda e, portanto, com grande poder de manipulação e de influência sobre as pessoas.

Muito embora os tempos atuais estejam marcados pelo encurtamento das distâncias e das práticas sociais coletivas, ainda assim o dinheiro continua a retratar em suas “faces” os nobres e, de uns tempos para cá, também pessoas comuns, aliás, um feito singular no dinheiro brasileiro, como veremos mais adiante. É sobre o uso dessas representações e o que querem ou podem dizer, ou seja, sobre a carga de conteúdo simbólico ali inserida, muito representativa para o imaginário popular (ou deveria ser, sempre), que este tópico pretende abordar. Pois é indiscutível a força e o poder de influência dos símbolos, como consta nesta citação:

O imaginário social é constituído [...] por símbolos, alegorias, rituais, mitos. Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos

de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos. Na medida em que tenham êxito em atingir o imaginário, podem também plasmar visões de mundo e modelar condutas. (Carvalho, 2003, p. 10-11).

É ancorado nessa vertente que este estudo guiar-se-á. Evidente que esses símbolos só se caracterizam plenamente quando caem no “gosto popular”, para isso é que eles são criados. Segundo Carvalho,

a elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos [...]. (2003, p. 10).

No caso brasileiro, talvez, a causa da demora em responder à aceitação, aos apelos que os símbolos e alegorias podem e querem representar, seja decorrência do baixo nível de educação formal da população (mas não é esse o único elemento). Ou será que a escolha de tais símbolos, na maioria das vezes, originários de fora da convivência da população não seria o maior empecilho? Isto foi notório e o mesmo Carvalho confirma essa prática ao referir-se “ao costume dos republicanos brasileiros de cantarem a Marselhesa, de representarem a República com o barrete frígio (...)”. (Idem, *ibid.*, p. 10). Como se observa, são representações simbólicas completamente desconhecidas e, portanto, sem vínculo com o repertório cultural das pessoas, logo após a proclamação da República no Brasil.

Ora, o símbolo para estabelecer um caráter de plena aceitação é necessário que tenha um elemento essencial: a existência de raízes identitárias junto ao próprio grupo que o manipula. Nesse sentido, dois autores vêm ratificar esse entendimento quanto enfatizam pontos de vista complementares. O primeiro é Pierre Bourdieu que diz: “Os símbolos são os instrumentos por excelência da ‘integração social’: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação”. (2004, p. 10). O segundo é Castoriadis que vê como fundamental a vinculação do significante (símbolo) com o contexto histórico para permitir e facilitar esse tipo de aceitação. (1982, p. 152). Vê-se, então, que a questão do uso de símbolos não se oferece aleatoriamente. Os símbolos não surgem do nada. Schwarcz é outra autora que reforça, em várias passagens de seu livro - *As Barbas do Imperador* -, a importância e o poder das representações simbólicas. Essa autora tem plena convicção de que a criação e manipulação de símbolos sem o pertinente vínculo com o contexto cultural é prática que não prospera. É necessário que haja tal vínculo e a mesma autora se apóia no que Bronislaw Baczo chamou de “comunidade de sentidos”, e conclui: “para compreendermos por que em momentos de mudança certos símbolos vingam e outros não, devemos atentar não só para a

emissão como também para a recepção e divulgação, ou seja, para o consumo desses mesmos símbolos [...]”. (cf. Schwarcz, 1998, p. 20).

Aqui, é pertinente lembrar de que os ícones, objeto deste estudo, não são trazidos apenas como reminiscências, pois é sabido de sua importância para a numismática, sobretudo, em razão do significado que querem dizer. Refiro-me ao excepcional trabalho estético das cédulas e moedas, bem como da variedade de tipos produzidos, mas que ficaram restritos ao estudo e à curiosidade dos numismatas. Por isso, há um objetivo maior que é o de ampliá-lo para diferentes públicos este estudo. Tal escolha se vislumbra possível à medida que se projeta uma exposição itinerante, como o instrumento mais dinâmico de ressignificação dessas peças, seguida por, obviamente, um discurso museográfico capaz de se tornar elemento de fruição do conhecimento, de questionamentos, de reflexões. Isto pode, assim, permitir melhor usufruto ao revelar aspectos significativos da nossa identidade étnica. No entanto, esse feito não ocorreu à época que esses ícones circularam por este Brasil afora, sem despertar a menor curiosidade, mesmo passando por tantas e repetidas vezes pelas mesmas mãos. Talvez, estivessem cumprindo apenas a única função perceptível: a de troca. Ao contrário do que aconteceu quando da implantação do regime republicano, entre nós, desta feita pretende-se que os ícones exibidos no dinheiro e aqui selecionados - genuinamente brasileiros -, sejam esclarecedores de nós mesmos, tomados como nossa mais autêntica propriedade, e, assim, elementos de descoberta e de reflexões.

Nesse ponto, é visível a necessidade de se conhecer um pouco os antecedentes históricos acerca desta questão: Quando começou entre nós o uso dos símbolos e alegorias e com que finalidade? Embora a idéia de criação de símbolos siga uma tradição mais corrente, ou seja, a de representar um regime político, entre nós, essa idéia já teria sido aventada logo após a nossa Independência. Mas é a partir do Segundo Reinado, com a coroação de D. Pedro II, em 1840, que esses elementos vão ser fortemente manipulados para a caracterização do nosso modelo de nacionalidade. É Schwarcz quem descreve esse momento e anuncia como a elite dirigente empenhou-se no lançamento de tais representações: “[...] o Império brasileiro se destacou em seu papel de criador de ícones nacionais – entre hinos, medalhas, emblemas, monumentos, dísticos e brasões -, assim como concentrou esforços na boa costura da imagem do monarca, que parecia simbolizar a pátria”. (1998, p. 22). A respeito disso, parece não restar nenhuma dúvida de que, no Brasil, esses elementos assumem importância decisiva a partir do Império, com a preparação do pequeno monarca para tornar-se de fato ‘o primeiro imperador genuinamente nacional’.

A República também tratou desde o primeiro momento de produzir a sua simbologia própria. O certo é que tanto um quanto o outro travou uma verdadeira batalha pelos símbolos. Neste ponto, Schwarcz chama a atenção para a força dos sistemas simbólicos e aponta: “[...] percebemos como todo regime político estabelece em sua base um imaginário social constituído por utopias e ideologias, mas também por mitos, símbolos e alegorias, elementos poderosos na conformação do poder político, especialmente quando adquirem aceitação popular”. (1998, p. 20). No entanto, para este trabalho o que se propõe repensar é a dimensão cultural. Quais as leituras que são passíveis de observação à luz do referencial teórico dado, quando se confrontam a criação e manipulação de símbolos utilizados pela República e, também, sua utilização pelo Banco Central, no caso do dinheiro. Se o ponto de vista de Bourdieu harmoniza-se com o contexto social vivido à época do Império, e parece de fato que os símbolos foram instrumentos de “integração social” entre uma realeza, os indígenas, os negros e os mestiços, então, melhor fixar o olhar apenas para as representações simbólicas da República e dos ícones utilizados pelo Banco Central, pois estes, de uma ou de outra forma, não tiveram o êxito esperado. Esta questão será retomada mais adiante.

Com a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, seus articuladores propõem a troca de toda a simbologia que fizesse referência ao Império, adotando para o novo regime a criação de novos símbolos. Houve também uma corrida desenfreada para a troca de nomes, como aponta Schwarcz: “nada poderia lembrar, nem sequer enaltecer, o regime destituído” (1998, p. 471). Uma das primeiras mudanças ocorreu no dinheiro. Os motivos representados pela figura de D. Pedro II, nas cédulas e em moedas, eram substituídos pela imagem da nova República dos Estados Unidos do Brasil – a alegoria feminina. (Idem, *ibid.*, p. 471).

Foram os grupos de uma distinta elite política, influenciados pela Revolução Francesa e conhecedores da importância que os símbolos podiam representar para a população como objeto de convencimento, que trataram logo de estabelecer estratégias para alcançar seus objetivos. Três correntes nacionais ideológicas – liberais, jacobinos e positivistas – “disputavam a definição da natureza do novo regime” (Carvalho, 2003, p. 9). São esses grupos acima, portadores de um discurso ideológico, restrito ao entendimento apenas de uma elite (a qual cada grupo é parte), que se apercebem da necessidade de participação ativa da população na vida sócio-política do novo Estado. Esse envolvimento, aparentemente possível, teria de se dar pela adoção de uma nova linguagem e, aqui, os ideólogos vão deparar-se com a grande contradição que eles próprios não enxergaram: trabalhar representações simbólicas

para um imaginário inexistente. Nessa forma de manipulação de símbolos, Bourdieu observa uma ‘violência simbólica’, e diz mais: “É enquanto instrumentos [...] de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação [...]” (Bourdieu, 2004, p. 11). Nesse caso, verifica-se a dominação de uma classe sobre a outra a qual o autor chama de “violência simbólica”. Realmente não era isso que esses grupos queriam?

Assim, inspirados na Revolução Francesa, os nossos republicanos, destacando-se os positivistas ortodoxos, buscaram criar símbolos para marcar o imaginário republicano brasileiro. Entre outros símbolos figurariam: o do mito de origem (na figura do herói), a da figura da República (alegoria feminina) e a dos mais tradicionais (obrigatórios): a Bandeira e o Hino nacionais.

Para manter maior aproximação com o objetivo deste trabalho, neste momento, dá-se maior atenção para a “figura da República”. E por que razão? A figura da República não é um dos ícones integrantes do projeto de exposição que se pretende focar, mas sua utilização, por exemplo, nas cédulas do Real, não é percebida (até hoje) pela maioria da população. Esta maioria não sabe de que figura se trata e isso por si só revela um aspecto cuja motivação interessa comentar. Sem dúvida, pelas razões apontadas por Carvalho, tal figura era importante para o imaginário republicano francês, pois ela tomava o lugar do velho regime e da própria figura do rei decapitado e mais do que isso, representava as novas idéias e esperanças do povo francês. Este autor salienta que essa representação dominou a cena cívica francesa desde a Primeira à Terceira República. (Carvalho, 2003, p. 75).



**“Alegoria da República” ou
“Figura da República”**

Fig. 18

Porém, em relação à apropriação da figura da República (ou alegoria feminina) no cenário republicano brasileiro (fig.acima), não obstante a representatividade que a mulher assume na filosofia positivista, por que não se figurou uma mulher índia para representar o

símbolo da pátria? Uma vez instaurado o Império, lá estava o índio como seu representante. Ou foi apenas uma visão romântica? Carvalho ajuda-nos a entender: “As índias de nossos pintores nada tinham a ver com a nação”. “[...] vê-se que não são índias de verdade, são visões, recriações românticas da figura feminina indígena”. (2003, p. 94). Mas, como ele próprio vê outras razões, provavelmente até mais fortes, então, indaga: “Seria isso devido [...] ao patriarcalismo predominante na sociedade?” “O Brasil feminino estaria limitado à Igreja, e às igrejas?” (Idem, ibidem, p. 94-95). O próprio Carvalho faz as perguntas e deixa-as sem respostas, talvez nem precise mesmo oferecê-las diante de uma sociedade patriarcal (escravagista) e muito masculina. Alguém duvidava?

No caso francês, está claro o vínculo do significante com a função que pretendia ocupar no imaginário da população e, por isso, Bourdieu (2004, p. 10) vê os símbolos como instrumentos de integração social. Um outro ponto de vista que atenta para a importância dessa ponte relacional entre práticas e épocas é de Maurice Halbwachs: “Ora, há em cada época uma estreita relação entre os hábitos, o espírito de um grupo e o aspecto dos lugares onde ele vive” (1990, p. 69). Significa dizer que a construção de um simbolismo opera em campo onde já há marcas de um referencial histórico próprio. Senão, como surgirão as conexões necessárias para o florescimento de tal simbolismo? Na mesma linha Castoriadis comenta “[...] o simbolismo determina aspectos da vida da sociedade [...]” (Castoriadis, 1982, p. 152).

De volta ao contexto brasileiro, onde estava a mulher? Carvalho dá resposta muito clara ao aludir a essa questão: “Entre nós, se o povo masculino esteve ausente da proclamação, que dizer do povo feminino? Se não havia povo político masculino, como pensar em povo político feminino?” (Carvalho, 2003, p. 92).

Combinou-se, anteriormente, fazer idêntica confrontação dessa mesma figura com um contexto de momento, no qual a alegoria da República divide com a temática (fauna) o design artístico das cédulas do atual dinheiro brasileiro (o Real), sem que a maioria da população saiba que “cara” é essa. Este mestrando, desde o início do ano letivo de 2005, ora nas dependências do Museu de Valores, ora nas escolas onde visita e dá palestra, apresenta a professores e alunos a figura em questão. Mediante a exposição de um cartaz ou de alguma cédula (do Real) se faz esta indagação: Quem é a figura da cédula e o que representa? Surpreendentemente, nem mesmo a maioria absoluta dos professores sabe a respeito.

Na verdade, não existiu uma pesquisa previamente elaborada (com o foco nessa questão). Houve, sim, um grande interesse, que não desprezou a quantificação, em se considerar o tempo de observação e o universo questionado, algo próximo de três mil pessoas entre professores, grupos de alunos do ensino fundamental, médio, superior e outros visitantes. As respostas foram as mais variadas. Cumpre ressaltar estas duas: não é a cara de um soldado? Ou simplesmente afirmavam: é a princesa Isabel. Houve um professor (museólogo) que afirmou tratar-se da atriz “Tônia Carreiro”. Apesar de estranha essa última resposta, soou como uma remota possibilidade, afinal, a alegoria francesa não se prendeu a uma única personagem; e como a nossa foi uma idéia importada poderia ter acompanhado essa prática e, em algum momento, nossa “Marianne” ter sido uma figura de carne e osso à brasileira. Mas será que o contexto cultural brasileiro comportaria essa mesma prática? De uma forma ou de outra a figura (real) que fosse não escaparia de comparações vulgares. O certo é que, longe do deboche que os opositores da República fizeram um século atrás, ao associá-la a prostituta (Carvalho, 2003, p. 92), a nossa alegoria da República caiu em um completo vazio. E como justificar esse fato? Parece que os comentários de Carvalho e Schwarcz, dois autores intimamente envolvidos na questão de historiar, isto é, interpretar esse e outros episódios relacionados às representações simbólicas no imaginário brasileiro, oferecem justificativas aceitáveis. Especificamente para esse episódio, o ponto de vista de Schwarcz parece ser mais abrangente em relação ao uso pelo Banco Central do Brasil da representação da República ou como a numismática denomina: alegoria da República. Schwarcz escreve: “[...]os símbolos são reelaborados em razão do contexto cultural em que se inserem, além de que o maior ou menor sucesso de sua manipulação encontra-se diretamente vinculado a uma ‘comunidade de sentidos’. [...], *devemos atentar não só para a emissão como também para a recepção e divulgação, ou seja, para o consumo desses mesmos símbolos, [...]*”. (1998, p. 20)

Destacou-se essa parte do texto acima para chamar a atenção de pelo menos dois aspectos: no primeiro, toma-se o “consumo” para ligá-lo à idéia do uso, da manipulação do símbolo propriamente dito, em que se procurou medir o grau de inferência do fator temporal - marcado por uma inflação galopante. Talvez seja esse o elemento eleito para a indiferença da população em relação à simbologia expressa nas cédulas. Mas, quando se tem um novo período, por exemplo, a época do Real, no qual a alegoria da República está presente nos sete valores (cédulas), verifica-se a mesma desatenção e indiferença da população para a simbologia e, por extensão, para a falta de cuidado com a conservação do dinheiro, mesmo em um quadro de acentuada estabilidade econômica. Disso se pode inferir

que, independente da representação que figurar nas cédulas, as pessoas ater-se-ão apenas ao valor de troca da moeda. O segundo aspecto relaciona-se à falta de iniciativa da autoridade monetária (o BC) quando não desenvolve (também) nenhuma campanha pró-valorização da moeda nacional, embora o momento seja oportuno. E, simultaneamente, deixa de explorar uma série de possibilidades (ou as “informações extrínsecas” do dinheiro) como, por exemplo, o dinheiro ligado a uma imagem positiva da identidade nacional (com o Real, a fauna tem sido a temática), o dinheiro como um bem cultural carregado de símbolos e valores nacionais etc.

Tem faltado essa fala didática e esclarecedora ao Banco Central do Brasil. E por isso se reitera o ponto de vista de Laraia ao afirmar que: “*o homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado [...]*” (2003, p. 28). Isso ajuda a explicar o porquê desse alheamento da população em relação a ícones que representavam a própria identidade étnica brasileira, como é o caso da “cédula da etnia”. E, no entanto, ela e outras peças relacionadas à temática de nossas etnias caíram no duplo vazio: o primeiro, pela perda de valor devido à inflação; o segundo, pela falta de estímulo e de prática cultural em valorizar os nossos próprios valores. São esses ícones genuínos, identificados a nossa própria identidade que este trabalho quer resgatar.

Até aqui se excedeu, talvez, além do necessário para tentar justificar o porquê do fracasso da alegoria da República, ou porquê uns símbolos pegam e outros não. Diante das justificativas teóricas ou de pontos de vista comparados, é possível considerar a validade de todos eles e inserir em complementação, embora já diluído nas idéias de Carvalho e Schwarcz, o ponto de vista original de Bronislaw Baczo. Esses autores citam-no para explicar a batalha simbólica que travaram monarquistas e republicanos na defesa de representações simbólicas para vingar projetos políticos. Ao citar Baczo, Schwarcz lembra de que: “[...] os símbolos são reelaborados em razão do contexto cultural em que se inserem” e vincula o sucesso da manipulação “a uma ‘comunidade de sentidos’” (Schwarcz, 1998, p. 20). Ora, é possível, neste ponto, identificar como mais relevante, no caso brasileiro, quando a explicação envolver prática (uso) e contexto (cultura), não perder de vista, na manipulação das representações simbólicas, os pontos essenciais que Laraia (2003) e Baczo sustentam: a cultura como elemento provedor de todas as experiências humanas.

Patrimônio: permanência e transformações da moeda nacional

A noção de patrimônio é bem antiga. Entre os romanos relacionava-se à herança privada, familiar. É, no entanto, com o Renascimento que vai associar-se à idéia de coisa pública em razão da crescente valorização da cultura material da Antigüidade. Marly Rodrigues, em texto que trata dessa questão, se reporta à necessidade de que as sociedades tenham em não deixar desaparecer as suas experiências ou conhecimentos. E isso era possível nas sociedades mais simples por meio de uma tradição oral, no caso, função dos mais velhos. Mas, à medida que o crescimento e uma complexidade social estão em ascensão começa a perder fôlego a tradição da palavra e dos gestos. A memória, segundo aquela autora, “passou a ser encontrada apenas nas coisas”. (1998, p. 84).

Essa mudança acarretou a criação de mecanismos de salvaguarda de uma memória social para, assim, livrar a sociedade do esquecimento. Coube ao poder público fazer essa função. E o primeiro país que adotou essa função para proteger e organizar seu patrimônio foi a França, logo depois da Revolução (1789). Segundo Rodrigues, isso ocorreu como necessidade imperiosa para “deter a destruição de inúmeros monumentos do Antigo Regime” (1998, p. 85), pois, como se sabe, em tais lugares, a população que se incompatibilizou com o governo destituído destrói tudo o que representa a figura ou o regime anterior. É a autora citada quem acrescenta: “‘Salvar a memória’ tornou-se uma função do poder público [...]. Preservar a memória configurou-se deste modo, como um campo de disputas simbólicas”. (1998, p. 84). Modelo que se articula e se presta muito bem a finalidades e circunstâncias de momento, como está indicado em “A Construção dos ícones no Brasil”.

Aqui, no cenário nacional, segundo Rodrigues “a primeira iniciativa de ‘salvar’ os bens culturais urbanos” teria partido de um intelectual chamado Wanderley Pinho. Este intelectual, em 1917, “propôs ao Instituto Histórico e Geográfico da Bahia constituir a Comissão dos Monumentos e das Artes, voltada à proteção de monumentos públicos e edifícios particulares de valor histórico ou artístico, bem como objetos de arte de qualquer espécie”. (1998, p. 87). Mais tarde, já em 1923, nova idéia em forma de projeto é apresentada à Câmara Federal pelo deputado de Pernambuco, Luiz Cedro. Nessa idéia os monumentos de valor histórico são considerados como importantes elementos de culto ao passado. (Idem,

1998, p. 87). Manifestações reivindicando tal importância passaram a ser uma constante. Trata-se de um novo projeto de lei do jurista e representante de Minas Gerais na Câmara dos Deputados, Jair Lins, para quem “as representações do passado foram classificadas como portadoras de potencialidade moral e pedagógica”. (Idem, *ibid.*, p. 87-88). É possível observar que tais reivindicações postuladas por parlamentares vão refletir uma tendência, cuja influência, sem dúvida, deve ser creditada no movimento conhecido como a Semana de Arte Moderna, de 1922. As datas de tais manifestações políticas estavam a favor da salvaguarda do patrimônio.

Das iniciativas com essa finalidade, ocorridas a partir de 1923, um projeto chamou a atenção. Trata-se do projeto de lei, de 1930, de autoria do deputado federal J. Wanderley de A. Pinho³³ cuja proposta, segundo Lygia Martins Costa, cogitava a “criação de museus locais, no sentido de proteção de nossos bens móveis distribuídos por toda parte”. (2002, p. 76). Nisto se observa o caráter de sua abrangência, mas, a intervenção do poder público para a salvaguarda dos bens de importância histórica teve início apenas a partir de 1934 com a criação da Inspeção de Monumentos Nacionais, colocada sob a administração do Museu Histórico Nacional (MHN) e presidida por Gustavo Barroso.

Para demarcar esse breve histórico, finalmente, o anteprojeto de Mário de Andrade, de 1936, no qual, segundo conforme Costa, “o tema vem mais explícito, mas com outro ponto de vista” (2002, p. 76), pois, ao invés da construção de museus em diferentes localidades do território nacional, como queria o projeto (mencionado) do deputado J. Pinho, o projeto de Mário de Andrade sugere a criação de apenas quatro museus nacionais na capital do país, ou o equivalente à contrapartida aos quatro Livros de Tombo sugeridos.³⁴ Tudo subordinado ao novo órgão: SPAN³⁵ – Serviço do Patrimônio Artístico Nacional.

É visível, portanto, o interesse (nas primeiras décadas do século XX) de parte da elite política do Brasil em empenhar-se na construção de uma nova imagem de nação, de modo a colocar o país na modernidade, condição exigida pelos padrões internacionais de

³³ Os textos - A Construção da Cidade e De Museologia Arte e Políticas de Patrimônio - identificam diferentemente Wanderley Pinho. Pela vinculação com o cargo e o Estado ao qual representa presume-se tratar da mesma pessoa.

³⁴ Livros de Tombo sugeridos ou equivalentes aos quatro museus nacionais que seriam criados na capital do país, pelo anteprojeto de Mário de Andrade (1936): Arqueologia e Etnografia, História, Belas-Artes, Artes Aplicadas e Técnicas Industriais.

³⁵ Manteve-se a forma original do texto, pois foi essa a grafia dada à sigla no anteprojeto de Mário de Andrade. Com a edição do Decreto-lei nº 25/37, de 30.11.1937, acrescentou-se o “H” de histórico.

desenvolvimento capitalista. Contudo, a idéia de patrimônio cultural no Brasil consolida-se a partir da edição do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, nos quais são formulados os primeiros passos para uma definição explícita do que seria o patrimônio cultural. Esse decreto diz em seu Art. 1º:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (cf. Fonseca, 2005, p. 245)

Entretanto, é na década de 1970 que a noção de patrimônio cultural ganharia elementos novos, para buscar espaço no contexto das nações desenvolvidas. Segundo Rodrigues (1998) “discutia-se a integração do patrimônio à economia do país, através do turismo, o que o tornaria atração e criador de empregos e divisas”. (1998, p. 91). Se antes o patrimônio nacional estava voltado mais para os bens imóveis, agora, devido à influência de Aloísio Magalhães são retomadas as idéias de valorização das culturas regionais, dos costumes e fazeres populares constantes no anteprojeto de organização do serviço de patrimônio, de 1936, elaborado por Mário de Andrade. Fruto do dinamismo de Aloísio Magalhães é criado, em 1975, O Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC, cujo objetivo, de acordo com Rodrigues, “era identificar os elementos que compunham o sistema básico da dinâmica cultural brasileira”. Já no final da década em questão e desfrutando Aloísio Magalhães de importante posição de dirigente no cenário da cultura, Rodrigues diz o seguinte: “pela ação de Aloísio Magalhães modernizou-se a estrutura administrativa federal da área de cultura e iniciou-se uma política patrimonialista baseada em um conceito amplo de patrimônio cultural”. (1998, p. 91).

Em 1979, Aloísio Magalhães assumiu a direção do SPHAN e trouxe para dentro do órgão sua percepção ampliada de patrimônio cultural, surpreendendo os técnicos da casa, acostumados ao tombamento do patrimônio suntuoso, apenas. Fonseca traz a posição dos técnicos do SPHAN:

A proteção de bens da cultura popular era incompatível com o estatuto do tombamento, visto que esses bens estão inseridos em uma dinâmica de uso, e expressam valores de outra ordem que não as concepções cultas de história e de arte. Poderiam, quando muito, ser protegidos por seu valor etnográfico. (apud Rodrigues, 1998, p. 92)

Percebe-se o quanto esse estatuto era elitista. Nada fora, portanto, dos padrões conformadores de intelectuais acostumados a “venerar” a cultura européia. Rodrigues vê na ação de Aloísio Magalhães uma manifestação inequívoca de pró-inclusão dos grupos sociais, (sempre) excluídos do nosso contexto histórico e social. Desse modo, ao permitir espaço às

manifestações culturais desses grupos, ele mexia com as velhas estruturas, habituadas a reconhecer e valorizar apenas o produzido pela elite intelectual. (1998, p. 92).

Todavia, os embates arrolados durante quase um século encontrariam um ajuste conceitual abrangente na Constituição Federal de 1988 que diz em seu art. 216: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- As formas de expressão;
- Os modos de criar, fazer e viver;
- As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”.

A citação acima vem reforçar a unidade relacional que há entre os termos desse novo conceito e a seleção das peças eleitas para compor o projeto de exposição itinerante. É bom que se diga, quando se pensa em um programa de desenvolvimento de perspectiva integral para o país, que a escolha desses ícones exibidos no dinheiro nacional representa o que há de mais singular no campo simbólico para expressar a dimensão cultural, elevada por Aloísio Magalhães ao patamar de tamanha importância. Por isso mesmo, como o momento trazia à tona a discussão de um projeto nacional desenvolvimentista, Aloísio Magalhães, figura respeitada até pelo governo militar, considerou a ocasião para formular a seguinte problemática:

Será que a nação brasileira pretende desenvolver-se no sentido de se tornar uma nação rica, uma nação sem caráter? Será que o objetivo do chamado processo de desenvolvimento é somente o crescimento dos benefícios materiais, o aumento de uma ilusória alegria e felicidade do homem através dos bens e dos seus elementos de conforto material? Ou, ao contrário, o verdadeiro processo, o verdadeiro desenvolvimento de uma nação baseia-se em, harmonicamente, dar continuidade àqueles componentes que lhe são próprios, aos indicadores do seu perfil ou da sua fisionomia e, portanto, da sua identidade? (2003, p. 222).

Aloísio Magalhães não se conformava mesmo com aqueles que se achavam os responsáveis e os mais influentes nas questões que dizem respeito ao desenvolvimento nacional. Eles viam apenas nos números da economia os índices necessários ao alcance de tal objetivo. Para o autor, o verdadeiro desenvolvimento (aquele capaz de incluir todos os grupamentos sociais nacionais) só seria possível de ser alcançado se essas variáveis econômicas e políticas se juntassem com as nossas práticas culturais. Esses valores

qualitativos da sociedade, quando da discussão dos problemas nacionais, deveriam ser incorporados.

É possível observar-se que foi pelo envolvimento e influência de Magalhães que essa idéia de Patrimônio Cultural se alargou de tal forma que alcançou a noção completa de cultura e, assim, aproximando-se de uma visão antropológica atual. Ultrapassou a visão “que vigorava nas práticas das políticas públicas empreendidas pelo Iphan (o antigo Sphan) desde sua fundação, em 1937” (2003, p. 222), em que a noção do patrimônio era basicamente o de “pedra e cal”.

Em que sentido essa mudança de percepção é importante? Ora, sem adiantar sinal algum, Aloísio Magalhães se apóia na dimensão histórica para enxergar na dimensão cultural o elo capaz de construir os elementos de resistência “ao avanço da massificação e da dominação econômica imposta pelo capital internacional ao país. Garantir uma identidade cultural relacionava-se, portanto, à garantia da independência nacional”. (Rodrigues, 1998, p. 91).

O que tinha de especial no anteprojeto de Mário de Andrade para a criação do Sphan? Ou por que um trabalho elaborado há mais de 70 atrás (em 24 de março de 1936) exerceu tamanha influência? Com certeza, Aloísio Magalhães não nutria simpatia alguma a programas ou pacotes importados para a solução de nossos problemas, para com esses tinha pronta objeção, conforme pode-se verificar: “[...] e os modelos europeus e norte-americanos falharam ou foram insuficientes [...]”. Além do que não se sabe até onde esta indagação o incomodava: “Por que o produto brasileiro não tem uma fisionomia própria?” (2003, p. 221). Certamente, aquele anteprojeto era o mais brasileiro possível, porque continha “uma visão de patrimônio cultural ampliada e moderna atingindo um espectro que atravessava as contribuições de diferentes classes sociais e as diversas etnias que compõem a nação brasileira”. (Magalhães, 2003, p. 222-223). Necessitava apenas da sua determinação pessoal e de equipe para tocá-lo.

Guiando-se por esse referencial já pronto, Aloísio Magalhães aprofundou a noção de Patrimônio Cultural ao adicionar três aspectos reveladores de sua preocupação: a permanência, a complexidade e a dinâmica (2003, p. 223 e 225). Para o primeiro, ou seja, **a permanência** cuja manifestação pode ser um edifício, uma praça, uma obra de arte, uma técnica, uma festa, um ritual, uma dança, uma música etc. Importa, nesse aspecto, considerar aqueles que estão envolvidos diretamente na produção, bem como nas diversas formas de manipulação. Segundo ele “na permanência reside a dimensão histórica do fenômeno, origem da própria noção de patrimônio cultural”. O segundo aspecto: **a complexidade**: “qualquer

manifestação cultural exige a abordagem de suas múltiplas dimensões – econômicas, técnicas, simbólicas, práticas – para serem compreendidas em sua amplitude”. No caso do Brasil, o autor comenta que deve “incorporar-se à complexidade uma outra riqueza: a diversidade cultural”, dada pela contribuição das diferentes etnias envolvidas. O terceiro e último aspecto **a dinâmica**. É por ele dividida em dois planos distintos. Primeiro, a dinâmica do fenômeno em si, envolvendo o segredo de seu processo. Segundo, envolve sua modificação no tempo. (2003, p. 225).

Aloísio Magalhães considera Patrimônio Cultural como sendo uma espécie de forma identitária própria de uma sociedade ou grupo social, na qual estão “os conjuntos de representações simbólicas e imaginárias as mais variadas [...]. O patrimônio cultural é, no entanto, o que dá sentido, nas suas representações fixadas no tempo, àquelas partes da vida social ancoradas no real”. (2003, p. 227)

Sem dúvida, o que pode ser visto com um certo alento, em relação às práticas anteriores, é o visível envolvimento da sociedade nas ações que visam a conservação e preservação; e um IPHAN em que o quadro técnico destaca-se pelos profissionais de diferentes áreas. Se antes as práticas e as ações voltadas para o patrimônio eram concebidas e geridas pelo Estado, agora, há um estágio de cooperação entre instituições públicas e privadas. Claro está que ainda não se atingiu a maturidade de outros centros, mas já foram conquistados muitos avanços. Hoje, é comum a participação de grupos, de associações e mesmo de pessoas físicas que reivindicam ações de preservação, de restauro ou de registro das mais diferentes manifestações culturais. Essas são atitudes que encontram ressonância no texto constitucional, primeiro parágrafo, do artigo 216 (já referido): “O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro [...]”. (conforme CF, 1988, 17ª ed., p. 124).

Viu-se no parágrafo acima que é essencial para o Patrimônio Cultural a atenção do poder público e da sociedade para com a preservação ou conservação de seus bens patrimoniais. No caso do dinheiro brasileiro, que é também parte desse Patrimônio, como é que anda essa questão? Se a antropologia estiver completamente certa, e parece não haver dúvidas, o poder público e a sociedade, em relação ao nosso dinheiro, parecem trilhar caminhos opostos, tal é o desperdício de dinheiro pelo mau uso. O Relatório elaborado pelo MECIR acusou uma soma de quase R\$ 100 milhões de reais, em 2004, gastos pelo Banco Central para repor o dinheiro que a população estragou pelo mau uso. Assim, parece manter-

se atual, pelo visto, como indica Rodrigues no texto “O presente, tempo de destruição”, o sentimento dominante que havia entre os modernistas (décadas de 1920-30) em relação ao patrimônio. Este sempre “ameaçado pela ignorância e desconhecimento” (1998, p. 87). O problema maior, hoje em dia, é a questão do uso e manipulação do dinheiro pela sociedade.

Em relação ao que prescreve o texto da atual Constituição, art. 216, em seu primeiro parágrafo, não deixa de ser um sinal auspicioso, o desenvolvimento de um trabalho conjunto: poder público e sociedade civil. Isso pressupõe um diálogo constante e permanente. Todavia, o que se vê na prática, mais do que decepcionante, é certo desconhecimento que começa com a falta de articulação entre os diferentes órgãos³⁶ do poder público na formulação das ações quando não levam em consideração dois aspectos essenciais. O primeiro está intimamente relacionado com a cultura, campo no qual nascem, crescem, formam-se e transformam-se todas as experiências humanas.

Toma-se novamente a questão do uso e manuseio do dinheiro para ilustrar essa questão. Qual a orientação que a população recebeu em termos de prática de aprendizagem para lidar com o dinheiro, seja na escola ou em família? Nenhuma. Do bisavô ao neto, do aluno ao professor nunca se ensaiou uma ação educativa vibrante nesse sentido. O nosso dinheiro sempre foi mal cuidado³⁷. A revelação desses números pelo próprio Barbosa, responsável pelo Departamento do Meio Circulante (Mecir), confirma essa realidade. São suas essas palavras:

“[...] nós destruimos, ano passado, hum mil, cento e treze toneladas de dinheiro. Decorrente, uma parte do mau uso, a outra parte é vida útil mesmo, atingiu a vida útil, a cédula fica desgastada e nós destruimos. Mas muitas cédulas são rabiscadas, são rasgadas por ações voluntárias... e aí precipita a destruição”. (Entrevista em 14.06.2006, anexa)

Na verdade, desde a época do Brasil colônia que as autoridades já se deparavam com esse problema, o da falta de conservação do dinheiro. E o detalhe que chama a atenção é que, naquela época, o meio circulante era feito em moeda. Daí que para combater essa prática, as ações devem ser completamente diferentes das ações até aqui engendradas. Há pelo menos oito anos, o Museu de Valores vem intensificando uma ação educativa no âmbito do programa

³⁶ Parece ser uma tradição brasileira, a completa ‘ausência’ de diálogo entre ministros, chefes de gabinete, secretários no que diz respeito a políticas comuns de interesse público. Nenhuma campanha publicitária, por exemplo, do Banco Central voltada a informar e esclarecer a opinião pública sobre o uso do dinheiro, houve a co-participação de ministérios, como por exemplo, o MEC. Esse exemplo é só para ilustrar o distanciamento de interesses comuns. Ou a população tem a obrigação de adivinhar?

³⁷ No último tópico do terceiro capítulo, na questão de nº 1, pode-se ver em percentuais a real dimensão dessa problemática.

Museu-Escola e com algumas incursões extramuros, com um enfoque mais próximo de uma política de Educação Patrimonial que se acredita ser a melhor estratégia.

O outro aspecto refere-se à conscientização, pois, no caso brasileiro, Rodrigues vê “de todo compreensível a distância entre o patrimônio cultural e a maioria da população brasileira, uma vez que essa não reconhecia nele nada seu”. (2001, p. 17). Isso denota o caráter de urgência de ações voltadas para uma prática de conscientização. Nos países desenvolvidos, Aloísio Magalhães entende que esse aspecto não é problema para o patrimônio. Porquanto, há certa tradição no que diz respeito à valorização e apego da população por esses valores fundamentais. Há, em razão do longo tempo decorrido, uma nítida percepção desses valores por toda a sociedade. Ela beneficia-se o tempo todo desses bens. Já em relação aos países jovens e emergentes (para falar uma linguagem atual) “essa consciência é muito frágil [...]”. (1997, p. 91). Outras categorias podem estar no topo das prioridades para uma boa maioria da população, como

A miséria, a pobreza, a ignorância, a doença são situações muito mais prioritárias, muito mais fortes, que põem em xeque a sobrevivência, que impedem que o ser humano vá socialmente além dessas questões, e aí a preservação passa ser um luxo”. (1997, p. 91-92)

Como em um jogo de xadrez, Aloísio Magalhães procurava observar todas as variáveis envolvidas, de forma que uma atitude não atrapalhasse ou mesmo viesse a anular uma ação mais adiante. Com isso se chama a atenção de gestores que ignoram outras demandas que convivem e interferem no dia-a-dia da população. A questão da conscientização é ponto fundamental e deve envolver tanto quem é responsável pela elaboração e implementação das ações quanto aqueles que serão os receptores.

No caso desse Patrimônio Cultural – o dinheiro – observou-se que as campanhas educativas patrocinadas pelo Banco Central (na forma de cartazes, pôsteres) só chegaram às escolas contempladas pela agenda do programa Museu-Escola. Este fato revela o caráter de pouca abrangência da ação e, ademais, a falta de continuidade das campanhas. A respeito disso, uma vez que o Mecir cogita alterar o design das cédulas do Real a partir de 2006/2007, não seria o caso de seus gestores levar em consideração algumas idéias aqui sugeridas?

Afinal, para que serve o patrimônio? Originalmente, comenta Rodrigues: “o patrimônio serviu para representar o passado das nações”. (2001, p. 22). Dessa forma, pode-se inferir, a partir do que se delineou acima, que o Patrimônio Cultural é importante instrumento

de valorização e, por isso, o interesse do poder público, via Ministério da Cultura e IPHAN (como órgãos Federais), em preservar e conscientizar a população acerca desse tema. Mas há, também, os órgãos estaduais e municipais igualmente envolvidos em projetos inseridos nesse tema. Os resultados desses projetos refletem-se em uma melhora acentuada na qualidade de vida das populações beneficiadas. Certamente, para lidar com essa questão, visando a auferir os ganhos que toda a sociedade poderá dela beneficiar-se, torna-se urgente: a) maior integração entre os órgãos do poder público; b) uma ampla campanha de conscientização, abrangendo escolas, sindicatos, igrejas, comércio, bancos etc.

Capítulo II

“O lócus da pesquisa: Museu de Valores”

A fala do fundador do Museu de Valores

Traz-se em primeiro plano a entrevista³⁸ realizada, em 22.03.2005, com o idealizador do Museu de Valores, F. dos Santos Trigueiros, em sua residência no Rio de Janeiro (RJ). Sendo responsável pela elaboração e condução da mesma o próprio entrevistador e de mais dois colaboradores.³⁹ A entrevista iniciou-se às 12h12 e prolongou-se até às 15h45. Durante esse período houve alguns intervalos para não sobrecarregar e por em risco o equipamento de iluminação. Ressalte-se a atenção e presteza dos anfitriões para com a equipe durante a gravação. Trigueiros, além de atencioso, foi de uma paciência ímpar, mesmo diante da demora por razões técnicas já referidas. Cumpre anotar que foram elaboradas 34 questões norteadoras para a entrevista. Havia o interesse deste pesquisador bem como da Secretaria de Relações Institucionais do Banco Central do Brasil pela realização desse evento, em razão da única gravação disponível, com o entrevistado, não possuir boa qualidade de áudio, segundo a equipe da TV Bacen/Brasília. O próprio Chefe do Museu de Valores e o coordenador da TV Bacen/Brasília providenciaram o agendamento da gravação. Assim, a equipe de filmagem da TV Bacen/Rio de Janeiro foi acionada no sentido de registrar essa entrevista para a memória histórica do Museu de Valores. Eis que se tratava de um registro mais elaborado, abarcando desde a chegada de Trigueiros ao BC, mais o relato de momentos relevantes dessa relação profissional com o BC e o Museu de Valores, respectivamente.

³⁸ A equipe usou para gravação uma câmara Super VHS e também fita K-7. É bom frisar que a fita original dessa entrevista foi entregue à Equipe de TV do BACEN, em Brasília, conforme acerto prévio.

³⁹ Os colaboradores foram respectivamente: Marcelo da Silva Barreto (cinegrafista) e Carlos José Ribeiro da Silva (Carlinhos), iluminador.

Em sua primeira resposta, Trigueiros prendeu-se na descrição de como o Museu de Valores nasceu. Na verdade, essa idéia da criação de um Museu de Valores, segundo ele, vem de sugestão dada por George Henry Rivière, à época, diretor do Conselho Internacional de Museus (ICOM), da UNESCO. Estando na cidade do Rio de Janeiro (1962?), ele visitou o Museu e Arquivo, Histórico e Biblioteca do Banco do Brasil (MAHBBB) quando sugeriu: “Isso devia ser um ‘museu de valores’, devia mudar”. O entrevistado respondeu a tempo: “se mudar, acabou [...], é preciso muito cuidado, no Brasil, aqui nós não estamos na França”. Obviamente, que não se sabe como o diretor francês entendeu a negativa, no entanto, é possível que Trigueiros estivesse preocupado com a transitoriedade de nossas equipes administrativas. Mas, ele gostou da idéia, pois até prometeu ao diretor francês, assim expressando-se: “No dia que eu puder criar um Museu de Valores, eu crio”. E antes mesmo que se cogitasse da criação do BC, ainda lotado no MAHBBB, ele já anunciava em discussões com amigos e colegas da idéia de criar um Museu de Valores. Idéia que começou a materializar-se com a criação do BC, época que ele é chamado para organizar o meio circulante e, simultaneamente, criar o Museu de Valores.

Em relação ao momento histórico que o país vivia, na primeira metade da década de 1960, já sob o domínio do Movimento Militar de 1964 nascia pela ótica desse movimento, a idéia de um nacionalismo exacerbado, que tem seu auge no início dos anos 70, no governo do general Emílio Garrastazu Médici, onde slogan do tipo: “Brasil, ame-o ou deixe-o”, dava o tom da censura e indicava o forte apelo ideológico que imprimia o Regime Militar, naqueles anos.

Um pouco antes, mas precisamente, ao ano de 1966, período em que se dá o início do projeto de nacionalização do dinheiro brasileiro, em uma primeira etapa, promove-se a realização de concurso, cujo vencedor foi Aloísio Magalhães. Embora já fossem amigos, esse feito vem aproximar definitivamente pelo trabalho em comum, o designer Aloísio Magalhães e Trigueiros. É importante destacar que foi a partir da preocupação de George Rivière, que Trigueiros não apenas entusiasma-se com a idéia de criar um ‘museu de valores’, mas ele próprio apaixonou-se pelo estudo do dinheiro, conforme revela na citação abaixo:

“[...] quando eu estava fazendo o curso verifiquei que ninguém havia, ou melhor, um cidadão estrangeiro tinha se interessado em fazer um livro sobre papel-moeda...Como comentei qualquer coisa com meu professor, então ele disse: “Você está achando ruim, faz! Eu gostei do desafio e acabei fazendo”. (Entrevista em 22.03.2005)

Percebe-se o grau de interesse e estímulo que tinha o entrevistado, pela evidência em sua fala acima. Ele, após aceitar o desafio, desenvolveu estudo pioneiro sobre o dinheiro, no

Brasil. Portanto, quando se disse da referência ao trabalho em comum, de ambos, quis-se apontar para a convergência de interesses que se fazia presente, naquela oportunidade, dentro da mesma instituição e sobre o mesmo assunto.

Algumas ocorrências vão corroborar com a trajetória assumida por ele, de tal sorte que isso vem reforçar a necessidade de preservação dos bens monetários nacionais, a partir da criação do Museu de Valores; a nacionalização do processo de fabricação do dinheiro; e o sentimento de que essas ações eram importantes para o País. A começar pela produção do papel-moeda brasileiro. (Magalhães, 2003, p. 192-193). Até 1966, o país não detinha sua autonomia nessa área, ano em que o governo brasileiro tomou a decisão de nacionalizar a produção do dinheiro. O primeiro passo estabelecido foi o da realização de um concurso entre profissionais de artes gráficas e profissionais de desenho, vencido por Aloísio Magalhães. Da comissão julgadora participaram entre outros: o representante da Casa da Moeda do Brasil (CMB) e pelo Banco Central, F. dos Santos Trigueiros. Nesse mesmo ano “um desenho original para a moeda brasileira foi conquistado”. (Magalhães, 2003, p. 192). Na verdade, todo esse processo só se completou com o ré-lançamento do Cruzeiro, de 1970, quando ocorreu a emissão da primeira família do Cruzeiro.

Instado a falar do papel do museu à época de sua criação e o papel do museu, nos dias atuais, Trigueiros vê, primeiramente, na diferença de tamanho da coleção do Museu do Banco do Brasil, segundo ele, uma coleção muito modesta, enquanto que a do Museu de Valores já nasceu grande, um dos diferenciais. Segundo, ao comentar que: “O Museu de Valores tem uma altura que vocês que estão no meio nem imaginam”. Presume-se que ele se refira à qualidade da equipe deste Museu, nos últimos anos. Quando na verdade, seu comentário revela excessiva modéstia, pois, não obstante a boa vontade da equipe atual em realizar o melhor trabalho, a de sua época, a começar pela experiência e conhecimento do próprio entrevistado, provavelmente, sua equipe fosse muito mais homogênea e dinâmica.

No momento seguinte, ele aborda como foram os primeiros dias do Museu de Valores e como funcionava. Onde se nota sua vontade desmedida na defesa dessa Instituição, ainda que não fosse permanecer no Rio de Janeiro. Sobre essa expectativa, ele comenta:

“[...] já se falava e nós sabíamos que o BC iria para Brasília e todo o organismo que estava funcionando aqui, [...] sabendo disso, eu pensei, o museu não vai ficar aqui, então eu aproveito e faço num tamanho menor, como se fosse um museu piloto, mas sem dizer a ninguém que é um museu piloto, é um museu”. (Entrevista em 22.03.2005)

Efetivava-se a realização de um novo desafio e de um desejo, mas não era somente a pura criação do Museu. Pois, para Trigueiros importava saber como reagiria o povo, como reagiriam as autoridades diante dessa nova instituição. Ao mesmo tempo escreveu - Dinheiro no Museu. Livro que mostra toda a teoria e prática a ser aplicada ao museu, a partir do momento sem a sua orientação. Um outro ponto a ressaltar está na preocupação (dele) de que o Museu de Valores fosse um espaço visitado pelo povo, que fosse desfrutado amplamente pela população e sugeria que se inaugurasse uma sala desse Museu em cada representação do Banco Central. Infelizmente, até o momento, apenas cinco representações⁴⁰ do Banco Central, de um total de dez, possuem salas do Museu de Valores.

É razoável considerar que, à época que Trigueiros começou a organizar o Museu, as dificuldades eram imensas, a começar pelo acervo. Já em relação aos últimos anos, o quadro é mais favorável e não é tão difícil elencar algumas facilidades, como por exemplo: 1) existência de mão-de-obra especializada no mercado; 2) a disponibilidade de prédio próprio e a existência de um acervo de aproximadamente 130 mil peças. Por que não dotar as demais representações do Banco Central com uma sala do Museu de Valores? Cabe notar, primeiramente, é preciso vontade política; segundo, é preciso o gestor estar convencido do que representa o patrimônio cultural para a instituição e o país.

No entanto, sabe-se de antemão de que a “falta de recursos” será, na verdade, o primeiro item a justificar uma habitual desculpa. É contra essa postura, que Magaly Cabral faz importante alerta sobre o profundo quadro de mudanças em voga na sociedade mundial, onde uma das conseqüências mais trágicas refere-se à perda de identidade cultural. (2004, p. 28).

Sobre a preparação e capacitação para a atividade de museólogo (questões 3 e 4, da entrevista), ele se descobre interessado pela lide cultural, ao fundar uma sociedade cultural, mais ou menos na metade da década de 1940. Já mais para o final dessa década ao participar, em 1949, de um Congresso de História, na Bahia, ele faz uma intervenção em defesa do poeta Castro Alves, pois segundo ele, tinha estudado durante três anos a vida e obra desse poeta. Nessa ocasião, Gustavo Barroso⁴¹ ficou admirado com a defesa e a segurança reveladas por aquele jovem de menos de trinta anos e o convida para estudar na cidade do Rio de Janeiro como bolsista. É ele próprio quem comenta: “Já era diplomado na Faculdade de Ciências

⁴⁰ Nas cidades de Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Recife e São Paulo (SP).

⁴¹ Jornalista, político e historiador. Fundador, em 1922, do Museu Histórico Nacional (MHN).

Econômicas e assim vim fazer o Curso Superior de Museu”, no Museu Histórico Nacional (MHN)⁴².

Qual o direcionamento pensado para o Museu de Valores em relação aos públicos? Trigueiros deixa claro que foi para o público em geral. E por isso comenta: “porque eu cheguei a estudar, fazer cursos de didática para poder situar o Museu de modo a atender o público. [...] foi um Museu pro povo e como é um Museu pro povo, nunca me meti em política”. Mais um traço do caráter de entrega e de comprometimento do profissional com a idéia que abraçou. Mesmo diante de oportunidades profissionais que o favoreciam financeiramente, ele não se sentiu seduzido e afirmou: “não quis nada disso [...] entrei para fazer o Museu, fiz”. Para ele, o Museu é para servir ao povo. Não há como pensar o Museu feito para uma elite. E nesse sentido há de se pensar, sempre, no conjunto das ações culturais para o Museu. Deste, como instrumento de inclusão social. Cabral (2004, p. 32) vê “entre as várias missões dos museus está a de criação de programas especiais para a inclusão cultural, em todos os sentidos”.

Em relação às etapas necessárias para que o Museu efetivamente funcionasse, ele começa indicando que “a primeira etapa foi procurar comprar peças, porque a idéia era que nós fizéssemos um museu aqui no Brasil que tivesse a maior quantidade de moedas representativas da vida brasileira [...]”. Hoje, o Museu de Valores tem no conjunto de sua diversificada coleção: moedas, cédulas, medalhas, sinetes, condecorações, vales, ouro em barra, etc., algo em torno de 130 mil peças, onde o pensamento inicial estava voltado para a preservação de uma memória dos valores econômicos. Este trabalho quer mostrar uma outra face dessa coleção, até mais rica quando tem em consideração as representações inequívocas da identidade cultural brasileira: seja por aspectos étnicos, das danças ou no trato de diferentes temáticas.

Sobre a relação do Museu com a Educação e com a Escola, o entrevistado vê a necessidade de uma relação de cumplicidade. É o melhor caminho para a adoção de ações. Ele sugere que cada escola deveria ter o seu pequeno “museu escola”, montado a partir de artefatos que as próprias crianças encontrariam disponíveis no seu espaço habitual. Com isso adquiririam, desde cedo, aquilo que o Aloísio Magalhães defendia como imprescindível: a

⁴² O Museu Histórico Nacional foi criado em 1922. É um dos mais importantes museus do Brasil. Tem um acervo de mais de 287 mil itens, entre objetos, documentos e livros. É um importante centro gerador de conhecimento. Dispõe de galerias de exposições permanentes e temporárias, além da biblioteca especializada em história do Brasil, história da arte, museologia e outras. Sua coleção numismática é considerada a maior da América Latina.

aquisição de conscientização pela coletividade. (1997, p. 98). Uma preparação, desde os primeiros anos, rumo a uma consciência cidadã. Ao nível de Museu de Valores já se está ultimando, logo para o primeiro semestre de 2006, no âmbito do programa Museu-Escola, uma ação que visa melhorar a relação dos sujeitos envolvidos: professor-aluno-monitor. Onde os sujeitos passam a ser os elementos principais da ação educativa. Em que sentido? Na medida em que as partes devam estar mais integradas ao ato da visitação.

O que vem ocorrendo é que uma boa maioria dos professores parece apenas “entregar” os alunos ao monitor responsável pela ação educativa, sem o mínimo de envolvimento. Assim, programa-se enviar, com uma antecedência de quase um mês, correspondência para a coordenação pedagógica da escola (agendada) contendo: 1) folder com uma descrição sucinta de cada uma das salas de exposição do Museu; 2) Comentários e dicas para uma visita ao Museu de Valores “uma ferramenta para professores e alunos buscarem com interesse essa fantástica descoberta”.⁴³ A novidade que se busca é a de tornar essa relação um ato de cumplicidade, e por isso se propõe uma ação educativa voltada a uma prática de Educação Patrimonial.

Ao falar da identidade do povo brasileiro, representada no dinheiro, o entrevistado lembra que "até chegar uma fase, dentro desse esquema que nós estamos vivendo, antes, já começaram a usar elementos da fauna⁴⁴, da flora, o povo [...] até culminar com a cédula de Cr\$ 500,00, que já mostrava a etnia [...]".

Como elemento de reforço, no campo da memória e da identidade, Trigueiros observa que a utilização desses ícones, sem dúvida, se converte num instrumento valoroso a ser trabalhado numa prática de Educação Patrimonial. Segundo o entrevistado

"isso precisa ser destacado mesmo: a etnia. [...] Aquilo que o Aloísio Magalhães fez é uma espécie de resumo, do que eles estão (BC e CMB) agora desenvolvendo. Assim, você tem o índio, você tem o gaúcho, você tem a baiana... Assim, você destaca o que há de mais importante na nossa etnia [...]". (Entrevista em 22.03.2005)

Em relação ao ponto de vista acima, talvez, o entrevistado ao referir-se ao gaúcho e à figura da baiana tenha associado, respectivamente, o primeiro à etnia branca e o segundo à

⁴³ Trata-se de “convite” dirigido ao professor e com indicação de vários passos para criar um ambiente todo favorável à visitação e, por último, um conjunto de sugestões que o ajuda a trabalhar, motivar a turma e interessar-se pela visita.

⁴⁴ O padrão monetário Cruzeiro (1990) lançou uma linha de moedas em aço inoxidável, cuja temática foi de elementos da fauna brasileira: na moeda de 100 cruzeiros (peixe-boi); moeda de 500 cruzeiros (tartaruga-marinha) e a moeda de 1000 cruzeiros (dois acarás).

etnia negra. Dessa forma, desfaz-se qualquer dúvida que possa haver em relação à categoria “etnia” versus tipos regionais.

Essa questão suscitada pelo dinheiro remete não apenas à compreensão da multifacetada formação étnica brasileira, bem como ao entendimento de outras questões que, até à Constituição de 1988, não contemplava, por exemplo, com clareza a questão do preconceito racial.

Será que o dinheiro pode representar o povo brasileiro? A respeito, ele comenta: “[...]. Pode no sentido material da moeda. Ele até já está representado, agora, o ideal é que ele (dinheiro) representasse a riqueza de cada um. Isso é o que a gente tem de lutar, como o dólar representa para o americano”. Inegavelmente, a prova material tanto está na moeda como na cédula, dada pela representação iconográfica, mas, não é o suficiente para o estabelecimento de uma relação afetiva desejável. E a diferença marcante se faz notar pela valoração que cada sociedade dá ao conjunto de seus bens, valores, crenças, saberes e fazeres que possui. Alguns países têm essa consciência já formada e por isso valorizam indistintamente os seus bens, o que resulta numa melhor qualidade de vida. Em outros países, porém, (aqui se inclui o Brasil) ainda são frágeis os níveis dessa percepção (Magalhães, 1997, p. 55). E não parece existir nenhum outro caminho que não seja empenhar-se pela conscientização do que é nosso. A começar pela questão formadora da identidade étnica, que o seu criador, Aloísio Magalhães, ao retratar na cédula, em 1972, talvez já estivesse se antecipando para cada brasileiro (na circulação do dinheiro), o mesmo valor semântico dessa atual campanha publicitária: *O Melhor do Brasil é o Brasileiro*, promovida pela Associação Brasileira de Anunciantes (ABA)⁴⁵.

Um outro aspecto realçado pelo entrevistado diz respeito ao benefício que a numismática traz à sociedade. Segundo ele, ajuda a educar na medida em que o indivíduo aprende um pouco sobre determinada peça, transmite para um amigo ou um filho e com isso esses outros valores representativos de uma memória, de uma identidade retratadas (no dinheiro) vão sendo conhecidos. Também representa um investimento e é o que muito colecionador considera em primeiro plano.

Igualmente se quis saber do Trigueiros, se há ou não verdade na afirmação de que o brasileiro não tem o hábito de visitar museus, quando o que se verifica é que na ocorrência de exposições internacionais, o sucesso de público tem sido inconteste. Ele assim justifica:

“Não, o fator decisivo é a mídia, quando vem uma mega exposição da França, da Espanha (...) Então a mídia faz um alarde e o povo se deixa influenciar pela mídia. A mídia elege, a mídia

⁴⁵ Campanha publicitária lançada pela ABA, em 10 de julho de 2004.

faz tudo, então o camarada paga. Agora, se você faz uma exposição séria sobre o Brasil, a mídia dá uma notícia (pequenina), ou então quer um dinheirão pra fazer a promoção, quando essa devia ser quase, não digo obrigatório, um dever de ofício, mas que uma obrigação, porque a mídia está aí para servir... A mídia só se serve do povo”.

É inegável a força da mídia e isso é possível porque sua mensagem, associada à de imagens reais, chega simultaneamente aos lugares mais distantes, revelando dramas reais, cenas do cotidiano com as quais as pessoas se identificam. Esses são aspectos determinantes. Na verdade, Trigueiros tem inteira razão quando comenta acerca da quase inexistente divulgação pela mídia (TV e rádio) de eventos relacionados ao contexto cultural brasileiro. Para corroborar com o ponto de vista do entrevistado, ilustra-se com texto de Denise Coelho Studart⁴⁶ que afirma: "As grandes exposições internacionais, recentemente trazidas ao Brasil, são verdadeiros shows que buscam, por meio de um maciço investimento de propaganda cativar milhares de espectadores [...]". (cf. Revista MUSAS, 2004, p. 37)

Convidado a falar sobre o que pensa sobre a Instituição que usa de importantes temáticas exibidas nas cédulas e nas moedas, sem que a imensa maioria da população se aperceba dessas significações, parecendo que o dinheiro só tem valor de troca, o entrevistado assim se manifestou:

"Bom, é o seguinte, é porque a mídia [...] não respeita certas coisas, como seja, valorizar e ensinar o povo o que é importante, porque tudo que está nas cédulas, todos esses desenhos, as aves que aparecem é da mais alta importância. [...] Agora, a moeda que é importante, as coisas que aparecem não se dá o devido valor. A mídia tem que ajudar e todos nós que temos mais capacidade, chamar a atenção pra isso". (Entrevista em 22.03.2005)

Se confrontado esse ponto de vista com idéia do sociólogo Canclini (2000), é possível encontrar-se alguma afinidade entre os dois pontos de vista. De um lado, Trigueiros vê como uma obrigação da mídia, participar do processo de conscientização, se detendo nos aspectos que são contributivos e ajudam na construção da cidadania (uma mídia com responsabilidade social?), e não apenas levar e mostrar a informação, nisso está a grande falha observada por ele; por outro lado, Canclini (2000, p. 288) vê nas ações que não transitam pela mídia massiva, como ações de resultados inexpressivos, devido ao pouco alcance.

O passo seguinte foi no sentido de averiguar como o idealizador do Museu de Valores analisa a questão do patrimônio cultural e a relação com quem o produziu e em que medida

⁴⁶ Coordenadora do Comitê Internacional para Ação Educativa e Cultural (CECA)/ICOM.

uma prática de Educação Patrimonial contribui para um processo de conscientização. A respeito, o entrevistado expôs o seguinte ponto de vista:

“Bom, a produção tem que ser situada em primeiro plano, você não educa um povo sem este conhecer os fundamentos da sua história. [...]. Então, você tem que ter noção das suas raízes. Se o bumba-meu-boi é o do Maranhão, seja de onde for, você precisa explorar isso, trazer isso a tona e não sufocar [...]”.

É de fundamental importância atinar para esse nível de entendimento. Cujas noções de reconhecimento e valorização, seja qual for o produto cultural, deve, em primeiro lugar, estar projetado na consciência daqueles que são os seus (próprios) produtores, ou seja, a consciência de que determinado saber, técnica ou fazer é produto da comunidade. É exatamente no seio dessa comunidade que primeiro deve florescer esse sentimento. Nesse caso, a Educação Patrimonial tem se revelado, em todos os casos, como um instrumento valioso nesse processo de conscientização. Essa metodologia é capaz de oferecer, desde o primeiro instante, diferentes sensações como: de identificação, auto-estima, reminiscências, pertencimento, afetividade, enfim, reações que a teoria, sozinha, é incapaz de oferecer.

Sobre a proposição de uma mostra itinerante ressaltando os ícones relacionados à identidade brasileira no dinheiro, Trigueiros acha de grande valia e assim comentou: “[...] Ninguém pode criticar o povo, nós somos resultado de uma política. [...] O povo é bom. Se você orientar o povo no sentido dele conhecer os seus valores, você vê nas representações populares, ele sempre ‘tá’ presente: seja no carnaval, no futebol. Ele participa”. Observa-se que o seu entendimento harmoniza-se com o pensamento de Aloísio Magalhães, qual seja de oferecer opções que dêem ao povo conhecimento e valorização de si próprio, dos seus valores e deles se orgulhar.

Com efeito, a escolha deliberada por um projeto de exposição itinerante, onde os objetos museológicos relacionados à identidade étnica brasileira, é a prova mais lúcida de que, o dinheiro, em dado momento histórico, (no Cruzeiro de 1970, Cruzeiro de 1990 e Cruzeiro Real, 1993), se coloca também como resgate de uma memória, que provavelmente não queira reparar nenhuma injustiça (e quantas!), mas, por outro lado, é inegável o apelo, como se quisesse em alto e bom tom afirmar: ninguém jamais ouse subestimar a formação étnica brasileira. Cujos modelos, ao invés de reverenciar apenas os heróis e figuras importantes de uma elite, exibiu uma diversidade de elementos e formas que permeiam a identidade cultural brasileira. Dessa forma, esse projeto se coloca de conformidade com a vontade expressa do

Trigueiros: “A gente tem de conscientizar que todos esses elementos que têm a cédula são da mais alta importância”.

Ninguém melhor para falar do Aloísio Magalhães do que Trigueiros. Primeiro, porque trabalharam juntos na etapa, talvez, mais importante da história do dinheiro brasileiro; segundo, tornaram-se grandes amigos. Mas o que interessa saber, aqui, é qual teria sido a contribuição do primeiro para a compreensão da identidade nacional? O que ele trouxe de original? Trigueiros antes de responder o questionamento fez questão de comentar sobre o amigo: “Ele tinha uma personalidade especial, era um homem de tendência esquerdista. [...] Porque eles chamam de esquerdista todo o sujeito que acha que o pobre tem o direito de viver”. Em relação à questão feita, o entrevistado afirma: “Agora, no papel-moeda ele deu todo o seu esforço de desenhista, de designer e lutar pra que fizesse sempre o melhor, daí ele pôde fazer uma cédula como a de Cr\$ 500,00. [...] Aloísio Magalhães foi o marco na transformação do dinheiro”. Esperava-se, nessa parte da entrevista, que o entrevistado desse mais ênfase ao aspecto valorativo da contribuição de Magalhães para a afirmação da identidade nacional, o que é inegável. Porém, não foi apenas a capacidade técnica do desenhista Aloísio Magalhães, mas sua decidida coragem em intervir numa realidade cultural que reconhecia como legítima apenas os paradigmas propostos pelo corpo técnico do SPHAN (cf. consta no último tópico do cap. I). Assim, foi por intermédio dessa capacidade intelectual vibrante e de uma aguda percepção sobre o conjunto de todos os valores, saberes e fazeres da sociedade (sem discriminar origem, grupo, forma, mas em tudo reconhecer uma identidade, o que implica uma opção ideológica sem meias palavras), a singular contribuição de Aloísio Magalhães.

Há uma correlação entre as perguntas e isso se torna evidente nas respostas dadas pelo entrevistado. Muitas vezes pode parecer uma repetição, mas é melhor que seja entendida como um enriquecimento a mais na informação coletada. Acerca da importância de uma exposição itinerante, Trigueiros, convidado a dar sua opinião, assim expressou-se:

“Acho da mais alta importância. Já fizeram alguma? Porque hoje as escolas já têm uma outra mentalidade, se você disser que vai fazer uma exposição, que vai passar na escola [...] o diretor, a secretária, até uma professora vai lhe ajudar e não há dificuldade. A exposição itinerante, naturalmente, vocês têm que preparar bem preparada, com certo cuidado, não levar para a exposição a ‘Peça da Coroação’⁴⁷, leva uma cópia, ninguém precisa saber que é cópia. [...] E nós temos coisas para mostrar, chamar a atenção [...]”.

⁴⁷ Trata-se da primeira moeda comemorativa fabricada no país, em 1822, feita especialmente para a solenidade de coroação de D. Pedro I, cujo valor de face foi de 6.400\$ (seis mil e quatrocentos réis). Na ocasião, foram fabricadas 64 peças. Com o decorrer do tempo muitas desapareceram. Hoje, só há o registro de 16 peças catalogadas. O Museu de Valores têm duas peças da coroação. Para o colecionismo tal peça está incluída no rol das moedas raras, o que eleva seu valor monetário a uma soma imprevisível.

Ouvir a opinião de pessoa mais experiente foi sempre aconselhável ainda mais quando essa mesma pessoa já esteve envolvida diretamente com a experiência em questão e, nesse caso, o uso de réplicas (ou cópias) não é que seja nenhuma novidade, mas tal sugestão oferecida por ele vem compatibilizar a realização de exposições itinerantes pelo Museu de Valores. Uma vez que eventos dessa natureza, na prática, seriam impossíveis de sua realização em razão dos aspectos relacionados à segurança do acervo, sobretudo, quando mostrado fora das dependências do Museu de Valores. Daí que a idéia, como sugerida, é uma alternativa que não tira o mérito da proposição que é mostrar determinada peça e não põe em risco o acervo dessa instituição.

Um outro momento que interessava muito conhecer era a impressão do entrevistado em relação à decisão de fechamento da Galeria de Arte do Banco Central⁴⁸ em 1977, a mais importante de Brasília (quiçá do Brasil), cuja justificativa prendia-se a utilização de tal área como espaço de manobra para permitir a reforma escalonada dos andares do edifício Sede, em Brasília. E também de trazer junto a esse questionamento a inquietação da Equipe do Museu de Valores, em razão de proposição análoga havida por ocasião da época do “apagão” (2001), quando pessoas ligadas à administração predial, cogitaram do fechamento do Museu de Valores, para economizar energia. Diante desses fatos testemunhados pela mesma Equipe havia um interesse especial em conhecer a posição crítica dele. Ele que acompanhou o planejamento inicial e envolveu-se com o nascimento e consolidação do Museu de Valores, ao mesmo tempo em que conviveu com pessoas da Administração do Banco envolvidas e entusiasmadas com esse mesmo projeto e, repentinamente (alguns dos mesmos que fecharam a Galeria de Arte), empenhavam-se, agora, para o encerramento das atividades do Museu de Valores. Por que o ambiente cultural é visto sem importância? O entrevistado educadamente respondeu:

“Bom, para dizer a verdade [...] E esses homens são ignorantes de cultura, pode ter até cultura básica, pode entender de literatura, mas não tem cultura no sentido global, porque cultura não é só literatura, cultura não é só desenho, cultura é tudo: é costume, é comida, tudo isso faz parte da cultura de um povo. [...]. Essa gente só tem tempo de pensar em dinheiro, lucro! [...] Porque só se atribui a isso! Agora, se fecharam provisoriamente para se fazer uma obra, entende-se. Isso ocorre [...] Agora querer fechar para economizar luz, tenha paciência”.

⁴⁸ Localizada no 8º andar, ao lado da Sala de Reuniões da Diretoria do Banco, tal Espaço foi concebido para receber exposições de longa duração, contemplando o acervo de obras de arte do Banco Central. Hoje são ao todo 200 obras, incluindo os principais modernistas e outros artistas plásticos do país. Entre eles destacam-se os onze painéis de Portinari, obras dos modernistas: Di Cavalcanti, Tarsila do Amaral, Aldo Bonadei, Volpi, Babinsky e outros.

Como seria estar à mesma mesa, trinta anos depois, a equipe fundadora do Museu de Valores e as pessoas que decidiram pelo fechamento da Galeria de Arte do Banco Central, Brasília, em 1997? Sabendo-se que algumas dessas pessoas propuseram, em 2001, o fechamento do Museu de Valores. Quais justificativas teriam essas pessoas a oferecer à sociedade? Quando se sabe de um esforço gigantesco da UNESCO e de entidades nacionais (Minc, IPHAN) para a preservação dos nossos diferentes patrimônios. A primeira, incentiva para que todas as nações criem mecanismos de salvaguarda de seus bens culturais; as segundas, para que a população mais e mais seja conscientizada do valor e da afirmação de que tais bens representam para a identidade da sociedade nacional e, no entanto, ainda se vêem incongruências de tal porte. Como encontrar uma justificativa plausível, em meio a contradições tão explícitas, na medida em que o Banco Central priva a população de visitar, de usufruir os seus bens culturais (ao fechar a Galeria de Arte); mas ao mesmo tempo solicitou da população que cuide do dinheiro: não amasse, não rasgue, não rabisque, não escreva ou faça desenhos. Afinal, o dinheiro deve ser preservado por que é um bem cultural dos brasileiros, ou por que dinheiro custa dinheiro? Seja um ou outro, ou mesmo ambos, a população precisa ser esclarecida. E quem tem a responsabilidade de esclarecer não deve esquecer que a população tem hábitos, tem práticas culturais arraigadas, passadas de geração a geração. Nesse ponto, é relevante lembrar um aspecto que Aloísio Magalhães considera imprescindível: “A conscientização e uso adequado de nossos valores...”. (1997, p. 53) Observa-se que tanto na decisão do grupo pelo fechamento da Galeria de Arte, como a forma livre e descuidada de lidar com o dinheiro, em ambas, é visível a falta de conscientização acerca do que representa os bens culturais para a sociedade.

De fato, decisões dessa magnitude ocorreram em razão da ausência de um museólogo ou de um Gestor em Patrimônio Cultural, nos quadros do Banco Central. Tal situação não deixa de ser preocupante tendo em vista a existência de um acervo cultural tão expressivo, representado pelo Museu de Valores e o acervo de obras de arte⁴⁹, considerado um dos mais relevantes em poder de uma instituição nacional. Correndo sérios riscos diante de eventuais decisões de burocratas insensíveis ao valor do patrimônio brasileiro. Tal preocupação é constante no seio da Equipe do Museu de Valores, especialmente, nos últimos anos, dado o

⁴⁹ Este acervo provém da aquisição de obras de arte dadas como pagamento de dívidas de instituições bancárias para com o Banco Central. Felizmente, os representantes do BC (à época que foram adquiridas) tiveram a sensibilidade de aceitar tais obras, senão o público brasileiro estaria (em sua maioria) privado de algum dia conhecer esse tesouro artístico brasileiro.

alheamento de alguns dirigentes da Instituição que, em relação a esse patrimônio público, tratam-no como se estivessem diante de um outro mobiliário qualquer da Instituição. É esse o sentimento reinante entre os integrantes dessa Equipe. O Espaço Cultural do Banco Central (em Brasília), por exemplo, foi o primeiro a ser desativado com o fantasma do “apagão” e até então continua inoperante. São esses bens culturais sob guarda e responsabilidade do Banco Central, cujo entendimento como quer Aloísio Magalhães, fazem parte dos valores identificadores e permanentes de uma nação, daí sua intransigente defesa por ações conscientizadoras. (1997, p. 47).

Afinal, quem mais necessita receber ações conscientizadoras diante dessas contradições? Embora o Aloísio Magalhães não pudesse dizer abertamente, mas o que ele buscava inverter era a prática habitual (dos estrategistas públicos) de pensar que apenas a população deve ser o alvo de ações esclarecedoras, de que apenas ela carece de ser ensinada, enquanto que os próprios dirigentes sabem muito pouco do contexto sociocultural brasileiro.

"Dinheiro custa dinheiro"

As citações e os comentários a seguir referem-se à entrevista (anexa), obtida junto ao Chefe do Departamento do Meio Circulante (Mecir)⁵⁰, José dos Santos Barbosa, em 14 de junho de 2005, em sala da Diretoria de Administração (Dirad), no edifício sede do Banco Central, em Brasília. A entrevista iniciou-se às 14h40 e avançou até às 15h10 (em um primeiro momento). Antes, porém, a título de esclarecimento, informa-se da ocorrência de um primeiro encontro, em 18 de janeiro de 2005. Nessa oportunidade buscou-se informações para subsidiar a redação de um artigo – “Dinheiro brasileiro: uso e desperdício”. Como nesse encontro formulou-se apenas uma questão que, por sinal, foi reiterada nesta segunda entrevista, resolveu-se adotar como referência (a seguir) o comentário obtido na primeira ocasião. E por que essa opção? Na comparação de uma resposta com a outra, observou-se que determinados aspectos, relevantes para este trabalho, foram mencionados nessa ocasião. Talvez as conversas (ainda que rápidas) anteriores à segunda entrevista tivessem, de certa forma, influenciado-o. Ressalte-se a boa vontade do entrevistado em atender esta nova

⁵⁰ Departamento responsável pela guarda, distribuição do dinheiro aos bancos comerciais e pelo saneamento do dinheiro, ou seja, zela pela boa qualidade de circulação do dinheiro brasileiro.

solicitação e sobre a mesma, ele comentou: "Eu não vejo nenhum problema, eu acho que nós temos de divulgar isso mesmo". Resposta à solicitação deste interessado em usar trechos da entrevista em ocasião posterior. Foram elaboradas 11 questões e na seqüência faz-se menção aos principais pontos. Para o primeiro questionamento (ver questões no anexo C) buscou-se saber o que pensa o entrevistado sobre quais motivos as pessoas não conservam o dinheiro:

"Olha só! Têm algumas teorias e algumas coisas já comprovamos. Há uma memória inflacionária, só para você ter uma idéia - de 93 a 30 de junho de 94 - nós tivemos mais de 3.000% de inflação. Isso jogava por terra qualquer campanha que o BC poderia ter feito na conservação do dinheiro. O dinheiro era corroído...Todos os dias, se jogava dinheiro fora, tá. Então, nós temos uma cultura, infelizmente. Uma cultura sobre essa coisa de não cuidar bem do dinheiro, isso é histórico, não é? [...]". (Entrevista de 18.01.2005)

Na verdade, há para essa situação pelo menos duas maneiras de perceber o problema por percepções inteiramente opostas: de um lado, há um grupo que acusa a inflação como fenômeno que invalidou qualquer tentativa realizada para as pessoas não estragarem o dinheiro; do outro lado, há um grupo que observa na ação de manusear o dinheiro "de qualquer jeito", "sem nenhum cuidado", como sendo o resultado de um comportamento aprendido. É tipicamente resultado de um processo de socialização, assim entende a teoria antropológica. (cf. Laraia, 2003, p. 28). Isso faz uma diferença enorme. Talvez até se possa ilustrá-la, com este exemplo: indague-se de um grupo o que deve ser feito, caso alguém seja picado por um animal peçonhento. Certamente, todos indicarão a mesma resposta. Porque aprenderam a agir de tal maneira. Agora, pergunte ao mesmo grupo: o que fazer para acabar com o "fantasma" da inflação. Ninguém saberá, pois muito embora, se conviva com esse problema há décadas, nunca ensinaram como controlar.

Onde se percebe que, para o primeiro grupo, a cultura não é vista como o elemento motor das práticas sociais, porque transparece na visão do entrevistado que há outros elementos mais relevantes, como é o caso da inflação. É em torno desse tema que as ações corretivas vão ser tramadas. A inflação é o fantasma que atormenta a todos e ninguém de médio conhecimento ignora o problema da inflação no Brasil, especialmente na década anterior ao lançamento do Plano Real. Na verdade, um fenômeno crônico na história econômica brasileira. É diante de um contexto inflacionário, no qual o dinheiro tem o seu valor corroído, que o entrevistado afirma:

"Isso jogava por terra qualquer campanha que o BC poderia ter feito na conservação do dinheiro. Todos os dias se jogava dinheiro fora. Então nós temos uma cultura, infelizmente uma cultura sobre essa coisa de não cuidar bem do dinheiro, isso é histórico. Não é um histórico recente!".

Parece não restar dúvidas de que essa revelação mostra o quão pouco os gestores desse bem público sabiam lidar com questões originárias do contexto cultural. Mas afinal, o que é inflação? Partindo-se da premissa de que boa parte da população sabe que isso se refere a “carestia”, ou seja, a “preço alto”. Não seria o caso do Banco Central esclarecer, em primeiro lugar, à população acerca desse fenômeno? Não seria o caso de inverter a ordem das ações? Começando por dizer os males que a inflação provoca, para só mais adiante falar em conservação do dinheiro? Ou haveria algum meio diferente de dizer à população o que se ganha ou o que se deixa de ganhar, quando se tem uma atitude ativa e participativa frente ao comportamento dos preços? Salvo engano, não parece haver nenhum atalho que não seja ensinar (coisas simples) à população, ou seja, levá-la a obter o conhecimento. Como queria Aloísio Magalhães ao agarrar-se quase que obsessivamente à idéia de “conscientizar”. Suas palavras a seguir confirmam tal preocupação: “A nossa realidade é riquíssima, a nossa realidade é inclusive desconhecida”. (1997, p. 19). Essa alusão a uma "realidade desconhecida" pode estar muito mais relacionada àqueles que se imaginam possuir amplo conhecimento sobre a nossa realidade e, no entanto, conhecem-na muito pouco. Por isso, Magalhães afirma: “[...] quem emite ter mais consciência do que deve emitir [...]”. (1997, p. 98) Nessa linha, Aloísio Magalhães vê, em primeiro lugar, a necessidade de formar uma consciência. Porque, no seu entendimento, não há milagres, não há receita salvadora.

Um outro aspecto que o entrevistado aborda refere-se à temática pouco expressiva retratada pelo dinheiro brasileiro atual (o Real). Talvez por não exibir os traços fortes de personalidades da nossa elite política, militar ou do meio cultural, segundo ele, estaria aí o descaso da população em não zelar o dinheiro, é dele o seguinte comentário:

“Eu acho que tem sua influência em relação ao tema daquela família, não é? Eu acho que a arara, a onça, o beija-flor não tem o apelo, a força de uma personalidade histórica, uma personalidade ligada à cultura brasileira, uma personalidade incontestada, aquilo que todos reconhecem, então, todos vão olhar aquilo como a cultura de um povo, aliada ao poder de compra que a aquela cédula tem, dá uma nobreza [...]”.

Nota-se a fragilidade desse ponto de vista, infelizmente, quando se comparam os ícones de outros padrões monetários com os do Real. Mesmo em períodos anteriores ao padrão REAL, quando se tinham os “cabráis” e os “barões”, ainda assim a população não zelava o dinheiro. Talvez, como se vem tentando mostrar, aponta-se uma outra colaboração da teoria antropológica, quando Laraia (2003, p. 28) cita o ponto de vista de Edward Tylor (1871), que entendia a “cultura como sendo todo o comportamento aprendido”, traço que revela, no mínimo, um parentesco de primeiro grau com o contexto cultural brasileiro. Afinal,

o que é que se aprendeu desde criança sobre dinheiro? Que dinheiro é sujo, que criança não deve pegar em dinheiro. O dinheiro sofre todos esses maus tratos porque foi assim que a população habituou-se a usá-lo, ou seja, é fruto de um processo de socialização, como definiu Laraia. (Idem, *ibid.*, p. 28).

A ausência de uma atitude positiva em conservar melhor o dinheiro tem sido um problema crônico e custa muito aos cofres públicos. A respeito, Barbosa convidado a falar sobre o que precisa ser feito para alterar esse quadro, comentou:

“Nós vamos fazer uma campanha para mostrar para a população que ele deve respeitar mais o dinheiro. Que ao desrespeitar o dinheiro – rasgando, rabiscando – ele está tirando do outro bolso dele, uma pequena quantia que vai pagar a substituição daquela nota que ele está rasurando, então tentar mostrar pra ele que a sociedade paga a conta sempre. [...] Então, nós vamos trabalhar em cima desse foco, em cima do respeito, em cima da questão da cidadania”.

Um dos problemas mais visíveis no âmbito das ações empreendidas pelo Banco Central relaciona-se às campanhas voltadas à conservação do dinheiro, sobretudo, pelo distanciamento que há entre uma e outra. Para se ter uma idéia, a cartilha que é distribuída às crianças da 1ª. à 6ª. série do Ensino Fundamental, em visita ao Museu de Valores e que tem como título: Dinheiro custa dinheiro, só foi editada a partir do segundo semestre de 2003. Até aí, nada de estranho, não fosse o Banco Central ter celebrado agora, em março de 2005, os seus 40 anos de criação. Felizmente, alguém se deu conta de que a população precisa saber disso: Dinheiro custa dinheiro. E quem paga a conta é a sociedade.

As campanhas precisam ser mais frequentes. O Banco Central deve ir para além do âmbito do Sistema Financeiro Nacional, buscar outras e novas parcerias institucionais, até mais atuantes, como é o caso das Escolas.

Um outro ponto, considerando o nível de estabilidade da economia, já sem o fantasma da inflação presente, seria o caso de o Banco Central requerer a aplicação do artigo 10, da Lei nº. 8.697, de 27 de agosto de 1993 (abaixo), cujo objetivo não seria apenas a punição em si, mas, sobretudo, um trabalho de despertar uma consciência sobre o uso desse bem público. Inevitavelmente, cada pessoa passaria a ter maiores cuidados ao manusear uma cédula. Não seria isso um ato em prol da cidadania? Ou deixa-se de aplicá-la por temor a poucas vozes discordantes? É quase certo que a aplicação desse instrumento legal, prontamente, faria com que 100% das crianças tivessem uma nova postura ao manusear uma cédula. Seria, portanto, um comportamento aprendido, como indica a noção antropológica, em parágrafo anterior.

Esta lei foi criada para entrar em vigor à época do Cruzeiro Real (em 1993), aí sim, sua aplicabilidade seria um contra-senso em face de elevada inflação vigente, àquela época. E, em tais casos, nem mesmo um povo muito educado vai cuidar de um dinheiro sem valor. Eis o referido artigo:

Art. 10. Toda cédula que contiver marcas, rabiscos, símbolos, desenhos ou quaisquer caracteres a ela estranhos perderá o poder liberatório e o curso legal, valendo apenas para ser depositada ou trocada em estabelecimento bancário, que a recolherá ao Banco Central do Brasil para destruição.

Agora diante de uma situação de relativo conforto na estabilidade monetária, onde já são onze anos de permanência da mesma moeda, justifica-se esse pleito, pois o momento não é de jogar fora ações, que visam contribuir para elevar a auto-estima do brasileiro e promover ações de cidadania. O diplomata Sérgio Bath escolhe uma situação bem específica ao referir-se sobre o desinteresse da população em questões voltada para uma cultura participativa. Segundo ele, por ocasião da realização de um plebiscito, em 21 de abril de 1993, para o povo opinar sobre a forma e o sistema de governo, uma expressiva parcela da população deixou de comparecer às urnas ou anulou o voto. Segundo ele, por entender que havia questões mais importantes e urgentes a serem resolvidas. (1994, p. 39). Ora, a oportunidade para a sociedade fazer suas escolhas estava oferecida, se não é ela quem escolhe (por falta de uma prática) espera-se que as instituições tomem tal iniciativa. Talvez a população precisasse saber que, efetivamente, há uma instituição que se preocupa e quer o dinheiro bem cuidado. Para isso, as razões precisam ser conhecidas e é somente através de um diálogo freqüente com toda a sociedade, e não apenas com o Sistema Financeiro Nacional, que o Banco Central mostrará a importância do seu papel para a sociedade.

É em razão desse diálogo infreqüente que o Banco Central tem sua imagem associada sempre à elevação da taxa de juros,⁵¹ alta do dólar, rumores de quebra de banco, enfim, por um conjunto de notícias que a mídia, sobretudo, televisiva leva a sociedade em tempo real, construindo a imagem de um vilão. Embora sejam assuntos da alçada de um banco central, certamente, haveria um impacto menor e sem a carga negativa que disso resulta se o Banco

⁵¹ Dependendo de como anda o comportamento da taxa de juros, decidida pelo Comitê de Política Monetária (COPOM), se numa espiral crescente, por exemplo, a mídia faz todo um alarde, anunciando as expectativas dos agentes econômicos. Estes, como sempre, endereçam pesadas críticas sobre a condução da taxa de juros que é responsabilidade do Ministério da Fazenda, o BC é apenas o órgão executor. Todavia, a mídia dá a notícia que lhe interessa, ficando a população à mercê de interpretações que a própria mídia parece não ter nenhuma responsabilidade. É nesse ponto que o BC poderia intervir um pouco mais e por isso a população sente essa falta.

Central se desse a conhecer pela população. O que ele faz? Quando e como a população pode e deve se servir do Banco Central?

Antes se fez referência ao conjunto de cartilhas e lá estão essas e outras tantas informações sobre esta Instituição, o sítio do Banco Central na internet, sem dúvida, é riquíssimo em informação, mas o acesso a esse tipo de informação ainda é muito restrito, sobretudo, quando se considera não apenas a dimensão territorial, mas também as condições socioeconômicas de boa parcela da população. Daí a compreensão de que alguma forma de relacionamento mais eficiente deva ser tentada pelo Banco Central junto à população como, por exemplo, parcerias com as Secretarias Estaduais de Educação, convênios com o MEC, com o Minc etc.

Isso vai se refletir de forma contundente na questão que este estudo vê como essencial: o uso dos ícones no dinheiro. Tem sido comum, no interior do Museu de Valores, a indagação de visitantes acerca de quem escolhe a temática ou os motivos estéticos que estão exibidos no dinheiro. Segundo Barbosa, a Lei nº. 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que criou o Banco Central do Brasil, delegou ao Conselho Monetário Nacional (CMN) a aprovação das características físicas do dinheiro brasileiro. É esse órgão quem decide, em última instância, aprovação das características do dinheiro brasileiro.⁵² Obviamente, que as etapas iniciais ocorrem todas a nível de Banco Central, mais especificamente dentro do Mecir. Ainda em relação ao Mecir, Barbosa justifica:

“Nós temos autorização da Diretoria, num voto aprovado no dia oito de dezembro do ano passado (2004), para conceber uma nova família de cédulas. Então, nós estamos agora trabalhando com o tema. Quais os temas que nós podemos usar ou qual o tema? [...] Existem duas alternativas: manutenção deste tema – fauna – ou um outro tema que nós achamos que seria o ideal. Na atual conjuntura com a estabilidade da economia, é: manifestações artísticas da cultura brasileira, tá!”

É óbvio que o trabalho, já iniciado, visa à troca de temática e como se pôde observar, em citação anterior, o próprio Barbosa indica que a temática atual (fauna) não contém um apelo tão forte de modo a sensibilizar a população a cuidar do dinheiro. Contrariamente, não é esse o entendimento que se verificou quando da aplicação de questionário a visitantes do Museu de Valores e que será objeto de maiores comentários no tópico “A opinião dos diferentes públicos”. Pois, o universo pesquisado não vê na temática a razão que justifique um maior ou menor cuidado com o dinheiro. O próprio Barbosa, talvez, esqueceu que na fase inicial do Real a população aprovou a escolha dos ícones ligados à fauna. Basta lembrar que a escolha dos projetos para as cédulas de R\$ 2,00 e R\$ 20,00 (tartaruga marinha e do mico-

⁵² Atualmente o Conselho Monetário Nacional é formado por três ministros: ministro da Fazenda, ministro do Planejamento e o presidente do Banco Central, que tem o status de ministro.

leão-dourado), respectivamente, deu-se através de consulta popular, uma iniciativa do próprio Banco Central.

Ocorre que o grande dilema, não percebido pelos gestores do Departamento do Meio Circulante, não diz respeito a essa ou outra temática que se venha escolher, mas, fundamentalmente, ele está ligado à questão cultural, que se prende e se nutre de práticas e hábitos enraizados. Os efeitos são visíveis e não deixam dúvidas: nem a população conserva o dinheiro e nem valoriza as representações simbólicas ali exibidas. Por quê? Porque não as conhece, não as identifica, o exemplo dessa obviedade é a figura da República. Nesse sentido, este trabalho assume e defende muito claramente uma posição: o dinheiro brasileiro é um bem e patrimônio cultural. Assim, as representações simbólicas ali exibidas precisam estar identificadas no imaginário das pessoas.

Aqui, parafraseando Márcia Bezerra de Almeida,⁵³ talvez o recado seja bem justificável: longe do dinheiro ser apenas uma mercadoria de troca, o Banco Central, além da emissão e distribuição de numerário pelo Mecir, deveria, profissionalmente, usá-lo como instrumento para afirmação de uma identidade nacional e pró-formação de uma cidadania. (2003, nº. 2, p. 276). Isso implica numa atitude que Aloísio Magalhães enxergava, qual seja: a adoção de um amplo processo de conscientização voltado a todos os segmentos da sociedade. A começar por entre aqueles que são os formuladores de projetos e de ações voltadas a conscientizar a população, tendo em vista que, quando não usam de modelos importados, se apegam a percepções individualistas ou de grupos que não guardam a mínima relação de identidade com as práticas e hábitos da população. Nesse ponto talvez se tenha que parafrasear um outro ponto de vista, desta feita de Paulo Freire (2002, p. 26) ao abordar questões da pedagogia do ensino, mas que nesse sentido guarda uma intrínseca relação de conteúdo (e de resultado) com as campanhas realizadas pelo BC em prol da conservação do dinheiro. É válido afirmar: inexistiu validade nas campanhas de cunho educativo do BC, pois não produziram alteração nenhuma nos hábitos das pessoas em relação ao dinheiro, qualquer que fosse a intenção.

É possível apreender, no caso das campanhas ensejadas pelo BC, que ocorre uma nítida dissociação entre as formulações propostas (as políticas) e os receptores de tais ações. Estes últimos quase sempre nem chegam a tomar conhecimento de tais campanhas. No caso específico das representações simbólicas, Schwarcz (2004, p. 20) tem inteira razão quando afirma: “A criação dos símbolos, por sua vez, não é gratuita e arbitrária; não se faz no vazio

⁵³ Doutora em Arqueologia e professora do Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade de Goiás.

social. Ao contrário, os símbolos são reelaborados em razão do contexto cultural em que se inserem [...]”. Significa dizer que o simples uso, por bonitos que possam parecer, podem não representar significado algum se não há uma estreita correlação com o contexto cultural ao qual se vinculam. Ou mesmo que haja, falta-lhes uma compreensão.

Se antes se tomou de empréstimo o ponto de vista de Bezerra de Almeida (2003), ao apontar para o uso consciente da Arqueologia como instrumento para a construção de uma cidadania plena, nessa mesma linha Célia Corsino⁵⁴ fez este comentário:

“O Banco Central trata de um assunto poderoso que é o dinheiro, e tem a possibilidade de trabalhar inúmeras ações voltadas ao interesse coletivo, por exemplo, campanhas com o foco para a cidadania, para uma política de Educação Patrimonial, de conscientização do uso da moeda (físico) ou do que representa a moeda para um país, no entanto, isso é muitas vezes desperdiçado”. (Depoimento de Célia Corsino, em Goiânia, em 05.08.2004).

Aduz-se desse comentário, primeiro, a segurança de quem enxerga o potencial desse “veículo de comunicação”, em razão das facilidades que têm de chegar a toda a população, em todos os lugares, e ao mesmo tempo de poder ser portador de campanhas de interesse da sociedade, por exemplo, será que a inflação seria tão temível e assustadora,⁵⁵ no caso brasileiro, se as pessoas soubessem o que o dinheiro representa para a sociedade? É paradoxal essa questão vista sob uma perspectiva do que ocorre no relacionamento entre a autoridade monetária e a sociedade em geral. Esta não exerce a mínima influência sob o controle dos preços, pois lhe falta uma consciência crítica coletiva; aquela outra, diz usar de todos os mecanismos para controlar a inflação. E o faz da forma mais difícil (eis o grande paradoxo!), sem a colaboração da população. Por que a sociedade não é chamada a colaborar, a assumir um papel ativo nessa tarefa? Sem dúvida pesa a ausência do fator conscientização e, por isso, Aloísio Magalhães entende deva-se estimular o grau de conscientização da população, tanto de quem recebe para que tenha uma atitude crítica, bem como de quem tem a responsabilidade de emitir, propor ou requer ações. “Eu acho que o problema não é fácil mas poderia ser minimizado”. (1997, p. 98)

O comentário acima foi apresentado ao conhecimento do entrevistado para que comentasse a respeito. Barbosa tem este entendimento:

⁵⁴ Trecho em forma de pergunta feita ao Chefe do Mecir (Anexo C), de entrevista concedida a este mestrando, em 05 de agosto de 2004, pela museóloga e professora convidada do Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural, na disciplina: Teoria e Prática da Gestão do Patrimônio Cultural (UCG/GO).

⁵⁵ A inflação é temida e assustadora mesmo nos países desenvolvidos, é que nessas sociedades o nível de consciência coletiva tem caráter abrangente.

“Nós de uma forma ou de outra, nós já fazemos isso, tá. Por exemplo, nós destruimos, ano passado, hum mil, cento e treze toneladas de dinheiro decorrente, uma parte do mau uso, a outra parte é vida útil mesmo, atingiu a vida útil, a cédula fica desgastada e nós destruimos. Mas muitas cédulas são rabiscadas, são rasgadas por ações voluntárias e aí precipita a destruição. Então é questão de cidadania, cidadania mesmo. São pequenas coisas, pequenas coisas que fazem com que você melhore a cidadania. Conservar o seu dinheiro – o dinheiro brasileiro – é uma delas.” (Entrevista de junho/2005)

Não se sabe exatamente o que a autora diria acerca do comentário acima. O mestrand, no entanto, tem a sensação de que este não compreendeu a fala da museóloga e chegou aonde este estudo originou-se, ou seja, da preocupação com o desperdício de um bem público, não obstante esse mesmo bem seja portador de uma rica textura da identidade cultural brasileira. Ao mesmo tempo, ao referir-se às ações voluntárias de rabiscar, rasgar o dinheiro, como questão de (ausência) “de cidadania, cidadania mesmo”, isso revela o profundo alheamento de como a questão cultural não tem maior importância. Cujas práticas têm suas origens (e estão muito bem fincadas) no processo de socialização, como entende e já referenciado atrás. (cf. Laraia, p. 28). Destarte, essas “ações voluntárias” estão muito mais alicerçadas em velhos hábitos que a sociedade aprendeu e acostumou-se a praticar, do que simplesmente a uma mera falta de cidadania. Até porque essa população, hoje, a maioria (sem distinção de classe social) mora na zona urbana, vota, paga imposto, tem acesso aos serviços básicos...Entretanto, indaga-se: de que forma e como esse povo foi orientado a agir ao longo desses anos? Ou será que campanhas esporádicas e ainda com o inconveniente de não transitarem pela mídia massiva resultariam suficientes? Obviamente, que não. A maioria da população nem lembra se houve alguma campanha voltada à conservação do dinheiro como observar-se-á no tópico: “A opinião dos diferentes públicos”.

Canclini (2000, p. 288) ao referir-se ao poder de alcance de determinadas ações, assim comenta: “[...] ações são de baixa ressonância quando se limitam a usar formas tradicionais de comunicação. Seu poder cresce se atuam nas redes massivas [...]”. Já as palavras de Barbosa a seguir corroboram com a referência sobredita, ao afirmar: “[...] nós usamos pouca televisão...Nós freqüentamos muito uma ‘free mídia’, por ser mais barata, [...]”. O exemplo típico de baixa ressonância verificou-se na última campanha expedida pelo Mecir (1997), cujo teor formatado em cartaz, distribuído à rede bancária, aludia a seguinte mensagem: “*Dinheiro custa dinheiro. Não amasse e não rabisque. Preserve estas espécies brasileiras*”. Afora o duplo sentido, o que falar de uma campanha quando expressiva parcela da população nem sequer teve acesso a essa informação? Em razão de a mesma ficar quase restrita à rede

bancária. Para se ter uma idéia da dimensão dessa ausência, a maioria dos professores⁵⁶ que visitou o Museu de Valores, no segundo semestre de 2004, não se lembrava dessa campanha. Infelizmente, pouquíssimas pessoas lembravam de tê-la visto. Como então que uma Escola vai participar de uma ação voltada à conservação do dinheiro, se essa mesma entidade sequer foi lembrada de participar? É admissível em um nível de plena razão e consciência, em campanhas dessa natureza, a escola ficar de fora? Certamente, que não. É imprescindível a assunção de uma atitude nova por parte dos gestores da Secretaria de Relações Institucionais, do Banco Central, componente responsável pela adoção dessas campanhas, no sentido de construir uma parceria institucional tão importante com esse segmento. Quem ganha é a sociedade.

⁵⁶ Em levantamento realizado nas dependências do MV, nos dias em que o mestrando atuava como monitor junto às turmas agendadas no âmbito do Programa Museu-Escola e, nos demais dias, nos estabelecimentos escolares, em Goiânia (GO), nos quais realizava a palestra: “Dinheiro custa dinheiro. Quem paga é você”.

O recado dos numismatas

Antes de se apresentar “o recado dos numismatas”, é pertinente comentar um pouco acerca do que vem a ser **numismática**. Desde já, chama-se a atenção porque logo adiante esse termo será definido como ciência! E que ciência é essa, conhecida de tão poucos? O comentário abaixo apresentado por Alain Jean Costilhes ajuda no entendimento da gênese desse vocábulo:

O nome numismática é de origem grega: 'nomisma' e pelo latim: 'nummus'. Eram essas as palavras usadas pelos antigos para designar as moedas. Já em relação à palavra moeda, essa "tem sua origem na deusa protetora do dinheiro: Juno Moneta, em cujo templo, em Roma, se cunhavam moedas". (1985, p. 9)

Cabe observar a relação existente, em sua totalidade, entre o campo de estudo da numismática e o acervo do Museu de Valores. Este, composto de cédulas, moedas e medalhas, em sua maioria; e por isso mesmo que é visto como um museu numismático. Assim, é nessa relação de simbiose entre a área de estudo dessa ciência e o seu objeto de pesquisa que se constrói o conceito que segundo Costilhes,

numismática é a busca dessas informações através do estudo e do conhecimento dos objetos moedas, em todos os seus aspectos, desde sua produção e seu uso até sua inclusão nas prateleiras dos museus ou nas coleções particulares. Em resumo: é a ciência das moedas. (op.cit.).

E entre essas várias informações algumas são da maior relevância, como por exemplo, em quais circunstâncias tais artefatos foram produzidos, com que significado econômico e social veio permitir sua circulação etc. Um outro conceito, a seguir, vem para complementar a conceituação abordada acima e ampliar o espectro de atuação dessa ciência, que para muitos parece apenas uma técnica ou mais um hobby de alguns curiosos, o que não é verdade, como se pode ver neste conceito retirado das páginas da internet, no qual diz que a

numismática é a ciência que tem por objetivo o estudo das moedas. Ao lado da heráldica (ciência que trata dos brasões), fazem o papel de ciências auxiliares da história. Engloba também a arte de colecionar moedas e de estudar e classificar os seus elementos iconográficos e os seus significados econômicos⁵⁷

Nota-se que a Numismática não faz o papel de uma simples técnica, com o objetivo de ordenar e classificar peças para coleções, nem tampouco se presta ao simples estudo auxiliar da História ou da Arqueologia, pois, emprega severos processos conforme requer o rigor científico.

⁵⁷ Disponível em: <<http://pmmsilva.no.sapo.pt/pmnumis/faq.html>>. Acesso em: 19 jun. 2005.

Costilhes com este outro conceito confirma-nos esse caráter de ciência da numismática, ao escrever:

a numismática tem se firmado como ciência, adotando métodos científicos rigorosos, tais como a estatística, a metalurgia, a metrologia, etc., afastando-se da imagem romântica de assunto misterioso reservado para diletantes ou entretenimento improdutivo para colecionadores. (1985, p. 11)

Isso tem gerado alguns equívocos e por isso mesmo o autor chama a atenção para a diferenciação que deve existir no momento de se referir à numismática, ao numismata e ao colecionador. Segundo ele,

o numismata é um pesquisador que trabalha com grande número de moedas e para isso recorre não somente às peças originais disponíveis nos museus e nas coleções particulares, mas também a moldagens em gesso e reproduções de diversos tipos, inclusive fotografias. (1985, p. 79-80).

Agora sim, um outro momento especial desta etapa do trabalho ocorreu por ocasião da entrevista realizada com Luiz Gonzaga Teixeira Borba, diretor financeiro da Associação Filatélica e Numismática de Brasília (AFNB).⁵⁸ Foi por ocasião de sua visita à administração do Museu de Valores, em 6 de junho de 2005, que este Mestrando manifestou-lhe o interesse e a justificativa dessa entrevista, ponto que ele prontamente aceitou e já se dispôs a falar a respeito no sábado seguinte (11.06), o que acabou ocorrendo. Havia também uma certa curiosidade deste Mestrando, em conhecer do próprio entrevistado a posição dos associados e quiçá de outras associações numismáticas, sobre a decisão do BC em lançar a moeda comemorativa do Centenário da FIFA⁵⁹ (em ouro), comercializando-as apenas no exterior, conforme esta nota de circulação interna veiculada pela Intranet/BC, em 22 de janeiro de 2004, quando afirmava: “Devido à baixa procura por moedas comemorativas em ouro no mercado nacional, a tiragem inicial (10 mil moedas) será comercializada somente no exterior pela empresa alemã MDM”.⁶⁰

Desde o momento que se soube dessa decisão, a Equipe de Monitoria do Museu de Valores ficou surpreendida diante dessa notícia, pois em decorrência de uma presença diária nas dependências do Museu, alguém dessa Equipe, freqüentemente, é procurado por algum visitante interessado em adquirir moeda comemorativa (ouro e/ou prata) e, desta feita, ao invés de haver alguma facilidade para a venda de tal peça (genuinamente brasileira), essa possibilidade estava dificultada ao interessado brasileiro. Como há um estreito relacionamento

⁵⁸ Esta entrevista ocorreu em 11 de junho de 2005, na sede da AFNB, localizada no Ed. Brasília Rádio Center, sobreloja 10, com duração de 55 min.

⁵⁹ Fédération Internationale de Football Association – FIFA, com sede na Suíça.

⁶⁰ Nota publicada na Rede Interna de Informações-INTRANET-BC, em 22.01.2004.

dessa Equipe com a Direção da AFNB, e estava nos planos deste Mestrando realizar essa entrevista, combinou-se então o agendamento para 11.06.2005.

Além do episódio acima, interessava conhecer algumas impressões dessa Associação sobre a contribuição da numismática para a história do dinheiro nacional, e, sobretudo, como anda o relacionamento dessas entidades com o Banco Central, ou mais especificamente com o Mecir. O primeiro questionamento buscou saber o que pensa o entrevistado sobre a decisão do Banco Central de não ofertar, no mercado nacional, a Moeda Comemorativa do Centenário da FIFA. Foram formuladas oito questões, nas quais os pontos mais relevantes e que tenham maior proximidade com o projeto de exposição serão comentados. Inicialmente, o entrevistado comentou sobre a decisão acima:

“Todos os colecionadores gostariam de ter dentro das suas possibilidades, no caso, saíram essas moedas da FIFA, em ouro e prata. Muito bem, as de prata foram comercializadas também em número pequeno para o nosso comércio numismático e para os colecionadores. A moeda de ouro não foi disponibilizada. Consideramos realmente isso um desserviço à numismática brasileira, porque é uma moeda nossa, uma moeda de alto interesse para os colecionadores e que se torna difícil de se conseguir através da medida que foi criada. Na realidade, as nossas associações existentes pelo Brasil afora, quase em todas as capitais, já tomaram medidas, através de um expediente coletivo, para que o Banco Central, através da Casa da Moeda do Brasil pudesse disponibilizar uma quantidade razoável para o atendimento aos colecionadores do Brasil”. (grifo do mestrando)

Parece inconcebível de se pensar que posições dessa monta ainda possam ocorrer. Por isso, essa surpresa toda. Vem de 1950, os estudos que surgiram e passaram a configurar, no âmbito das Teorias da Administração, uma nova orientação denominada de Teoria Estruturalista que, em seu arcabouço teórico enfatizava a interação entre as organizações sociais. Na visão dos estruturalistas da mesma forma como interagem entre si os grupos sociais, igualmente tal forma de interação deve se fazer entre si nas organizações e/ou instituições. (Chiavenato, 1993, p. 473)⁶¹ Tal episódio vem ilustrar o que já se chamara a atenção, no tópico anterior, no sentido deste Banco Central atentar para a construção de parcerias. Aliás, parece ser uma característica do Banco Central do Brasil “jogar fora” ou desaproveitar boas oportunidades para tocar projetos de interesse da Instituição, como as campanhas para conservação do dinheiro ou do lançamento do Programa de Educação Financeira (PEF/BC) em parceria com outras instituições. Pois que se tratam de práticas amplamente reconhecidas pelo que representam de positivo na redução de gastos, na rapidez dos benefícios alcançados e, surpreendentemente, o Banco Central parece descrente dessa

⁶¹ As Teorias Estruturalista e do Desenvolvimento Organizacional, para citar apenas duas, mostram com clareza idéias que contradizem o estilo de gestão do Mecir.

prática. Apenas se sabe da ocorrência de dois exemplos de parcerias, no âmbito do Museu de Valores, envolvendo esse tipo de iniciativa. Trata-se das publicações do Livro Safra (1988 e 2000, re-edição) e O Dinheiro Brasileiro (desde a criação do Banco Central do Brasil, de 1964-1999). Mas de volta ao comentário principal, trata-se de uma parceria importante que até então não se tinha mencionado, eis que são algumas dezenas de associações numismáticas em todo o Brasil, com milhares de associados. Isto em um eventual programa de conscientização e valorização da moeda nacional a ser implementado pelo Banco Central, elas poderiam prestar uma inestimável colaboração.

Não é o caso de pensar-se numa efetiva parceria entre ambas Instituições? Tendo em vista o valioso serviço que essas associações prestam, sobretudo, no campo da pesquisa, na valorização e reconhecimento de uma memória, na promoção e divulgação de eventos na área da numismática em nível nacional e internacional. O que o entrevistado pode comentar e o que pensa acerca dessa possibilidade? Segundo ele, em nível de Brasil, não há outros órgãos, com raras exceções, que se dedique a esse estudo; por isso, ele entende que:

“[...] as associações, em geral, é que têm feito um trabalho de divulgar, estudar, desenvolver um trabalho muito interessante a respeito do conhecimento da ciência da numismática. Então, eu acredito que o BC poderia ter realmente como parceiras essas associações que trariam dentro do possível em qualquer circunstância na escolha de uma moeda, na forma de como divulgar o lançamento daquela moeda, através das associações e outros trabalhos que deveriam ser feitos também”. (Entrevista com o diretor financeiro da AFNB)

Quando se fez referência, logo no início deste tópico, a um sentimento de certa descrença, não é sem razão, não. Ora, observa-se pelas palavras do entrevistado que de fato não há nenhuma iniciativa sequer, do BC para um relacionamento mais estreito. E quem trabalha nessa área do patrimônio cultural, conhece de perto o grau das dificuldades que não são poucas nem pequenas. Como então não unir esforços, incentivar e buscar a cooperação, a parceria? Isso não parece acontecer em outros países (europeus e Estados Unidos) porque não jogam fora tempo e energia. Aqui, continuam-se botando fora boas oportunidades, boas parcerias... Ainda se oferecem exemplos tão melancólicos! Tem isso uma explicação? Sim, é a “inclinação brasileira para complicar as coisas” (Bath, 1994, p. 35). Ora, se a vida já é tão difícil, talvez, no nosso caso, dever-se-ia lembrar todos os dias: ‘Não complique, facilite as coisas’! Para contrapor esse exemplo, o diplomata Sérgio Bath comenta: “É conhecida a inclinação dos norte-americanos para simplificar rotinas. Eles têm a obsessão de fazer a vida mais fácil, normalizando procedimentos e adotando o que chamam de ‘short-cuts’”. (Idem, *ibid.*, p. 35)

Naturalmente, os americanos simplificam ao máximo suas rotinas porque se habituaram, entre eles, a tal estilo. No caso brasileiro, quanto mais complicado for, mais sinal de poder, de distinção, de conhecimento e isso parece ser essencial para se diferenciar da grande maioria que é pobre, ignorante, é morador da periferia ou do interior. Uma plebe que sabe apenas fazer do mesmo jeito, sempre. Esquece-se que tudo podia ser como caminhar, respirar, dormir. No fundo, diz o mesmo diplomata: “é a visão burocrática – mesmo quando o assunto não é burocrático”. (op. cit.)

Ainda inserido no corpo de um comentário maior, retirou-se mais um fragmento pela relevância que tem e que, na verdade, é uma espécie de coro uníssono, representado por uma solicitação coletiva de várias associações numismáticas de todo o Brasil. Juntas produziram um expediente, por ocasião da realização do 2º Congresso de Numismática, ocorrido em São Paulo, em dezembro de 2004, com uma sugestão endereçada ao BC. É o próprio entrevistado quem comenta a sugestão:

“Então se pediu que houvesse uma unificação da forma de apresentação dessas moedas comemorativas. Seria de alto interesse para o colecionador ter todas as suas moedinhas unificadas, numa forma só de apresentação. [...] Vou dar um exemplo: a moeda de cem anos de Belo Horizonte, foi apresentada numa cartela de papelão, uma coisa ridícula. E foi uma moeda que teve uma divulgação fabulosa. [...] Mal ela foi lançada, praticamente toda a tiragem foi vendida imediatamente [...] Era uma cartelinha de papelão muito mal feita [...]”. (Entrevista com o diretor financeiro da AFNB, anexa)

Dois aspectos chamam a atenção neste momento: o primeiro, percebe-se que há todo um interesse dessas associações em manter um estreito relacionamento com o Banco Central; em segundo lugar, contradiz a afirmação do Banco Central de que há uma baixa procura por moeda comemorativa em ouro no mercado nacional, quando na citação logo acima, o que ficou demonstrado é que, já no lançamento, praticamente todo o quantitativo fora vendido. Caberia, aqui, até um terceiro aspecto, tudo isso teria sido evitado, se o BC, por intermédio do Mecir, tivesse buscado antes conhecer a opinião de seus clientes. Esse tipo de falha só vem confirmar o grau de distanciamento da Instituição para com sua clientela, no caso, numismatas e colecionadores, pois se trata de uma moeda especial e são eles os grandes interessados.

O Mestrando insistiu ainda nessa questão porque, como foi dito no início deste tópico, os monitores do Museu de Valores (incluindo-se este mestrando) têm acompanhado de perto o interesse não só de colecionadores, bem como de pessoas que ao visitar o Museu manifestam desejo na aquisição de alguma peça comemorativa. Existe uma demanda e, é óbvio, interessava conhecer mais detalhadamente nuances que se sabia existirem. E foi com um novo

comentário que Borba apresentou um dado novo, possivelmente, isso impõe reflexos na venda de moeda comemorativa em ouro, conforme se pode acompanhar abaixo:

"O que nós temos observado é que as nossas moedas comemorativas, elas saem fora do tempo. Vou dar um exemplo: no Congresso numismático que houve aqui no Banco Central, o 2º Congresso Luso-Brasileiro (set/2002), o que aconteceu? A moeda do Juscelino que era a moeda que saiu naquela época, não é isso?, especificamente para aquele Congresso. Muito bem, todos nós esperávamos com a maior ansiedade para aquela moeda. Elas chegaram no BC numa quantidade mínima que não deu para atender quem queria. Nós estávamos aqui com inúmeras pessoas do exterior, principalmente, portugueses que vieram e queriam levar essas moedas. Elas vieram em número insuficiente. Só depois, dois ou três meses depois é que voltaram a aparecer no BC, essas moedas, já fora de tempo; quando na realidade naquela ocasião, se tivesse sido programada para sair naquela época, elas teriam saído praticamente todas. Isto aqui é um exemplo [...]. Então essa homenagem, ela tem que ser aproveitada no dia, senão sair naquele dia, depois perdeu totalmente o interesse, é por isso que ficam essas moedas encalhadas, porque ela sai fora da época certa". (Entrevista com o diretor financeiro da AFNB)

Sem dúvida, essa nova informação configura uma realidade muito desfavorável para o Banco Central. Ninguém põe em dúvida as palavras do entrevistado de que havia uma expectativa muito grande entre os numismatas brasileiros e estrangeiros pelo lançamento da moeda, do Juscelino Kubstchek, no referido Congresso, e, surpreendentemente, são colocadas à venda poucas unidades, gerando toda uma frustração, pois sequer atendia aos estrangeiros interessados. É bom ressaltar que esse 2º Congresso Luso-Brasileiro (set/2002) realizou-se no Auditório Octavio Gouvêa de Bulhões, no edifício Sede do Banco Central, em Brasília, o qual tinha como organizadores o Museu de Valores do Banco Central e o Itaú Numismática. Fica evidente, mais uma vez, que o Banco Central parece não dar a mínima importância para os clientes (numismatas), potenciais compradores do produto que seria lançado; ora, falar de uma baixa demanda para esse tipo de produto, é inteiramente descabível, em razão do descompasso que há entre a expectativa gerada (pela frustração) e a efetiva oferta da moeda, dois, três meses depois do lançamento (no caso do evento em questão). Talvez o pensamento de Studart seja um recado direto e crítico contra posições dessa natureza que se chocam contra uma nova ordem em que todas as atividades e os agentes envolvidos devem estar interligados e atentos para as novas formas de gestão. (Revista Musas, 2004, p. 36).

O entrevistado, como forma de melhorar esse relacionamento, sugere o seguinte:

"[...] o BC deveria ter um estoque suficiente para atender a demanda, sempre que nós precisássemos deveria ter, até que esgotasse, lógico, o que não acontece. Hoje, se você for procurar uma moeda, mesmo que ainda esteja na época, você já não encontra ou por dificuldade que a CMB não entregou, enfim, outras razões, mas na realidade você não encontra no órgão específico esta moeda para aquisição". (Idem).

Parece só haver um caminho: o diálogo a ser construído entre os gestores do Mecir com dirigentes de associações numismáticas ou vice-versa, pois o que se verifica é fruto da

falta desse canal de entendimento entre as partes. Atitude que não condiz com os novos modelos de gestão. Desta feita, um outro numismata, Galvão⁶² que chegara e acompanhava a entrefala, a partir dessa última questão, fez as seguintes e pertinentes sugestões: 1) “Devia ter uma programação prevendo que vai ter tal acontecimento e preparar a moeda para lançar naquela época, senão perde o sentido; 2) Por que o Banco Central não tem um cadastro de colecionadores?”. É fácil notar, para este caso, que não se tratam de recursos escassos ou de importações de tecnologias, mas, de disposição para o entendimento. Nesse sentido, é necessário que haja vontade política da parte do Banco Central”.

Solicitado a falar sobre que contribuições a numismática brasileira dá à sociedade, o entrevistado afirmou:

A contribuição maior é justamente a valorização efetiva do nosso dinheiro [...]. Quando eu digo – valorização – é a forma de utilizar esse dinheiro, a forma também até de educação: de como gastar, de como poupar. Todo esse trabalho pode ser feito realmente pelo estudo da numismática em geral. Por exemplo, no aspecto cultural, o BC faz o lançamento de uma moeda, seja lá qual for a temática, é justamente nesse trabalho de divulgação e de pesquisa que a numismática mais contribui. Um exemplo dessa divulgação e conhecimento foi a cédula do índio (1961). “Foi numa época que o índio vivia bastante esquecido. E aquela cédula parece que trouxe à tona o assunto, a realidade indígena” [...]. (Entrevista com o diretor financeiro da AFNB e com participação do Sr. Galvão)

Dois aspectos devem ser ressaltados em relação ao comentário acima. O primeiro refere-se à conservação do dinheiro. Quem conhece sabe o cuidado com que um numismata manuseia o dinheiro, a forma educada de lidar com esse bem público. No tópico anterior mostrou-se (em boa parte da redação) que está na falta de cuidado com o dinheiro, o grande problema enfrentado, hoje, pelo Mecir. Portanto, parece mais que razoável o BC ter essas associações ou os numismatas como parceiros. O segundo refere-se ao aspecto cultural, esse trabalho de aprofundamento das informações é, sem dúvida, a grande contribuição da numismática. Onde um número grande de pessoas tem conhecimento dessa pesquisa por intermédio dos boletins produzidos e editados por essas associações em todo o Brasil. Trimestralmente, a AFNB edita o seu boletim, sendo que na ocorrência de alguma notícia de interesse dos associados, imediatamente, é endereçado um realese.

Aproveitou-se a ocasião também para saber do entrevistado sua opinião sobre o que é ser um numismata ou se a grande maioria é apenas colecionadora ou tem isso apenas como um hobby. A respeito, ele comentou:

⁶² Raymundo Nonato **Galvão** de Queiroz, filatelista e numismata (que a partir desse momento passou a participar e contribuir com a entrevista).

“Essa discussão sempre veio à tona principalmente entre os elementos de nossas associações. Nós temos aqui, aqui em Brasília, em São Paulo ou em João Pessoa ou que seja, clubes que atendem às pessoas que se interessam em colecionar, trocar, vender, enfim, fazer simplesmente um trabalho, vamos dizer, de enriquecimento de sua coleção, simplesmente. [...]. Um grande colecionador, lá de São Paulo, o Caffareli, sempre fala isto: “a grande maioria se diz numismata quando (ele) é apenas um colecionador”. Numismata realmente é aquele que se dedica ao estudo daquelas peças que ele tem ou das peças em geral, da moeda em si, desde os primórdios, até hoje”. (Entrevista com o diretor financeiro da AFNB)

O que parece existir mesmo é uma grande maioria que apenas coleciona, mais voltada para o aspecto da venda e troca, naturalmente, com a intenção de obter vantagem financeira. O entrevistado define um numismata como sendo "aquele que se dedica ao estudo daquelas peças que ele tem ou das peças em geral; da moeda em si, desde os primórdios até hoje". O numismata Galvão apontou o poder aquisitivo como a dificuldade para um trabalho de melhor qualidade. E diz que, no caso brasileiro, em razão desse baixo poder aquisitivo, o colecionador mistura as coisas: ele faz numismática, filatelia, cartofilia e com isso a pesquisa fica prejudicada. Por não fazer uma coisa só, a pessoa não se dedica ao estudo e apenas coleciona. O mesmo numismata entende que se cada um tivesse a sua associação: só de numismatas, só de filatelistas, o ambiente por certo influenciaria uma outra postura.

Bem, optou-se para falar da "cédula da etnia" no último comentário dessa sessão, pela relação de pertencimento dela com este trabalho. Obviamente para alguém que convive, acompanha e estuda a fundo esses ícones, no campo da numismática brasileira, está muito mais habilitado para externar uma opinião sobre esse ícone tão singular. Solicitado a dar sua opinião, o entrevistado confessou:

“Na realidade esta cédula já recebeu de fato uma premiação até internacional. Realmente foi considerada uma peça, vamos dizer assim: de um valor artístico fora de série – essa cédula das raças. Realmente é muito bonita e eu concordo com você quando fala isso, escolhendo de fato uma peça como ícone, vamos dizer, mas especial da nossa numismática. [...] uma peça que representa tanto, em simbolismo, numa coleção. Ela já recebeu inclusive uma premiação, pela beleza da peça”. (Entrevista com o diretor financeiro da AFNB).

Talvez, desde o momento de sua concepção⁶³ até a plena efetivação do design com aquelas características, evidenciando uma ruptura de uma tradição não apenas no aspecto formal, mas igualmente pela surpresa em oferecer, num espaço sempre reservado à figuras eminentes de uma elite nacional, um desenho singular, mas ao mesmo tempo portador de uma carga simbólica especial para o imaginário nacional. Nenhuma outra cédula reuniu aspectos de uma identidade nacional de forma tão plural. Essa cédula é acima de tudo a afirmação de uma sociedade humana que se construiu na sua mais tenra origem e que prosperou, mesmo quando algumas leituras proferidas por observadores etnocentristas europeus (séc.XIX), como é o caso do embaixador francês, o conde Gobineau, que ao referir-se à miscigenação encontrada no Brasil vaticinava como uma sociedade sem futuro. (Schwarcz, 1998, p. 372).

⁶³ Trigueiros confessou a este mestrando sobre a reunião convocada para aprovar a efígie (ou as efígies) que seriam homenageadas no sesquicentenário da nossa Independência (1972). Presume-se que algum detalhe já estivesse definido na cabeça dos representantes do governo e de fato havia. O entrevistado revelou que um deles, ao usar a palavra, indicou para constar na cédula comemorativa as efígies do presidente Médiçi e de D. Pedro I. Um outro, prontamente, concordou com a idéia. Foi quando ele, Trigueiros, pediu a palavra e colocou seu ponto de vista discordante, porém, acompanhado de uma justificativa plausível...Nisso, o autor da idéia inicial entendeu como uma ofensa e disse: - “O Sr. parece que é comunista, está contra o governo!” Aquele, embora tentasse justificar-se...mas como o clima da reunião já era bem tenso, foi quando o Aloísio Magalhães, até então calado, ali rabiscando, disse: “posso falar!”... “Olha, vamos fazer a etnia, porque isso mostra que o governo é grandioso”. Conforme Trigueiros “eles não entenderam nada [...] mas aceitaram. O Aloísio falou, o Trigueiros apoiou: Ah! Isso é uma maravilha. O Cel. Que estava do lado: Ah! Que idéia boa! Então ninguém falou mais, o Cel. falou, aí todo mundo ficava calado”.

A opinião dos diferentes públicos

Os questionários realizados nas dependências do Museu de Valores, em Brasília, no período de 2 a 18 de junho de 2005, produziram respostas que indicam como o brasileiro pensa e reflete sobre o dinheiro brasileiro em circulação, bem como opinam sobre como vêem o relacionamento do BC com a sociedade.

Acredita-se que essa amostra, realizada em um universo de 120 pessoas⁶⁴, revela uma radiografia de uma situação bastante incômoda para o BC, em especial para o Departamento do Meio Circulante⁶⁵ que cuida do recebimento e da guarda, da distribuição e do saneamento do dinheiro em circulação. Cada questionário (tipo fechado) tinha ao todo 11 perguntas e quase todas foram respondidas. Cabe salientar que a distribuição do questionário, em sua maioria, esteve a cargo do responsável pela pesquisa, mas também contou com a ajuda de colegas da monitoria e das recepcionistas do Museu de Valores, que ficaram a cargo do recebimento do questionário.

A primeira pergunta obteve como resposta os percentuais definidos no gráfico 1, com os respectivos comentários logo a seguir:

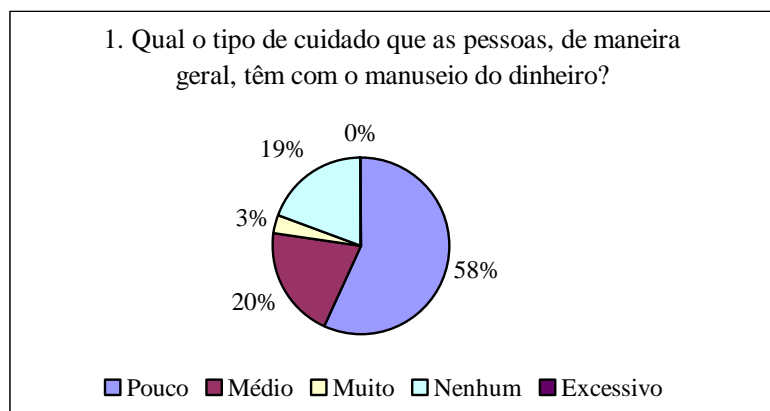


Fig. 19

⁶⁴ É bom frisar que houve um certo cuidado da parte do pesquisador, em relação ao público respondente, em face do nível de entendimento das perguntas. Muito embora não fosse essa a intenção, a maioria do público respondente possui 3º grau e, portanto, um dado que deve ser considerado.

⁶⁵ Em face da localização da Casa da Moeda do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), esse Departamento tem sua centralização na mesma cidade.

- 58% dos entrevistados responderam que têm **pouco** cuidado ao manusear uma cédula. Isso indica que as pessoas desse universo pesquisado não tratam a cédula com cuidado extremo. Pegam o dinheiro, lidam com ele e depois o passam para o processo mútuo de circulação e troca e não avaliam se dele cuidam ou não;
- 19% optaram por **nenhum** cuidado, ou seja, as pessoas não ligam, nem notam se o dinheiro está rasgado, se está bem cuidado ou se está bem preservado;
- 20% disseram que o cuidado é **médio**, ou seja, estão entre os mais cuidadosos; mas, ainda assim, este cuidado é considerado baixo por ser médio. Talvez essas pessoas façam parte do grupo que ainda lembra vagamente de alguma campanha educativa ou que parece entender que o dinheiro conservado tem um aspecto muito mais saudável e, portanto, não há receio em manuseá-lo.
- 0% cuida **excessivamente** do dinheiro, ou seja, ninguém cuida do dinheiro. Talvez haja fortes razões para isso ocorrer, como por exemplo: 1) o dinheiro apenas cumpre uma função de troca e ninguém parece incomodar-se em recebê-lo limpo ou sujo, manchado ou rabiscado; 2) não se tem o dinheiro como um bem coletivo; 3) o dinheiro brasileiro foi sempre desvalorizado;⁶⁶ 4) o que efetivamente se aprendeu sobre o dinheiro: que dinheiro é sujo! Talvez esses pontos e outros mais possam explicar o porquê dessa questão;
- 3% cuidam **muito** do dinheiro, ou seja, procuram preservar, não rasgar, não rabiscar, não sujar, não manchar o que faz com que o dinheiro tenha sua vida útil bastante alongada. É importante observar, que 97% do universo pesquisado têm pouco ou nenhum ou médio cuidado com a questão da preservação do dinheiro. E somente 3% têm muito cuidado. Isso indica que o dinheiro é pouco preservado pela população considerada nessa pesquisa.

A pergunta seguinte investigou se *o brasileiro vê-se representado nas cédulas? Onde retratam tipos regionais, ou figuras étnicas formadoras da nossa sociedade, como por exemplo: o índio, o negro, o gaúcho, a baiana etc.*

⁶⁶ Mesmo na vigência do Plano Real (de 1º.07.1994), o dinheiro atual acumula uma desvalorização de mais de 100%, ao se observar sua paridade em relação ao dólar americano, quando nos primeiros meses do Real estava, inclusive, sobrevalorizado, por exemplo, no período de 05.12 a 30.12.1994, com menos de R\$ 0,90 se comprava US\$ 1.00 americano. Fonte: Taxas de fechamento da PTAX/BC.

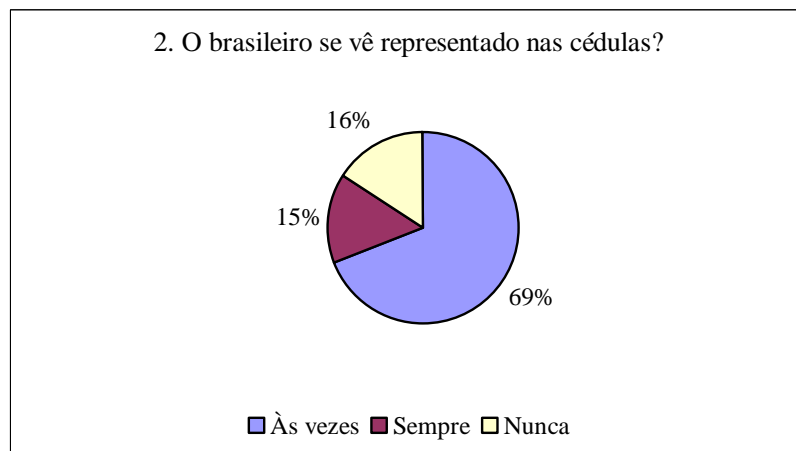


Fig. 20

- 69% disseram **às vezes**, o que denota o caráter dúbio dessa consciência. Mesmo que os traços étnicos sejam visíveis no dia-a-dia da população, evidenciando a marca da miscigenação ocorrida no Brasil, não parece dizer muito quando expresso nas cédulas;
- Já 16% **nunca** se viram representados nas cédulas. Isso revela para esse grupo a certeza de que o dinheiro brasileiro não tem ou não é portador dessa simbologia;
- 15% confirmaram que **sempre** se vêem representados. Não obstante a positividade desse aspecto, há de se considerar a baixa dimensão quando se tem em conta o contingente pesquisado.

Em relação à terceira pergunta, essa revelou os seguintes percentuais com respectivos comentários logo abaixo:

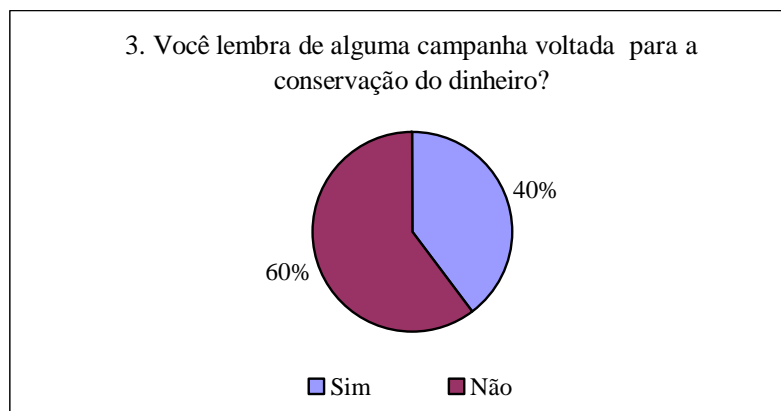


Fig. 21

- 60% responderam **não**. Isso vem justificar as respostas dadas para as assertivas na primeira questão. Percentual que se justifica pelo distanciamento temporal, de uma campanha a outra. Enquanto Aloísio Magalhães insiste na defesa de um amplo processo de conscientização, as ações do BC perdem esse caráter e até as tornam nulas em razão da

descontinuidade das ações. Idéia ratificada quando 60% não lembram de alguma campanha oficializada pelo Banco Central.

- 40% disseram **sim**. Para este caso, tal percentual se define mais como um aspecto negativo por não atingir sequer 50% do público pesquisado. Aqui, talvez seja o típico exemplo ao qual Canclini (2000, p. 288) chama a atenção para ação (ou ações) que, por não transitarem pela mídia massiva, resultam em acontecimento de pouca projeção, ou seja, a maioria da população continua desinformada. Acredita-se que uma campanha que vise reverter esse quadro, não deva prescindir da participação de outras instituições, a começar pelas Escolas. A fim de que se possa chegar à raiz do problema. Além do que a chance de se ter bons resultados é infinitamente maior.

O quarto questionamento buscou conhecer as razões pelas quais as pessoas escrevem no dinheiro:

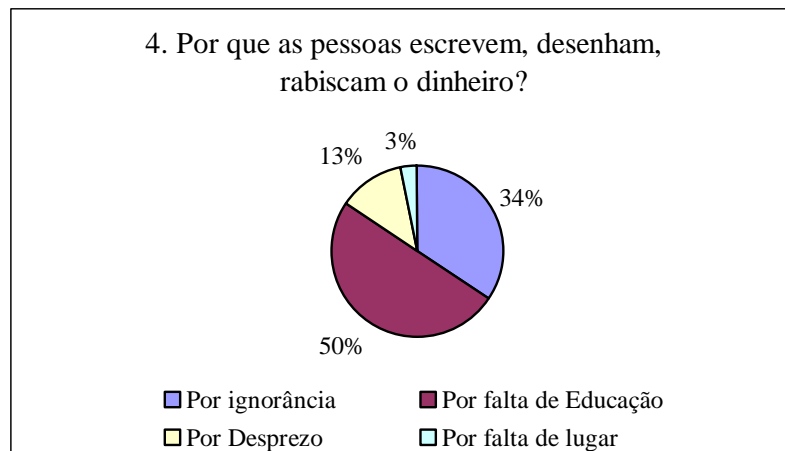


Fig. 22

- 50% responderam **por falta de educação**. Isso denota uma incrível negatividade, pois, os respondentes talvez queiram dizer com isso que não há, por exemplo, ações educativas no sentido de esclarecer ao cidadão, desde a primeira infância até a vida adulta, sobre as razões pelas quais não se deve escrever no dinheiro. Há nisso todo um comportamento aprendido, como justifica Edward Tylor (apud Laraia, 2003, p. 28), e que efetivamente nunca se procurou corrigi-lo. Observa-se o seguinte dilema: o Sistema Financeiro Nacional é considerado pelos analistas e observadores de mercado como um dos mais modernos do mundo, mas a prática da população de lidar com o dinheiro é de vinte, trinta anos atrás, evidenciando um descompasso muito grande. Isso exigia, desde o início dessa fase, da autoridade monetária (o BC) e da rede bancária uma intensa e grande campanha

de esclarecimento, envolvendo todo o tipo de informação pertinente às novas tecnologias e aos cuidados que a população deveria ter em relação ao manuseio da cédula. Mesmo que não falte publicidade em torno da oferta e do avanço de serviços bancários, a falta de informação e orientação sobre como manusear, cuidar e zelar do dinheiro é total. Um dos absurdos que se observa refere-se a não aplicação, até hoje, da Lei nº 8.697, de 27 de agosto de 1993, cuja redação estipula:

Art. 10. Toda cédula que contiver marcas, rabiscos, símbolos, desenhos ou quaisquer caracteres a ela estranhos perderá o poder liberatório e o curso legal, valendo apenas para ser depositada ou trocada em estabelecimento bancário, que a recolherá ao Banco Central do Brasil para destruição.

Embora tenha um caráter disciplinador, o uso desse artigo provocaria em tempo recorde uma reversão completa dessa prática. Isso ocorreria porque, quando se tem uma moeda valorizada, cada centavo tem valor. Agora mesmo, na vigência do Real, até as moedas têm aceitação, o que não ocorria na vigência dos padrões monetários: cruzado, cruzado novo, cruzeiro (1990) e cruzeiro real. O que leva a admitir que desde os primeiros anos, após a adoção do Plano Real (em 1º de julho de 1994), que sua aplicação tem sido justificável, em decorrência de uma inflação sob controle ou mesmo baixa. O que surpreende é que essa Lei foi criada em um momento de elevada inflação, período no qual os diversos valores (cédulas) vão perdendo o poder de compra e novos valores são emitidos para compensar essa desvalorização. Contraditoriamente, quando se têm todas as condições para a imediata aplicação desse instrumento, o Banco Central parece responder com a mesma "arma" que a população sempre usou: a indiferença. Não será esse o melhor momento de o Mecir promover uma grande campanha em nível nacional, para que essa Lei se efetive? Quando se joga fora quase 100 milhões de Reais⁶⁷ só para repor o dinheiro que a população estragou, presume-se que deva existir plena consciência de que - Dinheiro custa dinheiro - e que é inadmissível adiar qualquer tentativa que impeça tamanho desperdício;

- 34% disseram **por ignorância**; e 13% dos entrevistados disseram **por desprezo**. Observa-se que em ambas citações se houvesse a aplicação do instrumento legal supracitado, o quadro seria completamente outro. Não resta a menor dúvida de que isso é resultado da ausência de ações esclarecedoras, *pois não se trata de ignorância e muito menos de desprezo*. É falta mesmo de ações educativas capazes de promoverem mudanças diante de

⁶⁷ Relatório do Mecir/2004 confirmou gastos na ordem de quase de R\$ 95.531.151,59, somente para a reposição de numerário que a população danificou pelo mau uso.

práticas arraigadas. Aloísio Magalhães via como caminho alternativo: conscientizar. (cf. E Triunfo?) Nesse ponto, há um aspecto inédito, na percepção desse ex-dirigente cultural brasileiro, que permeia suas diversas intervenções para as mais diferentes platéias, em especial para aqueles que em razão do cargo investido, se reconheciam portadores de amplo saber e, todavia, conheciam tão pouco sobre o contexto cultural nacional.

- 3% apontaram **por falta de lugar para anotar suas informações**. Esse percentual talvez pudesse se correlacionar diretamente com o item “por ignorância”, em razão das anotações apostas nas cédulas referirem-se mais a "bobagens" do que a informações de valor.

O quinto questionamento com seus percentuais e comentários vem a seguir:

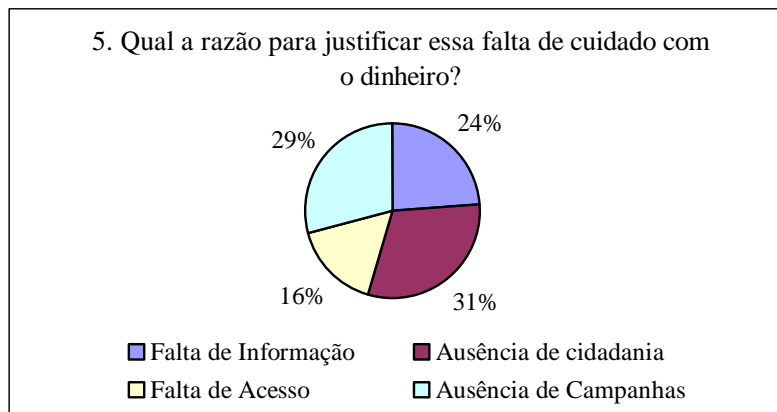


Fig. 23

- 31% apontaram para a **ausência de cidadania**. Observa-se aqui uma nítida troca de categoria, o que revela um erro semântico por parte de um bom número de respondentes ao apontar ‘ausência de cidadania’, quando o que parece mais indicado seria a anotação dos outros itens questionados, ou seja, "ausência de campanhas educativas", "falta de informação" e "falta de acesso do cidadão à educação". Tal compreensão denota o caráter confuso que essas pessoas tiveram ao responder essa questão. É bem verdade que essas respostas podem ter relação direta com que os opinantes acham do próprio Banco Central: uma instituição omissa, indiferente ao problema questionado. Do contrário, não parece razoável esse tipo de convicção quando efetivamente o que há é uma ausência de campanhas educativas e/ou falta de informação, para reverter uma prática antiga;
- 29% e 24% indicaram, respectivamente, **“ausência de campanhas educativas”** e **“falta de informação”**. Sem dúvida, o somatório das duas assertivas parece indicar o que seria

uma escolha coerente com o resultado apontado para a questão de nº 3, quando 60% dos respondentes revelaram não lembrar de nenhuma campanha. Isso, sim, representa uma positividade revelada pelos opinantes que vêm nessas assertivas a justificativa maior ou mesmo única para a falta de cuidado com o dinheiro;

- 16% vê na **falta de acesso do cidadão à educação**. Certamente essas pessoas esqueceram de levar em conta os diversos agrupamentos sociais que efetivamente manuseiam o dinheiro. Se tal percepção tivesse sido mais bem avaliada ou entendida, decerto, boa parte desse contingente teria escolhido uma outra opção, talvez a afirmação anterior. É fácil notar que são aqueles que têm maiores facilidades de acesso ao dinheiro, as classes "A e B", os maiores responsáveis pelo mau uso. Como justificar que pais que tiveram acesso à educação, têm em seus filhos os principais protagonistas desse péssimo hábito? Não parece haver resposta mais convincente do que a "ausência de campanhas educativas". Aliás, a maioria das pessoas, em visita ao Museu de Valores, se surpreende e culpa muito mais a falta de informação e orientação à população do que com o quantitativo de cédulas retiradas de circulação pelo mau uso.

A seguir, a sexta indagação aponta para algumas medidas que poderiam inibir a prática em questão e seus respectivos percentuais:

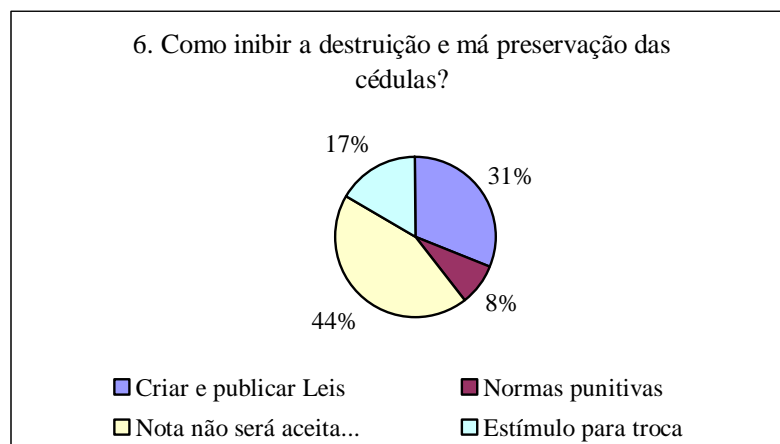


Fig. 24

- 44% dos opinantes disseram que **a nota não será aceita no comércio e apenas na rede bancária**. Quase metade do universo pesquisado se colocou favorável a adoção da Lei nº 8.697, de 27 de agosto de 1993, acima referida. Percebe-se que a própria população quer a

aplicação desse instrumento, porém ela não é chamada a dar a sua opinião, sua contribuição. A sua participação é dispensada, infelizmente. Como se sabe esse hábito brasileiro de estragar o dinheiro não é recente. O próprio Trigueiros, em seu livro: o “Dinheiro Brasileiro”, editado em 1987, já fazia referência ao artigo 14, da Lei 4.511 (s/ano e s/data) que “estipulou a perda do poder de circulação para toda a cédula que contenha marcas, símbolos, desenhos ou quaisquer caracteres a ela estranhos, devendo ser substituída por seu valor” (1987, p. 138).⁶⁸ Já houve, portanto, uma lei anterior editada pelo Governo no sentido de combater essa prática que só será extirpada mediante o uso de campanhas educativas frequentes cujo apelo deve partir do Banco Central, mas com a participação de Ministérios, da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), as Federações de Comércio, as Cooperativas, os sindicatos, as Igrejas, Correios etc. Lembra-se mais uma vez que não será apenas uma campanha que alterará um costume de décadas. Agora, há um ponto favorável: a inexistência de uma inflação.

- Nesse mesmo sentido 31% se manifestaram favoráveis em **criar e publicar leis que retirem o valor da cédula quando riscada, desenhada etc.** O que indica uma boa medida a aplicação de dispositivo legal para que o dinheiro não seja mal tratado. E dessa forma ele seria somente recolhido (aceito) pelo banco. Obviamente, há de se buscar uma intensa participação do comércio. Isso seria uma ótima novidade para uma Instituição que ainda não encontrou uma maneira mais fácil e cativante de se relacionar com a sociedade. Se o último item desse questionamento fosse somado aos dois itens acima, verificar-se-ia que o percentual de opinantes, favoráveis à aplicação de uma norma punitiva, alcança 83% do universo pesquisado. Esse aspecto mostra a relevância dessas intenções e ao mesmo tempo pode estar sinalizando, para a maioria, uma descrença em qualquer outra alternativa que se possa imaginar. Como é o caso do item - **criar estímulo para que as notas em mau estado sejam retiradas de circulação e substituídas por outras novas** - que recebeu 17% das intenções apenas.

⁶⁸ Não consta da citação acima o ano de criação dessa Lei.

O sétimo questionamento revelou os percentuais abaixo e respectivos comentários:

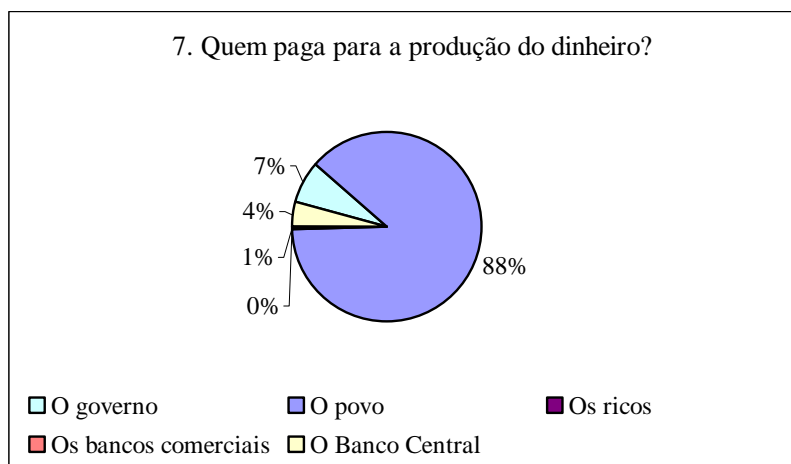


Fig. 25

- 88% dos opinantes responderam: **o povo**. Isso talvez sirva para mostrar o grau de conhecimento da população sobre determinados assuntos. O que denota que se essa mesma população tivesse mais informações vinculadas, ou seja, integradas com sua realidade, o quadro seria completamente diferente. Na verdade, as pessoas não foram e não são informadas adequadamente. Elas precisam de ser estimuladas a terem uma atitude participativa tanto individual como coletivamente. Dessa forma, pode-se falar em atitude cidadã que deve ser vista no contexto atual como sinônimo de participação e não de indiferença, omissão ou alheamento.
- Surpreendentemente, considerando o universo consultado⁶⁹ os três níveis seguintes receberam conjuntamente 12%, assim delineados: 7% indicaram **o governo**; 4% apontaram **o Banco Central** e 1% indicou **os ricos**. O que indica o quanto a falta de informação é prejudicial para o conjunto da sociedade. 0% foi o percentual dado para **os bancos comerciais**. O que pode ser recebido como um dado positivo já que 100% do público pesquisado sabem que esses bancos não pagam pela fabricação do dinheiro.

⁶⁹ O nível de escolaridade do universo consultado está assim distribuído: 3 respondentes possuíam o Ensino Fundamental e 19 tinham concluído o Ensino Médio. Os demais entrevistados possuíam: 59 (o superior completo), 24 (o superior incompleto) e 11 (pós-graduação), respectivamente.

A oitava questão proposta mostrou os dados abaixo, seguidos dos comentários:

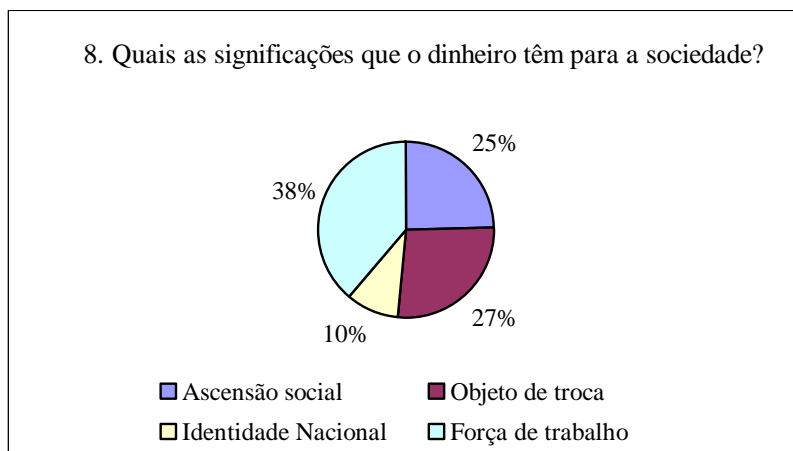


Fig. 26

- 38% dos entrevistados responderam que o dinheiro **simboliza a força de trabalho do cidadão**. A “força do trabalho”! O que significa essa expressão? Talvez se veja a participação ativa de cada um na vida social. Como isso é visto de forma positiva e como pode reverter para a própria sociedade - em benefício, em crescimento. Não é só o dinheiro em si, mas como isso pode multiplicar-se em benefícios sociais, por exemplo: em qualidade de vida. Observa-se que, imaginado dessa forma, o cidadão está integrado. Ele é participativo, colaborador e construtor de uma ordem social e econômica. Esse é o caminho ideal. Mas, ao observar-se essa afirmação por outro ângulo, qual o papel que o Estado brasileiro tem desempenhado em relação a tal afirmação quando se verifica que esse mesmo Estado tem uma das piores distribuições de renda do mundo? Ou quem sabe esses visitantes estejam querendo expressar, falar de uma memória que é apenas superficialmente exibida (no interior do Museu de Valores), sem indicar a mínima crítica a um sistema concentrador, que exclui a maioria da população. É uma questão que deve ensejar boas discussões. Uma delas, por exemplo, seria a Equipe de Comunicação Educativa do Museu de Valores apropriar-se da mesma para desenvolver uma interessante ação educativa vinculada aos programas Museu-Escola e Programa de Educação Financeira. Sem dúvida, uma temática útil e valiosa para ser trabalhada com os jovens. Nesse sentido, essa Equipe poderia viabilizar a realização de um concurso de redação para jovens do ensino médio, abordando essa questão. Isso seria o que as autoras Denise Coelho Studart, Adriana Mortara Almeida e Maria Esther Valente entendem como uma

relação de diálogo e interação entre o museu e o visitante ou vice-versa. (2003, p. 153). Obviamente que a ação educativa pode trabalhar diferentes aspectos. Entretanto, ressaltou-se essa atividade em razão desse público-alvo achar-se “às portas” do mercado de trabalho (jovens de ensino médio).

- 27% disseram que o dinheiro é **visto apenas como objeto de troca**. Positivamente, isso revela um dado assustador: quem vai preservar ou cuidar de um objeto que quase não o tem, quando o “possui” é tão passageira essa posse, que nem dá para criar laços de apreço. Trigueiros faz um comentário interessante a respeito: “[...] coitado, o dinheiro dele passa ligeiro na mão, não dá para ele se integrar, achar que deve respeitar o dinheiro. Dinheiro pra gente gostar tem que ver, não é?”. Diante de uma situação assim, onde nem o básico para uma sobrevivência digna está disponível, torna-se quase impossível convencer uma expressiva parte da população a vê-lo diferentemente. Ainda mais quando há um verdadeiro silêncio em torno das informações extrínsecas relacionadas ao dinheiro, como por exemplo, o valor das representações simbólicas, o valor da moeda como bem público etc.
- 25% responderam: **possibilita ascensão social**. Em uma sociedade tão hierarquizada quanto a nossa, esse percentual indica certa negatividade.
- 10% disseram que **simboliza a identidade nacional**. Como o nível de escolaridade dos respondentes é o elemento marcante da amostra com certeza, esse item teria um percentual ainda menor. Não considerar o dinheiro como um dos símbolos de uma identidade nacional é verificar certa negatividade que só se explica pela omissão do Banco Central. Fato evidenciado em face da ausência de campanhas educativas por essa Instituição.

Abaixo estão os percentuais da nona indagação e os comentários:

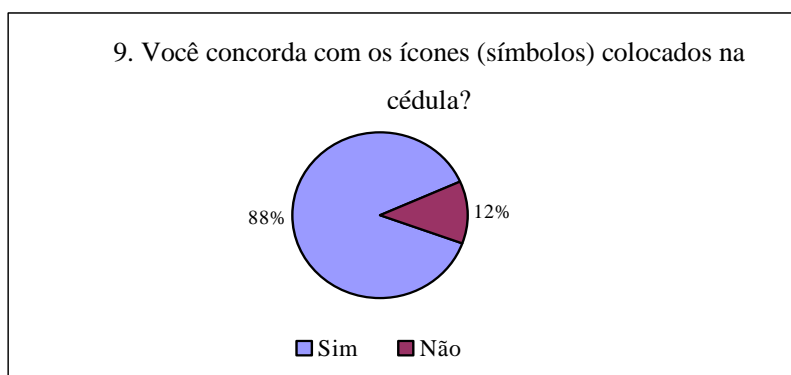


Fig. 27

- 88% dos entrevistados responderam **sim**. Isso denota uma positividade em relação à aceitação dos ícones, mas também nos revelam contradições, que não dizem respeito aos entrevistados. O Chefe do Mecir, Barbosa, parece ter opinião diferente, pois ao referir-se à temática (fauna) expressa no Real (1994), ele assim comenta: “Eu acho que a arara, a onça, o beija-flor não tem o apelo, a força de uma personalidade histórica [...]”.⁷⁰ Se ele recuasse um pouco mais, algo em torno de duas, três décadas, veria que essa sua prenoção não faz nenhum sentido. Haja vista os mesmos maus tratos de que foram “vítimas” os cabraís, os barões, os karajás, os escritores Machado de Assis, Carlos Drummond; a poetisa Cecília Meireles e outras personalidades. Na verdade, nunca se ensinou a cuidar do dinheiro neste país. Mas, já que se falou na idéia, é o caso de responder esta indagação: Por que é preciso ensinar o brasileiro a cuidar do dinheiro? Porque as máquinas – instrumentos dessa modernidade – não estão preparadas para responder nem a essa, nem a outras questões relacionadas a hábitos, práticas, costumes que fazem parte de uma literatura cultural. Enfim, achar que a temática foi e é determinante para uma melhor atenção da população ao manusear o dinheiro, parece um claro equívoco.
- 12% dos entrevistados disseram **não**. Em relação ao universo pesquisado esse percentual se coloca como insignificante.

⁷⁰ Entrevista concedida ao mestrando, em 18.01.2005, referente ao primeiro questionamento. (Anexo C)

A penúltima questão referiu-se às instalações físicas do Museu de Valores e do próprio Banco Central, havendo uma divisão entre os entrevistados que acharam 54% ótimas e 46% apontaram boas. O que chama a atenção é a grandiosidade da arquitetura do edifício sede do Banco Central, situado em Brasília. Observe-se os percentuais abaixo:

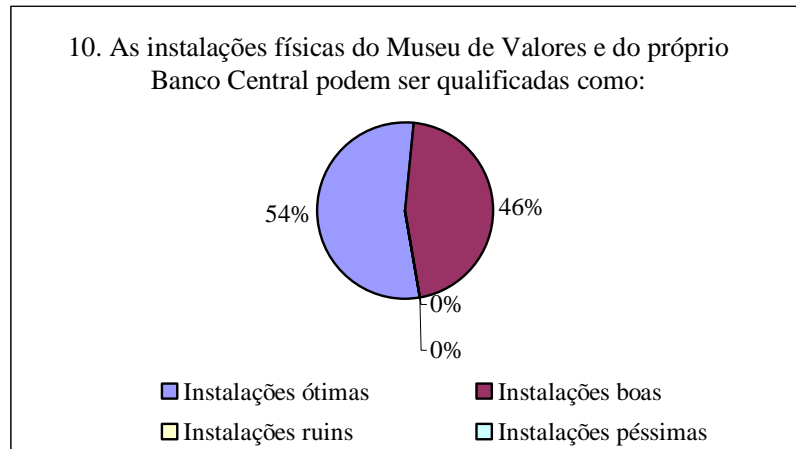


Fig. 28

A última indagação quis saber do entrevistado o grau de relacionamento do BC com a sociedade, por isso inquiriu:

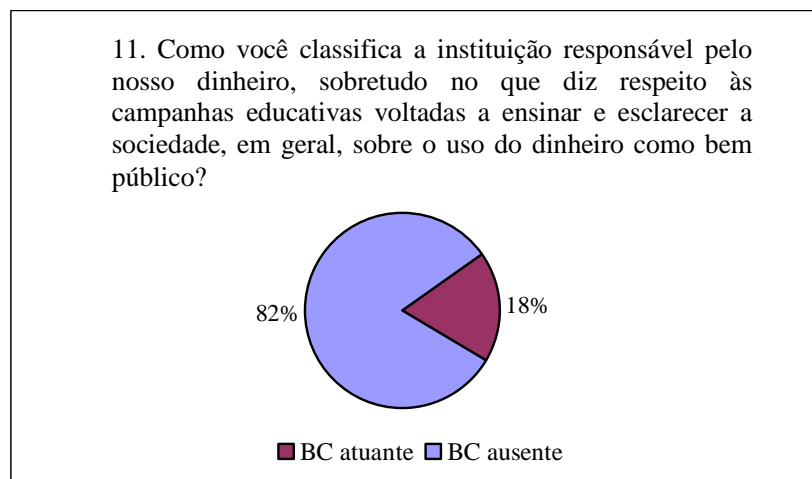


Fig. 29

- 82% do público pesquisado opinou: **ausente**. Isso revela de forma imensa o porquê da ocorrência de tantos maus tratos a que o dinheiro nacional é submetido. Essa prática se arrasta por gerações e ainda assim se constata que pouco ou nada é feito para reverter esse costume. Talvez se possa considerar um diálogo consensual das partes, no qual o povo

diz: “foi sempre assim, não tem mais jeito, não”, e a autoridade monetária parece concordar, tal é a sua omissão. É isso que o público constata.

- 18% responderam **atuante**. O aspecto a ser destacado é a negatividade ratificada pelos respondentes em relação a essa questão. Isso não deixou nenhuma margem de dúvida ao confirmar uma tendência já avaliada por integrantes da Equipe de Monitoria do Museu de Valores no decurso desses últimos anos.

Capítulo III

Projeto de exposição itinerante

"Quem olha para fora, sonha;
Quem olha para dentro desperta".
Carl Young

1. Proposta de exposição itinerante

O que é uma exposição? É um jeito especial de contar uma história, utilizando-se de uso de objetos e organizados metodicamente para serem vistos e, conseqüentemente, produzir reflexões. Na maioria das vezes acham-se protegidos por vitrines. E seria mesmo imaginar guardados não fosse uma forma própria que a museologia usa para dar vida e significação a tais objetos: a comunicação. De fato contar uma história rica em informações. Isso permite que o objeto museológico torne-se presente e conhecido pela informação, ao invés de simplesmente parecer guardado, escondido das pessoas. Consta no módulo A, do Instituto Brasileiro de Arte e Cultura (IBAC):

Quando o museu expõe um objeto, junto coloca outras informações. Pode ser uma foto ou um texto, porque, quanto mais coisas as pessoas souberem sobre aquilo [...], melhor pra todo mundo, que vai poder aprender mais. O importante é reunir as informações de um jeito gostoso, para que a visita à exposição seja um grande prazer". (IBAC, módulo A, 1993, p. 3).

Uma simples foto que se decide guardar, ela nos conta uma história particular. Este projeto de exposição itinerante tem um ambicioso desejo, o de reunir e mostrar ícones que espelham a formação da sociedade brasileira, tal a autenticidade que os mesmos revelam-nos, tanto pelo significado das imagens iconográficas e, principalmente, pelas diferentes temáticas de cunho social e cultural que devem suscitar entre professores e alunos, a partir do contato com essa mostra.

1.1 Cédulas e Moedas: os objetos museológicos

Para acompanhar o modelo de uma gestão de curadoria, o autor desse trabalho selecionou peças cujas características permitiram-lhe dar unidade à temática eleita que é a de uma exposição itinerante, inicialmente prevista para ser montada nas dependências do Espaço Cultural do Banco Central, em Brasília, devendo, por conseguinte, encaminhar-se a outras unidades gerenciais do próprio BC onde há também representações do Museu de Valores. A exposição utilizará 16 peças numismáticas⁷¹ com o intuito de realçar a força das representações simbólicas desses ícones. A imagem e a comunicação que emanam desses ícones emprestam ao discurso expositivo amplas abordagens, pois podem e devem revelar diferentes leituras e não apenas a função de troca como ocorreu com tais peças. Escolheu-se, então, como espaço delimitador do estudo o período de 1961 a 2000, no qual ocorreu a exibição dessas representações iconográficas.

É rica a variedade de temas utilizados pelo Banco Central do Brasil para compor o leiaute das cédulas e moedas do dinheiro brasileiro. Esse fato tornou-se significativo após o início do processo de nacionalização da moeda nacional verificado, sobretudo, a partir dos estudos de Aloísio Magalhães, na segunda metade da década de 60, século XX. Neste período, quando viu-se uma série de novidades sendo apresentadas que veio conferir à iconografia do dinheiro brasileiro uma verdadeira renovação no design das cédulas. Destaca-se, nesse sentido, não apenas o campo iconográfico, mas, sobretudo, como já mencionado, a multiplicidade temática. O ponto marcante dessa multiplicidade temática e que é tido como diferencial proposto por Aloísio Magalhães, ressalte-se aqui, está na apropriação de novos ícones que não constavam da história oficial e sequer eram merecedores de tal destaque. Em O Dinheiro Brasileiro (desde a criação do Banco Central do Brasil, 1964-1999) é possível conferir tal novidade com a seguinte referência: “[...] Aloísio Magalhães procurou conferir personalidade e fisionomia próprias à família das cédulas brasileiras”. (BCB, 1999, p. 55). Assim, projeta como ícone principal a cédula comemorativa do sesquicentenário da Independência do Brasil (7-09-1822 a 7-09-1972), em cujo anverso vê-se “figuras representativas da formação étnica brasileira, mostrando as diversas raças, por ordem de

⁷¹ A partir de entendimento com o prof. Orientador, acordou-se que a peça conhecida como “a cédula do índio” (1961) não faria parte do presente acervo em razão dos traços físicos dados à imagem do índio ali retratada. Tal foi a estilização usada como recurso técnico, identificando-o mais ao estilo greco-romano. Os comentários que os visitantes fazem sobre essa cédula não a relacionam com o imaginário do índio brasileiro.

precedência histórica”.⁷² (op.cit., p. 80). Na verdade, tal desenho não é o ícone precursor das novas representações simbólicas (cf. nota acima), mas, devido ao indiscutível valor que comporta em si - a “cédula das etnias” também conhecida por outras denominações como “cédula das raças” – passa a ser a principal referência deste projeto de exposição.

1.1.1 O acervo da exposição

A) As Cédulas

➤ Quinhentos Cruzeiros (Cr\$ 500,00)

Foi a primeira cédula comemorativa lançada no país e fez parte das comemorações do sesquicentenário da Independência, em 1972. Neste modelo de cédula,

Aloísio propôs a ruptura com o conceito tradicional e expôs, através de uma sucessão de rostos masculinos, a formação étnica da sociedade brasileira. [...]. O painel observa um critério de precedência histórica, no sentido natural da leitura, ou seja, da esquerda para a direita. A partir do índio brasileiro as etnias se superpõem no tempo, numa seqüência em aberto. (Magalhães, 2003, p. 210)



Fig. 2

“Cédula das etnias”

Padrão Monetário: Cruzeiro (início da vigência em 15.05.1970 a 27.02.1986)

Símbolo: Cr\$

Projeto Gráfico: Aloísio Magalhães

Emissor: Banco Central do Brasil

Fabricante: Casa da Moeda do Brasil

Cor predominante: Verde

Dimensões: 172 x 78mm

Período de circulação: 15 de novembro de 1972 a 30 de junho de 1987.

Chancelas (estampa “A”): Antonio Delfim Neto e Ernane Galvêas

Mário Henrique Simonsen e Paulo Hortênsio Pereira Lira

Chancelas (estampa “B”): Mário Henrique Simonsen e Paulo Hortênsio Pereira Lira

Karlos Heinz Rischbieter e Ernane Galvêas

Ernane Galvêas e Carlos Geraldo Langoni.

⁷² Deliberou-se também que as cédulas e moedas selecionadas - os “objetos museológicos” – seriam referenciados apenas o lado da cédula ou moeda que se relaciona com a temática deste estudo.

➤ **Mil Cruzeiros (Cr\$ 1.000,00):**

O anverso desta cédula traz o ‘portrait’ do militar e sertanista Cândido Rondon que realizou uma série de expedições, conhecidas como “Comissão Rondon”. Isso lhe permitiu fazer contatos com

numerosas tribos indígenas e realizar estudos etnográficos, [...]. Foi o primeiro diretor do Serviço de Proteção aos Índios, criado em 1910. Estudioso dos costumes dos indígenas, procurava manter com eles contatos pacíficos, notabilizando-se por sua doutrina humanitária e pacifista, que enfatizava o respeito pela cultura indígena e pela dignidade do silvícola”. Abaixo, no **reverso** da cédula, como detalhe principal exibe-se um casal de índios Karajá e sua pintura corporal típica. Além de outros elementos próprios da cultura indígena: alimentos, cestaria (dos índios tucanos), motivos de pintura corporal indígena, elementos de música e cerâmica indígena.⁷³ (folder BCB, 1990)



Fig. 3

“Casal de índios Karajá”

Padrão Monetário: Cruzeiro⁷⁴ (início da vigência em 16.03.1990 a 27.07.1993)

Símbolo: Cr\$

Projeto Gráfico: Experiência Marcelo M.da Fonseca e Álvaro Alves Martins

Emissor: Banco Central do Brasil

Fabricante: Casa da Moeda do Brasil

Cor predominante: Amarelo e marrom

Dimensões: 140 x 65mm

Período de circulação: 31 de maio de 1990 a 15 de setembro de 1994.

Chancelas (Série A0001 a A6796): Zélia Maria C.de Mello e Ibrahim Eris

(Série A6797 a A8453): Marcílio Marques Moreira e Francisco R.André Gros

➤ **Cinquenta Mil Cruzeiros (Cr\$ 50.000,00):**

Abaixo uma das representações mais expressivas do folclore brasileiro. É também um exemplo característico do patrimônio imaterial, representado pela cena do “Bumba-meu-boi”.

⁷³ Folder de lançamento da cédula de 1000 cruzeiros, 1990, BCB.

⁷⁴ A referência ao padrão monetário “cruzeiro” foi objeto de denominação em três ocasiões distintas, sendo a primeira de outubro de 1942 até 12.02.1967. A segunda de 15.05.1970 a 27.02.1986. A terceira e última ocorreu em 16.03.1990 a 27.07.1993.



Fig. 4

“Bumba-meu-boi”

Padrão Monetário: Cruzeiro (início da vigência em 16.03.1990 a 27.07.1993)

Símbolo: Cr\$

Projeto Gráfico: Júlio Pereira Guimarães e Experidião Marcelo M. da Fonseca

Emissor: Banco Central do Brasil

Fabricante: Casa da Moeda do Brasil

Cor predominante: Sépia

Dimensões: 140 x 65mm

Período de circulação: 9 de dezembro de 1991 a 15 de setembro de 1994.

Chancelas (Série A0001 a A6289): Marcílio Marques Moreira e Francisco R. André Gros

➤ **Cinco Mil Cruzeiros Reais (CR\$ 5.000,00):**

No anverso desta cédula, ou mais precisamente no padrão monetário – Cruzeiro Real -, o BC introduziu uma nova linha temática que se iniciou com “o Gaúcho”. Por tradição “costuma chamar-se de gaúcho a quem nasce no Rio Grande do Sul, embora constitua tipo americano peculiar, comum a três países – Brasil, Argentina e Uruguai. Nasceu índio e, [...] mestiçou-se, particularmente com portugueses e espanhóis”.⁷⁵ (folder BCB, 1993)



Fig. 5

“O Gaúcho”

⁷⁵ Folder da “Cédula de 5 mil cruzeiros reais”, BCB.

Padrão Monetário: Cruzeiro Real (início da vigência em 28 de julho de 1993 a 15.09.1994)⁷⁶
Símbolo: CR\$
Projeto Gráfico: Álvaro Alves Martins
Motivo: Tipos e aspectos regionais brasileiros
Emissor: Banco Central do Brasil
Fabricante: Casa da Moeda do Brasil
Cores predominantes: Castanho, laranja e verde
Dimensões: 140 x 65mm
Período de circulação: 29 de outubro de 1993 a 15 de setembro de 1994.
Chancelas (Série A0001 a A9999): Fernando Henrique Cardoso e Pedro Sampaio Malan

➤ **Cinquenta Mil Cruzeiros Reais (CR\$ 50.000,00):**

“ [...] É sobretudo pelo vestuário que a baiana se tem celebrizado. Faceira e graciosa, seu tipo físico ressalta a elegância com que porta seu traje. São turbantes, longas saias e vistosos xales, que constituem um espetáculo à parte. [...]”.⁷⁷ É presença marcante no tradicional calendário de manifestações de cunho social ou religioso de Salvador, destacando-se as tradicionais procissões e romarias do Senhor do Bonfim. Em tais eventos, lá estará a “baiana do acarajé” como é conhecida, ostentando uma riquíssima indumentária, de grande efeito e valor estético, tal a variedade de peças e adereços que a acompanham. Tal conjunto lhe confere diversos significados. (folder BCB, 1994)



Fig. 6

“A Baiana”

Padrão Monetário: Cruzeiro (início da vigência em 16.03.1990 a 27.07.1993)
Símbolo: CR\$
Projeto Gráfico: Álvaro Alves Martins e Júlio Pereira Guimarães
Motivo: Tipos e aspectos regionais brasileiros
Emissor: Banco Central do Brasil
Fabricante: Casa da Moeda do Brasil
Cores predominantes: Roxo e bordô
Dimensões: 140 x 65mm
Período de circulação: 30 de março de 1994 a 15 de setembro de 1994.
Chancelas (Série A0001 a A1200): Fernando Henrique Cardoso e Pedro Sampaio Malan

➤ **Dez Reais (R\$ 10,00): “Imagens de Brasileiros contidas no verso”.**

⁷⁶ Foi estipulado pelo BC o prazo final de 15.09.1994 para a circulação das cédulas de cruzeiros reais, sendo que nas localidades onde não havia representação do Banco Central do Brasil, este prazo foi estendido até 30.09.1994.

⁷⁷ Folder da “Cédula de 50 mil cruzeiros reais”, BCB, 1994.

Trata-se de cédula comemorativa aos 500 anos do início da colonização portuguesa na “Terra Brasilis”. Na frente da cédula há a figura de Pedro Álvares Cabral o navegador português que chegou aqui em 22 de abril de 1500. No **verso** da cédula exibe-se uma versão estilizada do mapa do Brasil e os ícones que nos chamam mais atenção: a colocação de “fisionomias típicas do povo brasileiro (índio, branco, negro e mestiço), retratando a pluralidade étnica e cultural do Brasil contemporâneo”.⁷⁸ Embora a distribuição das figuras esteja em ordem diversa da “cédula das raças”, observa-se, ainda assim, nesta cédula a mesma ordem de precedência, é só atentar para a posição de destaque da representação do índio, do branco e do negro. (Folder BCB, 2000).

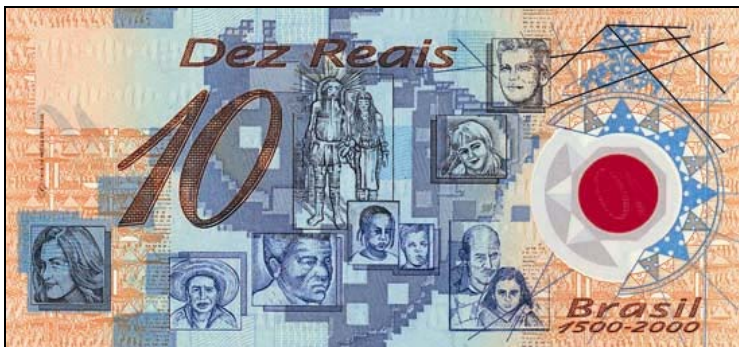


Fig. 17

“Imagens de Brasileiros”

Padrão Monetário: REAL (lançada em abril de 2000)

Símbolo: R\$

Projeto: Tereza Regina Barja Fidalgo

Trabalho gráfico: Marise Ferreira da Silva

Motivo: Figuras humanas de brasileiros

Emissor: Banco Central do Brasil

Fabricante: Casa da Moeda do Brasil

Dimensões: 140 x 65mm

Cores predominantes: azul e laranja

Período de circulação: de abril de 2000⁷⁹

B) As Moedas

- **Padrão monetário: CRUZADO** (Período de vigência: 28.02.1986 a 15.01.1989)

Símbolo: Cz\$

Por ocasião das comemorações do Centenário da Abolição da Escravatura no Brasil, o BC lançou moeda comemorativa de Cz\$ 100,00, para homenagear respectivamente a figura do “homem negro”, a figura da “mulher negra” e a figura da “criança negra”.

⁷⁸ Fôlder de lançamento da cédula comemorativa dos 500 Anos do Brasil, 2000, BCB.

⁷⁹ Tratou-se de uma experiência no meio circulante nacional de cédula feita em polímero, material plástico ultra-resistente e já utilizado com sucesso em alguns países, como Austrália, Nova Zelândia etc. Foi colocado em circulação o quantitativo de 240 milhões de cédulas, a partir de abril de 2000.



“Homem Negro” (1)

(Fig. 8)



“Mulher Negra” (2)

(Fig. 9)



“Criança Negra” (3)

(Fig. 10)

	Valor	Tema	Material	Diâm (mm)	Peso (g)	Esp (mm)	Data da Emissão
(1)	Cz\$ 100,00	Centenário da Abolição Homem Negro	Aço Inox	31	9,95	1,90	1988
(2)	Cz\$ 100,00	Centenário da Abolição Mulher Negra	Aço Inox	31	9,95	1,90	1988
(3)	Cz\$ 100,00	Centenário da Abolição Criança Negra	Aço Inox	31	9,95	1,90	1988

➤ **Padrão monetário: CRUZADO NOVO** (vigência: 16.01.1989 a 15.03.1990)

Símbolo: NCz\$

Nesse período, o BC desenvolveu linha temática relacionada à atividades profissionais bastante características de determinadas áreas geográficas do Brasil. Mas é em decorrência de consagradas composições musicais, uma particularidade que é comum a pelo menos três desses ofícios, que eles se mantêm bem vivos. Foi sem dúvida a música que imortalizou a Rendeira. A seguir, um pouco sobre cada uma dessas atividades:

1. Boiadeiro – figura associada à pecuária. Típica de várias regiões do país. Também conhecido como vaqueiro (no Nordeste), peão, mais comum para o centro-sul;
2. “O jangadeiro foi fundamental para o desenvolvimento da pesca no Brasil, principalmente no Nordeste”. (Cintra & Torelli, 2006, p. 154). Tornou-se uma figura conhecida por sua alusão constante à literatura e, em especial, em composições musicais. Consta inclusive no brasão de armas do estado do Ceará, a figura da jangada;
3. Garimpeiro – Um dos ofícios que mais marcou o desbravamento deste país. Fixado mais na região Sudeste é no chamado “ciclo do ouro” o personagem que vai marcar o tipo de atividade dessa época, não obstante esteja sob o domínio da escravidão;
4. Rendeira – Figura cujo ofício se desenvolveu com mais vigor no estado do Ceará. Cujo ofício revela a habilidade e um produto final de destacada qualidade. É um dos ofícios de destaque do nosso patrimônio imaterial. Vale fazer referência à música que celebrizou tal figura e ofício. Quem não conhece a canção de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira - “Olê muié Rendeira” “Tu me ensina a fazê renda qu’eu te ensino a namora”



“Boiadeiro” (1)
(Fig. 11)



“Jangadeiro” (2)
(Fig. 12)



“Garimpeiro” (3)
(Fig. 13)



“Rendeira” (4)
(Fig. 14)

	Valor	Tema (profissões/tipos)	Material	Diâm (mm)	Peso (g)	Esp (mm)	Período das Emissões
(1)	NCz\$ 0,01	Boiadeiro	Aço Inox	16,5	2,01	1,2	1989 a 1990
(2)	NCz\$ 0,05	Jangadeiro	Aço Inox	17,5	2,26	1,2	1989 a 1990
(3)	NCz\$ 0,10	Garimpeiro	Aço Inox	18,5	2,54	1,2	1989 a 1990
(4)	NCz\$ 0,50	Rendeira	Aço Inox	19,5	2,83	1,2	1989 a 1990

➤ **Padrão monetário: CRUZEIRO** (vigência: 16.03.1990 a 31.07.1993)
Símbolo: Cr\$

Neste novo padrão manteve-se as quatro primeiras referências acima, ou seja, O BC aproveitou a mesma temática e acrescentou outras três denominações, conforme se pode observar nas moedas de Cr\$ 5, 6 e 7, abaixo. Observa-se de forma especial como o BC usou esses ícones certamente para exaltar tipos, ou mesmo falar de heróis anônimos. O texto a seguir expressa essa ordem: “O dinheiro deu contribuições numerosas, cedendo espaço aos heróis anônimos do País, aos excluídos e esquecidos, aos autênticos brasileiros e brasileiras”. (Cintra & Torelli, 2006, p. 154).



“Boiadeiro” (1)
(Fig. 11)



“Jangadeiro” (2)
(Fig. 12)



“Garimpeiro” (3)
(Fig. 13)



“Rendeira” (4)⁸⁰
(Fig. 14)

⁸⁰ Observar que permaneceu a mesma denominação e a mesma referência de figura para esse conjunto de moedas. Pois a mudança operou-se somente no nome do padrão monetário.



“Salineiro” (5)
(Fig. 15)



“Seringueiro” (6)
(Fig. 16)



“Baiana” (7)
(Fig. 17)

Referência	Valor	Tema (profissões/tipos)	Material	Diâm (mm)	Peso (g)	Esp (mm)	Período das Emissões
(1)	Cr\$ 0,01	Boiadeiro	Aço Inox	16,5	2,01	1,2	1989 a 1990
(2)	Cr\$ 0,05	Jangadeiro	Aço Inox	17,5	2,26	1,2	1989 a 1990
(3)	Cr\$ 0,10	Garimpeiro	Aço Inox	18,5	2,54	1,2	1989 a 1990
(4)	Cr\$ 0,50	Rendeira	Aço Inox	19,5	2,83	1,2	1989 a 1990
(5)	Cr\$ 5,00	Salineiro	Aço Inox	21,5	3,97	1,4	1990 a 1991
			Aço Inox	21,5	3,40	1,2	1991 a 1992
(6)	Cr\$ 10,00	Seringueiro	Aço Inox	22,5	4,36	1,4	1990 a 1991
			Aço Inox	22,5	3,74	1,2	1991 a 1992
(7)	Cr\$ 50,00	Baiana	Aço Inox	23,5	4,78	1,4	1990 a 1991
			Aço Inox	23,5	4,09	1,2	1991 a 1992

Obs.: Na mudança do padrão monetário Cruzado Novo para Cruzeiro (1990) houve apenas a troca de nome, sem a mudança de valor. Por exemplo: a cédula de NCz\$ 50,00, recebeu um carimbo com a denominação de Cr\$ 50,00 (50 cruzeiros). As moedas de centavos permaneceram com a mesma temática, apenas acompanharam a mudança de nome do padrão monetário.

1.1.2 O detalhamento do espaço expositivo⁸¹

Este projeto de exposição foi pensado desde o seu início para adequar-se aos diferentes espaços onde venha ser exibido. Como se sabe, uma das características marcantes de uma exposição itinerante é a sua constituição, sempre composta de elementos de fácil adaptação. Essa proposta de exposição será exibida, inicialmente, no Espaço Cultural do Banco Central, localizado no 2º. subsolo, do edifício Sede do BC, em Brasília. Para essa

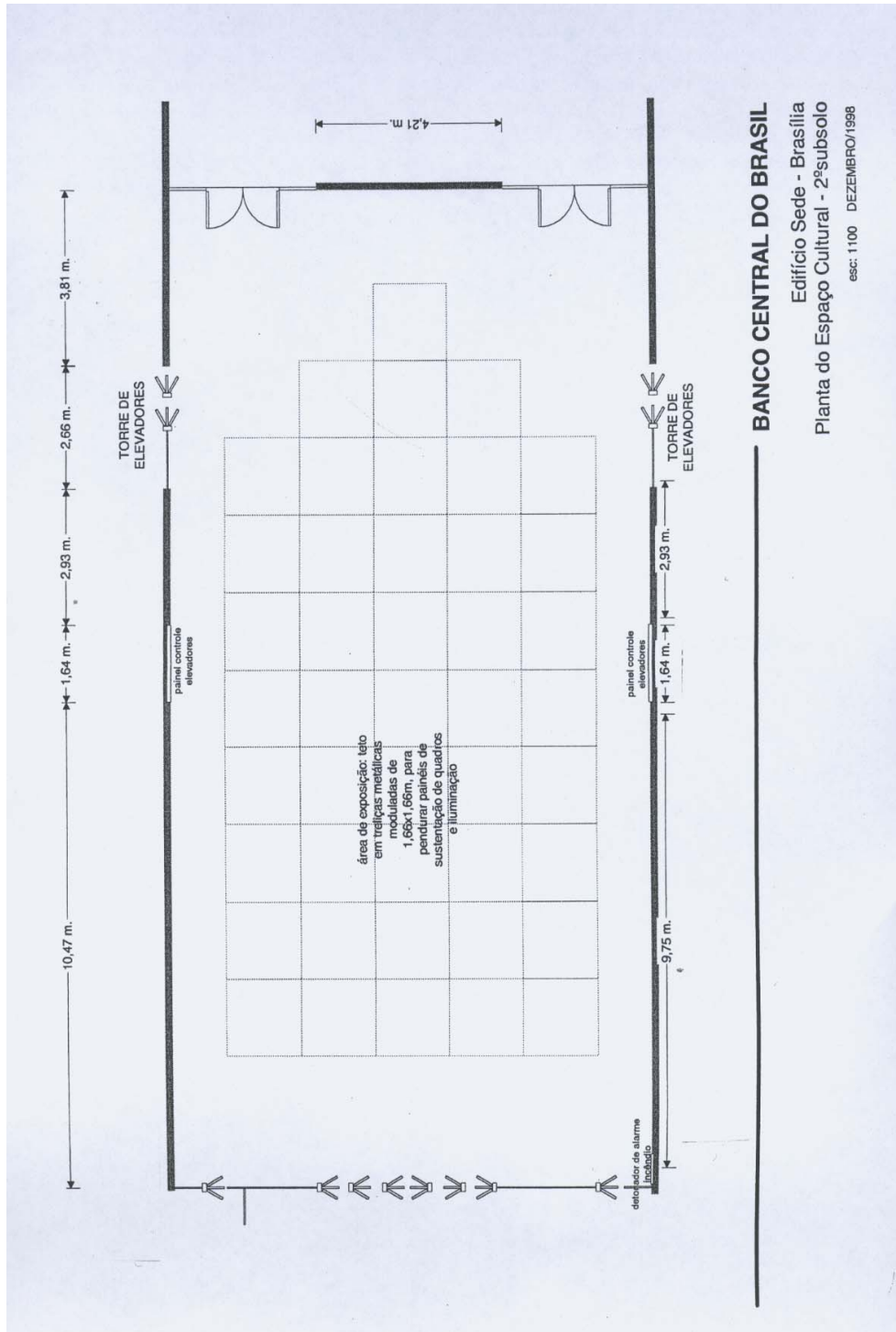
⁸¹ A exposição quando estiver em itinerância considerará apenas para efeito de transporte os “banners”, fita em DVD, volumes contendo dinheiro dilacerado etc. Em relação ao acervo da exposição buscar-se-á junto a algum numismata o empréstimo das peças como forma de antecipar-se a possíveis óbices pela Procuradoria do Banco Central. Ou como medida alternativa providenciar réplicas, no caso de moedas mais valiosas.

ocasião poderá se fazer uso de três ou quatro vitrines. Todavia, em outros ambientes, fora das dependências do BC, é perfeitamente dispensável a utilização de tal mobiliário. Pois, o conjunto de banners e demais acessórios que acompanharão a exposição, na verdade, já se constituem no acervo principal da exposição como mostra o plano abaixo:

MÓDULOS/ ESPAÇOS	TEMÁTICA	MATERIAL EXPOGRÁFICO	TÉCNICA DE MONTAGEM	FORMA DE APRESENTAÇÃO	OBJETIVOS
1	Abertura	Banner em lona vinílica	Plotagem de texto sobre foto rebaixada	Visita espontânea e Monitoria	Apresentar o conteúdo da exposição com destaque para o foco temático.
2	Mapa da diversidade étnica brasileira	Banner em lona vinílica	Plotagens de imagens representando a diversidade étnica brasileira	Visita espontânea e Monitoria	Expor a pluralidade étnica brasileira em grupos familiares, de amizade e trabalho.
3	Patrimônio Cultural: o povo brasileiro!	Visita espontânea e Monitoria	Plotagem de imagens representando diversas atividades regionais retratadas em moedas	Visita espontânea e Monitoria	Mostrar a preocupação do BC em exibir ícones relacionados a atividades específicas
4	Identidade Cultural	Visita espontânea e Monitoria	Plotagem de texto e de figuras representativas de tipos regionais	Visita espontânea e Monitoria	Mostrar a preocupação do BC em retratar no dinheiro brasileiro figuras singulares da nossa identidade
5	Construindo e Descobrimos identidades	Composto de 15 jogos “quebra-cabeça” (tamanho grande); almofadas e 1 banner em lona vinílica	Quebra-cabeça das cédulas e moedas da exposição. As almofadas para formar o ambiente interativo. Um banner em lona vinílica orientando a montagem e sua proposição com atividade.	Investigação participativa e interativa; Monitoria	Visa a descoberta, o interesse e fixação dos ícones da exposição.
6	Manutenção e Conservação do Patrimônio	Banner em Lona vinílica. Sacos plásticos contendo dinheiro dilacerado. Sanduíche de vidro com notas danificadas. TV e vídeo	Banner com imagem rebaixada e com texto	Projeção de vídeo e Monitoria	Revelar a contradição que há, quando a população ao manusear o dinheiro, inconseqüentemente, dilacera sua própria identidade e patrimônio.

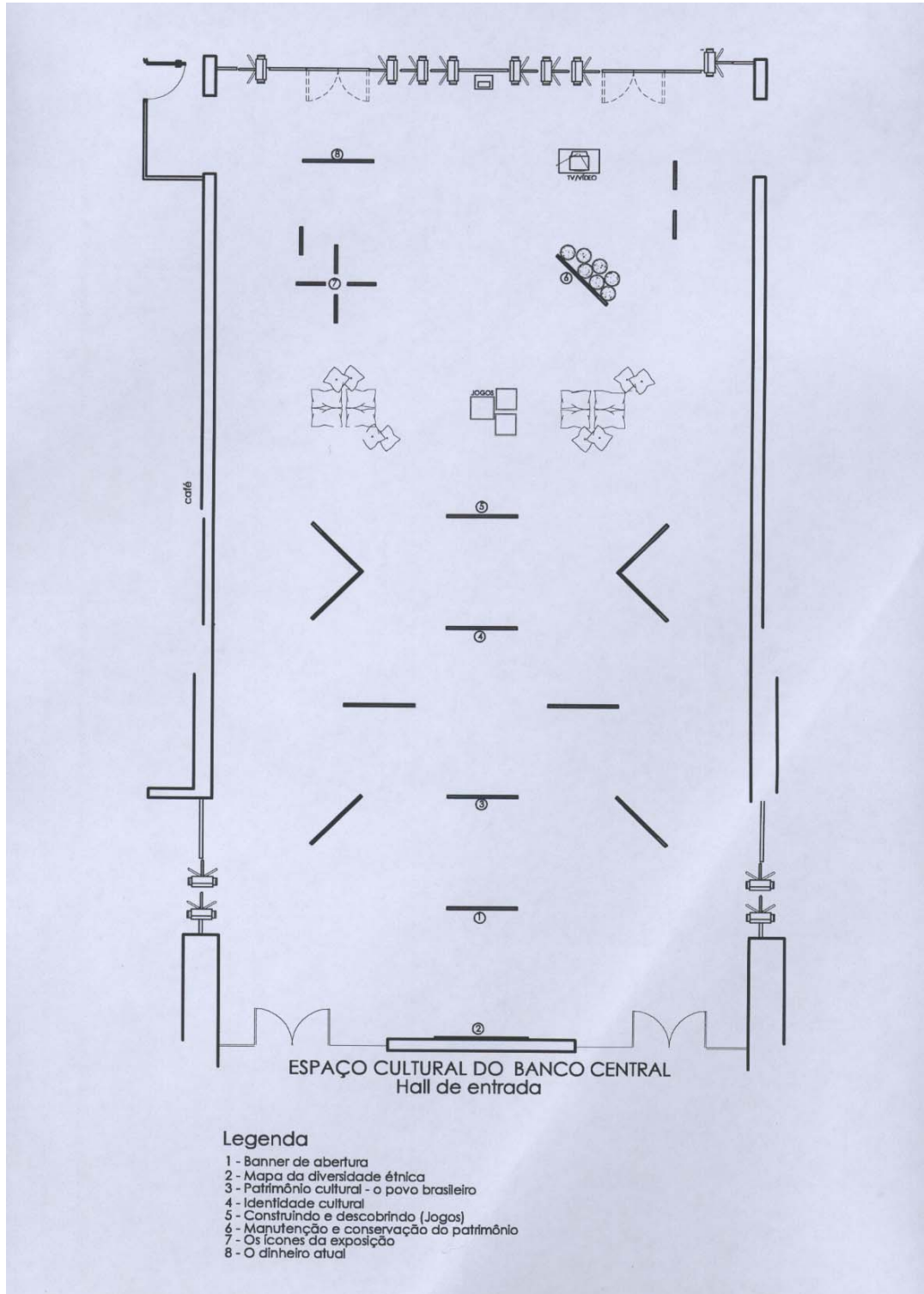
MÓDULOS/ ESPAÇOS	TEMÁTICA	MATERIAL EXPOGRÁFICO	TÉCNICA DE MONTAGEM	FORMA DE APRESENTAÇÃO	OBJETIVOS
7	Os ícones da exposição	Sanduíche de vidro (p/cédulas) e plotagem (aumentada) no formato das moedas	Plotagem em PVC expandido e Sanduíche em vidro	Visita espontânea e Monitoria	Mostrar os ícones usados em diferentes padrões monetários nos seus espécimes originais.
8	Você percebeu que as figuras revelam muita coisa. O dinheiro atual: Você conhece a sua temática?	Banner em lona vinílica.	Plotagem de texto	Visita espontânea e Monitoria	Chamar a atenção especialmente do BC para o uso de representações simbólicas desprovidas de informações, como é o caso da Efégie da República.

1.1.3 Planta baixa do Espaço Cultural do BC (Brasília/DF)



Fonte: BC/Demap/Infra, 2006.

1.1.4 Design da Exposição no Espaço Cultural do BC



Fonte: BC/Demap/Infra, 2006.

1.2 Ação Educativa: A Educação Patrimonial

Falar em Educação Patrimonial ainda é uma novidade para muitas pessoas e parece assustar outras tantas, principalmente, quando se diz abertamente que se trata de um processo de "alfabetização cultural", como defendem alguns estudiosos da área de patrimônio cultural. Conforme Horta "Trata-se de processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo". (1999, p. 6). Ora, não deixa de ser uma situação incômoda para certas pessoas que, subitamente, se descobrirem ignorantes na avaliação ou reconhecimento de determinado patrimônio cultural. Na verdade, essa prática não busca argüir ou avaliar quem tem ou não certo conhecimento acerca de determinada manifestação cultural. Eis que a questão envolve reconhecer e valorizar identidades e patrimônios culturais próprios da cultura nacional. É certo que há uma lacuna existente na nossa formação em relação a tal percepção. Obviamente, o caminho mais curto, visto por profissionais e estudiosos do assunto, é a promoção e inclusão dessa prática, desde cedo, nos currículos do Ensino Fundamental e Médio.

Um dos objetivos desta dissertação é apontar para a indicação de algumas ações educativas. Ações educativas que elejam a opção centrada em uma perspectiva de Educação Patrimonial. No entanto, esta ação educativa aqui proposta, de certa forma, inverte o processo ou prática de lidar com essa abordagem em relação ao Patrimônio Cultural, pois este sempre valorizou lugares e suportes distantes inicialmente do conjunto de experiências do aluno e do próprio professor. Ora, fez-se referência mais acima a uma clara deficiência existente na formação da maioria dos profissionais de ensino. O que dizer então do aluno? Nada mais parece fantasioso do que a construção de um mundo ou de referenciais que o aluno pouco ou nada conhece. Isso descaracteriza uma verdadeira prática de Educação Patrimonial, principalmente, se for considerado o poder influenciador do processo de socialização e como este interfere nos hábitos do conjunto da população.

O aluno é levado a um Museu, a um Espaço Cultural, ao Palácio do Governo, a uma Catedral, a um Ginásio de Esportes etc. Sobre esses espaços constrói-se certa aura de importância. Tudo é grande e imponente. No entanto, esses espaços estão distantes da vivência do aluno, de sua família, dos seus amigos de infância e, portanto, fora do seu mundo

habitual. Qual é o sentido disso? É comparar e evidenciar desigualdades? Involuntariamente parece ser isso mesmo o propósito de tal prática. O mais sensato seria dar-se início a uma metodologia que considerasse como território original o próprio meio ambiente histórico do aluno, ou seja, as ações e os lugares que fazem parte do dia-a-dia do aluno devem ser considerados como elementos de apropriação e valoração.

Afinal, o que vem a ser Educação Patrimonial? Nada mais oportuno do que fazer referência inicialmente ao surgimento dessa expressão no contexto brasileiro que, segundo Horta⁸² foi introduzida no cenário brasileiro, em 1983, por ocasião da realização de seminário ocorrido no Museu Imperial, em Petrópolis. Segundo as autoras do Guia Básico de Educação Patrimonial,

a Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. (Horta, 1999, p. 6)

Ora, sendo a Educação Patrimonial uma prática que enseja reforçar, em primeiro lugar, o grau de conhecimento do sujeito em relação ao objeto, presume-se, então, que ela deva partir da incorporação dos lugares, dos objetos e das construções, do espaço urbano da residência e das brincadeiras que fazem parte da vivência do aluno. Destarte, o processo de aprendizagem da Educação Patrimonial deve estar voltado para a valoração, o respeito e a crença na importância das ações que visam a dar afirmação àquilo que o grupo social produz. Caso isso não ocorrer, não há sentido em falar de preservação, de conservação e até mesmo de pertencimento para uma pessoa que tem total desconhecimento a cerca de um objeto ou bem cultural que existe. Daí a convicção acertada de Luiz Antônio Bolcato Custódio, no Guia Básico de Educação Patrimonial, quando afirma: “A valorização do patrimônio cultural brasileiro depende, necessariamente, de seu conhecimento [...]”. (Horta, 1999, p. 5)

Acredita-se que uma das etapas para se chegar à construção de uma cidadania plena é, na prática, procurar desenvolver um conjunto de ações que estimulem os sujeitos a exercitarem suas próprias convicções, resultando no que as autoras entendem ser o ponto de maior positividade: “O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. (Horta, 1999, p. 6)

⁸² Maria de Lourdes Parreiras Horta, juntamente com Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro produziram o Guia Básico de Educação Patrimonial, em 1999

Verifica-se, assim, que as orientações sugeridas pelos estudiosos em Educação Patrimonial apontam para um caminho que considere, em primeiro plano, o próprio ambiente - templo das realizações sociais do próprio aluno/sujeito. Quanto a isto, exemplifica-se: não se deve iniciar um processo ou uma prática de Educação Patrimonial reforçando nas crianças, nas pessoas uma importância em lugares, em celebrações, em festas que não lhes são próximas ou simplesmente lhes são desconhecidas.

Neste caso, a ação educativa que se oferece, como metodologia, é proposta de forma a contemplar dois diferentes públicos: professores, alunos e demais visitantes. Para os primeiros, seria distribuída uma pequena cartilha⁸³, como instrumento de apoio pedagógico, cujo conteúdo abrange os principais conceitos (o que são bens culturais, o que é patrimônio, o que vem a ser identidade cultural, o que é preservação, porquê se preserva e o que se ganha, a relação do público versus privado, diversidade cultural, o que vem a ser inclusão social e outros) pertinentes ao assunto e harmônicos a uma prática de Educação Patrimonial. Algo como um momento de preparação, cuidando-se para que o enfoque ao menos se inicie com imagens e representações próprias do repertório das experiências de alunos e professores como sugere o texto mais abaixo, denominado por “**retratos**”. Já em relação aos alunos e outros públicos, a idéia é de que se monte um jogo “quebra-cabeça” sobre partes da exposição. Situação na qual as crianças, os jovens e os adultos são estimulados a reconstruir os ícones⁸⁴ escolhidos para a montagem do “quebra-cabeça”. E por que essa opção? Ora, esta dissertação aponta em vários momentos para o desconhecimento da população dessas representações simbólicas retratadas no dinheiro. Com isso, a montagem de um “quebra-cabeça” tem a vantagem de permitir intensa participação do grupo que deixa de ser mero observador. Além disso, ajuda muito mais na fixação daquele ícone e deve facilitar, em sala de aula, ao professor recuperar e trabalhar tal imagem. Este é o grande objetivo dessa exposição, evidenciar que havia por trás desses ícones uma intenção das autoridades monetárias em mostrar questões nacionais, temáticas sociais e culturais e todo esse valioso material sucumbia aderido à idéia de um dinheiro que se desvalorizava a cada mudança de padrão monetário. Convida-se, assim, os principais atores – professores e alunos - a serem, a

⁸³ A idéia é de que a publicação de tal cartilha venha a ser distribuída a todos os professores das escolas públicas e particulares do Distrito Federal, para tanto se deve buscar parcerias institucionais interessadas neste projeto fora do âmbito do Banco Central como, por exemplo, MEC, Secretaria de Educação do DF e Federação das Escolas Particulares do DF.

⁸⁴ Sugere-se que o jogo se concentre em torno das três etnias principais: índio, branco e negro. Observou-se a ordem de precedência para que não se faça observações preconceituosas.

partir do contato com esta exposição, sujeitos ativos e participantes que possam vir a reelaborar referenciais que rediscutam na escola a nossa formação étnica, a questão do preconceito racial, as identidades culturais, o direito às minorias e outras importantes questões contempladas pela Constituição de 1988. Ao realizar-se dessa forma, tal projeto assume claramente uma linha de vanguarda e acompanha o entendimento de Horta que vê positividade em projetos museológicos quando, efetivamente, tornam-se instrumentos de comunicação e diálogo com a sociedade. (Horta, 2002, p. 42).

1.2.1 Uma didática como contribuição.

A seguir, a título de sugestão, especialmente para a elaboração da cartilha indicam-se alguns espaços apenas com o intuito de despertar e avivar as experiências do professor. Tais **retratos** (como foram chamados) não devem ser vistos por uma ordem de importância, porque, o professor, pode muito bem, para falar de patrimônio, eleger um outro espaço ou mesmo uma manifestação, uma celebração ou até mesmo a escolha de uma foto de álbum de família que, por certo, é um legítimo exemplo para abordar a questão da memória, para falar de uma época ou de uma comunidade, enfim, isso é um bom começo para introduzir o assunto “patrimônio”. Não precisa de ir tão longe como mostram os retratos a seguir:

Retrato 1: A residência e a rua

É nesse espaço que ocorrem as primeiras etapas do processo de socialização da criança. É, também, onde os valores da família e da sociedade vão sendo exercitados e formados os hábitos. É nesse ambiente que o aluno (ainda criança) vê e ouve falar das manifestações populares, das tradições, das crenças (é o espaço de seus laços afetivos), enfim, de todo um teatro de realizações sociais que atua e opera nesse meio e que, de alguma forma, ele também se vê e cresce como sujeito envolvido. Tais fatos são realizações de seu grupo social. O que significa dizer que a residência (ou casa) desse aluno, ou a casa do vovô, é tão importante quanto à casa de pessoa mais aquinhoadada da comunidade. Igualmente deve ser a rua, pois é a partir desse grau de conscientização que esse aluno (ou sujeito) sentir-se-á responsável em cuidar e zelar por esse espaço e de outros. Ao invés disso, valoriza-se a avenida de prédios imponentes e repartições luxuosas, ou elogia-se o conjunto habitacional de luxo da vizinhança abastada e rotula-se de subúrbio ou periferia os demais espaços, estes, sim, pobres e esquecidos. Mas quem vai erguê-los? Seus próprios moradores se tiverem despertado

para uma consciência cidadã. Daí o grande salto qualitativo da Educação Patrimonial. Ensejar a partir do próprio meio ambiente (desfavorável) uma condição favorável, pois do contrário, perpetua-se a falsa convicção de que o sujeito, para melhorar sua qualidade de vida, deverá sair daquele meio, tido como hostil. Cria-se, dessa forma uma mentalidade avessa à própria identidade, aos próprios valores culturais dessas pessoas.

Retrato 2: A escola

Trata-se do espaço ampliador do processo de socialização que tem por objetivo educar e formar o cidadão. Aqui cabe ressaltar os elementos ou representações que a família valoriza e que a escola os faz realçar. Por exemplo, os cuidados que os pais têm com o próprio lar e os objetos que fazem parte do mobiliário, ou seja, a propriedade privada. O que representa protegê-la? Se, então, há todo um trabalho por parte da família em resguardar e conservar esse patrimônio, por que não repassar para o aluno esse mesmo entendimento em relação aos equipamentos que há na rua, na escola? Cabe ao professor ou ao profissional dessa área motivar o aluno a ser sujeito de uma prática que respeite e valorize, fora dos limites de sua residência, a escola, a rua, a praça, o transporte público coletivo, pois, tudo é patrimônio da sociedade, mesmo que uns se beneficiem mais do que outros. Toda a comunidade, de alguma forma, pagou pela criação e funcionalidade desses bens. Nenhuma escola deve ser vista melhor do que outra, mas cada escola deve ser a mais importante para a comunidade que a frequenta. Cabe a cada um respeitá-la. Nesse sentido, como seria bom se a classe-média (brasileira) reavaliasse sua forma de ver e passasse a valorizar a escola pública da mesma forma que esse espaço era valorizado nas décadas de 50-60. O que falta para essa escola ser boa? Valorizá-la, mediante o reconhecimento de docentes como fora em épocas anteriores.

Retrato 3: A cidade

Ao invés do espaço restrito da rua onde se mora, há aqui a incorporação de todos os demais espaços, somando-se o público e o privado. Aqui, se operam toda as formas de articulações entre pessoas e instituições. O ideal é que as relações sociais vivenciadas no espaço urbano operassem desse modo e que todos os seus moradores fossem beneficiados por uma boa qualidade de vida. Para isso, a cidade tem seus códigos e seus moradores precisam de conhecê-los, da mesma forma, seus habitantes têm direitos, mas também devem obrigações. Como então compreender essa relação? Somente, com a formação de uma

consciência cidadã. A Educação Patrimonial, nesse caso, é instrumento útil para mediar esse exercício que é o de cidadania plena. A cidade atual, para oferecer o mínimo de qualidade de vida, deve ligar-se a essa consciência cidadã.

No item anterior se fez referência a valores que a criança traz para a escola, valores que estão na incluir outros de dimensão coletiva, para que a cidade possa ser entendida como o espaço de todos: um espaço público. Os desacertos que se observam nas diferentes cidades brasileiras são resultado da falta de conscientização da população no que diz respeito ao coletivo, e atinge a todas as camadas sociais. Se há a falta de cuidado com o dinheiro, observe-se, da mesma forma, quem são os motoristas que desrespeitam a leis de trânsito, nas cidades? Basta olhar quem são os possuidores desses carros. Isso requer ações educativas e envolvem todas as instituições e, sobretudo, tenham continuidade. Mas, a adoção de uma Educação Patrimonial pela escola, desde as primeiras séries é, sem dúvida, uma fonte capital de retorno inquestionável para que as cidades possam dormir e acordar oferecendo qualidade de vida aos seus moradores.

Retrato 4: O Museu e o monumento

Parece fazer muito mais sentido, agora, trazer ao conjunto das experiências do aluno a importância desses bens, o que representam e que sentido podem ter para enriquecer aquilo que o aluno já conhece. Normalmente, os currículos ou propostas pedagógicas esquecem de focar, em primeiro plano, ações que ajudem a conscientizar e valorizar os espaços primários nos quais permeiam todo um conjunto de práticas, de fazeres e saberes do domínio e conhecimento do aluno, ou seja, o lugar da sua residência, das suas brincadeiras. Ao invés disso, guiam-se cegamente na fixação de referenciais de grandiosidade e por lugares que não fazem parte da convivência do aluno. Como então despertar e valorizar uma coisa distante e fora da realidade do mundo desse aluno? É óbvio que ninguém desconhece e quer impedir a curiosidade do aluno, deve-se usá-la até como reforço para manter o interesse. Mas deve fazer com que ele enxergue a importância do meio sociocultural em que vive. Este é também histórico, porque tem uma comunidade com os seus saberes e práticas culturais, com suas músicas e suas danças.

Essas colocações sugerem essa mudança: procurar valorizar aquilo que está mais próximo do aluno, ou seja, a sua realidade conhecível. É a partir dessa percepção que ficam facilitadas as ações voltadas a uma prática de Educação Patrimonial. Daí deve-se, então,

inserir outras fronteiras igualmente importantes como: os museus, os monumentos, os palácios, o conjunto arquitetônico, a praça tombada, e outros mais.

Retrato 5: O dinheiro

Para fechar esse conjunto de bens, escolheu-se por último – o dinheiro, um bem público tão mal cuidado pela população. A questão do uso e manuseio do dinheiro é problema crônico da sociedade brasileira. E, não há segmento social ou classe que escape dessa mazela. Esse elemento é ponto referencial para se trabalhar essa questão da Educação Patrimonial de forma prática e objetiva. O dinheiro, como objeto tangível, sofre um verdadeiro massacre. Nele faz-se anotações de todo tipo (desenhos, escritos). Ele é dobrado ou enrolado além do necessário, aliás, é o que mais as crianças fazem com as cédulas. Isto não deveria ocorrer se levarmos em consideração o sofisticado aparato tecnológico existente hoje no Sistema Financeiro Nacional – SFN. Este sistema deveria exigir da população uma nova postura em relação ao uso e manuseio do dinheiro que precisa de estar bem cuidado. Lamentavelmente, a população ainda não foi informada da melhor forma. É bom frisar que qualquer tentativa que queira corrigir tal atitude, é fundamental que entenda que o descaso para com o dinheiro é resultado de uma prática cultural secular. Logo, requer ações freqüentes e o envolvimento de toda a população.

A Escola deve envolver-se nessas ações. O professor, ao observar o Real (moeda nacional) sob o signo de uma nova fase na história do dinheiro brasileiro, sem o contexto perturbador da inflação, deva usá-lo como ferramenta para a afirmação de diversas ações, algumas das quais estão abaixo indicadas. Obviamente que um leque muito maior de ações deve vir a ser instrumentalizado pelo próprio Banco Central como, por exemplo, a construção de parcerias com as Secretarias Estaduais de Ensino, PROCONs, Câmaras de Comércio, Empresas, Sindicatos etc. Deve oferecer formas, alternativas que possibilitem a divulgação e criação de instrumentos didáticos em que o dinheiro seja visto como:

- Afirmação de identidades (pois retrata aspectos singulares de uma Nação);
- Instrumento de conscientização e elevação da auto-estima nacional (ao refletir uma moeda valorizada);
- Marketing de divulgação consciente do patrimônio e cultura nacionais (quando exhibe a fauna, a flora, ou tema folclórico);

- Instrumento de valoração dos bens públicos (fazer analogia ao dinheiro bem cuidado, com a escola valorizada, a rua bem cuidada, a iluminação pública preservada... Afinal, quem paga por esses bens e de onde vem o dinheiro?).

É com um sentimento de otimismo que se espera que o Banco Central do Brasil venha compreender, além das funções técnicas de um banco central (ou de banco dos bancos), o extraordinário poder que o dinheiro tem como produto de marketing e, a partir das importantes representações simbólicas constantes no dinheiro brasileiro, redirecionar para aproveitar mais bem as atuais ações educativas, especialmente pensando numa proposta que tenha como direção – a Educação Patrimonial. Sem dúvida, a Educação Patrimonial é uma metodologia que promove resultados positivos como comprovam as experiências realizadas em diferentes museus brasileiros.

1.3 A opção pela itinerância

Ressalte-se a importância de uma exposição. Não importa se ela é de longa duração ou de curta duração, temporária ou itinerante. O importante é que ela abra oportunidades, pois ao permitir sua socialização, dá aos diferentes públicos não apenas a oportunidade de conhecer seus referenciais usados para comunicar, bem como o estabelecimento da ampliação de um novo vocabulário comunicacional, tal as possibilidades de leitura que tal arranjo projeta.

Nesse sentido, a opção por uma exposição de caráter itinerante tem entre outras vantagens: a) permitir que seja visitada e conhecida por um público muito maior; b) projetar a imagem do Museu de Valores e do próprio BC em outros lugares; c) colocar-se como uma ferramenta formadora de diferentes públicos que visitam os museus.

1.4 Cronograma

1.4.1 Primeira Etapa

ESPECIFICAÇÃO	LOCAL	PERÍODO
Apresentação do Projeto de Exposição para apreciação da Secretaria de Relações Institucionais do BC (SECRE/SUREL)	SECRE/SUREL/Chefia, M1. Componente responsável pela aprovação de atividades da Divisão de Comunicação Educativa, do Museu de Valores.	Agosto de 2006.

1.4.2 Cronograma de implantação do projeto de exposição

ATIVIDADES	DURAÇÃO	PERÍODO
• Conceituação e detalhamento do projeto expográfico	3 meses	1º. ao 3º. mês
• Produção dos textos	3 meses	2º. ao 4º. mês
• Produção (criação, arte final) e confecção (plotagem) de banners • Produção (criação, arte final e impressão) de cartilha.	3 meses	5º. ao 7º. mês
• Execução do projeto museográfico (montagem) e inauguração da exposição ⁸⁵	1 mês	8º. mês

⁸⁵ Projeta-se a inauguração da exposição para coincidir com o início de semestre letivo nas escolas. Com a sugestão de que a avaliação e controle ocorram a partir de pelo menos dois meses após inauguração da exposição. Ocasão em que a equipe da SECRE julgará a pertinência ou não de prolongar a exposição por mais algum tempo, com base nos comentários e opiniões deixados no livro de registro da exposição.

1.4.3 Cronograma de atividades

DENOMINAÇÃO	ATIVIDADE	1º Mês	2º Mês	3º Mês	4º Mês	5º Mês	6º Mês	7º Mês	8º Mês
Primeira Etapa	Entrega do projeto de montagem de exposição à SECRE/SUREL para apreciação e aprovação	X							
Estudo, elaboração e detalhamento do projeto de exposição	Detalhamento do projeto		X	X	X				
Elaboração de material textual para a exposição	Produção de textos e legendas (redação e revisão)			X	X				
Concepção e elaboração dos materiais (inclusive didático)	Criação, arte final e plotagem de banners. Criação, arte final e impressão de Cartilha				X	X	X	X	
Contratação de monitores	Treinamento de monitores							X	
Coordenação das atividades de montagem	Montagem da exposição								X
Inauguração da exposição e Contato com as escolas	Abertura da exposição ao público								X

1.5 Plano de Gestão Administrativa e Recursos Financeiros

1.5.1 Recursos humanos (internos)

A Secretaria de Relações Institucionais (Secre/Surel) é o componente responsável pela comunicação social no Banco Central. Esta Secretaria dispõe de uma equipe de profissionais de TV, de fotógrafo e de uma equipe de profissionais gráficos. Faz parte do organograma da Secretaria acima, a Divisão de Comunicação Educativa e Cultural (Secre/Surel/Dicec) que é o componente responsável pela administração do Museu de Valores. Este componente tem duas equipes: A de Pesquisa e Montagem de Exposições e a Equipe de Monitoria do Museu de Valores.

1.5.2 Recursos humanos (externos)

Especialidade	Quantidade	Carga Horária	Custo Mensal	Custo Total
Museólogo(*)	01	20 h/total	-----	2.800,00
Monitores (**)	02	4h/dia	260,00	2.080,00
Totais			520,00	4.880,00

(*) Trata-se de uma contratação para prestar serviços de assessoria, perfazendo um total de 20h.

(**) Seria uma contratação na modalidade “bolsa-auxílio”, não incidindo encargos sociais, conforme estabelece a Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977. Limitando-se esse trabalho ao tempo de duração da exposição no Espaço Cultural do BC. Estima-se que essa duração coincida com a de um semestre letivo.

1.5.3 Encargos Sociais

ESPECIFICAÇÃO	%	VALOR
INSS (*)	20
IRPF	27,5	267,42
TOTAIS		267,42

(*) Deixou-se de indicar o valor do INSS em razão da possível dispensa de recolhimento se o profissional já recolhe esse tributo. Passando a incidir apenas tributação do IRPF com enquadramento na respectiva faixa.

1.5.4 Indicação de serviços terceirizados

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	VALOR TOTAL
Confecção de jogo “quebra-cabeça” (criação e produção)	15 conjuntos de jogos	4,23	63,45
Produção de banners (criação, arte final e impressão)	16 banners	440,00(*)	7.680,00
Caixas para acondicionar peças do jogo	05	2,80	14,00
Produção de material didático (Cartilha)** (criação, arte final e impressão)	1.000 exemplares	3,12	3.120,00
TOTAL			10.877,45

(*) Optou-se por uma média em razão dos banners terem tamanhos e textos diferenciados.

(**) É provável que haja a impressão de algum folder. Nesse caso, o mesmo será impresso pela SECRE/SUREL/DIMEP.

1.5.5 Recursos materiais

Com relação aos equipamentos eletrônicos (TV, vídeo, DVD etc.) cumpre apenas informar que a Divisão de Comunicação Educativa e Cultural (DICEC) já os possui. Não havendo, portanto, a necessidade de listá-los para compra. Igualmente dispensa relacionar o que seria específico para material de consumo, pois o BC dispõe de Almoxarifado central para atendimento às diversas unidades do Banco Central. Dispondo a SECRE/SUREL, inclusive, de máquina xerox e fax, além de ter contratos com firmas terceirizadas na área de serviços gráficos e de eventos.

1.5.6 Custo Aproximado do Projeto: R\$..... 15.757,45(*)

(*) Em relação ao esquema de desembolso o BC efetua os pagamentos conforme emissão de NF.

1.5.7 Divulgação em veículos de comunicação

Na mídia.

Como de praxe sugere-se apenas a redação e encaminhamento de release para divulgação na mídia espontânea (principais jornais do DF). Prática comum e que pode ser acompanhada na coluna do caderno cultural dos jornais: Correio Brasiliense e Jornal de Brasília. Em relação à mídia televisiva se faria idêntico procedimento para informe nos noticiários locais, por exemplo: na “Agenda Cultural da Cidade”. Como a própria SECRE/SUREL tem um setor específico para relacionamento com a imprensa, então a coordenação desse serviço se encarregaria de convidar as emissoras de TV para a cobertura da exposição, como tem sido o costume. Em relação às Escolas utilizar-se-á a mesma forma de divulgação que o Museu de Valores adota no âmbito do programa Museu-Escola. Como ocorre todo início de ano, esse programa demanda um interesse que está além da capacidade de atendimento da Equipe de Monitoria do Museu de Valores. Dessa forma, o próprio programa Museu-Escola será instrumento de divulgação da exposição, uma vez que possibilita o agendamento fora da Agenda de Visitas (Sistema AVISI) do Museu de Valores.

1.6 Orçamento⁸⁶

As exposições que se realizam nas dependências do Banco Central independem de financiamento ou de patrocinador para sua efetiva realização. Dessa forma, se a exposição ficar restrita às dependências do Espaço Cultural, em Brasília, a própria SECRE/SUREL alocará verba para esta finalidade.

1.7 Avaliação e Controle

Um dos instrumentos de avaliação e controle será acompanhar a demanda pela marcação de visitas com hora marcada (isso para turmas escolares), além do livro de registro de visitantes. Talvez uma boa iniciativa como houve tempos atrás, no próprio Museu de Valores, é a disponibilização de um livro para registro de sugestões e críticas, o que se constitui em um bom indicador do nível de satisfação.

Por ocasião do período de realização dessa exposição no Espaço Cultural, chama-se a atenção dos gestores do Museu de Valores para a possibilidade de se realizar, também, uma outra ação simultânea que seria a utilização de uma pesquisa voltada a conhecer os diferentes públicos que visitam a exposição e o próprio Museu de Valores. Seria a oportunidade para esses gestores avaliarem sobre ações e programas de interesse deste Museu. Sobre a conveniência e validade dessa proposição toma-se como referência o trabalho realizado, na área de pesquisa de público em museus, por Denise Coelho Studart, Adriana M. Almeida e Maria E. Valente, no qual, essas pesquisadoras mostram a importância dessas pesquisas. Citam, por exemplo, o pensamento de Dufresne-Tassé (1998) ao indicar: “[...] que a função educativa do museu seja estudada de maneira mais profunda e sistemática”. (Apud Studart et al., 2003, p. 131).

A aplicação desse instrumento pelo Museu de Valores contribuirá, sem dúvida, para que se conheçam os interesses, as dificuldades e as expectativas do visitante em relação ao

⁸⁶ Pensou-se, desde o início, na possibilidade de este Banco Central firmar parcerias com instituições/órgãos que pudessem viabilizar a itinerância desse projeto, em especial, para fora das dependências de Unidades desse Banco Central. Seria o caso, por exemplo, de se buscar parceria com a Secretaria de Educação do Distrito Federal, com o Ministério da Educação, com o Ministério da Cultura, enfim, com instituições públicas que poderiam juntas trabalhar ações didático-pedagógicas de interesse comum. Há interesse deste aluno de que a exposição se realize dessa forma (em parceria), pois representaria um tipo de ação com a qual o Banco Central não tem como prática habitual.

museu e sua coleção. Com que objetivo? Para que se possa ter “[...] visitantes cada vez mais ativos, em harmonia com as necessidades da sociedade contemporânea” (Idem, *ibid.*, p. 133), conforme sugerem as pesquisadoras acima citadas. Esse entendimento tornou-se indispensável e inadiável em razão dos esforços que a equipe do Museu de Valores tem dispensado sem, contudo, reverter em uma maior visitação de público e na qualidade das ações. Não estaria o Museu de Valores ainda na condição de um espaço destinado apenas às elites? Pois, quando se exclui das estatísticas anuais o seu público majoritário (no âmbito do programa Museu-Escola) observa-se um número de visitantes pouco expressivo. Não é o caso de ir a busca dos outros públicos? Por que esses outros públicos não visitam o Museu? Esse quadro está a exigir dos gestores do Museu de Valores atitudes mudancistas. Uma dessas mudanças pode vir pela utilização de instrumentos dessa natureza.

Considerações finais

Esse estudo que levou em consideração o dinheiro como símbolo de identidade cultural, bem como o Museu de Valores e o Banco Central do Brasil como seus lócus de observação, tem a certeza de que não esgotou todos os caminhos para mais bem pensar as ponderações registradas. Há a clareza de que foi uma via entre tantas outras possíveis, pois o assunto tratado permanece em construção. Outros estudiosos, por certo, virão aprimorar e enriquecer esse tema.

Nesse cenário de inesgotabilidade epistemológica do real e na dinâmica do uso social da moeda nacional, engendram-se novos elementos e novas práticas que poderão incorporar-se ao diálogo contínuo da população com o dinheiro. A própria proposição de uma exposição itinerante e seus desdobramentos já ensejam a necessidade de se coletar informações outras e inovadoras, de se fazer novas investigações ou novas avaliações para, talvez, em um trabalho de maior aprofundamento seja feito em nível de doutoramento.

Acredita-se que o desenvolvimento desse estudo foi extremamente vantajoso ao permitir que a premissa construída para dar sustentação e base à investigação se revelasse verdadeira e suficiente de acordo com o conjunto de dados levantados e com a análise desenvolvida (cf. cap. II e III). Ademais, muitos estudiosos asseveram que a identidade nacional está expressa nos ícones exibidos nas cédulas e nas moedas que circulam em todas as regiões do país. Muitas vezes, o povo brasileiro pode não se identificar com o dinheiro, mas os seus formuladores - aqueles que pensam e elaboram o design do dinheiro - certamente, querem estabelecer uma identidade brasileira. Entre outros, pode-se ler a respeito em *A Herança do Olhar*, sobre Aloísio Magalhães.

Falou-se que a premissa foi suficiente porque ela deu condições para que se pudesse verificar a relevância do espaço de história e de memória constituído pelo Museu de Valores. Isso foi pontuado por meio das entrevistas, da aplicação do questionário, bem como de colóquios com pessoas de diferentes áreas de estudo. Um dos depoimentos mais importantes e que nos serviu de objeto de análise foi o depoimento do idealizador e criador do Museu: F. dos Santos Trigueiros. Que dá este testemunho: “[...] eu cheguei a estudar, fazer cursos de didática para poder situar o Museu de modo a atender o público, não foi um museu para tirar

vantagem [...]. Mas, foi um museu para o povo e como é um museu para o povo nunca me meti em política, senão eu ia ficar igual aos outros. Aí... não tinha museu”.⁸⁷ Outros trechos da entrevista tornaram-se objeto de citação e de comentários que corroboram na feliz e acertada idéia de criação do Museu de Valores (cf. A fala do fundador). Hoje, uma instituição plenamente inserida na vida cultural de Brasília, sendo uma das instituições museológicas mais visitadas na Capital Federal.⁸⁸

Uma das análises que sustentaram a leitura dessa investigação mostrou que é justificável que se ofereça ao BC um projeto de exposição itinerante (cf. cap. III), proposição que atende a especificidade deste mestrado profissional e, mais do que isso, por entender que o cidadão precisa de ser educado na prática da preservação patrimonial. As pessoas devem mudar o olhar que têm sobre o dinheiro e outros bens públicos. Desse modo, a mudança de percurso pessoas/museu para museu/público é importante. Ao invés do processo já habitual de as pessoas sempre irem ao espaço museológico, a exposição vai à escola, valorizando dessa maneira esse espaço. Nesse aspecto, uma valiosa ferramenta auxiliar de trabalho será oferecida ao professor. Trata-se de cartilha a ser editada especialmente para complementar a ação educativa. Cartilha que terá um conteúdo didático-pedagógico próprio da linguagem da Educação Patrimonial. Isto tornar-se-á, então, o diferencial da ação educativa proposta. Além de ir a escolas, a exposição itinerante deve ir a outros lugares públicos, permitindo que mais pessoas usufruam dessa forma de apresentar e rediscutir problemas da comunidade.

Verificou-se, também, que as categorias Identidade Cultural e Patrimônio Cultural, devido à perspectiva antropológica, formam partes importantes desse estudo, com o objetivo de mais bem propiciar o entendimento acerca do uso das representações simbólicas no dinheiro, pois, o diálogo entre aquele que faz o dinheiro (BC e CMB) e aquele que usa (o cidadão) não é claramente estabelecido. Isto posto, justifica-se a opção pela exposição itinerante e a Educação Patrimonial.

Nesse aspecto, a proposta de uma exposição itinerante alinha-se ao sentimento de Aloísio Magalhães, uma das vozes mais influentes no desenvolvimento desse estudo. Pode-se dizer que a ação, atrás referida, será a estratégia mais contributiva como exemplo prático na promoção e desenvolvimento de ações que visão dar ao cidadão, ao dirigente (seja ele qual

⁸⁷ Entrevista realizada com F. dos Santos Trigueiros, na cidade do Rio de Janeiro, em 22.03.2005 (anexa).

⁸⁸ O Museu de Valores tem recebido, nos últimos anos, um público aproximado de vinte mil pessoas. O horário de visitação vai das 10 às 17h30, de terças às sextas e aos sábados das 14 às 18h.

for) um sentimento de apropriação e valorização da cultura nacional. Causa pela qual ele defendeu até o seu último instante de vida.

Faz necessário chamar a atenção para o diálogo que foi estabelecido com José Murilo de Carvalho e Lilia Moritz Schwarcz, respectivamente, autores dos textos “A Formação das Almas” e “As Barbas do Imperador”. Nesse diálogo buscou-se entender a formação da identidade nacional e o uso das representações simbólicas (seja no dinheiro ou não) com os seus significados. Tais leituras se revelaram muito significativas para que se pudesse analisar os dados obtidos nos questionários aplicados, nas entrevistas, nos colóquios durante o percurso desse estudo.

Embora já se tenha dito mais acima da intenção que há em exibir no dinheiro temáticas ligadas à identidade nacional, é o próprio chefe do Departamento do Meio Circulante quem fala dessa intenção: “[...]. Eu acho que a cédula, ela perpetua a cultura. Ela registra uma passagem na história brasileira ou de qualquer país e por isso é que nós...Nossa tendência é por esse tema de manifestações artísticas da cultura brasileira”.⁸⁹ Essa fala deve ser traduzida para a apropriação e entendimento das pessoas em geral e faz crer que esse estudo está coerente com o seu propósito: apontar para a importância da exposição itinerante. É ela, a exposição itinerante, uma atividade fundamental para o povo valorizar etnias representadas no dinheiro, assim como a identidade nacional. O ‘visitar’ deverá ser uma atividade consciente. Para isso, a ocorrência da ação educativa na linha de uma Educação Patrimonial é primordial.

Com relação ao objetivo geral, que procurou entender a construção da identidade nacional a partir dos ícones característicos dessa temática, verificou-se que ele foi abordado, na medida do possível, ao longo do trabalho. Como se pôde perceber nas entrevistas, no questionário e demais tópicos, nos quais, muitas vezes, a identidade nacional (retratada) é percebida muito mais (ou sempre) por quem faz o dinheiro do que pelo cidadão que o usa. A tarefa desse estudo, no entanto, foi direcionar a intenção para aquele que usa o dinheiro.

No tocante aos objetivos específicos, tem-se a certeza de que cada um deles foi abordado. Todavia, o que se mostra agora é uma aglutinação desse conjunto de objetivos que

⁸⁹ Entrevista obtida em junho/2005, com o então chefe do Departamento do Meio Circulante do BC. Hoje, ele é o atual presidente da Casa da Moeda do Brasil. (entrevista anexa)

esse estudo elegeu como eixos principais. O primeiro, ficou rigorosamente demonstrado que o objeto desse estudo, pelas características simbólicas de que é portador, é um ícone. Portanto, seja uma moeda ou uma cédula há, além do valor econômico (da simples troca por mercadoria), essa característica imanente da representação simbólica; o segundo aspecto está na importância da criação do Museu de Valores e o seu papel primordial na ação educativa sobre o dinheiro. Como espaço de memória e história tem entre outros objetivos: divulgar por meio de exposições o acervo do Museu; promover estudos, pesquisas, conferências, relacionadas com a história do meio circulante; efetuar pesquisas a fim de otimizar o desempenho das atividades de guarda, manuseio, classificação e conservação de peças, bem como para aprimorar o planejamento e realização das exposições; o terceiro aspecto refere-se, como contribuição prática desse estudo, a apresentação de um projeto de exposição itinerante, que tem na ação educativa, um aspecto novo, a inserção de uma prática de Educação Patrimonial. Prática esta, entendida como a contribuição mais ágil e eficiente a despertar junto ao visitante a importância da valorização do dinheiro, enquanto patrimônio cultural. Isto se dará em relação ao público alvo (escolas), bem como a outros diferentes públicos de shoppings, aeroportos, espaços culturais etc.

Foi muito gratificante ver ao longo desse percurso e, agora, objetivamente ter uma avaliação mais precisa da relação do visitante com o Museu de Valores: como ele vê o dinheiro nacional, como é tratada a questão do uso e manuseio, como é entendida a representação da identidade nacional no dinheiro e a imagem que ele (visitante) faz do próprio Banco Central. Esse conjunto de informações mostrou-se valioso e útil na medida em que, posto lado a lado com o ponto de vista da Antropologia sobre essa questão, nos permitiu inferir que as práticas sociais com o dinheiro nacional, marcadas, principalmente, *pelo descaso e o mau uso*, são resultantes de uma prática cultural ultrapassada. Enraizada em valores culturais antigos.

Haja vista o que ocorre com os outros bens públicos, de modo bem semelhante. Só para exemplificar alguns: livros de bibliotecas públicas que chegam a ter páginas subtraídas, orelhões públicos arrebentados, iluminação pública destruída, banheiros públicos depredados ou com pichações, lixo jogado nas vias públicas etc. Isso é uma prática tão enraizada que para corrigi-la existe uma certa dificuldade. Por essa razão, se indicou como instrumento de política pedagógica mais acessível, uma exposição itinerante.

Portanto, tenha o dinheiro a representação simbólica que tiver, a temática que seja, tenha ou não inflação, independente de tudo o que possa contar a favor; ainda assim, o dinheiro será manuseado sem o devido cuidado. A reversão desse quadro, como se apontou acima não é fácil, mas a população deve obter novos hábitos. No entanto, só haverá nova maneira de lidar com o dinheiro nacional quando o Banco Central encarar de forma crítica, que o Sistema Financeiro Nacional não mais comporta esse “velho hábito” de 30, 40, 50 anos atrás.

Esse estudo espera, pois, que algumas mudanças sejam realmente efetivadas pelos gestores do Departamento do Meio Circulante, responsáveis pela emissão, guarda e distribuição do dinheiro (para a rede bancária). E a primeira mudança a se observar deve primar pela boa qualidade da informação. Em outras palavras, a população deve ser lembrada de cuidar do dinheiro, pois quem estará ganhando com isso é ela própria.

Em relação ao Museu de Valores, o diferencial está para ser conquistado. E virá com a realização dessa exposição itinerante. Ela, sem dúvida, se colocará como o divisor de duas vertentes. A primeira, para indicar aos gestores do Museu de Valores que, a prática museal em voga, nessa Instituição não combina com os novos objetivos da Política Nacional de Museus, que requer do (novo) visitante uma atitude ativa, participativa e crítica; a segunda, apenas clareia e devolve à equipe de profissionais desse Museu o valor de exposições pequenas quando contextualizadas, já que são capazes de integrar o visitante e transformá-lo de sujeito passivo para um sujeito ativo, interessado e crítico.

Referências

- BARBOSA, José dos Santos. Entrevista realizada com o Chefe do Mecir, no Ed. Sede do BC, em Brasília, em 14.06.2005. (anexo C)
- BATH, Sérgio. *Brasil Brasileiro* - reflexões sobre o “caráter nacional”. Brasília, Ed. Saga, 1994.
- BEZERRA DE ALMEIDA, Márcia. O público e o patrimônio arqueológico: reflexões para a arqueologia pública no Brasil. In: Revista *HÁBITUS*. Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia. Universidade Católica de Goiás. Vol. 1, nº 1. Goiânia, Ed. da UCG, p. 275-295, (2003).
- BORBA, Luiz Gonzaga Teixeira. Entrevista realizada com o diretor financeiro da AFNB, em Brasília, em 11.06.2005. (anexo D)
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 7ª. Edição, 2004.
- BRASIL, Banco Central do. *A moeda ontem & hoje*. Brasília, Demap, (1988?).
- _____. *Dinheiro no Brasil*, Brasília, 2ª. Ed., 2004.
- _____. *O dinheiro brasileiro*. Desde a criação do Banco Central do Brasil. 1964-1999. Brasília. Senado Federal/BC, 1999.
- _____. *O que é o dinheiro?* Cadernos BC – Série Educativa, Brasília, 2002.
- _____. *O fantasma da inflação*. Cadernos BC – Série Educativa, Brasília, 2002.
- CABRAL, Magaly. O educador de museu frente aos desafios econômicos e sociais da atualidade. In: *MUSAS - Revista Brasileira de Museus e Museologia*. Vol. I, Rio de Janeiro: Iphan/Departamento de Museus e Centros Culturais, p. 27-33, (2004).
- CAFFARELLI, Eugênio Vergara. *As moedas do Brasil*. Desde o Reino Unido: 1818 – 1992. Suplemento 1993-1994. São Paulo, Editado pelo autor. 1992/4.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas-estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo, Edusp. 2000, 3ª. Edição.
- CARMO, Sonia Irene do, COUTO, Eliane F. Bittencourt. *História: passado e presente*. São Paulo, Saraiva S.A. Livradores Editores, 2003.
- CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas*. São Paulo, Cia. das Letras, 2003.
- CASTORIADIS, Cornelius. “A instituição e o imaginário”. In: *A Instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1982.
- CHIAVENATO, Idalberto. Teoria Estruturalista da Administração. In: *Introdução à Teoria Geral da Administração*. São Paulo, Ed. McGraw-Hill Ltda., 4ª. Edição. 1993, p. 468-482.
- CINTRA, André e TORELLI, Renato. *Histórias que o dinheiro conta*. São Paulo, Lumus Editora, 2006.

- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 1988, 17ª. Ed. atualizada. 2001. Seção II – Da Cultura. Art. 216.
- CORRÊA, Mariza. “Repensando a Família Patriarcal Brasileira”. In: *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*. Rio de Janeiro, 1981.
- COSTA, Lygia Martins. *De Museologia arte e políticas de patrimônio*. Edições do Patrimônio. Rio de Janeiro, IPHAN, 2002.
- COSTILHES, Alain Jean. *O que é numismática*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo, Ed. Martin Claret. 2002.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2005.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia-saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Ed. Paz e Terra. 2002, 25ª. Edição.
- FREITAS, Tânia Rodrigues. *O despertar das musas*. Uma proposta para o Museu de Valores (monografia). Brasília, UnB, 1993.
- GIRAUDY, Danièle. BOUILHET, Henri. *O museu e a vida*. B. Horizonte, Ed. UFMG, 1990.
- GONÇALVES, Cleber Baptista. *Casa da moeda do Brasil*. Rio de Janeiro, 1989. 2ª. Edição revisada.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Rio de Janeiro, Editora Vértice, 1990.
- HORTA, Maria de L. Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília, Iphan/Museu Imperial. 1999.
- HORTA, Maria de L. Parreiras. A gestão dos museus e do patrimônio cultural. In: *Ciências e Letras*, Porto Alegre, 2002. (Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação).
- IBAC. *Olhando em volta. Uma exposição itinerante*. Rio de Janeiro, Módulo A. 1993.
- IPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. “Cidadania”. Nº 24. Rio de Janeiro, 1996.
- LARAIA, R. B. *Cultura-um conceito antropológico*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 16ª ed., 2003.
- MAGALHÃES, Aloísio. *E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997.
- _____. *A Herança do Olhar*. Rio de Janeiro, Artviva Prod.Cultural Ltda. 2003.
- MARQUES, Newton Ferreira da Silva - Entrevista com o economista e prof. Dr. Newton, realizada em Brasília, em 1º.08.2005, por este mestrando. (anexo E).

- MUSAS. *Revista Brasileira de Museus e Museologia* – Iphan/Demu. Rio de Janeiro, Vol. 1, nº. 1. 2004
- NUNES, Heliane Prudente et al. *Metodología Científica guia para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos*. Goiânia, Faculdades Alfa, 2003.
- PENHA, Denise Hamú de la. O papel dos museus antropológicos no Brasil. In: *Estudos de museologia*. (Cadernos de Ensaio nº 2). Iphan/Minc. Rio de Janeiro, 1994, p 29-40.
- PILAGALLO, Oscar. *A Aventura do dinheiro*. São Paulo, Publifolha, 2000.
- RODRIGUES, Marly. “Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo”. In: *Turismo e patrimônio cultural*. P. Paulo Funari e Jaime Pinsky (Orgs.). São Paulo, Editora Contexto, 2001.
- _____. “Patrimônio, idéia que nem sempre é prática”. In: *A construção da cidade*. Brasília, DePHA. 1998, p. 84-97.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador – D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo, Cia. das Letras, 1998.
- SILVA, Rosângela Barbosa. Proposta expográfica e plano de gestão administrativa e financeira (Projeto de Gestão). In: *As crianças Uru Eu Wau Wau: o encontro dos tocadores de taboca com o mundo dos brancos*. (Dissertação de mestrado). Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural. Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2004.
- SISTEMA BRASILEIRO DE MUSEUS. *Série ação parlamentar, nº 290*. Brasília. Câmara dos Deputados.
- SOUZA, Jessé e ÖELZE, Berthold (Orgs.). “O dinheiro na cultura moderna”. In: *Simmel e a modernidade*. Brasília, Editora UnB, 2ª. Ed. rev., 2005, p. 23-40.
- STUDART, Denise Coelho et al. “Pesquisa de público em museus: desenvolvimento e perspectivas”. Gouvêa, G.; Marandino, M. e Leal, M.C. (org.) In: *Educação e Museu: a construção social do caráter educativo dos museus de ciência*. Capítulo 6. Rio de Janeiro, Editora Acces, 2003, p. 129-157.
- STUDART, Denise Coelho. Educação em museus: produto ou processo? In: *Revista Brasileira de Museus e Museologia (MUSAS)*. Vol. 1, nº. 1. Rio de Janeiro, IPHAN, 2004.
- SUANO, Marilene. *O que é museu*. São Paulo, Brasiliense, 1986
- TRIGUEIROS, F. dos Santos. *Dinheiro no Brasil*, 2ª. Ed., Rio de Janeiro, 1987.
- _____. Entrevista realizada com F.dos Santos Trigueiros, na cidade do Rio de Janeiro, em 22.03.2005. (anexo B).
- WEATHERFORD, J. Mclver. *A história do dinheiro*. Rio de Janeiro, Elsevier Ed. Ltda., 2005. (Capítulo I).

ANEXO A - Questionário para os visitantes do Museu de Valores

Senhor visitante, este questionário tem o objetivo de subsidiar trabalho acadêmico, cuja responsabilidade pela pesquisa é de R. **Bezerra** de Sousa(*), mestrando em Gestão do Patrimônio Cultural, pela Universidade Católica de Goiás (UCG), e orientação do professor e antropólogo Roque de Barros Laraia. Neste sentido, sua colaboração é muito importante na medida em que as respostas servirão de instrumento na orientação para o referido trabalho, bem como de ações e de políticas que necessitam ser implementadas sejam para melhorar o conjunto da exposição no Museu de Valores, sejam para aferir o grau de relacionamento do próprio Banco Central com a população. Certificamos aos participantes que as informações aqui prestadas serão tratadas de forma anônima.

Agradecemos a colaboração

Atenciosamente,

(* Aluno do Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural/UCG

Iniciais do Nome.....Profissão.....
Idade.....Nível de instrução.....motivo da visita ao Museu de
Valores.....Data...../...../...../ Local.....
Horário.....Tempo de permanência.....

1. Qual o tipo de cuidado que as pessoas, de maneira geral, têm com o manuseio do dinheiro?

- Nenhum Médio Excessivo
 Pouco Muito

2. O Brasileiro se vê representado nas cédulas? Onde retratam tipos regionais, ou figuras étnicas formadoras da nossa sociedade, como por exemplo: o índio, o negro, o gaúcho, a baiana etc. etc.

- Nunca Às vezes Sempre

3. Você lembra de alguma campanha voltada para a conservação do dinheiro?

- Sim Não

4. Por que as pessoas escrevem, desenham, rabiscam o dinheiro?

- Por ignorância Por falta de Educação Por desprezo
 Por falta de lugar para anotar suas informações

5. Qual a razão para justificar essa falta de cuidado com o dinheiro?

- Falta de informação Ausência de campanhas educativas
 Ausência de cidadania Falta de acesso do cidadão à educação

6. Como inibir a destruição e má preservação das cédulas?

- Criar e publicar leis que retirem o valor da cédula quando riscada, desenhada etc.
 Normas punitivas ao portador A nota não será aceita no comércio e apenas na rede bancária Estímulo para que as notas em mau estado sejam retiradas de circulação e substituídas por outras novas.

7. Quem paga para a produção do dinheiro?

- O governo O povo Os ricos Os bancos comerciais
 O Banco Central

8. Quais as significações que o dinheiro têm para a sociedade?

- Possibilita ascensão social É visto apenas como objeto de troca
 Simboliza a identidade nacional Simboliza a força de trabalho do cidadão

9. Você concorda com os ícones (símbolos) colocados na cédula?

- Sim Não

10. As instalações físicas do Museu de Valores e do próprio Banco Central podem ser qualificadas como:

- Ruins Péssimas Boas Ótimas

11. Como você classifica a instituição responsável pelo nosso dinheiro, sobretudo no que diz respeito às campanhas educativas voltadas a ensinar e esclarecer a sociedade, em geral, sobre o uso do dinheiro como bem público?

- Atuante Ausente

ANEXO B – ENTREVISTA COM O SR. F. DOS SANTOS TRIGUEIROS, realizada em 22.03.2005, na cidade do Rio de Janeiro.

Responsável: (o mestrando)

1.Sr. Trigueiros, quando o Sr. entrou para trabalhar no Museu de Valores?

Bom, o Museu de Valores é uma idéia que nasceu quando eu trabalhava no Museu Arquivo, Histórico e Biblioteca do Banco do Brasil que eu ajudei com o Fernando Monteiro a criar. Numa reunião que tivemos, aqui, com a UNESCO, da qual eu participei, um dos diretores da UNESCO, Georges Henry Rivière, vendo aquele Museu com esse nome muito comprido, cheio de coisa, ele achou aquilo esquisito - como bom francês - me disse: isso devia ser um ‘**museu de valores**’... devia mudar. E eu na ocasião respondi a ele: “se mudar, acabou”, porque é assim, quando a gente cria uma coisa é preciso muito cuidado, no Brasil, aqui nós não estamos na França... E acaba, agora eu lhe prometo: no dia que eu puder criar um Museu de Valores, eu crio. Ainda, nessa ocasião, não estava se cogitando da criação do BC, não havia perspectiva de golpe militar, o que veio ocorrer depois. E então minha idéia é que aos poucos ia transmitindo para todas as pessoas nas aulas - o "museu de valores"...É uma maneira de vender o produto e isso deu certo. Tanto que, quando eu fui chamado para o BC para organizar o meio circulante, o que essa altura estava altamente interessado em papel-moeda e todo o material que nós íamos coletar para o Museu de Valores. Então, quando fui chamado, levei a idéia e aos poucos até para dizer o nome – Museu de Valores –, eu tive o cuidado de na documentação que eu fazia, é porque os valores do museu... para que os diretores fossem se acostumando com essa história de valores depois em vez de valores do museu passou a Museu de Valores, aí foi aprovado, facilmente, sem precisar de discussões e sem muita democracia porque eu acho que têm coisas que importam você consultar uma porção de gente. Eu por exemplo, quando ia fazer uma exposição consultava o vendedor de jornal, fazia a minha pesquisa, né. Naquela época não tinha facilidade de pesquisa de hoje, que a gente pede e é feito pelos órgãos que existem. Então, eu procurava ver se o jornaleiro ia entender o que que ele queria saber e com isso as nossas exposições, de início no BB, deram certo e aí eu fui me aperfeiçoando, melhorando, porque a vida é uma constante... A gente tem de melhorar sempre, ninguém sabe nada, eu não estou sabendo nada, eu estou lhe transmitindo apenas aquilo que eu fiz. Você sabe mais que do eu, e é natural e outros virão e saberão mais, porque é assim a vida, a gente está aqui de passagem. Eu agradeço vocês terem me convidado...Assim nasceu a idéia do Museu de Valores que eu levei para o banco, num primeiro instante, em que eu tinha de cuidar era de fazer o dinheiro que estava lá, estávamos numa inflação muito grande.

2.Sr. Trigueiros, como era o museu na sua fundação? Como ele funcionava?

Bom, com essa idéia, então eu mantive o pensamento que era bom que se fizesse aqui no Rio e já se falava e nós sabíamos que o BC iria para Brasília e todo o organismo que estava funcionando aqui, eventualmente aqui, enquanto se fazia a transferência, se sabendo disso eu pensei, o museu não vai ficar aqui, então, eu aproveito e faço num tamanho menor, como se fosse um museu piloto, mas sem dizer a ninguém que é um museu piloto – é um museu - e vamos fazer, depois ele será transferido, mas na realidade é a maneira de poder observar como reage o povo, como reage as autoridades a essa instituição que eu quero criar. E assim eu criei e escrevi um livro mostrando toda técnica e teoria pode ser aplicada. Esse foi o ‘Dinheiro no Museu’ que eu procurei escrever todo um sistema e que parece que deu certo, deu certo, né?

Porque depois que houve a transferência e o Museu de Valores foi transferido como eu tinha imaginado e eu queria na minha idéia, ter em cada local, em cada uma das doze, são doze, né? “São dez”, dez cidades, incluindo a Sede”. Então que cada uma tivesse um departamento informativo do que existia lá, mas o mundo mudou, rapidamente, e hoje não há mais necessidade disso. Quando você chegar aqui ou em qualquer instituição ou qualquer departamento que quiser pode pedir as informações que desejar, tudo isso na ocasião não se cogitava isso, né, além do nosso atraso a informática estava levantando vôo, né.

3. Sr. Trigueiros, qual a sua preparação/capacitação para tal atividade?

Bom, é curioso, eu desde moço gostava de escrever, tinha vontade de escrever, como todo o mundo, mas... então eu comecei tendo um contato com uns intelectuais baianos, que sou, graças a Deus, soteropolitano (baiano nascido em Salvador), então, eu, e naquela época as coisas eram mais fáceis, os contactos, tanto que a maioria dos meus amigos já morreu, porque todos eram mais velhos, me aproximava do mais velho para aprender, embora não fosse rico...o mais velho tem sempre alguma coisa para informar e eu, instintivamente, tinha sido seminarista, procurava o mais velho e com isso adquiria o conhecimento, depois fui estudar na faculdade de Ciências Econômicas, onde me formei, em 1942, e nesse intervalo, eu fui logo depois de formado, eu comecei a me interessar pelos trabalhos, eu tinha o meu sogro, era poeta, e tinha um livro que ninguém publicava e eu sem recursos fundei uma sociedade cultural, publiquei o trabalho dele, e com isso eu comecei a demonstrar uma capacidade de organizar, digamos, um caminho cultural, isso em 1949, houve um congresso de história da Bahia, no qual eu e mais dois companheiros eram os únicos que tinham menos de trinta anos e nessa ocasião eu conheci Gustavo Barroso, ou melhor, ele me conheceu; eu conhecia-o de nome. Mas eu gostava e tinha feito um movimento no Diretório Acadêmico...Nessa ocasião, o Gustavo Barroso se encantou quando eu defendi Castro Alves. Eu levei três anos estudando Castro Alves...E nesses congressos geralmente você é convidado, não sabe muito, mas vou me inscrever. Um infeliz se inscreveu e disse que Castro Alves não tinha imaginação...Então, a tese chegou às minhas mãos, eu arrasei com o cidadão, disse que se devia agradecer a ele por ter se interessado pelo Congresso, mas que ele não tinha capacidade para falar de Castro Alves, porque a única coisa que o Castro Alves tinha era imaginação, porque ele bebia, gostava de mulher, de farra...não vivia estudando, foi colega de Rui Barbosa, amigo de Tobias Barreto, (...) Ele era um homem que imaginava, que defendia os escravos, era uma figura impar na vida brasileira (...).

O Gustavo Barroso então me oferece uma bolsa de estudos e aí eu vim estudar museu (no Rio de Janeiro). Eu era diplomado na Faculdade de Ciências Econômicas e assim vim fazer o Curso Superior de Museu. Fiz esse curso e quando eu estava fazendo o curso verifiquei que ninguém havia, ou melhor, um cidadão estrangeiro tinha se interessado em fazer um livro sobre papel-moeda...Como comentei qualquer coisa com meu professor, então ele disse: Você está achando ruim, faz!?! Eu gostei do desafio e acabei fazendo. Acabei estudando o dinheiro, comecei a estudar dinheiro, a ligar para o museu. Na minha opinião você quando vai fazer um museu de valores precisa conhecer os valores, como podem ser falsificados, como devem ser os perfeitos, então eu me enfrontei...Graças a Deus! Chegamos onde chegamos.

4. Qual a Instituição onde o Sr. fez esse curso, voltado para a museologia.

Foi no Museu Histórico Nacional (MHN), naquela época,...Hoje, o curso já está difundido. Dia 5 de abril próximo, eles vão me homenagear. Agora está em moda me homenagearem. **(Isso é bom!)** É bom, mas eu gosto...Eu dou entrevistas várias (...).

5. O Banco Central direcionou o Museu para os seus funcionários ou para o público em geral?

Ah! A idéia foi para o público em geral, porque eu cheguei a estudar, fazer cursos de didática para poder situar o Museu de modo a atender o público, não foi um Museu para tirar vantagem...Mas foi um museu pro povo e como é um museu pro povo nunca me meti em política, senão eu ia ficar igual aos outros, aí...não tinha museu. Porque todo museu que você encontrar deve ter sido feito por um sujeito idealista, sem pretensões de tirar proveito...Quando entra a vantagem o aspecto cultural é degradado. Então, eu só me dediquei ao Museu. Perdi muitas coisas, perdi não, deixei de ter muitas coisas, até quem sabe ser rico, sair do BC para outro banco, não quis nada disso...Entrei para fazer o Museu, fiz. Eu estou satisfeito e vocês estão me dando uma satisfação muito grande porque eu estou vendo que eu não perdi tempo, porque eu fui um dos primeiros a estudar o papel-moeda, no mundo, naturalmente, quando eu estava aqui tinha um em Portugal, outro na Itália, porque as idéias não são patrimônio de um indivíduo, não sei porque, não entendo de teologia para explicar, mas deve ser - o Todo Poderoso - quem escolhe meia dúzia de indivíduos...porque depois eu fui ver que eu faço parte deste grupo que iniciou um trabalho a favor da moeda e do papel-moeda, sobretudo, todo mundo jogava fora no lixo...Eu fiz uma coleção porque comecei a estudar, o indivíduo me conhecia e...'toma essas moedas', ora mas isso vai valer dinheiro. Ah! Isso não vale nada! (fica com isso!) Então, eu comprei este apartamento, não gastei dinheiro, não fiz coleção...Tinha tanto papel-moeda que um dia, um amigo meu, vendedor, falou: mas porque você não põe num álbum para mostrar seus amigos? Eu não sou colecionador, eu sou homem de Museu, a coleção é para o povo, eu faço coleção é para os outros, não é para mim, não. Eh! Mas tem um dinheirão aí, viu comandante! Então me compre, me pague, que eu vou comprar um apartamento (...) Enfim, comprei esse apartamento porque me deram dinheiro que não valia mais nada, segundo, pensavam. Chegou a ponto de o Sr (...) deu-me uma coleção de cédulas do Banco do Brasil, nova, que você conhece e eu pensei que ele estava dando para o Museu - deve estar nos arquivos do Museu do Banco do Brasil. Um dia o Renato me encontra e pergunta: e aí, você gostou da coleção? Gostei, deve estar seguindo o agradecimento do museu...Ora, mas eu não dei pro Museu, coisa nenhuma (pro Banco do Brasil), eu dei pra você. Ficou injuriado. Deu-me outra coleção, mas não foi tão boa; a melhor tá no Banco. Isso me facilitou. Eu ia me entusiasmando, se você me trazia uma novidade, eu gostava, mas não colecionava (...).

6. O Museu serve a quem?

Ah! É pra servir o povo. Esse negócio de elite é muito relativo. Primeiro, a elite é povo. Quando ela pensa que é imperador, aí tá desgraçado! O sujeito vira importante...

7. Quais foram as etapas para que o Museu efetivamente funcionasse em sua gestão?

Bom, a primeira etapa foi procurar comprar peças, porque a idéia era que nós fizéssemos um museu aqui no Brasil, que tivesse a maior quantidade de moedas representativas da vida brasileira, coisa que não pode ocorrer em países como a França, porque é uma coleção magnífica...Eu fui o primeiro cidadão do mundo a examinar, além do diretor e do vendedor, antes dos franceses. Eles me chamaram, eu passei uma semana lá. Uma coisa que me envaidece muito, na França, no Banco de França...Que depois, até indo uma vez com meu filho, Kleber, eu disse: Vou ao Banco de França...Mas o senhor quer me desagradar, é? O Sr. trabalha em banco e me convida, (aqui na França) para ir a banco?...Tá, eu vou com você. E ficou impressionado com a recepção. Eu conto isso.. Por que que é importante? A gente sentiu

que a gente deve fazer, não é que o francês seja melhor que a gente, não tem ninguém melhor do que ninguém... Agente é que deixa de fazer coisas boas, não é? Tem muita gente capaz de fazer uma porção de museus, mas às vezes não tem oportunidade, não tem coragem, não teve perseverança...Mas não é nenhuma vantagem minha. Eu acho que eu fiz. Então, eu me lembro quando eu cheguei e apresentei meu passaporte...O que eu pude fazer lá, eu fiz. Dei minha colaboração e assim foi a minha idéia - sempre servir a vida. Tudo que eu procurei aprender, eu trazia para cá.

8. O cidadão é educado para visitar o Museu?

Esse processo de educar para o museu, vem sendo defendido, no mundo, depois da 2ª Guerra, depois de 1945. Em vários países, a França, sobretudo, com a criação da UNESCO, na qual eu participei de algumas atividades. (...) Os Estados Unidos defenderam muito bem essa idéia. Criaram museu até em ônibus para levar de uma cidade para outra menor. O mundo era outro. Com o desenvolvimento atual é até mais fácil. E a gente tem de dirigir para o povo, para o povo saber o que ocorre. O povo precisa saber...

Então o museu presta um serviço muito bom porque as vezes o sujeito que vai lá, vê e resolve comprar um livro sobre o museu. Vai a outro. Tem uma influência muito grande. Eu cheguei a participar de várias conferências sobre educação, justamente para poder enquadrar o museu. Aqui, você vê que eu escrevi um livro: Museu e Educação. É importante o museu para a educação do povo. E a idéia nossa foi essa e parece que está seguindo muito bem, não é? Vocês, hoje, me dão essa satisfação, porque eu levei....Quando reinauguraram o Museu em 1980 (**o certo é 1981**, grifo meu), ninguém me convidou. E teve um 'Lord' que me disse: Ah! Você devia ter ido, Né? Ninguém me convidou (...) O casulo foi combatido... Eu não vou dizer nomes...Quando chamaram os americanos para examinar as caixas - "Isso tá tudo uma droga!" E aí, mostraram o meu projeto, que o meu era uma loucura, não é? Uma caixa-forte, um negócio assim, que ninguém podia entrar, com muito mais segurança do que as outras. Os americanos quando viram: "quem inventou isso, que maravilha!" (O público andar se sentindo como se estivesse dentro da caixa-forte). Porque eu imaginava e aí vem o interesse pelo público, que eu pesquisei. Até diretores de banco...diretores de alta competência, homens cultos, eu perguntava: Diretor, o Sr. conhece a casa forte de seu banco? Eh! Eu olhei, lá. Não é por aí. Agora, imagine o povo?! O povo não vai conhecer a casa forte! Se começar a olhar muito, eles mandam prender, o infeliz. O povo é como o operário que faz a casa e não pode entrar, só em igreja que ele entra. Então, eu procurei fazer aquilo, o arquiteto que trabalhava com o construtor era também doido, como eu. E o construtor que era o Hélio Ferreira, não é? O construtor disse assim: - Trigueiros, eu tenho um arquiteto que é louco, mas o Sr. é mais louco que ele. **Eu quero fazer isso, pode?** Aí, ele fez (...). Nenhum revolucionário bombardeia banco, ele quer é o dinheiro. Ele manda a turma sair e pega. O museu fica direitinho, lá. E também foi a idéia que se alguém fizer uma revolução maluca, ele ali começa a sentir um respeito diferente, porque até ele vê que não é uma casa-forte para guardar dinheiro, para explorar o povo, **mas guardar uma memória**. E por pior que seja o indivíduo, há qualquer coisa de especial na mente humana que, quando você sente que estão respeitando a coisa que você quer destruir, você tem medo de destruir (...). Porque eu procurei ver esses aspectos. Agora, em 2002, é que vocês lembraram que eu existo. E eu fiquei satisfeito (...) Eu não estava magoado de não ir. O Museu não tem culpa. Um homem que gostava mais de cavalo do que de gente, e eu sou gente [...] (Aqui o Sr. Trigueiros se refere ao presidente do Brasil, á época, o Sr. João B. Figueiredo) (...).

9. Sr. Trigueiros, além da questão da educação, as pessoas não recebem estímulo de marketing institucional para visitar o Museu, como o senhor vê essa questão?

Eu penso que essa questão não é difícil, no momento, de se tornar uma realidade, porque nós temos grandes especialistas em marketing, você sabe disso, de modo que se o grupo resolver mostrar o que é o Museu e explorar o que ele tem, com facilidade se atrai muita gente para o Museu. No meu tempo, quando eu comecei, quando eu fiz museu, não tinha esse marketing que tem hoje. Hoje, você vende com facilidade [...]. Eu não estou falando vender no sentido pejorativo, não; é no sentido econômico.[...].

10. Em contrapartida, se dá destaque a outros assuntos da alçada do BC, como as reuniões do COPOM, da compra de moeda estrangeira, do risco Brasil, em suma, vê-se a imagem do BC associado apenas aos temas econômicos, deixando sem divulgação os bens culturais: acervo de obras de arte e o acervo numismático do Museu.

Nesse particular, você tem razão. Eu acho que nós devemos defender a idéia do Museu como instituição de cultura para que o Banco se interesse também [...]. Mas, ele pode dar uma força para o Museu... Uma das coisas importantes, é por exemplo, ter uma verba substancial que se aparecer uma moeda que o "Sr. João das quantas" tem e que é inédita e que nós não possuímos, comprar aquela moeda. [...] O nosso acervo já representa um dos melhores do mundo referente a um país [...]. É preciso que se pense nisso, não é, em dar o valor do Museu dentro do que ele vale. Não querendo comparar, não pode, o COPOM tem que dar a notícia, porque afeta toda a economia, o dinheiro, etc. Está dentro da função. Eu acredito que se o Banco Central já tivesse a autonomia absoluta, talvez fosse até mais fácil, mas como ainda há interferência política e os políticos, com o devido respeito, a maioria é analfabeta [...].

11. Levando em consideração sua experiência de museólogo, o que Senhor destaca como os três fatos mais importantes à época de trabalho efetivo no Museu de Valores?

Bom, a época mais importante, que ele foi criado aqui, foi a transferência para Brasília. Um edifício, uma instalação extraordinária, diferente de toda [...]. Geralmente quando se instala um Museu numa instituição que não é museológica, aquele andar tem sempre um ranço do que ocorre nos outros andares. No Museu, não, você sente que o Museu de Valores tem uma infra-estrutura própria, sem desprezar a grandeza do edifício do banco que é muito bonito. Tem a forma de uma cruz, uma idéia que eu tinha a muito tempo, por acaso, o Hélio, o construtor fez aquilo. Eu achei muito bom. [...] Não é religiosidade, é que as moedas, as mais importantes, tinham uma cruz. Então isso é um fato muito importante. Uma outra coisa importante é o trabalho que vocês têm tido de divulgar no exterior e levar ao exterior, coisas que eu só imaginava... Falei, escrevi, mas confesso que eu não acreditava, assim, essa crença que a gente tem... Na criação do Museu, tudo bem, mas que conseguisse e vocês já participaram de vários eventos no exterior, o que prova que esse fato é importante para mostrar que não é só para o público brasileiro, mas também, nós podemos levar uma mensagem do Brasil para o estrangeiro. Não me ocorre um terceiro fato muito importante... São as publicações? [...]. Agora é preciso ter cuidado: não se distribuir demais, porque o indivíduo é importante [...] a maioria desses importantes não sabem ler [...]. É preciso ter nível cultural que às vezes o homem do povo tem muito mais do que o indivíduo que tem celebridade.[...].

12. O Senhor poderia falar um pouco da identidade do povo brasileiro representada no dinheiro (em cédulas e moedas) desde a década de 60, até o presente.

(...) Até chegar uma fase que dentro desse esquema que nós estamos vivendo, antes já começaram a usar elementos da fauna, da flora, o povo... até culminar com a cédula de Cr\$

500,00, que mostrava a etnia. Naturalmente, como hoje e todo o mundo quer se aproveitar das coisas...Ah! Ela tem um aspecto racista. Nada de racista, somos nós...Como agora, na nossa raça, tá entrando os coreanos... O Dr. Darci, que era antropólogo, (...) Daqui a 200 anos, então nós vamos ter uma nova raça: misturada com japonês, italiano, coreano, chinês, negro, índio. Dessa amálgama vai surgir uma raça. Eu me lembro que alguém perguntou, eu assisti: "Que que ele achava dessa nova raça?" - Ninguém sabe, pode ser uma boa raça, pode ser uma péssima raça". Só quando a raça aparecer é que a gente vai saber, porque realmente a gente tá misturando muito. Pode ser até uma raça excepcional, não é? Mas isso é difícil, porque não se pode prever... Tomara que dê uma boa coisa.

13. O que o Senhor entende por identidade nacional, nos aspectos étnicos, e se isso é importante como fonte de memória, como elemento a ser destacado em uma política de Educação Patrimonial?

Bom, eu acho que isso precisa ser destacado mesmo: a etnia. De modo a você poder (...). Aquilo que o Aloísio Magalhães fez é uma espécie de resumo, do que eles estão (BC) agora desenvolvendo. Assim, você tem o índio, você tem o gaúcho... Assim você destaca o que há de mais importante na nossa etnia. (...). Tem turista que gosta, turista que gosta de ver o lugar pequenino, gente dormindo no chão; ele fotografa, mas ele não faz aquilo por maldade, não. (...)

14. O dinheiro brasileiro pode representar o povo brasileiro? Como?

Bom, é relativo. Pode no sentido material da moeda. Ele até já está representado, agora, o ideal é ele representasse a riqueza de cada um. Isso é o que a gente tem de lutar. Como o dólar representa para o americano.

15. Querida conhecer sua opinião: O brasileiro percebe o seu dinheiro como um bem seu, ou como uma "coisa do governo"?

Não, o brasileiro percebe, sim. O brasileiro é inteligente, mas é que ele não dá muita importância, coitado! O dinheiro dele passa ligeiro na mão, não dá para ele se integrar, achar que deve respeitar o dinheiro, mas isso aí, eu acho que é um absurdo, porque o dinheiro é a maior força depois de Deus. Você pode ser mulçumano, até ser ateu, mas o ateu acredita em alguma coisa...no que ele faz, nos amigos que têm. Ele tá acreditando. (...) Agora, depois de Deus é o dinheiro, eu costumo dizer que a vida é "DD" – Deus e dinheiro. (...)

16. A numismática tem função social e qual o seu benefício para sociedade brasileira?

Bom, tem até certo ponto. Porque ela também serve ao colecionador como investimento. De qualquer forma tem o seu lado econômico-financeiro, não é? Se você compra uma pela de ouro valiosa, p. ex. por R\$ 10 mil, para o ano, naturalmente, você vende por R\$ 13 mil, valor muito acima da inflação (...). Como investimento é muito bom. (grifo meu). E também educa. O indivíduo que às vezes tem, a pessoa acha que a pessoa, tem a mania de olhar...Ele aprende alguma coisa e sempre transmite para alguém, um amigo, um filho...Às vezes eles ficam muito alucinados e então a família quer que ele morra...É preciso não exagerar! Não se pode exagerar nem em relação a Deus, porque se a gente ficar aqui falando só em Bíblia, em mandamento, a conversa se torna muito insípida, o sujeito não vai nem querer ir mais pro céu.

17. As instituições educacionais estão capacitadas para orientar os jovens dentro do ambiente museológico?

Totalmente, não tem nada pronto, porque quando as coisas estão acabadas não há mais o que se fazer. Mas tem havido um movimento de muito tempo. Eu mesmo participei até 1967, de vários eventos em instituições de cultura, instituições pedagógicas. A última vez que eu participei de uma reunião educativa e que cuidava desses assuntos foi exatamente quando eu cheguei da viagem do BC (retorno da Europa). Tinha meu relatório feito...Foi o tempo que eu perdi o relatório e tive que refazer em três dias, que não é o mesmo...Mas eu participava sempre. Aí ficou aquela magoa. Então decidi: eu vou cuidar do meu Museu, porque eu também via que as coisas que eram discutidas e resolvidas nos congressos, como é comum, não são aceitas e realizadas. Mas isso não ocorre só na educação, não. Até, hoje, os U.S.A. não assinaram o protocolo de Kioto. O país mais importante do mundo (...). Porque eu acho que hoje todo mundo está perdido, não é? No sentido de não é que não há crença, é no sentido de não saber direito as coisas.

18. Qual o papel do Museu pensado à época de sua criação e o papel do Museu, hoje?

Ah! Eu acho que está muito melhor, quando eu estudei museu era outra coisa. Quando eu fiz o Museu do Banco do Brasil, foi o primeiro que eu participei, um meu pequeno, com uma coleção modesta, não tem nada com o Museu de Valores, o MV tem uma altura que vocês que estão no meio nem imaginam...E que o próprio governo, eu voto a dizer: precisa dar verba pra...tem uma peça cara - compra - que é pra gente ficar com a melhor do mundo, já é dos melhores, não digo que seja o melhor do mundo, mas é melhor do que muito país de alto gabarito, de alta cultura.

19. Qual a relação do Museu com a Educação e com a Escola?

Bom, é da mais alta importância tanto que, um dos meus primeiros livros que foi - **Museu e sua Importância na Educação do Povo**, na 1ª edição, e que na 2ª edição eu mudei para - **Museu e Educação**, editado em 1958. Eu já abordava todos esses aspectos da ligação do Museu com a educação, porque no Museu, você primeiro conserva as coisas que precisam ser vistas, que é uma maneira de educar, também. (...) Digamos que, a pessoa vai pela primeira vez ao museu e vê... que o avô dele tem uma peça que vale um dinheirão, então você está educando, que é importante queum período da história e assim tudo que tem no museu é documento, não é?

E você só pode desenvolver todo um sistema de cultura, tendo em vista a documentação que você possui sobre tudo que você vai falar. Então a grande ligação que esse livro... fez sucesso até com o francês George Henri... porque eu abordei o Museu e Educação. Curiosamente, eu tive colegas de museu, mais antigos...pra que escrever isso, o povo não vai ler, e o povo leu. Você tem escrever para o povo ler. Você pode ter um "Museu Escolar", começar na escola. Um museu simples, uma coisa pequenina. (...) Pra criança começar a se inteirar do que é Museu. Por que a idéia que se faz de Museu é que é coisa velha. Se eu começar a falar muito...Ah! aquele ali é peça de museu. Não é nada disso, a peça de museu é um documento. Não é uma coisa pejorativa. Tem muita gente que pensa que só tem coisa velha!... Não, é coisa que envelheceu com o tempo, mas que é válida. Você pega um telefone antigo e vê a importância de como se chegou até hoje, não é? Você tem telefone que você joga, você vê TV, rastreia, faz uma porção de coisas (...). E por acaso até fala ao telefone. Porque um celular moderno, a última coisa é o telefone, você joga, vê TV...e, eventualmente, fala no telefone. (...).

20. O que falta para uma efetiva parceria do Museu com a Escola?

Uhm! Justamente esse contato entre os que dirigem o Museu, com os que dirigem a Escola. É importante que haja um contato constante para que o professor possa dizer as necessidades dele e o homem que está no Museu (museólogo ou gestor de patrimônio) queira saber dele, o que é que deve apresentar na Escola, pros meninos tirar proveito, porque nem todo museólogo pode ser educador, tem que entender de educação. Eu acho que é preciso o contato cada vez mais do Museu com as Escolas, sejam as Escolas pequenas, quando a pessoa começa, até à universidade.

21. Como o Senhor vê esta questão: quando se afirma que o brasileiro não tem o hábito de visitar museus, no entanto, há um verdadeiro sucesso de público quando Museu ou Centro Culturais montam mega exposições, como por exemplo: Os Guerreiros da China, Monet, Arte da África, Amor e Morte - Roma e Pompéia, etc. Que fenômeno justifica tal descoberta por esse público? Que reflexos ou mudanças ocorrem sobre esse mesmo público, que chega a ficar 3h em uma fila, cobra-se pelo ingresso á exposição e... depois não vai mais ao Museu? Seria a forma de motivar de um e a ausência dessa técnica pelo outro, o fator decisivo?

Não, o fator decisivo é a mídia, quando vem uma mega exposição da França, da Espanha (...). Então a mídia faz um alarde e o povo se deixa influenciar pela mídia. A mídia elege, a mídia faz tudo, então o camarada paga. Agora, se você faz uma exposição séria sobre o Brasil, a mídia dá uma notícia (pequenina), ou então quer um dinheirão pra fazer a promoção, quando essa devia ser quase, não digo obrigatório, um dever de ofício, mas que uma obrigação, porque a mídia está aí para servir... A mídia só se serve do povo. Você vê esse programa "BBB", na contra (...). Eu não analiso o aspecto cultural que é baixíssimo. (...) mas o grande jogador é a TV que não paga o artista (na medida em que escolhe um grupo ou profissionais de diferentes áreas, onde ninguém é ator e, portanto, não tem de pagar cachê... Imaginem se, ao invés disso, selecionasse vinte atores, qual não seria o dinheiro pago só em cachê? (grifo meu).)

22. Discute-se muito (mais no meio acadêmico) a questão do patrimônio cultural e sua relação com quem o produziu, como construir um diálogo entre as duas partes à luz de uma Educação Patrimonial?

Aí é preciso prestar muito atenção (...). [*Houve uma pausa, o sr. Trigueiros não havia entendido o sentido que eu quis explorar...Então refiz a indagação e acresci novos elementos, então...*]. Ah! Bom, a produção tem que ser situada em primeiro plano, você não educa um povo sem este conhecer os fundamentos da sua história. Por exemplo, nós verificamos agora na reapresentação da novela Escrava Isaura (por sinal, mal feita!), e muita gente nem pensa em escravidão... Quem pensa então às vezes faz comparação até certo ponto aceitável - acabou a escravidão do negro, agora tem a escravidão econômica. E aí você vê que essa pessoa já tem noção de escravidão, porque quem não tem noção... Então você tem que ter noção das suas raízes. Se o bumba-meu-boi é o do Maranhão, seja de onde for, você precisa explorar isso, trazer isso à tona e não sufocar, como por exemplo, quando o governo da Bahia queria fazer o 2 de Julho, (...), para mostrar que a Bahia lutou pela independência do Brasil, o presidente Médici achou que devia fazer tudo em 22 e acabou, não tem nada de Bahia (...). Então, havia um sentimento de pátria, mais lá do que em São Paulo, no Rio de Janeiro, essa é a verdade, basta ver que a colônia portuguesa, na Bahia, é mínima (...). É porque até hoje, eles

inventaram que os espanhóis invadiram a Bahia, os espanhóis nunca invadiram a Bahia coisa nenhuma (...).

23. Na prática, como o Museu de Valores pode melhor dialogar com o público visitante a questão da identidade no dinheiro? Por exemplo, uma sala onde se dê destaque aos ícones relacionados à identidade étnica brasileira no dinheiro; como o Senhor vê esta idéia?

Isso é da maior importância e já se vem fazendo. Naturalmente, como o povo brasileiro é especial, não é? Ninguém pode criticar o povo, nós somos resultado de uma política... Quem determina mais não é o poder executivo, é o poder legislativo. Tudo que está acontecendo de ruim é porque a legislação não está sendo obedecida. Porque se o executivo quiser (...) aparece o legislativo... É muito difícil esse relacionamento, por isso a exploração (...). O povo é bom. Se você orientar o povo no sentido dele conhecer os seus valores, você vê nas representações populares, ele sempre tá presente: seja no carnaval, no futebol,... ele participa. Agora, compete às elites procurarem desenvolver isso, inclusive se servindo do marketing que hoje é a melhor maneira, nós temos toda uma estrutura para fazer isso. O Brasil não está atrasado nisso, não.

24. Que comentários o Senhor faria, rememorando o embate que foi a idéia de criação do Museu de Valores, num ambiente essencialmente de política econômica? Que, além do próprio Museu, tem o acervo de obras de arte mais importante do País?

Sim, você tem toda razão. Mas aí é preciso uma habilidade, pra usar um termo popular: usar um jogo de cintura, muito bem. Se você começar a bater de frente, querendo impor a sua idéia não consegue, porque não é o povo; quando a gente fala em povo só pensando aqueles que estão lá embaixo. O povo somos nós, porque a elite aqui é muito pequena, não é? Seja na Câmara, no Senado (...) e essa gente, primeiro, não admite novidade, isso é um pouco até de todo mundo (medo de mudar). E se você fala de museu pro homem que só pensa no lucro da empresa? Ele vai tirar dinheiro? É preciso que ele se conscientize, por exemplo, no nosso caso do Museu de Valores, o governo tem de continuar a se conscientizar, como se conscientizou quando nós fazíamos todas as compras... Que é preciso comprar. Agora, não pode fazer licitação, não tem licitação. Eu tenho uma peça aqui, vou fazer licitação? Eu quero é meu dinheiro. Agora pra isso, você tem que ter gente de alta honorabilidade, mesmo sendo museólogo. Tem ladrão em tudo quanto é canto, o Brasil é empestado, é pior do que doença de chaga. Eu, por exemplo, quando desejava comprar uma coleção, procurava indicar colegas do Museu que entendiam pra examinar as coleções, depois eles é que iam ver o preço, não era eu, não, não tenho nada com isso, eu só escolho - eu quero isso! E essa gente, na minha ocasião, não ganhava nada. Senão, daqui a pouco você tá pagando 5%,... (as tais comissões, grifo meu). Isso não pode. Tem que ser gente que faça voluntariamente, não é, sem a preocupação... Eu me lembro que a D. Yolanda e outros funcionários do Banco, funcionários do Banco Central se reuniam, discutiam... Eu dizia: eu não acho nada, em quero saber se a peça é verdadeira. (...) Essa coisa tem que ter um pouco de liberdade e nada de licitação, se tiver licitação para comprar moeda, tem "bandalheira", pode contar. Não pode ter licitação. Se você tem uma peça rara, eu vou esperar licitação, se só tem essa peça? Quem determina o preço sou eu, não é? Você quer comprar, compra; não quer comprar, não compra. Agora, precisa ver se o valor está exequível... é R\$ 10 mil!? Não, não pode ser 8 mil? Agora, começar aquela coisa: oh, vamos fazer assim, eu negocio tanto, você me dá tanto e se faz o negócio. Aí desmoraliza o Museu! É preciso muito cuidado, mas é preciso dar dinheiro e tem gente honesta no Museu de Valores, como vocês e em outros museus. Inclusive, isso é um estímulo

à honestidade, não é só dizer que há desonestos, é preciso estimular os justos, como diz a Bíblia.

25. Que leitura o Senhor faria de uma instituição que usa de importantes temáticas no leiaute das cédulas (e nas moedas), como tipos regionais, figuras de nossa etnia e, no entanto, essas 'imagens/figuras', e os outros significados passam despercebidos pela imensa maioria da população, parecendo que o dinheiro só tem valor de troca.

Bom, é o seguinte, é porque a mídia, com o devido respeito, porque vocês são da mídia (ele se referia à equipe de filmagem do BC), não respeita certas coisas, como seja ... e valorizar e ensinar o povo o que é importante, porque tudo que está nas cédulas, todos esses desenhos, as aves que aparecem é da mais alta importância...É evidente que tem havido um trabalho, no campo nacional, procurando criar condições de respeito aos animais, às aves, tudo isso. A TV Globo, a Globo News têm programas muito bons sobre o que nós estamos fazendo perversamente contras elas. (...) Com relação aos automóveis já tem havido até campanha - dê carona - que é pra não poluir. (...). Agora, a moeda que é importante, as coisas que aprecem não se dá o devido valor (...). A mídia tem que ajudar e todos nós que temos mais capacidade, chamar a a atenção pra isso. Eu me lembro que quando nós começamos, nós... Eu achei que se escrevesse na moeda ninguém devia receber e houve uma época, a era da ditadura militar, ninguém recebia, ficava com medo: - escrito eu não quero, não, então vai ao BC e troca... Agora, se escreve, se escreve pornografia, escreve meu amor, tou de mandando um beijo. A moeda não tem nada a ver com beijo, nem pornografia, nem com beleza extra, ela é em si uma força poderosa e o povo precisa...**Agora, por outro lado, como é que o povo vai respeitar essa força poderosa, se não chega às mãos dele o necessário para comer.** É toda uma sistemática que nós temos que usar, incluindo tudo...Uh! Mas o que é que tem a comida com o dinheiro? Tem...Você não pode respeitar quem você não conhece, a gente só respeita Deus, não é? Mas você já viu Deus? Não! **Agora, dinheiro pra gente gostar tem que ver, né?** Eu vou perguntar para você: Você gosta da sua vizinha? Não, eu não tenho vizinha. Como é que vai gostar? Isso é normal!

E então **a gente tem de aos poucos botando isso na cabeça, a começar pelas crianças.** Porque você vê hoje muita criança que se o avô fumar - "vovô você fumando?" Por que? Porque ela já está se conscientizando. E a prova que a conscientização é possível, você vê na queda dos fumantes, caiu!!! Há tempos atrás proibiam-se de fumar nos shoppings, e ninguém mais ia ao shopping. Hoje, todo mundo vai e quem quer fumar, desce e fuma na porta do shopping. (...) Tem alguém fumando, basta olhar que o sujeito fica todo atrapalhado, mas por que? Porque há uma conscientização de que faz mal. E a gente tem de conscientizar que todos esses elementos que têm a cédula são da mais alta importância.

26. O Senhor teve a oportunidade de acompanhar o Aloísio Magalhães, talvez na etapa mais decisiva da história do dinheiro brasileiro, qual a contribuição desse estudioso para a compreensão da identidade nacional? O que ele trouxe de original?

Olha, vamos analisar antes de entrar na resposta. O Aloísio Magalhães era uma figura tão especial que chegou, como você sabe, a Secretário de Cultura, não tinha ministério da Cultura, era secretário. E eu, além de estar com ele, era amigo dele, éramos amigos, amigo irmão...Era um cidadão que, em uma ocasião, ofereceu a ele, não sei que governo (...) prometeu transformar a secretaria dele em ministério e ele respondeu o seguinte: - "Eu prefiro ser um secretário com algum dinheiro a um ministro pobre, porque eu preciso realizar" (grifo meu). O prédio da Praça 15, onde ele foi velado, foi obra dele. Ele tinha uma personalidade especial, era um homem de tendência esquerdista e, é claro, pra se ter essa irmandade toda

comigo, eu também sou, sempre fui. Porque eles chamam de esquerdista todo o sujeito que acha que o pobre tem o direito de viver (.....). Esquerdista não é nada disso. Inventaram isso. Inventam. Agora, se falar muito, vão dizer que é terrorista.

Então esse Aloísio, ele foi um dos primeiros a fundar a escola de design, a do Rio de Janeiro foi uma das primeiras e ele sonhava... Hoje, quando eu vejo uma capa bonita, uma embalagem de biscoito bonita, eu me lembro dele, ta sempre presente, porque aquilo era o sonho dele, que ele não viu realizar. Agora, no papel-moeda ele deu todo o seu esforço de desenhista, de design e lutar pra que fizesse sempre o melhor, daí ele pôde fazer uma cédula como de Cr\$ 500 [Esse projeto é dele?(*)]. Projeto dele, feito na minha vista, o esquema...Porque, esses homens que têm o poder, enquanto eu discutia e o cidadão queria me acabar, ele estava desenhando um negócio assim, umas caras, eu olhando meio assim...Eh, confesso que estava até achando meio ruim, porque o Aloísio ao invés de estar prestando a atenção, ta desenhando uma porcaria! Não é porcaria, mas é que na hora se está perturbado, com a agressão do outro, quando ele disse: - "posso falar?" (...) Então ele pediu para falar e disse: "Olha, vamos fazer a etnia, porque isso mostra que o governo é grandioso" etc. ba, ba, ba! Eles não entenderam nada, porque a maioria...nós já sabemos, não é? Mas aceitaram. O Aloísio falou, o Trigueiros apoiou: Ah! Isso é uma maravilha! O Cel. que estava do lado: Ah! que idéia boa! Então ninguém falou mais, o Cel. falou, aí todo mundo ficava calado. Nem todas reuniões ele ia, quando tinha uma coisa mais assim, não é, (...).

De modo que o que é o Aloísio? O Aloísio foi uma figura excepcional, ele lutou, isso eu não dei palpite nenhum. Mas eu sonhei com uma cédula que fosse como carta de jogar. E falei com uma porção de gente e ele aceitou, eu vendi a idéia pra ele e ele aceitou. Mas ele levou quase cinco anos, eu me aposentei, foi antes de me aposentar, uns três anos, depois foi que ele conseguiu vender a idéia e tendo o apoio do Celso (...). Mas logo que saiu começaram os combates, porque ninguém gosta de novidade, isso que nós fizemos como carta de jogar, a Suíça fez uma cédula assim e o reverso ao contrário, quer dizer, a novidade é que a nota de um lado e do outro, ela era uma carta de jogar.

(*) *Aparte feito pelo entrevistador.*

(...) Era um homem admirável, um sujeito íntegro, a família dele toda de políticos. Ele tinha essa tendência, mas ele cuidava era de desenhos. Uma figura excepcional que deve ser elogiada. Aloísio Magalhães foi o marco na transformação do dinheiro.

27. Como o Senhor vê uma exposição itinerante retratando os ícones relacionados à identidade étnica brasileira no dinheiro?

Acho da mais alta importância. Já fizeram alguma, vocês? Acho que é da mais alta importância. Isso, itinerante. Eu não digo que vocês comprem um ônibus, porque é melhor comprar uma moeda! Porque hoje as escolas já têm uma outra mentalidade [...], se você disser que vai fazer uma exposição, que vai passar (...). O prefeito, a secretária, até uma professora vai lhe ajudar e não há dificuldade. A exposição itinerante, naturalmente, vocês têm que preparar bem preparada, com certo cuidado, não levar para a exposição a Peça da Coroação, leva uma cópia, mas não diga a ninguém. Ninguém precisa saber que é cópia. O povo é ignorante, graças a Deus, é bom assim. Têm coisas que é bom que o povo não saiba, mas ter os devidos cuidados. Mas não levar dobrões, não precisa. Faz de gesso, pinta, põe lá, ninguém vai pegar, não é propaganda enganosa, porque o povo precisa ver e como é de que é feito. E nós temos coisas para mostrar, chamar a atenção, por exemplo, que quando se fez essa moeda do Médiçi, essa de ouro, foi a primeira de ouro, não é? Foi o melhor ouro, porque ali me perguntaram: "E o ouro?" Põe o melhor do mundo. Agora já tem melhor do que a nossa. Então, eu gostava sempre, sei lá, eu gosto de fazer coisa que ninguém faz, não é? Eu até costume brincar lá no restaurante... - Você quer comer o quê? Ah, eu quero comer uma coisa

que não existe. Eu gosto de fazer coisa... Porque o bom é procurar alguma coisa (...). Porque você ficar querendo a mesma coisa é meio desagradável.

28. Em 1997, por decisão técnica, a Galeria de Arte do Banco Central foi fechada e sua exposição arquivada. Diga-se de passagem a mais importante galeria de Brasília. Usou-se como justificativa a utilização do espaço como área de manobra para reforma de outras áreas físicas do prédio. Que comentários o Sr. faz diante de uma decisão dessas, o Sr. que é museólogo, sendo que na época do apagão, cogitou-se do fechamento do Museu de Valores como forma de economizar energia. Por que apenas o ambiente cultural é visto sem importância?

Bom, para dizer a verdade...é um pouco de ignorância. Ignorância não ofende ninguém, não estou ofendendo ninguém. E esses homens são ignorantes de cultura; pode ter até cultura básica, pode entender de literatura, mas não tem cultura no sentido global (grifo meu), porque cultura não é só literatura, cultura não é só desenho, cultura é tudo: é costume, é comida, tudo isso faz parte da cultura de um povo; e essa gente não, porque não engloba (...). Essa gente só tem tempo de pensar em dinheiro, lucro..., não é por aí. Porque só se atribui a isso. Agora, se fecharam provisoriamente para se fazer uma obra, entende-se. Isso ocorre. Podia ter fechado uma ala para fazer uma obra, depois abre. Isso entende-se.

Agora querer fechar para economizar luz, tenha paciência. Diminui um abajur lá do diretor, uma coisa qualquer (...) Gasta-se demais, não é?

29. Como o Senhor vê a figura de um museólogo, de um Gestor em Patrimônio Cultural no espaço museológico ou em outro espaço cultural?

Eu acho que dependendo da personalidade dele, se realmente é museólogo, é da mais alta importância, é o homem que conserva, que cuida, que é especialista em restauração,... é pessoa da mais alta importância. Agora, é preciso que ele se dê essa importância, não é? Porque hoje, o mundo tá contaminado, o Brasil tá tão contaminado que é capaz de se dizer que é museólogo e não ser nada. Aí é preciso verificar se tem formação, se tem espírito público (entrega, dedicação, apego à causa), porque o museólogo, eu acho que precisa ter esse espírito público. O ideal é o museólogo ideólogo. Tem que ter visão global para enxergar um detalhe aqui, uma mudança ali [...]. Buscar um museólogo que se interesse pela moeda (...).

30. Recentemente escrevi um artigo acerca do - Dinheiro brasileiro: uso e desperdício - e em determinado momento chamava a atenção dos gestores do BC e da Casa da Moeda, para uma eventual campanha, dialogarem com antropólogos, com forma de transitar mais à vontade em torno da questão cultural. Como o Senhor vê essa proposição?

Eu acho uma proposição válida, e isso tem que ser feito mesmo. Procurar não só com o antropólogo, mas com os professores...aí você consegue com isso já ir aproximando o museu mais ainda da educação. Professores não escolhidos, Dr. fulano de tal, não; mas professor de gabarito de escola primária que tem moças, homens interessados... Mas, não aqueles que vão pra dar a aula ganhar o dinheiro e ir embora. Isso é importante!

31. Como o Senhor vê a relação Banco Central x Sociedade? Ou por que a sociedade não colabora com o BC, na questão da conservação do dinheiro?

Bom, aí é porque também não é culpa do Banco Central. O povo tá muito mal-educado, não gosta...Gosta do dinheiro, mas não gosta porque não tem, não é? Não pode ter aquele amor. E

pode ser que faltem medidas, mas não adianta baixar uma lei proibindo que se risque na moeda porque depois não vai ser cumprida, não é? E aí ninguém vai tomar providências. (...). As leis são muito macias. A lei, aqui, parece que é feita para um povo altamente educado. Eh! de uma forma profunda, cultural, de uma tradição imensa. Eh! Uma lei daqui não serve nem na França, que é um dos países mais evoluídos, a verdade é essa. Não é que a França seja melhor, não é melhor do que ninguém. Mas foi ela que fez os EE.UU. no que ele têm de bom. Por isso que mandaram a estátua da liberdade para eles.

32. Senhor Trigueiros, qual o modelo ideal de Museu?

Não; é um museu que possa servir à população e seja elemento de educação de um povo.

33. No que o Museu de Valores (Bsb) poderia melhorar? Ser otimizado?

Eu acho que ele está bem, só um pouquinho mais de propaganda, talvez, um trabalho de marketing. [O Sr. reforçou várias vezes, a questão da mídia...ser mais parceira das instituições museológicas...]. E o BC deve até forçar um pouco, não é? Porque eles só querem tirar do Banco... Não pode aumentar juros...não entendem nada de juros. Não pode aumentar, é assim. Quando pode diminuir ou aumentar, os próprios banqueiros fazem. (...).

34. O que o Senhor pensa sobre um funcionário que não visita o museu, mesmo trabalhando no prédio há 10, 15, 20 anos?

Tem, mais isso é normal! Quando fizemos o museu do Banco do Brasil, foi mais ou menos em 1952/53 e eu fiquei lá até 1964, quando fui convidado para o Banco Central, porque eles queriam que eu fosse Chefe de qualquer coisa...- Chefe, não. Eu não gosto dessa palavra e aí fui ser assessor. (...). [Então, o Sr. vê normal?] Ueh! Ele não se interessa por isso, porque ele vive preocupado, doido para ir pra casa, o salário não aumenta ou aumenta 1% em 8 anos. É duro, não é? (...) Porque eu quando cuidava de Museu, deixava de fazer uma porção de coisas para cuidar do Museu. Ele,naturalmente, tem de se virar para ir buscar um filho, isso tudo perturba. E a mídia tem culpa. Porque a mídia quando quer vende até um sabonete. Ela diz que o sabonete tira mancha e o sujeito vai e compra. A maioria...

ANEXO C – ENTREVISTA COM O CHEFE DO MECIR/BC, realizada em 14.06.2005, no edifício sede do BC, em Brasília.

BEZERRA: Barbosa, Boa tarde, nós estamos aqui numa das salas da DIRAD e como eu tinha combinado contigo, eu gostaria de contar com tua ajuda mais uma vez, para trabalhar a última etapa do meu trabalho...

BARBOSA: Eu não vejo nenhum problema. Eu acho que nós temos de divulgar isso mesmo. A cultura brasileira... a parte de numismática ainda é incipiente. Eu acho que nós deveremos mais adiante alguma campanha, materializar alguma coisa para que haja uma conscientização maior do valor intrínseco do dinheiro, o valor...que não é o valor da moeda que compra alguma coisa mas o valor que está contido ali, como uma imagem, a história, parte da nossa cultura, isso é importante e o BC está trabalhando nesse sentido.

BEZERRA: **Por que você acha que as pessoas não conservam o dinheiro? (E isso é observável nos diferentes segmentos sociais)**

BARBOSA: Nós podemos explicar de diversas formas, eu procuro sempre olhar o lado cultural, não é? Durante muito anos e até 1994, quer dizer: tem aí, pouco tempo, uma vida...Uma cultura você não muda de uma hora para outra, nós vivíamos uma época inflacionária, décadas de inflação. Só para você ter idéia - do período de 1993 a 30 de junho de 1994, nós tivemos 3800% de inflação. Com 3800% de inflação o dinheiro não valia absolutamente nada. A CMB a nossa pedido e com nossa participação fazia projeto de nova denominação de cédula a cada seis meses. A cada seis meses você lançava alguma coisa, mas a que você lançou seis meses antes já não valia mais nada, então essa coisa de você conservar o dinheiro, não rabiscar, então, tratar com respeito o dinheiro vem muito também de uma cultura inflacionária violenta que nós vivemos até 1994, tá. Isso é uma parte que eu acho que nós deveríamos focar. Por outro lado, que é aliado a essa parte, eu acho que o brasileiro deveria contar mais a sua própria história, agora mesmo o governo está fazendo um esforço danado numa campanha que lançaram ano passado em que diz que o melhor do Brasil é o Brasileiro, tá. Então, isso é verdade, durante...toda uma história bonita tem que ser contada, tá. E aí, quer dizer, você tem que usar o dinheiro para contar essa história, você tem que usar o Museu de Valores para contar a história,... reprisar aquilo que já foi contado, ou seja...mas eu acho que, fora essa cultura de não preservar a história...eu por exemplo trabalho num prédio de... que vai fazer 100 anos no ano que vem, cem anos...Faremos uma grande comemoração pelos cem anos. Mas eu olho fotos do Rio antigo, da avenida central que é a atual Rio Branco, Av. Central e vejo que todas aquelas peças, monumentos e prédios maravilhosos, todos trabalhados e tal foram abaixo, por quê? ...A questão da cultura...Nós podíamos ter preservado aquele prédio e fazer como o americano faz, você preserva a fachada, preserva a história e constrói dentro dele um espigão, nós perdemos isso. Então, tá tudo de uma forma ou de outra voltado para a cultura, então... para o dinheiro eu acho que pesou muito a história de você a cada seis meses jogar o dinheiro no lixo porque já não vale mais nada. Nós gastamos, nós destruimos, hoje, em torno de um bilhão de cédulas/ano por esgotamento de sua vida útil e, também, por uma depreciação, por um desgaste precoce porque as pessoas riscam, rasgam, tiram o fio magnético daquelas cédulas que têm o fio fazem desenhos, criam mensagens...isso é um problema porque nós temos que retirar é um dos trabalhos do Meio Circulante (do departamento) é o saneamento, você retira o dinheiro que já não está servindo e substitui por um outro novo, quer dizer: o dinheiro custa dinheiro, então...Nós estamos trabalhando com a Secretaria de Comunicação Institucional - SUREL para este ano, agora, nós fazermos algumas campanhas. Um delas é - conservação do dinheiro - (como tratar o dinheiro); a outra é o uso

da moeda (moeda, moeda mesmo), moeda metálica, tá; também é um outro dado que nós vamos ..E uma outra pesquisa que nós vamos fazer, já é a segunda fase de uma pesquisa de grupos focais, tá. Você pega segmentos da sociedade pra ver como ela olha...nós vamos mais ou menos fazer, com uma tabulação diferente, já foi feito o ano passado, em algumas regiões do país com alguns segmentos da sociedade para que eles possam responder como eles lidam com o dinheiro, qual o valor da peça na sua mão, quando ele recebe o dinheiro ele tem vontade de gastar imediatamente, como é a história da poupança, por exemplo...Então, nós pretendemos fazer um trabalho um pouco mais ousado, este ano, em cima de conhecer os hábitos, hábitos mesmo (do cidadão). Isso vai alimentar um processo dentro do BC que é uma campanha ou mudar o foco da campanha...Então, esse é um trabalho que a gente tem feito com...Faremos ai esse ano.

BEZERRA: Será que elas não querem ser ouvidas e por isso escrevem nas notas? Qual a sua impressão?

BARBOSA: Talvez, elas não tenham oportunidade de serem ouvidas e aí como uma cédula, (ela) no mínimo, dura 12 meses (uma cédula de R\$ 1,00), por exemplo, e ela vai rodar por quantos milhares, centenas e milhões de pessoas, de brasileiros...Quando o BC bota uma nota de R\$ 1,00 para circular e recolhe 12 meses depois, ela rodou norte e sul, sudeste, centro-oeste, ela rodou praticamente o país, então é uma forma que as pessoas têm, sabendo que o dinheiro vai circular mesmo de dar seu recado de dar sua mensagem, de expressar a sua posição, tá. Quer dizer, não é adequado,...porque danifica e nós temos que substituir, mas, eu acho que é mais ou menos por aí, quer dizer, é dar vazão àquilo que está contido e que ele não tem oportunidade de expressar, ou por falta de oportunidade, ou por timidez, medo, né? de expressar aquilo que é verdadeiro, é a posição dele. Eu acho que tem muito dessa coisa.

BEZERRA: Se a questão do mau uso é problema crônico e custa muito aos cofres públicos, o que precisa ser feito para mudar esse quadro?

BARBOSA: É o que eu falei a pouco, nós vamos fazer uma campanha para mostrar para a população que ele deve respeitar mais o dinheiro, tá, e que ao desrespeitar o dinheiro - rasgando, rabiscando - ele está tirando do outro bolso dele, uma pequena quantia que vai pagar a substituição daquela nota que ele está rasurando, então, tentar mostrar pra ele que a sociedade paga a conta sempre. O BC é um representante da sociedade, o orçamento é público, é da arrecadação dos impostos, etc. Então, se eu conservo o meu dinheiro, mantenho o meu dinheiro, o BC, ele vai substituir já com um intervalo um pouco maior, então vai economizar dinheiro. Então nós vamos trabalhar em cima desse foco, em cima do respeito, em cima da questão da cidadania,...Imagina você, um estrangeiro chega ao Brasil, a primeira coisa que ele faz, porque nós aqui não usamos o dólar como moeda corrente, moeda corrente é o Real, diferente de alguns países da América do Sul que você pode usar o dólar, não é, de forma corrente, aqui é o Real, então as pessoas vão fazer câmbio, (...) por isso chegam aqui, ficam 15 dias, que vai pro Norte e Nordeste... ele tem contato direto com o nosso Meio Circulante, tá; e a imagem que ele leva também tem a ver com a qualidade do dinheiro que ele encontrou em circulação, se ele encontra um dinheiro muito sujo, muito depreciado, muito deteriorado, ele vai criar uma imagem do brasileiro, de um país que não trata bem, daquilo que é...simboliza, que é um dos símbolos de um país. Então, eu acho que nós, também na campanha vamos tocar isso, encima disso como pichar o dinheiro. Então, existe uma lei criada em 1993, é lei mesmo...a lei diz o seguinte (...): Uma cédula rabiscada, ela perde o poder de compra...

BEZERRA: Pichar o dinheiro, pichar um muro você vê alguma correlação?

BARBOSA: Não, não, não vejo correlação. Eu acho que são manifestações diferentes. Pichar um muro tem muito a ver com a garotada mesmo, não é? Que quer mostrar sua presença, quer dizer alguma coisa, a garotada... Quem rabisca, eu nem saberia dizer o perfil de quem maltrata o dinheiro, rabisca o dinheiro; mas eu não vejo correlação, não sinto isso... (fala do entrevistador): até porque as linguagens são diferentes, a simbologia do pichador, eu não sei interpretar... (volta da fala do entrevistado): ninguém entende, nem eles também, eles querem riscar, mas eles botam uma marca deles... a cédula tem algumas correntes, né; têm simpatias, uma série de coisas, têm alguns desejos que até tem algum significado e tal, mas; e não tem nada a ver com aquela coisa meio estapafúrdia que os pichadores de paredes, de muro fazem aí, de monumentos que é drástico, é lamentável.

BEZERRA: Quem escolhe a temática ou os motivos que vão compor uma cédula ou moeda?

BARBOSA: Por lei, a 4.595, a Lei que criou o Banco Central, o Conselho Monetário Nacional (CMN), que fez a reforma do Sistema Financeiro, ela estabeleceu que cabe ao CMN a aprovação das características físicas do dinheiro brasileiro, não é? (grifo meu). Isso, ou seja, quem decide, em última instância, quem aprova as características do dinheiro brasileiro é CMN que são três ministros agora..., o presidente do BC que hoje tem status de ministro, o ministro da Fazenda e o ministro do Planejamento... Mas até chegar a um poder decisório máximo você tem uma série de escaladas que começa dentro do Departamento do Meio Circulante. Dois exemplos... exemplo do Plano Real - a equipe econômica chama o BC e (aí o MECIR estava junto) fala: precisamos fazer um novo padrão monetário para estar na rua em cinco meses, essa foi a mensagem. E aí naquele momento o que se buscou foi: quais os ferramentais que nós temos já disponíveis pra poder fazer uma família de emergência? Já está aí a onze anos, não é? Faz onze anos em 1º de julho (deste ano). Então, se você observar esta foi uma família que... como nós já tínhamos esgotado... se você recordar um pouquinho mais, nós em 1993 (92 para 93), nós lançamos o gaúcho, que foi o regionalismo, por quê? Nós já tínhamos até algumas dificuldades de se pegar autorização dos descendentes daquela pessoa a ser homenageada, então nós pegamos o regionalismo, começamos com o gaúcho, o gaúcho foi CR\$ 5.000,00... Fizemos um projeto, um projeto de CR\$ 10.000,00 - da mulher rendeira - que não foi lançado este projeto por conta... está dentro da CMB não foi lançado, por quê? Porque a inflação era tão violenta que nós tivemos que lançar a baiana, que foi a última cédula do CR\$ antes do REAL que foi de CR\$ 50.000,00, tá, então... o regionalismo. O BC e aí é atribuição do BC, aí é atribuição do Mecir, na primeira instância fazer isso, isso é o primeiro exemplo. O segundo exemplo é: tem no escopo de uma das perguntas mais adiante mas eu já vou antecipar, nós temos autorização da Diretoria, num voto aprovado no dia 8 de dezembro do ano passado, para conceber uma nova família de cédulas. Então nós estamos agora trabalhando com o tema. Quais os temas que nós podemos usar ou qual o tema?... Existem duas alternativas: manutenção deste tema - fauna -, ou um outro tema que nós achamos que seria o ideal. Na atual conjuntura com a estabilidade da economia, é: manifestações artísticas da cultura brasileira, tá? Então você pega o cinema, você pega teatro, você pega literatura, você pega artes plásticas, você pega arte popular, você pega música, então você pega isto daqui, arquitetura também... nós escolhemos seis, tá. Você pega isso e trabalha os brasileiros... mortos naturalmente, todos eles mortos... que foram ícones dentro de cada atividade dessas. Então você tem... esse terreno é fértil, não é? Se falar em música, nós somos um povo musical, se você falar em teatro, também; então você tem um trabalho, por exemplo, nós estamos trabalhando junto à Biblioteca Nacional, do Rio de Janeiro, numa pesquisa

iconográfica e uma pesquisa bibliográfica para acharmos nomes e imagens iconográficas para esses seis subtemas do tema principal que é manifestações artísticas da cultura brasileira, tá?

BEZERRA: Você vê a cédula como um veículo ideológico ou como veículo de formação cultural? Por quê?

BARBOSA: Eu diria...Existem muitas e muitas definições do que simboliza uma cédula. Uma cédula pode simbolizar cultura, hábito, pode simbolizar um ato político, tá... no caso, o que a gente imagina que deva ser o melhor é que a cédula, ela deve perpetuar a cultura. Num povo como o nosso, que não tem uma cultura geral muito grande nós gostaríamos que o Brasil, são 180 milhões de pessoas e nem todas as pessoas estão...tem um nível cultural médio bom. Então, eu acho que a cédula contribui...uma cédula que no passado homenageou Machado de Assis, homenageou Câmara Cascudo que leva essa imagem de Câmara Cascudo, da obra dele, do JK por exemplo...as pessoas pegam essa cédula e algumas pessoas curiosamente vão olhar que personagem é aquele e começa a fustigar a curiosidade pra saber quem é; então é um ganho de cultura, as pessoas vão trabalhar em cima daquela idéia e fazer uma pergunta a alguém que conheça um pouco mais ou se for autodidata ler alguma coisa a respeito daquela pessoa, aqueles mais esclarecidos podem até escrever algo em cima daquela personalidade que está inscrita ali, que está desenhada...então eu acho que a cédula ela perpetua a cultura, ela registra uma passagem na história brasileira ou de qualquer país e por isso é que nós, nossa tendência é por esse tema de manifestações artísticas da cultura brasileira...registra, por exemplo, um Pinxinguinha...poderia ser perfeitamente um personagem da música, não é? Na parte da manifestação artística da música, nós somos um povo que gosta de música. Aqui em Brasília, por exemplo, nós tivemos um arquiteto que construiu Brasília e queira ou não ele é o responsável - foi o Lúcio Costa - poderia também aparecer numa cédula, por que não? E aí você traria imagens do Plano Piloto, daquilo que na origem foi concebido pelo Lúcio Costa e um pouco pelo Niemayer. E as pessoas vão conhecer Brasília, uma parte de Brasília, no país inteiro, tá. É uma parte da cidade contada pelo BC, tá. E por ocasião do lançamento, embora seja efêmero, seja rápido...mas por ocasião do lançamento da nova família nós fazemos um trabalho de mídia...Cartazes, fólderres, isso ajuda a transferir esse conhecimento para a sociedade. No caso, da nova família de cédulas, nós pretendemos, numa ação um pouco mais ousada e até...ser uma ação de continuidade, aquela que nós pretendemos fazer o ano que vem, o ano de 2006, quando o prédio do Deptº do Meio Circulante fará cem anos de existência...uma coisa que na história brasileira poucos prédios têm essa idade, não é? pouquíssimos prédios no Brasil inteiro.. Nós temos que cultivar também esse lado cultural. Então dentro dessas comemorações...Lançar uma família de cédulas, nós poderíamos lançar também um livro, um livro...que pudesse contar a história de cada personagem, e que pudesse contar a história do por quê de uma nova família, explicar...é um registro histórico também. Então a gente pretende analisar essa possibilidade, desenvolvermos um projeto, trazermos aqui para a Diretoria da Administração para que isso...isso é primeira mão. não é? Eu apenas é uma idéia que eu tenho, estou desenvolvendo lá com meu pessoal, mas que ainda nem o diretor sabe...mas eu acho interessante...Eu acho interessante porque a cédula, ela aparece e você olhando a cédula, você tem de depreender alguma coisa, tá. Enquanto que se você tiver a cédula e tiver condição de ter acesso a um livro... você vai ver que aquela cédula tem conteúdo, aquele projeto...porque daquela diagramação, porque que o desenho está naquela forma? Então eu acho que casa bem um trabalho desses.

BEZERRA: A respeitável museóloga, Célia Corsino,⁹⁰ disse o seguinte: "o Banco Central trata de um assunto poderoso que é o dinheiro, e tem a possibilidade de trabalhar inúmeras ações voltadas ao interesse coletivo, por exemplo, campanhas com o foco para a cidadania, para uma política de Educação Patrimonial, de conscientização do uso da moeda (físico) ou do que representa a moeda para um país, no entanto, isso é muitas vezes desperdiçado". Que comentário você faria?

BARBOSA: Nós de uma forma ou de outra, nós já fazemos isso, tá. Por exemplo, nós destruímos, ano passado, hum mil, cento e treze toneladas de dinheiro decorrente, uma parte do mau uso, a outra parte é vida útil mesmo, atingiu a vida útil, a cédula fica desgastada e nós destruímos. Mas muitas cédulas são rabiscadas, são rasgadas por ações voluntárias...e aí precipita a destruição. Então, é questão de cidadania, cidadania mesmo. São pequenas coisas, pequenas coisas que fazem com que você melhore a cidadania. Conservar o seu dinheiro - o dinheiro brasileiro - é uma delas. Chega um turista no Brasil, ele quando olha o meio circulante ele faz, ela já traça um diagnóstico de que país é este. Um meio circulante sujo, rabiscado e tal é de um país que não trata...se não trata bem o seu dinheiro, quais são os outros parâmetros...não é? Isso um detalhe...

BEZERRA: Quem escolhe, escolhe pelas representações que estão no imaginário popular? Há pesquisas para indicar essa escolha?

BARBOSA: Olha só! Nós fizemos algumas experiências mais ou menos recentes sobre escolha de tema...a nova família de moedas que foi de 1998, nós fizemos um concurso público, inclusive um escritório de design aqui de Brasília ganhou, foi classificado nesse concurso público e

BEZERRA: O design das cédulas vai mudar. Como o MECIR avalia essa mudança, se uma parcela expressiva da população nem sequer conhece o conjunto das cédulas atuais? Não é arriscado fazer essa troca sem uma ampla campanha informativa?

BARBOSA: Hoje, nós apresentamos, de manhã, para a Diretoria uma campanha de divulgação que fala sobre elemento de segurança, a segurança da cédula, fala sobre a conservação do dinheiro e fala sobre o uso da moeda. São as campanhas que já não fazemos a algum tempo e também é uma preparação para o lançamento de uma 2ª. família de cédulas que deverá ocorrer em 2006 ou 2007, tá! Em relação ao design, eu concordo que nem todas as pessoas sabem qual o animal que tem em cada cédula, não é! Mas isso é porque nós usamos pouca televisão...Nós freqüentamos muito uma "free mídia", por ser mais barata, não é? Mas, nós vamos fazer um trabalho um pouco mais consistente pra que as pessoas possam...a sociedade brasileira possa saber exatamente qual é a nossa proposta, qual o tema principal. Se tiver uma personalidade brasileira, essa pessoa saber exatamente quem é essa pessoa, tá? Porque isso faz parte da nossa cultura, alguém ligado a coisa brasileira mesmo, tá. Valorizar o brasileiro. Isso é o que a gente pretende fazer; então, eu não estou preocupado que o brasileiro, hoje, não conheça que, por exemplo, a arara está na cédula de R\$ 10,00...Eu não estou preocupado, neste momento, com isso. Porque nós já avaliamos isso, detectamos esse problema, não é? E pretendemos corrigi-lo com uma campanha que deve levar televisão. [Essa avaliação foi alguma pesquisa?](#) Nós fizemos uma pesquisa com a ajuda da SEGRE/SUREL, que é uma pesquisa de grupos focais, não é? Essa pesquisa mede comportamento

⁹⁰ Entrevista concedida a este mestrando, em agosto de 2004, pela Museóloga e professora convidada do Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural, na UCG/GO.

também...Porque esse negócio de lidar com dinheiro tem muito da cultura, do comportamento, da atitude, não é? Então, nós nessa campanha, nós estamos também tentando mudar a atitude do brasileiro, seu comportamento em relação ao dinheiro - Dinheiro custa dinheiro! - Nós temos que valorizar o dinheiro, senão nós mesmos é quem vamos pagar por ele.

BEZERRA: Como se dá o mecanismo da emissão ou da expansão do Meio Circulante? Quais os fatores envolvidos na decisão de emitir uma determinada quantia?

BARBOSA: Essa é uma pergunta que no passado, não é, era mais fácil por conta de 'lastro'. Hoje, você tem instrumentos de macroeconomia que fazem com que você tenha mais ou menos dinheiro em circulação. Por exemplo, quando o DEMAB fazia o leilão de títulos ou vendia títulos, ele estava enxugando ou não o mercado, não é? Quando o governo (o BC), no caso, aumenta a taxa de compulsório, ou seja, aquela parcela dos depósitos a vista que os bancos devem depositar no BC, a medida que você aumenta o percentual, você enxuga o dinheiro que está em circulação, você tira da rede bancária um pouco do dinheiro que ele tem para repassar através de empréstimo, financiamento...para o cidadão. Assim, quando diminui, como foi o que ocorreu uns dois anos pra trás, você diminuiu a taxa do compulsório, você permitiu que mais dinheiro ficasse em circulação. Então, esse instrumento é um instrumento de macroeconomia, que não é nem um instrumento do Departamento do Meio circulante, mas...com a equipe econômica você pode até ter uma leitura melhor, com um tecnicismo melhor, no Departamento Econômico (DEPEC)...Em síntese, para que haja um entendimento mais simples, mais simples, eu acho, isso do enxugamento isso depende de uma política monetária, uma política de macroeconomia.

BEZERRA: As cédulas cada vez mais incorporam elementos de segurança e, ainda assim, são falsificadas. O que de fato facilita esse tipo de ação?

BARBOSA: Vamos analisar. Eu só posso analisar a família atual de cédulas. Posso analisar comparando, por exemplo, uma família de cédulas do Euro que foi lançada há três anos atrás, em 2002. A nossa família foi feita em 1994, tivemos 5 meses pra fazer todo o projeto de cédulas e moedas e não podemos obedecer algumas recomendações básicas da Interpol. Então, tínhamos um equipamento da Casa da Moeda dos anos 80, então o instrumental usado e a tecnologia foi dos anos 80. Dizíamos na época que era uma família emergencial e já temos aí 11 anos de família emergencial. Então nós sabemos, conhecemos, estudamos...Existe um grupo de trabalho CMB, BC estudando, analisando, planilhando os elementos de segurança que estão disponibilizados aí no mundo, tanto os dispositivos que se aplica no papel (do fabricante do papel), quanto aquele que se aplica na impressão do dinheiro dentro da CMB...E um sem outro número de elementos que nós analisamos e pontuamos. Na nova família nós pretendemos que a nova família contemple todo esse elenco ou pelo menos os principais os elementos de segurança para diminuir a falsificação no país. Contra nós existe toda uma evolução tecnológica de forma meteórica. A tecnologia da informação que é a captura da imagem avançou de forma meteórica nos últimos dez anos, não há dúvida nenhuma disso. As gráficas, hoje, elas têm máquinas que capturam a imagem até numa micro letra. Então, nós temos de dar um tratamento muito sério a esse assunto. Eu acredito que 2006-2007, nós tenhamos condições de oferecer à sociedade uma cédula mais segura.

ANEXO D – Entrevista com o Sr. Luiz Gonzaga Teixeira Borba, ocorrida em 11/06/2005, na sede da Associação Filatélica e Numismática de Brasília.

Sr. Borba⁹¹ Como as associações numismáticas brasileiras receberam a decisão do BC em não disponibilizar no mercado brasileiro, a Moeda Comemorativa do Centenário da FIFA, em ouro? Houve alguma manifestação coletiva dessas associações contra tal atitude?

Inicialmente, eu gostaria de dizer: o colecionador (ele) gostaria de ter dentro do possível todas as moedas que saíam no comércio, emitidas através do Banco Central e feitas na Casa da Moeda do Brasil (CMB). Todos os colecionadores gostariam de ter dentro das suas possibilidades. No caso, saíram essas moedas da FIFA - em ouro e prata. Muito bem, as de prata foram comercializadas também em número pequeno para o nosso comércio numismático e para os colecionadores. A moeda de ouro não foi disponibilizada. Consideramos realmente isso um desserviço à numismática brasileira, (grifo meu) porque é uma moeda nossa, uma moeda de alto interesse para os colecionadores e que se torna difícil de se conseguir através da medida que foi criada. Na realidade, as nossas associações existentes pelo Brasil afora, quase em todas as capitais, já tomaram medidas, através de um expediente coletivo, para que o BC, através da CMB pudesse disponibilizar uma quantidade razoável para o atendimento aos colecionadores do Brasil. De fato, essa reivindicação até agora não foi atendida, que nós estamos na expectativa de que seja atendido. Em tese: a minha opinião é que essa moeda ou de ouro ou de prata, ela faz parte de um conjunto de moedas que deveriam atender também ao colecionismo em geral e aos colecionadores do Brasil. Esta moeda ficou dificultada por esse problema, é esta a minha opinião.

Como se sabe tais associações prestam um serviço de inquestionável valor, sobretudo, quando se leva em conta questões como: a preservação, a valorização e divulgação desses bens culturais. Não seria o caso de ter essas associações como parceiras?

O meu ponto de vista acerca dessa pergunta é o seguinte: apenas as associações numismáticas que existem lá fora têm conseguido desenvolver esse trabalho de divulgação da numismática, divulgação da moeda em geral entre os aficionados, entre os colecionadores. Nós não temos outros órgãos, com raras exceções, que façam esse trabalho. Então as associações, em geral, é que têm feito um trabalho de divulgar, estudar, desenvolver um trabalho muito interessante a respeito do conhecimento da ciência da numismática. Então eu acredito que o BC poderia ter realmente como parceiras essas associações que trariam dentro do possível em qualquer circunstância na escolha de uma moeda, na forma de como divulgar o lançamento daquela moeda através das associações e outros trabalhos que deveriam ser feitos também. Na realidade, esse trabalho fica circunscrito a cada uma das associações e acredito que o BC não tenha a possibilidade de aproveitar este estudo que as associações fazem. **[Ele (BC) ainda não despertou pra importância desse diálogo, não é?]** Justamente. Só como exemplo, o ano passado, em dezembro, no 2º Congresso de Numismática, em São Paulo, foi feito um expediente ao BC pedindo para que houvesse uma unificação da forma como são apresentadas as moedas comemorativas no comércio numismático em geral. Por quê? O que acontece é o seguinte: Hoje, a moeda da FIFA que saiu agora vem num estojo assim ou assado (...). Então se pediu que houvesse uma unificação da forma de apresentação dessas moedas comemorativas. (grifo meu). Seria de alto interesse para o colecionador ter todas as suas

⁹¹ Numismata e Diretor da Associação Filatélica e Numismática de Brasília (AFNB)

moedinhas unificadas... numa forma só de apresentação. Seria muito bom para nós. Eu vou dar um exemplo, a moeda de 300 anos de Belo Horizonte, foi apresentada numa cartela de papelão, uma coisa ridícula. E foi uma moeda que teve uma divulgação fabulosa. (...) Mal ela foi lançada, praticamente toda a tiragem foi vendida imediatamente, mas de uma forma absolutamente frágil (...). Era uma cartelinha de papelão muito mal feita. [O Sr. se refere no caso tanto ao estojo, como ao documento que fala do histórico da peça?] Não resta dúvida, também. Que haja uma uniformidade na apresentação. (...) Os 500 anos do Brasil foi feito num estojo de madeira, até realmente bonito e tudo mais, mas destoante das demais moedas comemorativas que saem. O que eu acho que o BC e CMB deveriam unificar isso aí, em benefício da numismática.

Curiosamente, a Equipe de Monitoria do Museu de Valores, em Brasília, tem acompanhado de perto o interesse não só de colecionadores, bem como de pessoas interessadas na aquisição de tais moedas, e o que se nota é a falta de tais peças para atendimento a uma demanda crescente, como se justifica essa posição do Banco Central?

Na prática, o que nós temos observado é que as nossas moedas comemorativas, elas saem fora do tempo. Vou dar um exemplo: no Congresso numismático que houve aqui no BC, o 2º Congresso Luso-Brasileiro, o que aconteceu? A moeda do Juscelino que era a moeda que saiu naquela época, (não é isso?), especificamente para aquele Congresso. Muito bem, todos nós esperávamos com a maior ansiedade para aquela moeda. Elas chegaram no BC numa quantidade mínima que não deu para atender quem queria. Nós estávamos aqui com inúmeras pessoas do exterior, principalmente, portugueses que vieram e queriam levar essas moedas. Elas vieram em número insuficiente. Só depois, dois ou três meses depois é que voltaram a aparecer no BC essas moedas, já fora de tempo; quando na realidade naquela ocasião se tivesse sido programada para sair naquela época, elas teriam saído praticamente todas. Isto aqui é um exemplo (...). Quando a moeda sai está homenageando alguém. Então essa homenagem, ela tem que ser aproveitada no dia, senão sair naquele dia, depois perdeu totalmente o interesse, é por isso que ficam essas moedas encalhadas, porque ela sai fora da época certa. Então (...), em primeiro lugar, o BC deveria ter um estoque suficiente para atender a demanda, sempre que nós precisássemos deveria ter, até que esgotasse, lógico, o que não acontece. Hoje, se você for procurar uma moeda, mesmo que ainda esteja na época, você já não encontra ou por dificuldade que a CMB não entregou, enfim, outras razões, nas na realidade você não encontra no órgão específico esta moeda para aquisição. [Um outro numismata⁹² faz uma colocação:] "*Devia ter uma programação prevendo que vai ter tal acontecimento e preparar a moeda para lançar naquela época, senão perde o sentido*".

O Sr. vê, por exemplo, um fato a contribuir negativamente seria a pequena quantidade lançada de moedas em ouro, por exemplo?

Eu poderia até, concomitantemente, dar um exemplo de algo que sai da própria CMB, vamos citar o que acontece com o Clube da Medalha do Brasil. O Clube da Medalha emite medalhas em cobre, em prata e em ouro. Estou dando como um exemplo. Fazem cinco ou dez medalhas em ouro de 100g cada uma, que não são vendidas, porque o preço é muito alto, a procura é muita pequena, porque eles fazem medalhas muito grandes, com muito peso e ficam

⁹² Raymundo Nonato Galvão de Queiroz, Filatelista e Numismata. Membro da Associação Filatélica e Numismática de Brasília.

encalhadas, com dez peças (...). Vamos passar para a numismática, embora a medalhística também seja parte da numismática. Mas vamos falar em termos de moeda, na realidade, nós não podemos dizer que a abrangência da procura do colecionador pelas moedas de ouro, de prata e tal, dado o poder aquisitivo nosso não seja grande, mas poderia ser analisada uma quantidade específica para atender à demanda e à procura. Esta quantidade poderia variar de acordo com o tempo. Hoje, podemos atender, vamos considerar 1000 moedas de ouro, porque é essa a demanda que existe para o meio numismático atual. Daqui a um ano, dois anos pode aumentar... Então, eu acho que o próprio BC poderia fazer essa pesquisa, mas que na realidade, hoje, com a quantidade que sai atende, atende. Não vamos dizer que possa sair todo o conjunto de moedas feitas, mas atende a demanda. Novamente, o Sr. Galvão faz a seguinte indagação: *"Por que o Banco Central não tem um cadastro de colecionadores? É saber quem coleciona moeda de ouro, quem não coleciona, o tipo de preferência (...). Trabalhar uns quatro, cinco temas. Com esse cadastro o BC pode fazer um apanhado e chegar a uma posição do quantitativo ideal para lançamento". Os Clubes e Associações dariam um grande auxílio para isso...*

Que dificuldades o Sr. Borba apontaria e que impedem um maior dinamismo e crescimento da numismática no Brasil?

Antes de tudo, o colecionismo de moeda não deixa de ser um hobby. É um hobby. O colecionismo de moeda numismática em si que seria o estudo e colecionismo de moeda. Ele se integra dentro de outros tipos de colecionismo, por exemplo: a filatelia, a telecartofilia e tudo o mais. Como hobby nós temos um problema muito sério que é a falta de recursos em geral. O brasileiro gostaria de ter... Deveria ter um pouco mais de dinheiro para poder atender também a sua demanda, aquilo que ele gosta, em primeiro lugar; e em segundo lugar, também a divulgação disto aí, a divulgação da numismática em si que é um estudo fabuloso, mas que se restringe a um grupinho. Hoje, principalmente que nós temos na mídia tanta coisa interessante principalmente através da Internet, não é isso? O jovem está se dedicando a isso, anteriormente ele não tinha outras aspirações, não tinha outras razões de interesses para colecionar ou o que seja. Então, partia com muita mais facilidade para o colecionismo de filatelia, de numismática e tudo o mais.

ANEXO “E” - Entrevista com o prof. Dr. Newton Ferreira da Silva Marques,⁹³ realizada em 1º.08.2005, por este mestrando.

Obs.: O entrevistado foi informado acerca do objetivo desta entrevista, qual seja, de colher informações para subsidiar dissertação de Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural, pela UCG/GO.

Os planos econômicos editados, em um passado recente, tiveram como fator determinante (causa) a inflação. Por que para controlar (ou debelar) sempre a mesma causa foram necessários tantos planos?

Prof. Newton Marques: Isso é verdade. A primeira questão que se coloca é o seguinte: os diagnósticos podem estar equivocados. É mais ou menos que nem, você vai a vários médicos. Você chega ao médico, você sabe que tem uma infecção brava. Quando fica claro o diagnóstico, não tem problema, mas não a economia. A gente costuma dizer: pra cada dois economistas há três opiniões diferentes sobre um determinado assunto. Então existem linhas teóricas. Então, inflação, por exemplo, para os economistas é vista como um excesso de poder de compra que é dado aos agentes econômicos e que não exige uma contrapartida da oferta. Isso é pra todo o mundo, mas só que existem diversos tipos de inflação, ta certo! Que pode até culminar com esse excesso de demanda. Então, nós dizemos, os economistas, que inflação de demanda ela é mais, acontece mais em países ricos. Países subdesenvolvidos ou emergentes, como é o caso da economia brasileira, eles têm um tipo de inflação - que inflação é um problema - é desorganização dentro da atividade produtiva e distributiva. Então, tem que atacar essa questão. Nós economistas sempre aprendemos que a inflação ou é de demanda ou de oferta. De demanda é esse instrumento clássico: subiu taxa de juros, derruba...E de oferta é quando pelo lado da oferta existem contratos, tal de inflação inercial, choque de taxa de câmbio, choque de taxa de juros Internacional, choque do petróleo, choque dos preços de "commodities". Então tudo isso daí, quando é lá fora a gente não pode fazer nada, quando é aqui dentro - é demanda - assim, sim, nós podemos fazer usando instrumentos. E surgiu uma terceira, por conta do Brasil, que é coisa tupiniquim: a **inflação inercial**. E o que é inflação inercial? Existiu desde a época da ditadura: nos anos 60.Com Roberto Campos e Otávio Gouvêa de Bulhões criaram a correção monetária. Que é correção monetária? É você corrigir com base numa inflação passada, uma estimativa de inflação futura de preços e salários. Então que que aconteceu? Você realimentava a inflação. Então você não derrubava, mas também você não deixava ela deslanchar. Nós tínhamos os extremos. Você perpetuava a inflação em determinado patamar. E como é que você muda com os instrumentos da inflação de demanda e de oferta? Não havia. Por isso pra acabar com a correção monetária, que terminou com o Plano Real, diversas tentativas foram tomadas e não tiveram sucesso. Aí o sucesso que que é? Não é só a questão técnica, é também a questão política, porque tem que passar no Congresso (...). E é claro que há os interesses de vários setores (...). Então por isso que exige um número grande de planos, de diagnósticos equivocados e também a questão política (...). Todos eles tinham diagnósticos diferentes, todos eles queriam derrubar a inflação, mas a forma de derrubar a inflação era que era diferente. E como não dava continuidade, que sempre costumava dizer o falecido, grande economista: Mário Henrique Simonsen: você faz uma cirurgia anestesiando o indivíduo, mas depois tem o pós-operatório. Se você não fizer o pós-operatório adequado, é claro, que a inflação volta. Era o que

⁹³ Economista e membro do Conselho Regional de Economia, do DF; professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Entrevista realizada, em 1º.08.2005, na Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças da ANATEL, em Brasília (DF).

acontecia. E agora no Plano-Real, não conseguiu porque a sociedade aceitou todos os pilares do Plano Real. Não é só também o governo querer e o Congresso passar, não; é a sociedade aceitar. Que que a sociedade aceitou? Perdas de renda real em alguns setores. Então toparam e as coisas estão aí acontecendo, só que agora nós estamos colhendo problemas. Por quê? Porque nós estamos com uma inflação considerada controlada, mas a atividade econômica não consegue deslanchar, o desemprego tem aumentado. Então você vê é uma situação - a pior dos mundos! Você tem um superávit no setor externo, você tem um superávit no setor público, você tem um controle de demanda e oferta de moeda que permite evitar com que os agentes econômicos tenham um poder de compra, **mas você tem a questão distributiva totalmente jogada no lixo. Por quê? Porque existe uma grande massa de desempregados e de pobres à margem, os chamados excluídos socialmente** (grifo meu). Então isso é que é o grande desafio agora pra resolver esse problema. Infelizmente, com essas crises que tá tendo no governo Lula, dificilmente, ele vai conseguir porque não tem apoio nem sustentação política no Congresso.

Profº. Newton, pegando um gancho nessa questão que você tocou. Em quais aspectos (ou pelo menos em um) o Plano Real foi diferente dos demais? Ai, eu faço um rápido comentário...Em todos os outros planos houve uma espécie de gatilho, pronto para ser acionado tão logo a inflação chegasse a um determinado patamar. Assim, você repunha o poder de compra dos salários. O Plano Real deixou de fora esse modelo - o uso de gatilhos. Não estaria aí a grande diferença do Plano Real em relação aos outros e por isso mesmo ter sobrevivido?

Profº. Newton Marques: Isso pode ser. Eu digo que pode ser porque (...) Tem que torturar os números. (...) Primeiro, eu vejo aqui uma transição. A URV foi uma coisa tecnicamente perfeita. Tu imaginas, você chegar e permitir com que todo o mundo pudesse dividir por 2.750, alguma coisa e transformar aquilo numa URV e depois... Deu um tempo e com base numa cesta de preços que combinava vários índices, é como se dissesse assim: vamos transformar todos os desiguais, igualmente, quer dizer: isso também a sociedade aceitou. Não é fácil chegar colocar um preço se a sociedade não sanciona, mas todo mundo foi colocando, foi se ajustando, foi-se alinhando e depois ficou fácil - a transição. (...) Então, a questão fundamental até chegar a URV, era que era o problema: a moeda, qual a moeda? Agora, efetivamente, isso que você colocou: não houve nenhum poder de compra exacerbado. A taxa de juro real foi suficiente, as medidas de controle de política monetária funcionaram, a própria iniciativa do setor externo. Agora, a grande "pedra de toque" do Plano Real foi o setor externo; porque até então estava quase tudo sendo dolarizado. A partir do momento que o governo falou assim: a partir de agora um Real é igual a um dólar (US\$). Eu estou comprando o dólar a um Real, ele estabeleceu um limite. Então, todos aqueles preços que estavam em dólares começaram a ficar desconfiados e aí aconteceu a valorização do Real. O que quer dizer isso? O Real ficou forte em relação ao dólar, curiosamente, em termos de cotação. Então todas as vezes que você fazia uma cotação, por exemplo, de um apartamento que valia US\$ 100 mil; em Real era muito mais caro. (...) Aí os caras, opa! Vamos mudar esse preço aqui, nós estamos perdendo. Vamos botar em Real e isso se transformou numa âncora. Ao mesmo tempo também os dólares que nós tínhamos que eram atraídos pelas taxas de juro compravam lá fora produtos também. Os empresários não aumentavam os preços aqui dentro. Então, você vê como é que é a questão da âncora cambial (...). O controle da inflação tem que ancorar em alguma coisa. Você pode ancorar no controle monetário, ancorar na questão cambial, ancorar no controle de preços e salários. Têm várias formas de você ancorar. O Governo, numa felicidade a toda prova, conseguiu ancorar, não é, em dólar. E aí o que aconteceu? É que nem está acontecendo agora, você vê que agora a taxa de câmbio tem caído e havido uma

valorização e a inflação está diminuindo, não graças à taxa de juros diretamente, mas indiretamente e, sim, porque está atraindo dólares. E como os índices estavam descolados do índice de inflação era o IGPM e ele era muito sensível à variação cambial. (...) Há uma tendência de o IGPM (atual) ficar abaixo do IPCA... A grande mudança e é isso que você colocou a questão fundamental da Renda Real é um negócio impressionante, se você quiser tirar o poder de compra e por isso que se arrocha salário. É tirar o poder de compra da sociedade (...). Se você tirar essa possibilidade...Não é uma questão de maniqueísmo ou ruindade dos economistas, mas é o único instrumento que se tem. (...) Chega em casa e diz: a partir de agora ninguém vai ter mesada, ninguém vai ter acesso a cheque especial, cartão de crédito, nada...acabou! O que vai acontecer? As pessoas tendem a se ajustar. Então isso é uma briga e hoje em dia está se alastrando. Nós temos um grande economista que já foi ortodoxo, que hoje é heterodoxo. Ganhou um prêmio Nobel, chama-se Joseph Stevens. Ele foi economista chefe do Banco Mundial (...). Ele é um "cara" que anda publicando coisas...Hoje em dia, os ortodoxos o respeitam. (...). Teoricamente, ninguém consegue destruir, porque ele conhece a teoria. Ele está muito seguro do que está falando, porque se convenceu de que os países pobres, os países em transição não podem utilizar as mesmas coisas (refere-se aos mesmos instrumentos) que os países desenvolvidos.

Os estudiosos e observadores da realidade brasileira falam da falta de participação da sociedade na construção de acontecimentos nacionais importantes: foi assim na Independência, na Proclamação da República e isso se confirmou também na adoção dos planos econômicos. Você vê alguma ligação disso com o fracasso dos planos anteriores ao Real?

Prof. Newton Marques: Isso é verdade, Bezerra. Isso daí, não adianta o plano ser tecnicamente perfeito (...). Muitos planos fizeram, qualquer um poderia sugerir isso, mas as coisas não acontecem. Tanto é que na Argentina por que ninguém sugeriu e o governo tomou a iniciativa, teve o apoio popular? E deu certo? Então, isso é verdade! Nenhuma medida econômica, ela se sustenta se não tiver o apoio popular. (...). Então a questão fundamental é: o apoio popular é imprescindível pra qualquer medida técnica com vistas a debelar a inflação, resolver o problema de emprego, de produção; agora, o povo também tem de ser suficientemente instruído porque senão parte-se para um 'populismo'. (...). Se não há uma iniciativa da parte do povo...Se o povo viesse às ruas: queremos Reforma Agrária, queremos que baixe essa taxa de juros etc. (...) Então, todas as vezes que o povo se manifesta ele tem que ter cuidado para ele estar bem orientado, senão ele acaba abraçando causas perdidas e traz mais problemas do que efetivamente soluções.

No meio acadêmico fala-se muito da falta de diálogo entre as ciências. No campo prático, observa-se essa postura da economia, em relação à sociologia, a antropologia etc. No seu entendimento, seria possível uma aproximação, uma troca de informações ou de experiências entre essas diferentes áreas do conhecimento ou você vê essa possibilidade completamente afastada?

Prof. Newton Marques: Olha, eu acho que é muito difícil, eu sou a favor de que realmente haja uma multidisciplinaridade, mas é muito difícil, por quê? Cada um quer mostrar que ele domina...é o sentido corporativista. Infelizmente, o sentido corporativista, ele tem prevalecido, principalmente, onde estão as chamadas economias emergentes. Em economias desenvolvidas o sistema corporativista não é tão forte, por incrível que pareça e sim nos países mais pobres ou em desenvolvimento é onde o sentido corporativista é forte e sendo forte o que acontece? Justamente dificulta esse diálogo. Então você vê o caso dos

economistas, os economistas não aceitam, por exemplo... Eu sou economista, se eu vou discutir com eles, eles não aceitam o que não seja o diagnóstico de inflação de demanda, mesmo que não seja inflação de demanda; eles não aceitam. E se o cara não for economista, pior ainda,...quem é você para falar de economia, é assim que eles falam. Quando na verdade, a gente vê que a economia precisa de economistas, mas precisa de administradores, precisa de advogados, precisa de contabilistas, precisa de museólogos, de sociólogos, de antropólogos e de pedagogos...É justamente a multidisciplinaridade numa economia moderna é que prevalece. Hoje em dia, algumas faculdades ou universidades têm procurado dar uma qualificação para o graduado de forma multidisciplinar, já é uma tentativa de quebrar esses mitos. Agora, do ponto de vista do corporativismo, eles acabam querendo para manter a classe, eles acabam evitando com que haja essa interdependência, infelizmente. Quando na verdade existe espaço para todo mundo, nunca ninguém vai impedir que o médico faça o seu trabalho, que o economista faça o seu trabalho, o engenheiro, o advogado,... Então, você vê por exemplo advogado se meter na área de economia, economista se meter na área do advogado, tá certo! Isso daí é um problema, por quê? Existe um conhecimento básico que nem todo mundo tem esse conhecimento. Um exemplo claro é quando um advogado, um juiz toma uma decisão com relação a ressarcir, por exemplo, uma perda. (...). Então, por exemplo, nós temos casos do judiciário... que do ponto de vista de jurídico, corretíssimo, mas só que os valores que saem, são valores colossais. E aí se pergunta porque esses valores...porque inadequadamente aplica-se uma fórmula que dá um impacto monstruoso, mas diz que é aquilo ali. Assim como também os economistas acabam rasgando (...). Mas isso é um problema que vai ser resolvido pela justiça e depois trazem os chamados passivos trabalhistas: Plano Bresser, Plano Collor...tudo isso daí foi quem? Foi o economista que tomou a decisão e aí é o judiciário depois quem resolve. Só que é a sociedade quem paga esse custo. E quem é que vai ser responsabilizado? A sociedade? Ora, em benefício da sociedade e ela é quem é responsabilizada? Então você vê que não existe essa sensibilidade, não existe esse diálogo, todo mundo quer ficar no pedestal, todo mundo quer mostrar que sabe, entendeu? E aí efetivamente nada impede que as pessoas, os profissionais tenham um cuidado acadêmico... Antigamente, nos clássicos, tinha o salário de subsistência, era a partir disso que os preços se formavam. Como é que uma família vive, com quanto? As coisas vinham com discussões (...). Costuma-se falar que pra você entender economia brasileira, você precisa ler Gilberto Freyre, ler Caio Prado Jr., Darcy Ribeiro, ler esse pessoal lá atrás, pra você saber como é que se formou essa sociedade, para tomar medidas, não adianta pura e simplesmente você querer chegar e tratar os desiguais, igualmente. (...). No Brasil (...) muita gente vai fazer curso nos EE.UU. e na Europa e pega todas aquelas experiências deles, mas com a cultura deles. Até mesmo a questão religiosa é diferente. O protestantismo diz que: o capitalismo deu certo por causa do protestantismo, no Catolicismo já muda de figura, olha só! O Marx mesmo já colocava isso(...). E ninguém discute esse tipo de coisa, então você vê que o negócio é muito mais profundo. Infelizmente, na economia o pessoal só vê aqueles modelos, a história e diz quem resolver uma equação daquelas, um sistema de equações resolve o problema da economia. E aí trata tudo de forma vulgar. Curioso, os economistas que fazem isso dizem que nós, que não acreditamos nisso, somos os vulgares. (...). Por quê? Porque você jogar todo um comportamento social em equações, poxa! é a mesma coisa que você chegasse e tratasse ciência social como se fosse ciência exata, e não é isso. (...). Você tem de conhecer, tá certo, as peculiaridades, as vicissitudes pra ver de que maneira você se adapta pra montar um plano de governo, medidas econômicas e é isso, a economia precisa disso. Infelizmente, falta humildade, está certo, aos profissionais pra permitir essa multidisciplinaridade. (...).

Newton, como você vê o fenômeno da globalização em relação a um conjunto de práticas culturais, no qual impera uma diversidade de valores, tradições e crenças e, no entanto,

esse processo não leve em consideração nada disso. Você como economista e sendo uma voz dissonante, como você vê essa questão?

Prof. Newton Marques: Muito preocupante! Você imagina a globalização...é um sonho de todo o liberal de transformar o globo em um só mercado. (...). Porque o capitalismo, ele só sobrevive se ele não tiver nenhuma restrição, e aí ele não entra em crise. A crise só entra quando você cria restrições. Como por exemplo, o controle de preços e salários, você evitar com que o capital estrangeiro invada determinados países. Então esse fenômeno quer o quê? Ele quer uma livre mobilidade, de tudo: capitais, fatores de produção (mão-de-obra, tecnologia) tudo isso daí... Quanto menor interferência do Estado, melhor. De certa forma é uma negação dos estados nacionais. Se você observar ao longo da história da humanidade foi a criação dos estados nacionais que fez com que houvesse um fortalecimento dos países. Foram criadas fronteiras. Agora, a globalização quer jogar tudo pro espaço. Então, como é que você vai jogar tudo isso pro espaço? Sem considerar a questão cultural - quando os costumes e hábitos, por exemplo, nos países desenvolvidos têm outras características. Nesses países, você tem uma cesta de consumo diversa e isso é um traço forte do capitalismo. Só que isso aí, em países pobres e em via de desenvolvimento, esse fenômeno destrói valores, afeta culturas. Você imagina os mulçumanos chutando o alcorão...Introduzindo uma porção de coisas inerentes á sociedade ocidental (...). Infelizmente, a globalização não respeita os costumes, a diversidade nas culturas. A crítica que se faz no Brasil, hoje, ao governo Lula, é não ter um projeto de Nação. Que que é um projeto de Nação? Não é xenofobismo, não é você ficar avesso ao capital estrangeiro. É receber o capital estrangeiro que atenda ao interesse nacional (...). Eu quero preservar, sim, a floresta amazônica, os costumes dos índios, etc. Existe um movimento, hoje, das ONGs, o chamado Terceiro Setor, para permitir com que o Banco Mundial, os organismos multilaterais evitem financiar atividades que destruam o meio ambiente, destruam a cultura, os costumes, os hábitos e isso é uma contradição e é fantástico. (...). Já fiz até um trabalho para mostrar o quanto não há um controle social. Então, se por acaso, tenha que passar um gasoduto pela floresta amazônica vindo da Bolívia, não interessa o que vai destruir...porque os fins justificam os meios. (...). Existe uma matéria chamada Ecofinanças que é criticar, exigir com que o Sistema Financeiro não financie atividades que vão trazer o prejuízo do bem-estar, do meio-ambiente. Por quê? Porque aí os advogados, a justiça vai culpar justamente os bancos (...). A globalização, ninguém tem dúvida que o setor externo, traz o benefício. Porque, normalmente, você não é auto-suficiente. Você precisa do comércio internacional, você precisa vender aos outros (...). Você precisa é permitir também que o nível de emprego e bem-estar da sociedade, porque na hora que você importa, ele tem uma qualidade que pode ser melhor e pode provocar uma mudança qualitativa dentro do país. Agora, tudo tem que ter um controle. O Estado tem que ter o controle. Se não tiver um projeto de Nação, você acaba aceitando esses capitais especulativos que vêm atrás da taxa de juros e depois saem fora e isso causa uma instabilidade macroeconômica. E tudo isso aí está relacionado. Então em relação ao processo de globalização os países têm de ter também instrumento de proteção, de defesa contra essa globalização que é indiscriminadamente.

Professor Newton, o dinheiro, hoje em dia, parece ser muito mais uma mercadoria especulativa, pronta para gerar lucro e, portanto, parece que afastado de vez daqueles significados que conhecíamos, como por exemplo, vinculado à idéia do lastro, das riquezas de um país etc. O que você diria sobre essa questão?

Prof. Newton Marques: Isso aí é fundamental, tanto que as teorias monetárias...Você tem vários tipos de teorias monetárias, hoje. (...) Uma é a teoria monetária, ou seja, a moeda pura e

simplesmente afeta os preços e você tem uma outra teoria que diz: não são os preços que afetam a quantidade de moeda. Hoje em dia, você tem várias formas de ver que a moeda, ela deixou de ser neutra, até do ponto de vista teórico-acadêmico. Por que neutra? Porque justamente, qual foi a passagem do meio de troca - da economia de escambo para a economia monetária? É porque quando existia a economia de troca, você tinha que procurar pessoas que estavam interessadas no produto seu e você estar interessado naqueles produtos que o outro tinha...Enfim, tinha que ter o casamento perfeito. (...). Então, com a passagem, a moeda se transformou no meio de troca, não precisava você encontrar uma outra pessoa...(...). Com a evolução do próprio capitalismo, hoje em dia, costuma-se dizer o seguinte: o cachorro não balança o rabo; o rabo é que balança o cachorro, ou seja: o meio que era o crédito, as finanças transformaram-se no fim. Então, o setor produtivo (o capital produtivo) está subordinado, como você próprio falou, em capital financeiro (capital especulativo). Ele só vai atrás justamente do lucro, ele não quer saber se aquilo ali vai trazer o aumento da produção, do emprego,... Contraditoriamente, se eles imaginassem que a sobrevivência do capital financeiro só pode se dar à custa da ampliação do capital produtivo, eles não ficariam justamente estimulando. A impressão que dá é de que o capital é tão ganancioso que ele não quer nem saber (...), alguém lá na frente vai apagar a luz. Eu vou aproveitar o máximo que eu tenho, então, ele é predador. Hoje, em dia as crises que têm no mundo todo são provocadas pelo chamado capital especulativo. Se os governos não tiverem instrumentos adequados para evitar isso (...). O Brasil, por exemplo, a pouco tempo, antes do governo FHC desarmou todos os controles que tinha sobre a entrada e saída de capital especulativo; e hoje, ele pode estar justamente sofrendo algum tipo de ataque e não existe nenhum tipo de instrumento a mão, a não ser um fechamento, uma coisa radical. E outros países fazem isso, então isso não é uma novidade dizer que o Brasil poderia fazer, o Brasil está que nem país grande. País grande nunca vai ter problema de ataque especulativo, porque tem instrumentos adequados, agora o Brasil, não, é um país pobre (o chamado emergente) e metido a 'besta', porque ele parece que pode enfrentar de igual pra igual com as economias ricas e nós não temos recursos suficientes e nem instrumentos suficientes e dependemos...Quando o presidente Lula diz que a economia é vulnerável, é. E nada está sendo feito para diminuir essa vulnerabilidade. O que tem de ser feito, as pessoas perguntam: É um projeto de nação. Você tem que começar o desenvolvimento comercializando internacionalmente, mas desenvolvendo internamente. Foi assim que os EEUU transformaram-se numa potência. Foi assim que a Inglaterra se transformou numa potência, a França, a Espanha, a Austrália, são coisas recentes, tá certo? (...). O Chile está começando, tá certo? A Argentina até pouco tempo, com moratória, com todas as coisas que os organismos internacionais não recomendaram, a Argentina faz; e está conseguindo ter um “risco país”, igual ao do Brasil. Olha só que curioso! Nós sempre fizemos a lição de casa e estamos pagando um preço alto, enquanto que a Argentina não fez a lição de casa e está pagando o mesmo preço que nós pagamos, alguma coisa está errado! Então, você vê como é que essas coisas acontecem no mundo, onde a questão fundamental é: Hoje, o mundo todo tem uma visão da economia com base no capital financeiro. (...) Os bancos cada vez mais ficam mais fortes, por isso é que os bancos determinam onde é que se vai dar os empréstimos (...). As taxas de lucros dos bancos são as maiores, jamais vistas em nenhum período. (...).